

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO) EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

MARIA KAROLINE SOUZA GARCIA

Avaliação Da Acessibilidade De Pessoas Com Deficiência E Com
Mobilidade Reduzida Nos Conjuntos Habitacionais Do Programa Minha
Casa Minha Vida Em Jaboticabal-SP

ARARAQUARA-SP

2021

MARIA KAROLINE SOUZA GARCIA

**Avaliação Da Acessibilidade De Pessoas Com Deficiência E Com
Mobilidade Reduzida Nos Conjuntos Habitacionais Do Programa Minha
Casa Minha Vida Em Jaboticabal-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

ARARAQUARA-SP

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

G21a Garcia, Maria Karoline Souza

Avaliação da acessibilidade de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida nos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida em Jaboticabal-SP/Maria Karoline Souza Garcia. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2022.

207f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

Coorientadora Pesquisadora: Prof. Dra. Janaína Florinda F. Cintrão

1. Políticas públicas. 2. Habitação de interesse social. 3. Desenho Universal. I. Título.

CDU 577.4



FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): *Maria Karoline Garcia Souza*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara - UNIARA - como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida
UNIARA - Araraquara

Prof. Dra. Lucileia Aparecida Colombo
UFAL - Alagoas

Prof. Dra. Alessandra Santos Nascimento
UNIARA - Araraquara

Araraquara - SP 23 de abril de 2021

*Dedico esta pesquisa ao meu avô
Olíssio, minha avó Benedicta, e à minha
mãe Neiva, obrigada por terem dado e
terem sido tanto para mim!*

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação de mestrado me trouxe pelo caminho grandes pessoas, momentos inesquecíveis e muita perseverança, e são essas coisas que quero agradecer. Agradeço a Deus, por ter me dado sempre forças para continuar, com muito discernimento e determinação e vontade de concluir mais esse projeto.

Agradeço a minha família, minha mãe Neiva e minhas duas irmãs Patrícia e Laís, que sempre torceram por mim e acreditaram na minha capacidade e sucesso, me ensinando e dando exemplos de como me tornar uma pessoa forte e competente, agradeço pelos incentivos diários para que eu pudesse fazer o meu melhor e contribuindo com a minha formação. Sem vocês nada disso faria sentido em minha vida, obrigada por serem o meu esteio, meu porto seguro.

Agradeço a todos os professores, coordenadores do curso, e funcionários da Secretária de Pós-Graduação, que sempre estiveram dispostos a fazer tudo da melhor maneira possível, dando grande suporte para nós alunos, e em especial ao meu orientador, Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida, grande professor e orientador, que com paciência e humildade me auxiliou nesta pesquisa, com caminhos novos para nós dois. Obrigada pelo auxílio e pela contribuição.

Agradeço aos meus amigos de fora, meus amigos da vida, que sempre torceram por mim, e me viram com olhos graciosos, colocando fé e coragem no meu caminho, me ajudando em tudo o que fosse possível.

Agradeço também aos amigos que fiz neste curso, em especial à Daiane Barros, uma grande mulher que vou levar no meu coração, obrigada por tudo o que você fez por mim, serei eternamente grata a você, obrigada por me permitir te conhecer e poder vivenciar essa mulher forte que você é. E aos demais amigos que fiz, agradeço por todo o carinho, parceria e dedicação que tivemos uns com os outros, fica a minha admiração por cada um de vocês e uma saudade tremenda dessa parceria. Espero mantê-los presentes em minha vida e poder comemorar cada vitória de vocês.

E por fim e não menos importante, agradeço a mim mesma, pois mesmo no meio das minhas emoções, dores, frustrações, dificuldades, não desisti em nenhum momento de me tornar uma mulher mais capacitada, e também dentre tantas alegrias que já tive na vida, a conquista desse novo título será mais uma a ser comemorada.

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho foi analisar comparativamente a efetividade dos direitos sociais, com recorte principal na acessibilidade de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida junto às políticas públicas de habitação de interesse social no Programa Minha Casa Minha Vida, em dois conjuntos da cidade de Jaboticabal, no interior do Estado de São Paulo. Jaboticabal possui um histórico de produções de Habitações de Interesse Social- HIS que percorreu por programas de grande importância na história da HIS no Brasil como, por exemplo, COHAB do BNH e PMCMV, além de contar com um número relevante de pessoas que possuam alguma deficiência e/ou mobilidade reduzida, onde 21,10% de habitantes declaram ter algum tipo de deficiência, sendo dados do IBGE- Censo 2010, onde no Brasil esse número é de 22,49%. Apesar de serem políticas públicas de extrema importância para a população, onde a moradia se estabelece como um dos principais direitos humanos e sociais, e da mesma forma a acessibilidade, mobilidade e autonomia de pessoas com dificuldade de locomoção, ainda são temas tratados como políticas de governo, não sendo executadas conforme preveem as diretrizes instrucionais, como a norma da ABNT 9050/2015, Decreto Lei 10.098/2000 e outros. Para que se chegue aos resultados esperados foram feitas revisões na bibliografia referente às políticas públicas habitacionais e de acessibilidade, estabelecendo em quais pontos as políticas se entrelaçam e se complementam, com pesquisa de campo para avaliação do projeto arquitetônico das áreas de uso comum e de uso privado, análises qualitativa dos espaços construídos e da autonomia da PcD e PcMR nos conjuntos, pesquisa exploratória e descritiva dos dados para a avaliação de sua efetividade na construção das habitações e seus respectivos entraves. Finalmente, avaliou-se a garantia das institucionalidades e das efetivas ações dessas políticas para os sujeitos investigados, os resultados desta pesquisa apontam subsídios às gestões para o aprimoramento dos programas habitacionais e suas efetividades para que a autonomia e cumprimento da legislação fosse efetivo.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Habitação de Interesse Social. Desenho Universal.

ABSTRACT

The main objective of this work was to comparatively analyze the effectiveness of social rights, with a main focus on the accessibility of people with disabilities and reduced mobility with public policies for social housing in the Minha Casa Minha Vida Program, in two sets in the city of Jaboticabal, in the interior of the State of São Paulo. Jaboticabal has a history of productions of Housing of Social Interest - HIS that went through programs of great importance in the history of HIS in Brazil, such as COHAB from BNH and PMCMV, in addition to having a relevant number of people who have a disability. and/or reduced mobility, where 21.10% of inhabitants report having some type of disability, based on data from the IBGE-2010 Census, where in Brazil this number is 22.49%. Despite being extremely important public policies for the population, where housing is established as one of the main human and social rights, and in the same way the accessibility, mobility and autonomy of people with limited mobility, are still topics treated as policies of government, not being carried out in accordance with instructional guidelines, such as ABNT norm 9050/2015, Decree Law 10.098/2000 and others. In order to reach the expected results, revisions were made in the bibliography referring to public housing and accessibility policies, establishing at which points the policies intertwine and complement each other, with field research to evaluate the architectural design of the areas of common use and use. private, qualitative analysis of the built spaces and the autonomy of PwD and PcMR in the complexes, exploratory and descriptive research of the data for the evaluation of its effectiveness in the construction of the dwellings and their respective obstacles. Finally, the guarantee of the institutionalities and the effective actions of these policies for the investigated subjects was evaluated, the results of this research point to subsidies to the managements for the improvement of the housing programs and their effectiveness so that the autonomy and compliance with the legislation were effective.

Keywords: Public Policies. Social Interest Housing. Universal Design.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Comparativo entre definições.....	31
Quadro 2- BRASIL -Programa MCMV- Condições por Faixa de Renda, 2009.....	84
Quadro 3- Projeção da população por faixa etária quinquenais do município de Jaboticabal-SP.....	84
Quadro 4- Número de Pessoas com Deficiência.....	91
Quadro 5- Nível de saneamento básico em Jaboticabal-SP.....	97
Quadro 6- Informações gerais sobre UH construídas no município de Jaboticabal-SP por Programas de Habitação de Interesse Social entre 2010 e 2013.....	103
Quadro 7- Quantidade de unidade habitacional por população municipal.....	113
Quadro 8- Especificações mínimas projetuais para edificação do PMCMV- FAR.....	115
Quadro 9- Áreas e quantidade de unidades destinadas.....	127
Quadro 10- Vagas de estacionamento destinadas.....	128
A_Quadro 1- Lista de Verificação da acessibilidade da habitação.....	163
A_Quadro 2- Especificações Mínimas Das Unidades Habitacionais.....	163
A_Quadro 3: Especificações Urbanísticas Dos Empreendimentos.....	167
A_Quadro 4- Check-list de análise técnica de acessibilidade nos conjuntos habitacionais estudados.....	169
A_Quadro 5- Check-list de análise técnica de acessibilidade nos conjuntos habitacionais estudados- estacionamento.....	173
A_Quadro 6- Check-list de análise técnica de acessibilidade nos conjuntos habitacionais estudados- habitação.....	174

LISTA **DE** **FIGURAS**

Figura 01- Cortiço no final do século XIX no Rio de Janeiro.....	53
Figura 02- Pátio de um cortiço no final do século XIX no Rio de Janeiro.....	53
Figura 03- Demolição de um cortiço, 1902 no Rio de Janeiro.....	55
Figura 04- Praça XV, 1903 no Rio de Janeiro.....	55
Figura 05- Teatro Municipal, 1906 no Rio de Janeiro.....	56
Figura 6- Representação Sintética do Ciclo do Programa Minha Casa, Minha Vida.....	75
Figura 7- Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Estado de São Paulo e Município de Jaboticabal – 2010.....	83
Figura 8- Mapa de Vulnerabilidades em Jaboticabal-SP com demarcação dos conjuntos habitacionais estudados.....	83
Figura 9- Localização dos conjuntos habitacionais na malha urbana de Jaboticabal.....	84
Figura 10- Implantação dos conjuntos habitacionais Vida Nova I e II.....	95
Figura 11- Implantação do conjunto habitacional Aroeiras.....	96
Figura 12- Tipologia 35m ² - casa térrea.....	96
Figura 13 - Tipologia apartamento- 40m ²	102
Figura 14- Situação do Conjunto Habitacional Aroeiras em Jaboticabal.....	103
Figura 15- Situação do Conjunto Habitacional Aroeiras em Jaboticabal vista superior.....	109
Figura 16- Implantação detalhada do Conjunto Habitacional Aroeiras em Jaboticabal-SP.....	109
Figura 17- Planta baixa do bloco habitacional.....	110
Figura 18- Planta habitacional de apartamento adaptado.....	111
Figura 19- Implantação Condomínio Vida Nova II.....	112
Figura 20- Planta pavimento tipo Conjunto Habitacional Vida Nova I.....	117
Figura 21- Planta pavimento adaptado do Conjunto Habitacional Vida Nova I.....	120
Figura 22- Ampliação da cozinha adaptada com meio giro.....	121
Figura 23- Detalhamento do banheiro dos apartamentos adaptados.....	122
Figura 24- Identificação do número de moradores.....	123
Figura 25- Quantidade de mulheres e homens com algum tipo de limitação.....	125
Figura 26- Faixa etária dos moradores com deficiência e mobilidade reduzida.	126
Figura 27- Deficiências detectadas entre o grupo de moradores estudados.	127
Figura 28- Tempo de moradia dos beneficiários da cota PcD.....	128
Figura 29- Tempo de moradia de moradores PcD não beneficiários.	130

Figura 30- Limitação temporária que dificultasse a locomoção.	130
Figura 31- Percepção dos aspectos gerais dos conjuntos.	131
Figura 32- Nas áreas externas (do portão do conjunto habitacional até as entradas da edificação)	132
Figura 33- Acessos à edificação (entradas)	133
Figura 34- Interior da edificação (áreas comuns: hall, corredores e escadas)	134
Figura 35- Interior da edificação.....	134
Figura 36- Interior da edificação (sanitários)	135
Figura 37- Tipos de problemas que prejudicam a acessibilidade e mobilidade no conjunto.....	136
Figura 38- Desempenho das atividades domésticas.....	137
Figura 39- Lugar preferido na casa.....	138
Figura 40- Lugar preferido no Habitacional.....	139
Figura 41- Proposta mínima de acessibilidade para o estudo de caso.....	143
A_Fotografia 1- Entorno do Condomínio Vida Nova I e II.....	180
A_Fotografia 2-Avenida de acesso ao Condomínio Vida Nova I e II.....	180
A_Fotografia 3-Vazio Urbano ao lado do Condomínio Vida Nova I e II.....	180
A_Fotografia 4- Vazio Urbano e iluminação do Condomínio Vida Nova I e II.....	180
A_Fotografia 5- Vista Interna das áreas de uso comum Condomínio Vida Nova I e II.....	180
A_Fotografia 6- Estacionamento e calçadas do Condomínio Vida Nova I e II.....	180
A_Fotografia 7- Estacionamento do Condomínio Vida Nova I e II.....	181
A_Fotografia 8-Estacionamento no período noturno Condomínio Vida Nova I e II.....	181
A_Fotografia 9- Estacionamento no período noturno Condomínio Vida Nova I e II	181
A_Fotografia 10- Vaga de PcD com demarcação no piso.....	181
A_Fotografia 11- Áreas de uso comum no período noturno Condomínio Vida Nova I e II.....	181
A_Fotografia 12- Utilização de áreas comuns no Condomínio Vida Nova I e II.....	181
A_Fotografia 13-Espaços de descanso no Condomínio Vida Nova I e II	181
A_Fotografia 14- Campo de futebol no Condomínio Vida Nova I e II	181
A_Fotografia 15- Calçadas internas no período noturno.	182
A_Fotografia 16- Calçada interna com pouca iluminação	182
A_Fotografia 17- Iluminação baixa nas áreas de passagem internas	182
A_Fotografia 18- Áreas de sombras nas áreas de passagem internas.....	182
A_Fotografia 19- Calçadas com piso tátil.	182

A_Fotografia 20- Calçada com rampa e piso tátil	182
A_Fotografia 21- Piso tátil de segmento na calçada interna.	182
A_Fotografia 22- Rebaixamento da guia para acesso da vaga PcD.	182
A_Fotografia 23- Rebaixamento de guia.	183
A_Fotografia 24- Piso tátil de segmento e alerta.	183
A_Fotografia 25- Piso tátil e rampa de acesso sem guarda-corpo.....	183
A_Fotografia 26- Rampa com piso tátil	183
A_Fotografia 27- Acesso a escada sem iluminação e indicação.....	183
A_Fotografia 28-Escada sem iluminação	183
A_Fotografia 29- Falta de iluminação e muitas sombras.	183
A_Fotografia 30- Revestimento da parede estufado.	184
A_Fotografia 31- Espaço interno da Cozinha	184
A_Fotografia 32- Revestimento solto na parede.....	184
A_Fotografia 33- Uso da Cozinha por PcD.....	184
A_Fotografia 34-Espaço interno da Lavanderia.....	184
A_Fotografia 35- Móveis suspensos para liberar espaço para a cadeira de rodas	184
A_Fotografia 36- Espaço interno da Lavanderia e Cozinha.....	184
A_Fotografia 37- Espaço interno da sala de estar e jantar	184
A_Fotografia 38- Espaço interno do banheiro.....	185
A_Fotografia 39- Área do box sem nenhuma barra de apoio.....	185
A_Fotografia 40- Vaso sanitário e lavatório sem barra de apoio.....	185
A_Fotografia 41- Vaso sanitário sem barra de apoio, área de transferência prejudicada.....	185
A_Fotografia 42-Banheiro sem itens de segurança	185
A_Fotografia 43- Vaso sem tampa da caixa acoplada.....	185
A_Fotografia 44- Móvel atrapalhando o acesso a cama.....	185
A_Fotografia 45-Espaços mínimos de circulação interna.....	185
A_Fotografia 46- Porta de 90cm de abertura, com abertura para dentro do banheiro.....	186
A_Fotografia 47- Passagem de cadeira de rodas entre sala e cozinha no quarto	186
A_Fotografia 48- Layout mal posicionado dificultando passagem da cadeira de rodas.....	186
A_Fotografia 49- Vista do Conjunto Habitacional Aroeiras.....	186
A_Fotografia 50- Área de estacionamento Conjunto Habitacional Aroeiras.....	186
A_Fotografia 51- Estacionamento sem pavimentação.	186
A_Fotografia 52- Vagas com diferenças de pavimentação e cobertura.	186
A_Fotografia 53- Passagem de descarte de lixo sem rampa de acesso.	187

A_Fotografia 54- Acesso ao descarte de lixo sem rampa e sem guarda-corpo.....	187
A_Fotografia 55- Passagem de descarte de lixo sem rampa de acesso.	187
A_Fotografia 56- Entrada da edificação sem manutenção.	187
A_Fotografia 57- Espaços de uso comum sem calçada ou rampas.	187
A_Fotografia 58- Entrada do edifício sem interferência.....	188
A_Fotografia 59- Escadas com corrimão.....	188
A_Fotografia 60- Corredor interno com iluminação natural.....	188
A_Fotografia 61- Soleira do apartamento sem pedra.....	188
A_Fotografia 62- Iluminação da sala prejudicada.....	188
A_Fotografia 63- Espaço interno da lavanderia.....	188
A_Fotografia 64- Falta de espaço para circulação no quarto.....	188
A_Fotografia 65- Espaço interno da cozinha.....	189
A_Fotografia 66- Espaço entre fogão e geladeira prejudicados.....	189
A_Fotografia 67- Falta de espaço para circulação entre cama e guarda-roupa.....	189
A_Fotografia 68- Falta de espaço na entrada do quarto.	189
A_Fotografia 69- Banheiro sem lavatório.....	189
A_Fotografia 70- Barra de apoio instalada em local errado.....	189
A_Fotografia 71- Box sem barra de apoio.....	189
A_Fotografia 72- Banheiro sem área de transferência da cadeira para área do box.....	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Cinco estágios do ciclo político e sua relação com a resolução aplicada de problemas.....	34
Tabela 2- BRASIL-Recursos Públicos para o Programa MCMV 1 (em R\$ (bilhões), 2009.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BME	Banco Mundial de Estatísticas
BNH	Banco Nacional da Habitação
BNDS	Banco Nacional do Desenvolvimento
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CAP's	Caixas de Aposentadoria e Pensão
CAT	Comitê de Ajuda Técnica
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEF	Caixa Econômica Federal
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos de Pessoas com Deficiência
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CURA	Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada
DH	Déficit Habitacional
DU	Desenho Universal
EMURJA	Empresa Municipal de Urbanização de Jaboticabal
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCP	Fundação da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GAPROARA	Grupo de Análise e Aprovação de Projetos e Diretrizes Urbanísticas
GRAPOHAB	Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais
GC	Grau de Cobertura
HIS	Habitação de Interesse Social
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social

IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
MAS	Ministério da Ação Social
MP	Medida Provisória
MR	Módulo de Referência
NBR	Norma Brasileira
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPR	Oferta Pública de Recursos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIH	Plano de Ação Imediata para Habitação
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PcD	Pessoa com Deficiência
PcMR	Pessoa com Mobilidade Reduzida
PDJ	Plano Diretor de Jaboticabal
PIB	Produto Interno Bruto
PlanHab	Plano Nacional de Habitação
PLANAP	Plano Nacional de Habitação Popular
PLANASA	Programa Nacional de Saneamento
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNH	Política Nacional de Habitação
PPS	Partido Popular Socialista
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEADE	Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SFI	Sistema Financeiro Imobiliário
SNH	Sistema Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
U.H	Unidade Habitacional

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	8
2.	CONTORNOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	18
	2.1 Objetivo Geral.....	18
	2.2 Objetivos Específicos.....	18
	2.3 Entraves da Pesquisa.....	18
	2.4 Metodologia.....	19
	2.5 Etapas de Desenvolvimento da pesquisa.....	26
3	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	28
	3.1 Definições Sobre Política Pública.....	28
	3.2 Inclusão ou Exclusão Socioespacial	45
	3.3 Política Habitacional no Brasil e o Programa Minha Casa Minha Vida.....	52
	3.4 Políticas de Moradia de Interesse Social: Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Ministério das Cidades e a Política Nacional de Habitação.....	69
4	ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POPULACIONAL DE JABOTICABAL-SP.....	79
	4.1 Plano Diretor.....	89
	4.2 Programa Minha Casa Minha Vida nos Objetos Empíricos.....	94
5	DIRETRIZES DE ACESSIBILIDADE NOS CONJUNTOS.....	98
6	LEGAL, REAL E IDEAL. Empreendimento Minha Casa Minha Vida Segundo a Cartilha CAIXA, Comparativo com a Legislação do Programa, Projetos Arquitetônicos com Dimensionamento Ideal e Obras Realizadas no Município.....	101
	6.1 Especificações, Normas e Leis- Legal.....	101
	6.2 Do Espaço Real Produzido Em Jaboticabal- SP.....	108
	6.3 Comparativos Dentre Ambos Conjuntos A Partir Da Visita Técnica, Entrevista E Questionário.....	125
	6.4 Do Espaço Ideal Para a Acessibilidade.....	141
7	CONCLUSÃO.....	144
	REFERÊNCIAS.....	149
	APÊNDICES.....	154

1. INTRODUÇÃO

No Brasil o título dos direitos e garantias fundamentais da sociedade são assegurados no art 6º da Constituição Federal de 1988. Esses dispostos referem-se à “direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Afirmando José Afonso da Silva (2004, p.285): São prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais.

Nesse sentido a pesquisa embasou-se no alicerce de que as políticas públicas é um dos principais meios para que as efetividades dos direitos sociais sejam alcançadas. Com base nisso, a pesquisa investigou a temática de habitação de interesse social do Programa Minha Casa Minha Vida, vinculada as políticas públicas de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no município de Jaboticabal.

Para que fosse possível a compreensão de como ambas temáticas se personificaram no país, e como elas veem sendo desenvolvidas juntas, observamos o histórico político brasileiro e como o processo de financeirização habitacional foi desenvolvido, e como foi feito um paralelo com as políticas sociais de acessibilidade e mobilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), ocorreu uma significativa desestatização da economia, que se fundamentava em uma política pública baseada na elaboração dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento em 1996, que vinham sendo apoiadas nos princípios do Consenso de Washington, com premissas de liberalização financeira, liberalização do comércio exterior e abolição de restrições ao capital externo, com objetivo de conectar áreas produtivas nacionais aos mercados internacionais (SENRA, 2009).

De acordo com Santos (2004), a lógica do mercado global se impõe ao mercado interno. Como base fundamental da produção, a ciência, tecnologia e a informação tomam espaços como pontos fundamentais do processo social, que aperfeiçoam o funcionamento do espaço, buscando facilitar a corrente do conhecimento. Esses eixos de informação, destacados no processo de globalização são representados por capitais fixos, como estradas e pontes, constantes como meios de transporte, e pelos fluxos, incluindo fluxos monetários, que

trabalham na requalificação dos espaços, buscando a aprovação dos interesses dos líderes da economia, da cultura e da política.

A partir da criação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) criado em 1997, que gerou uma expectativa neoliberal, sendo responsável por incluir uma racionalidade nas finanças com um melhor arranjo do financiamento da política habitacional, através de créditos imobiliários, que se afastava do conceito da universalização da moradia enquanto direito, segundo Royer, (2009, p100),

O SFI prevê em seu modelo teórico que o coração do sistema seja a captação de recursos em um mercado secundário de títulos de crédito e recebíveis imobiliários. Para isso conta com instrumentos financeiros destinados a fazer essa ponte entre o mercado de capitais e o mercado imobiliário (ROYER, Luciana. 2009, p.100).

Como discorre Fix (2011), a habitação passa a ser tratada como ponto chave para a acumulação capitalista através da financeirização da política habitacional, e não o direito social do acesso à moradia, produzindo construções cada vez mais afastadas do direito à cidade.

A partir dos anos 2000, o Brasil passa por uma fase de desenvolvimento, levado por um Estado e mercado bem estruturados, focados no fortalecimento do mercado de massas, que buscava pelo consumo. Já em 2003, é criada pelo Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que tinha como medida instituir programas de transferência de renda e de infraestrutura social, principalmente para regiões mais pobres, como Norte e Nordeste do país, onde pode ser destacado o Programa Territórios da Cidadania, de 2008, que desenvolvia o conceito de territórios rurais sustentáveis. Em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), representando um progresso que atua de acordo com as premissas da Política Nacional de Habitação (PNH) de 2004, e passou a promover a integração da economia com a tecnologia, gerando novas áreas de desenvolvimento no mercado (SENRA, 2011).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) teve início no governo federal do Presidente Lula, desenvolvido pela Casa Civil e Fazenda, entrelaçado com o setor imobiliário e da construção civil, criado como Medida Provisória- MP459, em março de 2009. Instituído com base em um Sistema Nacional de Habitação (SNH), voltado para os interesses do mercado, e por financiamentos ao setor privado, como uma retomada da política habitacional, instruído para que fosse uma defrontação da crise que havia se instalado, provocando a quebra de bancos

e atingido significativamente a economia da financeirização mundial, chamada de *suprimes*¹, de acordo com Amore (2015) e Maricato (2015).

O PMCMV caracteriza-se como um programa de habitação de interesse social, que busca a inclusão socioespacial da população de baixa renda dentro de sua formulação, incluindo em sua política Pessoas com Deficiência. Estabelece prioridade no atendimento a famílias que contenham PcD em sua formação e que possuam renda bruta mensal de até R\$ 1.600,00 reais.

Com a posse da Presidente Dilma Rousseff, em 2011, o Decreto de Lei nº 7.499/11, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, por meio da Resolução nº 183, destina 3% das moradias dos conjuntos para Pessoas com Deficiência, construídas com adaptações (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

Dessa forma, foi instituído no Brasil, o Decreto Lei nº 7.499,

Assegurados ainda pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, instituída Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu capítulo V, Direito à moradia:

Art. 32. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte: I - reserva de, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência; III - em caso de edificação multifamiliar, garantia de acessibilidade nas áreas de uso comum e nas unidades habitacionais no piso térreo e de acessibilidade ou de adaptação razoável nos demais pisos; IV - disponibilização de equipamentos urbanos comunitários acessíveis. (LEI Nº 13.146/2015)

O PMCMV representou alguns avanços quantitativos quanto à supressão do déficit habitacional², porém o mesmo apresenta uma falta de tratamento no que se diz respeito à mobilidade e inserção na malha urbana, gerando segregação espacial que contribui para a especulação imobiliária, devido ao aumento do preço da terra. Esses eventos direcionam as pessoas de rendas baixas para as zonas periféricas das cidades, como feito no Banco Nacional

¹Subprimes surgiu nos Estados Unidos como hipotecas de alto risco, onde eram cedidos empréstimos a clientes que não possuíam uma boa avaliação de crédito e conseqüentemente não conseguiam financiamentos para a compra ou construção da casa própria. Com o juro americano com a taxa anual bem baixa em 2003, 1% ao ano, e a economia ao mesmo tempo crescendo muito, os bancos passaram a liberar créditos que trariam retornos maiores.

² Regulamentado pela Lei nº 11.997 de 7 de julho de 2009 no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, com foco em tornar possível o acesso a moradia própria para famílias de baixa renda, de 0 a 3 salários mínimos na faixa 1, de 3 a 6 salários mínimos na faixa 1,5 e de 6 a 10 salários mínimos na faixa 2.

da Habitação- BNH, deixando de lado as questões fundiárias e diversidade projetual (EMILIANO, 2016).

As áreas destinadas a atender o Programa, localizam-se geralmente nas periferias, como é possível constar em cidades da região de Jaboticabal, como Ribeirão Preto, Sertãozinho, Araraquara, São Carlos, Araras, por estabelecer as residências em locais muito distantes da estrutura urbana consolidada, entretanto, em no campo de estudo é notório que há uma avaliação e tratamento das questões sociais diferenciadas, como será analisado nos capítulos a seguir.

O PMCMV passa a ser tratado como um programa de financiamento, onde a política urbana e habitacional é tratada em planos menores ou inexistentes, passando a ser focado no lucro do setor imobiliário e das construtoras, que são distantes do interesse público, (FERREIRA, 2015), assim o espaço público passa a ser moldado por incorporadoras e pelo capital financeiro imobiliário.

Como consequência, fomenta-se o esgarçamento urbano, a especulação imobiliária em terrenos periféricos e promovem-se bairros sem respeito à cultura e “identidade local”, alterando as dinâmicas socioculturais (BONDUKI, 2014; RIZEK., 2014 et al., SHIMBO, 2015;).

A partir do Decreto de Lei nº 7.499/11, por meio da Resolução nº 183 onde são destinados 3% das moradias dos conjuntos para Pessoas com Deficiência, foram realizadas coletas de quantas moradias foram construídas pelo Programa, onde é possível notar que a porcentagem efetiva de moradias destinadas a PcD e PCMR, nem sempre contam com insumos necessários para a promoção da acessibilidade e mobilidade nas unidades “adaptadas”.

A presente pesquisa se divide em dois pilares, primeiramente levantamentos teóricos e reflexivos voltados para a questão de acessibilidade, mobilidade e autonomia de PcD e PCMR, pertinentes a inclusão ou exclusão da classe junto aos conjuntos habitacionais do PMCMV. Em segundo momento será realizado avaliações quanto ao PMCMV, para compreender como a gestão e as especificidades locais têm efeitos nessas questões. Faz-se necessário um panorama histórico e sociológico do processo de programas voltados para a geração de conjuntos de habitação social, que buscam suprir o déficit habitacional, incluindo: casas, apartamentos, políticas públicas, instrumentos legais que asseguram a acessibilidade e a mobilidade, avaliação das políticas municipais, econômicas, sociais, gestões assistenciais e organizacionais dos empreendimentos.

A inclusão socioespacial, definida como classes ou grupos sociais e ao espaço que eles ocupam na sociedade, simbolizando a construção de uma sociedade que integra a oportunidade com o apoio que cada cidadão necessita para gozar plenamente da vida. Assim, o cidadão deve

desenvolver seu potencial humano nas relações sociais e espaciais, de modo que haja a possibilidade de uma nova perspectiva para as PcD.³ (CHAVES, 2020)

Desse modo, para que se tenha a efetiva inclusão socioespacial são necessárias iniciativas, normas, e leis que estejam comprometidas a adequar os espaços para que ele se torne acessíveis (MARICATO, 2003).

Segundo a OMS- Organização Mundial da Saúde (2011) há mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo com algum tipo de deficiência, sendo que cerca de 200 milhões possuem dificuldades funcionais consideráveis e 20% das pessoas mais pobres do mundo também possuem algum tipo de deficiência. O IBGE apontou em seu último censo, realizado em 2010, que cerca de 24% da população brasileira possuía ao menos um tipo de deficiência, sendo que as deficiências que mais prejudicam a mobilidade estão em maior número, deficiência visual com 18,8% e deficiência motora com 6,84%, seguidas da deficiência auditiva com 5,1% e deficiência mental com 1,4%. No estado de São Paulo, estimava-se cerca de 7,29% da população com algum tipo de deficiência, totalizando aproximadamente 3 milhões de pessoas, onde se sobressaem as pessoas com deficiência visual, que somavam aproximadamente 40% e pessoas com deficiência física, com 28,79%, seguidas de deficiência mental/intelectual com 16,72% e deficiência auditiva com 14,49%, segundo os dados do Censo 2010 do IBGE.

De acordo com os dados lançados pelo Censo de 2010, o município de Jaboticabal possuía em 2010 uma população estimada em 71.662 mil pessoas, sendo que 16.081 mil habitantes eram portadores de algum tipo de deficiência, totalizando 21,10% da população, (deficiência motora, 36,02%; deficiência visual, 30,87%; deficiência intelectual/mental, 18,97% e deficiência auditiva (14,14%). (IBGE, 2010), Tais tipos de deficiência afetam diretamente o direito à mobilidade dentro de suas residências e representam quase 70% da população com deficiência no município.

Apesar de defender uma política inclusiva, o poder público ainda esbarra em questões que revelam a falta de planejamento e ações coordenadas entre quem projeta e produz a cidade. Decorrente de suas condições físicas ou mentais, as pessoas com deficiência apresentam perspectivas inferiores as de pessoas sem limitações como ressalta o Relatório Mundial sobre Deficiência (World Reporto on Disability, 2012), analisando a deficiência no âmbito

³ A Organização das Nações Unidas- ONU aprovou no ano de 2006 o termo Pessoas com Deficiência, através a Emenda Constitucional de 2008 e pelo Decreto- Legislativo nº 186 de 09 de julho de 2008 e do Decreto de Promulgação de nº 6949 de 25 de agosto de 2009, é que o termo foi instruído no Brasil.

educacional, de saúde, e baixa participação econômica, e índices de pobreza mais altos quando comparados a pessoas sem deficiência, validando a importância de pensar sobre como assegurar os direitos sociais para esta população, e entre tais direitos destacar o direito à moradia.

Segundo Lombardi e Sahr (2013, p.14), “As más condições de vida se devem as barreiras vivenciadas por elas no próprio local de moradia e no acesso aos serviços e equipamentos urbanos”. Por essas razões surgem às demandas sociais por acessibilidade, para assegurar os direitos das pessoas com mobilidade reduzida, visto que apenas nos últimos anos foi que o tema teve maior visibilidade na sociedade, com reivindicações de direito a inclusão em diversos espaços com reconhecimento da diversidade humana.

Diversas são as dificuldades e a desmoralização dos direitos de acessibilidade e mobilidade que envolve as pessoas com mobilidade reduzida frente aos projetos arquitetônicos, onde mesmo com as normas e leis que os asseguram esses direitos encontram-se barreiras nos programas que buscam suprir o déficit habitacional, de modo que esses ainda não estão preparados para promover de fato a autonomia de PcD e PcMR, pois o tema ainda não é tratado como elemento fundamental quando esses conjuntos são efetivamente concebidos, pois, há necessidade de redução de custos para baratear a construção (BORGES, 2016).

Acessibilidade e mobilidade, apesar de serem termos próximos pelo conceito de deslocamento, são palavras com significados distintos. Kleiman (2011) trata o termo Acessibilidade como a capacidade que um lugar possui de ser alcançado, a partir de outros lugares com diferentes localizações geográficas, e configurações sociais, assim, a acessibilidade seria a qualidade de deslocar-se de um local sem ou com redução de barreiras na comunicação dos componentes de um sistema espacial. Vasconcellos (2001) analisa a acessibilidade como sendo os instrumentos físicos (como por exemplo, rampas, elevadores, dimensões, objetos de apoio), garantindo que os locais inseridos no espaço urbano sejam realmente acessíveis, para que os indivíduos tenham assim mobilidade.

Dentro da pesquisa abordaremos a acessibilidade como um dos pilares da mobilidade, pois a mesma buscou olhar para acessibilidade para então elaborar e/ou aplicar alguns indicadores, mas sem perder a mobilidade de horizonte, com base nos objetivos de se compreender até em que ponto as construções do PMCMV possui uma acessibilidade e mobilidade eficaz, onde, de acordo com a ABNT/NBR 9050/2015, que dispõem sobre Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaço e Equipamentos Urbanos.

Segundo Vasconcellos (2001), a mobilidade vem da habilidade humana de se movimentar em decorrência de condições físicas, culturais e econômicas individuais, e deve ser

trabalhada a partir de pessoas, e não de lugares. Esse termo também é usado pela engenheira de transportes, que por vezes utilizou de uma percepção não aprofundada sobre o termo. Kleiman (2011), completa dizendo que ambos os tratamentos da palavra estão corretos, porém devem se unificar, pois não se refere apenas a possibilidade de deslocamento no espaço físico, trata-se também e principalmente da capacidade de deslocar-se no meio social, que implicam nas trocas sociais tornando possível movimentar-se em âmbitos sociais diferentes.

Sendo assim, a mobilidade é uma junção dos meios pessoais dado pela posição social, pelos sistemas de circulação, meios de transporte e sua disposição no lugar e contextos de cada indivíduo, entendemos a capacidade de mobilidade com uma condição de participação no meio urbano, mas que depende de alguns fatores para se efetivar, como por exemplo, a faixa de renda, conjunto de meios de transportes, tanto coletivo quando particulares e o acesso a eles, que depende dos níveis de renda, de maneira que podem existir deslocamentos sem mobilidade (SILVA, 2016). Dessa maneira, a mobilidade pode ser tratada como um meio social importante e integrante da sociedade, que está diretamente ligado ao deslocamento dos indivíduos em distintas camadas socioespaciais, como afirma Kleiman (2011, p.3 e 5).

A promoção da locomoção e mobilidade associada à qualidade de vida da população, em especial a parcela mais carente de recursos financeiros, é comprometida pelo crescimento urbano descontrolado, causando assim sobrecargas na infraestrutura urbana e nos equipamentos institucionais, e conseqüentemente atingem o funcionamento da cidade de modo geral, exigindo um melhor planejamento dos transportes coletivos em detrimento dos privados. O planejamento urbano visa melhorar e valorizar o desenvolvimento e as demandas de deslocamentos, principalmente das pessoas com maior fragilidade dentro do sistema, como citado a cima. As questões de transportes caminham em conjunto com as orientações de inclusão social, racionalidade no trânsito, melhora na mobilidade urbana, este conjunto de medidas atuam como ponto chave na formação de possibilidades de desenvolvimento socio-territorial mais igualitário (SILVA, 2016).

Algumas discussões sobre o urbanismo afirmam a busca por uma melhor organização do espaço, criando cidades mais compactas, equilibradas e eficientes, com zoneamentos mais mistos para reduzir os percursos diários. A partir desse planejamento a cidade se torna menos desigual e mais democrática, o conceito de mobilidade se entrelaça um pouco mais com os princípios de equidade, que pode ser reforçada com a implementação de políticas de mobilidade urbana, para que essas políticas tenham fatores como: cidadania e bem-estar social, para tanto, é necessários que haja uma melhor formulação e especificação das políticas de transporte,

circulação e acessibilidade, exigindo que tenham legislações específicas para cada área. (SILVA, 2016)

A relação do ambiente construído com a percepção de qualidade de vida é uma discussão que toma corpo nos anos 1960, quando se observa certa ruptura com correntes economicistas, nas quais a qualidade de vida era analisada através dos padrões de consumo da sociedade, e a inclusão de indicadores sociais passa a fazer parte dessa nova abordagem. Somado a esse contexto, na década de 1970, os movimentos ambientalistas alertavam quanto à necessidade de repensar a forma de desenvolvimento econômico, pois é nesse período que o crescimento da população urbana supera o crescimento da população total, sendo consolidado em 1980 (SANTOS, 1993, p.2).

Dessa maneira, as demandas por cidades e ambientes acessíveis foram surgindo ao longo dos anos, reverberando em diversas discussões que defendem a livre utilização de equipamentos e edifícios com conforto e segurança por todas as pessoas. A partir dessa problemática, dos direitos das pessoas com deficiência que incorporam a cidadania inclusiva, é necessário que haja investimentos nas cidades, buscando reduzir os impactos causados pelo aumento populacional e conseqüentemente o aumento da urbanização sem planejamento. (IPEA, 2016)

O Programa Minha Casa, Minha Vida, apesar de ter expressa as normas da acessibilidade universal, ainda possui alguns entraves para a produção de conjuntos habitacionais que estejam dentro dos parâmetros estabelecidos em normas e leis vigentes que dizem respeito a mobilidade e acessibilidade de pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção, principalmente em espaços de uso coletivo e inserção na malha urbana consolidada, porém, as especificações encontradas no Manual sobre mobilidade e acessibilidade de pessoas com deficiência, de acordo com a literatura especializada, não têm sido contempladas no Programa Minha Casa Minha Vida. (MANUAL DO DESENHO UNIVERSAL, 2010)

É cada vez mais evidente que a necessidade de avanços nos programas públicos brasileiros com respeito à acessibilidade, inclusive no PMCMV, onde o tema é inserido como um de seus principais critérios, agregando a inclusão socioespacial através de habitações adaptadas as PcD e PcMR e se faz necessário garantir a inclusão socioespacial nas habitações para as PcD e para as pessoas com mobilidade reduzida é ainda um grande desafio de programas habitacionais populares (LOMBARDI; SAHR, 2013)

A acessibilidade discutida segundo o Decreto Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, dispõe sobre normas e diretrizes básicas que atinjam a promoção da acessibilidade de PcD e de PcMR, dentre seus critérios fica estabelecido que,

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e os meios de transporte e comunicação (BRASIL, 2000).

Dessa maneira, a acessibilidade deve se estender para além da moradia em si, e se integrando-se com as áreas de uso coletivo, atividades fora dos conjuntos, como o percurso a escolas, postos de saúde, comércio e lazer. Em decorrência disso, busca-se compreender até em que ponto as construções do PMCMV possui uma acessibilidade e mobilidade eficaz, onde, de acordo com a ABNT/NBR 9050/2015, que dispõem sobre Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaço e Equipamentos Urbanos, para que uma rota seja considerada acessível, é necessário que se tenha um

Trajetos contínuos, desobstruídos e sinalizados, que conectam os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos de circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos de circulação (NBR 9050/2015, p 54).

Assim se faz necessário trabalhar as institucionalidades discutidas e executadas no ciclo da política de acessibilidade pelas organizações gestoras municipais, produzindo efeitos/entraves nos beneficiários (MARIANO, 2017)

Quais são as influências organizacionais para os gestores, formuladores e executores da política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, e o que trazem de efeitos ou entraves para os conjuntos e para os beneficiários com deficiência e mobilidade reduzida, analisando a conformação urbana, a mobilidade e autonomia de pessoas com deficiência já existentes?

Qual a situação⁴ das implantações dos conjuntos habitacionais no município e se essa localização e inserção no perímetro urbano auxilia ou prejudica as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no uso da cidade?

⁴ **Planta de situação** é um documento que mostra a localização de um lote em relação ao terreno e seus arredores.

Nos primeiros anos do Programa eram destinados 3% das habitações para PcD, decorrente de novas institucionalidades decorrentes da Lei de Acessibilidade e das influências locais, qual é o cenário atual?

Quais são as institucionalidades utilizadas na elaboração do projeto arquitetônico das habitações que são destinadas para as pessoas com mobilidade reduzida, observando que os espaços devem ser mais amplos para que a autonomia seja efetiva, se diferenciando das habitações de planta base?

Os beneficiários com mobilidade reduzida e com deficiência, que foram contemplados com a moradia pelo Programa, são residentes dos conjuntos, são satisfeitos e autônomos dentro de seus limites?

2. CONTORNOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo principal deste trabalho foi avaliar a efetividade dos direitos sociais e os entraves institucionais e organizacionais da gestão do município de Jaboticabal-SP, das políticas públicas de habitação de interesse social, com recorte analítico central em elementos de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida⁵, com recorte temporal de 2010 a 2013⁶.

2.2 Objetivos Específicos

2.2.1 Compreender como as institucionalidades do Programa leis e instrumentos técnico-normativos referente ao Minha Casa Minha Vida e impactam sobre as necessidades de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida frente às habitações.

2.2.2 Analisar criticamente e fazer um contraponto sobre o real- o que é produzido pelo programa habitacional nas experiências pesquisadas em Jaboticabal-SP, o legal considerando as legislações federais e municipais sobre a matéria, isto é- o que a lei e a norma exigem que seja produzido e o ideal para os conjuntos de habitação de interesse social.

2.3 Entraves da Pesquisa

2.3.1 Devido a Pandemia de 2020/2021 algumas atividades previstas como pesquisa de campo não puderam ser executadas como foram previstas. A princípio, no primeiro ano da pandemia, os acessos internos nas moradias ficaram impossíveis de serem realizados, pois as habitações a serem visitadas eram de Pessoas com Deficiência e Idosos, que em sua maioria

⁵ Incluindo pessoas com nanismo, idosos, obesos e gestantes (principalmente gestações de risco, pois mesmo se tratando de uma mobilidade reduzida limitada, por um período relativamente curto frente aos demais moradores ainda necessitarão de uma mobilidade e acessibilidade melhor no decorrer dos próximos anos), e pessoas com deficiência, em um centro de análise pessoas com deficiência física, visual e mental, principalmente dependentes de tecnologia assistiva. O CAT- Comitê de Ajudas Técnicas - aprovou, em 14 de dezembro de 2007, o seguinte conceito: “Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.” (CORDE – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII)

⁶ Estão sendo feitos recortes em áreas de grande concentração de conjuntos habitacionais pertencentes ao Programa Minha Casa Minha Vida, faixa 1, com recorte temporal de 2010, período que foram entregues as primeiras habitações, a 2016, pois, após a mudança de presidência do Brasil (em 2016), o programa passou por uma análise, onde surge a criação de uma faixa intermediária entre 1 e 2, que foi denominada como faixa 1,5; incorporada no Programa a partir de 2017, período que possibilita diagnósticos consistentes e completos sobre os aspectos positivos e negativos encontrados nos ambientes construídos e que fundamentam as recomendações e as intervenções para os edifícios avaliados, como também para futuros projetos semelhantes, definindo assim um ciclo realimentador da qualidade no processo de projeto.

possuíam algum agravante na saúde, como por exemplo obesidade e alta idade. A coleta de dados dentro das moradias foi realizada apenas no final da pesquisa, o que dificultou a realização do cronograma.

2.3.2 A pesquisa contou com entrevista com os moradores locais, realizada sem a aprovação do Comitê de Ética da universidade, porém todos os questionamentos, fotos e divulgação dos dados, foram consentidos pelos moradores.

2.3.3 Alguns órgãos que retinham informações importantes para a pesquisa, como prefeitura, secretaria de desenvolvimento urbano, assistência social ficaram com atendimentos restritos e filas para devolutivas de solicitações com seleção de prioridade para respostas, onde a resposta e acesso à informação de dados pertinentes à pesquisa foram fornecidos apenas no começo de 2021 em Jaboticabal. O questionário foi enviado por e-mail ao secretário de obras e ao departamento de Habitações da prefeitura, respondido pela secretária do gabinete, onde me orientava a repassar as questões de um setor para o outro. O questionário não foi respondido por nenhum dos gestores responsáveis e nenhum funcionário apto de conhecimento sobre as questões de habitação de interesse popular.

2.3.4 Algumas alternativas foram traçadas quanto à análise do espaço construído, como por exemplo o levantamento “in loco” da implantação dos condomínios de Jaboticabal, porém o acesso estava restrito às habitações, que era o mais importante para o desenvolvimento de resultados que atingissem os objetivos específicos.

2.3.5 A comunicação com alguns moradores para entrevista de ambiência e entendimento de dificuldades de uso e autonomia frente as habitações também foi um entrave na pesquisa, conseguindo apenas contato com 5 moradores. A dificuldade se deu na comunicação direta com moradores idosos, onde a incompreensão das questões apresentadas pela pesquisadora, como por exemplo, “a inscrição para ser beneficiário do apartamento foi feita em seu nome ou em nome de um terceiro”, onde seria possível avaliar a quantidade de pessoas idosas contempladas e a porcentagem destinada a essas pessoas, não foi respondida como se esperava e muitas vezes quando reformulada a questão a incompreensão aumentava, gerando uma não resposta.

2.3.6 A dificuldade em conseguir resposta sobre entrevista semiestruturada com engenheiros da prefeitura prejudicou o andamento da pesquisa.

2.4 Metodologia

A dissertação desenvolveu uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva que objetivou verificar a implementação da política pública de habitação de interesse social para

pessoas com deficiência e também com mobilidade reduzida do PMCMV em Jaboticabal-SP, considerando a dimensão da acessibilidade desse público nos conjuntos habitacionais Aroeiras (2010) e Vida Nova I e II (2013).

Partindo de um estudo sobre como o Programa se estabeleceu no país e quais são os elementos que compõe a sua formação para que ele se torne uma Política Pública, e a partir do entendimento da Política Habitacional, buscou-se as institucionalidades, que é o poder legal reconhecido das instituições que envolvem as Políticas Públicas de Acessibilidade e Mobilidade nos Conjuntos de Habitação de Interesse Social do município de Jaboticabal, ambas no Estado de São Paulo.

Para que esses métodos fossem efetivos, foram necessárias as compreensões a partir de uma pesquisa histórica do contexto social, político e econômico, no qual a produção de habitações de interesse social do Programa e a acessibilidade, mobilidade e autonomia de PcD se inserem, investigando as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, considerando o perfil socioeconômico de tais públicos fez com que eles ocupassem a FAIXA 1 do PMCMV.

Para que fosse realizada a escolha dos conjuntos foi preciso compreender melhor as modalidades do Programa e como são estruturadas as faixas de classificação de financiamento, que se estabelecem em 4 linhas de crédito:

1. **Faixa 1:** são as famílias com renda mensal de até **R\$ 1,8 mil**. O financiamento nestes casos pode ser feito em até 120 meses, com prestações mensais que variam de R\$ 80,00 a R\$ 270,00, dependendo da renda bruta familiar. Além disso, a garantia para o financiamento é o próprio imóvel a ser adquirido. Nesta faixa, a maior parte do valor do imóvel é financiada pelo governo.
2. **Faixa 1,5:** inclui as famílias com renda mensal até **R\$ 2.600,00**. Neste caso, o financiamento do imóvel é feito a uma taxa de juros de 5% ao ano e com um prazo de pagamento de até 30 anos. Conta ainda com subsídios do governo de até R\$ 47,5 mil.
3. **Faixa 2:** para famílias com rendimento mensal até **R\$ 4 mil**. Nesta faixa de renda, o governo subsidia até R\$ 29 mil na compra do imóvel. Além disso, a taxa de juros anual varia entre 5,5% e 7% e o prazo de financiamento é de 30 anos, as famílias só podem financiar o imóvel utilizando recursos do FGTS.
4. **Faixa 3:** é para as famílias com renda de até **R\$ 9 mil mensais**. Para as que apresentam um rendimento entre R\$ 4 mil e R\$ 7 mil, a taxa de juros fica em 8,16% ao ano. Já para aqueles com renda entre R\$ 7 mil e R\$ 9 mil, a taxa de

juros anual é de 9,16%, O prazo limite para o financiamento também é de 30 anos.

No período de 2010 a 2013, o PMVMC era formado por três faixas⁷, e em cada uma dela com arranjos e modalidades distintas, que são as seguintes:

1. Fundo de Arrendamento Residencial (PMCMV/FAR), destinado para municípios que tenham em sua formação mais de 50 mil habitantes,
2. MCMV-Entidades, se destina a famílias que atuam junto a cooperativas, associações, ou entidades que não possuam fins lucrativos,
3. Oferta pública de Recursos (PMCMV/OPR), destinado a municípios onde a população chega ao máximo 50 mil habitantes;
4. PMCMV/ Rural, destinado a produção e/ou reforma de imóveis localizados em zonas rurais.

Desse modo foram estudados os conjuntos habitacionais pertencentes ao Faixa 1 classificados na modalidade do FAR, pois, o município possui mais de 50 mil habitantes.

Através da análise das Políticas Públicas, Jaboticabal foi usada como objeto empírico para esta pesquisa, pois possui características interessantes para o recorte de acessibilidade e um histórico de políticas públicas de habitação de interesse social bem desenvolvido no município.

A pesquisa seguiu dois eixos de estudos, primeiro com uma análise das características da Política Pública Habitacional do município, onde serão pontuadas as seguintes categorias de análise:

1. Quantidade de habitações produzidas dentro do Programa Minha Casa Minha Vida e quantidade de habitações destinadas à Pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
2. Localização e estudo da malha urbana consolidada;
3. Equipamentos institucionais localizados próximos aos conjuntos;
4. Tipologias dos conjuntos produzidos (casas térreas ou apartamentos);
5. Tipologia do projeto arquitetônico habitacional;
6. Equipamentos de mobilidade oferecidos nas áreas de implantação;
7. Espaços de convívios, lazer e esportes dentro dos conjuntos, quando existente.

⁷ Após a mudança de presidência do Brasil em 2016, o programa passou por uma análise, onde surge a criação de uma faixa intermediária entre 1 e 2, que foi denominada como faixa 1,5, incorporada no Programa a partir de 2017, que atende famílias com renda entre R\$1.800,00 até R\$2.600,00 reais.

E em seguida uma análise das variações analíticas voltadas para a Política Pública de acessibilidade e mobilidade de Pessoas com Deficiência (PcD e Mobilidade Reduzida (PcMR) e o direito à moradia adaptada e adequada, com os seguintes pontos de estudo:

1. Número de beneficiários com deficiência que são atendimentos por conjuntos entregues;
2. Quais acessibilidades são mais ou menos atendidas
3. Seleção das habitações destinadas aos beneficiários PcD/ PcMR e a localização (casas térreas) ou disposição (apartamentos) das mesmas;
4. Tipologia da habitação e avaliação dos espaços conforme normas da NBR 9050/15.
5. Equipamentos de apoio nos espaços internos das habitações que auxiliam na acessibilidade de autonomia de PcD/PcMR, (ex: barras de apoio nos banheiros).

Trabalhando os aspectos arquitetônicos, normas de acessibilidade como a NBR9050/2015 e NBR 16001/2004 e com as premissas do Desenho Universal⁸ que é um facilitador no dia-a-dia que qualquer cidadão, é notável uma diferença de tratamento dessas questões nos conjuntos habitacionais estudados nesse trabalho, que advém de financiamentos gerados pelos governos possui parâmetros de acessibilidade que contemplem os beneficiários que possuam mobilidade reduzida severa. O termo Desenho Universal vem decorrente do tema da Acessibilidade, e através dele é compreensível as demandas sociais como um todo, sem distinção ou restrição somente aos deficientes. Esses conceitos de acessibilidade e os níveis que eles alcançam são de extrema para os projetos arquitetônicos e urbanos, e assim serão estudados a partir das dificuldades encontradas pelos moradores com conjuntos, levando em consideração a dificuldade encontrada pelos sujeitos estudados, que serão divididos em grupos:

Quadro 1- Comparativo entre definições

COMPARATIVO	Pessoas com Deficiência	Pessoas com Mobilidade Reduzida
DEFINIÇÃO	Pessoa com impedimento de longo prazo em uma ou diversas áreas (física, mental, intelectual ou sensorial), que em interação com barreiras pode gerar diminuição da participação	Pessoa com dificuldade na movimentação, temporária ou permanente, gerando diminuição funcional dos aspectos sensório-motores e musculoesqueléticos.

⁸ Universal Design, Desenho Universal ou Desenho Livre de Barreiras foi usado pela primeira vez em 1985 pelo arquiteto americano Ronald Mace. Formado em 1966 pela Universidade Estadual da Carolina do Norte, Mace se viu envolvido com a criação de ambientes que buscassem contemplar uma maior gama de diferenças antropométricas, assim, o conceito de Desenho Universal preconiza a concepção de ambientes, equipamentos e serviços de forma a atender um maior número de pessoas.

	plena e efetiva na sociedade, gerando assim desigualdade participativa.	
PESSOAS INCLUÍDAS	Deficiente visual, deficiente auditivo, deficiente mental (intelectual), deficiente físico, deficiente múltiplo (associação de uma ou mais deficiências).	Idosos, obesos, lactantes e gestantes, e/ou deficientes físicos, anões ou pessoas com gigantismo.
TECNOLOGIA ASSISTIVA	As tecnologias assistivas para as PCD dependem do tipo de deficiência apresentado, podendo estar contempladas nas diversas categorias de tecnologia assistiva: Auxílios para vida diária e vida prática, comunicação alternativa e aumentativa, recurso de acessibilidade ao computador, sistemas de controle do ambiente, projeto arquitetônico de acessibilidade, órteses e próteses, adequação postural, auxílios para mobilidade, auxiliares de ampliação ou qualificação visual, auxílios para surdez ou déficit auditivo, auxiliares para dirigir veículos, auxiliares para esporte e lazer.	Tecnologias assistivas voltadas à ampliação de mobilidade física, como auxiliares de mobilidade, auxiliares para direção de veículos, acessibilidade arquitetônica, auxiliares para vida diária e prática, órteses e próteses. Principais auxiliares utilizados: cadeira de rodas, órteses ou próteses, bengalas, muletas e andadores.

Fonte: BERSCH, RITA (2013); LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

Elaboração de Própria autoria.

A partir da discussão de cada ponto descrito, foi possível avaliar as Políticas Públicas, entraves, institucionalidades, efetividades e eficácias do PMCMV e as Políticas de Acessibilidade, e como elas foram desenvolvidas e sua importância no desenvolvimento social do município.

Jaboticabal é uma cidade localizada no interior do estado de São Paulo e pertence a região administrativa de Ribeirão Preto, possuía em 2010, 70.472 habitantes, atualmente, segundo estimativas do IBGE (2019), o município conta com mais de 77.270 habitantes. A partir da análise das condições de vida de seus habitantes, chegasse a uma média de R\$ 2.657 reais como renda domiciliar, onde mais de 12% das residências não superam meio salário mínimo per capita.

O município conta com um déficit habitacional baixíssimo e uma política urbana que evita a segregação desses conjuntos habitacionais, e os mesmos geralmente são construídos

como condomínios verticais, e mesmo que distante do centro, ainda são localizados dentro da malha urbana consolidada, ocupando os vazios urbanos.

O município produziu habitações nos anos de 2010 a 2013, dentro de um recorte foram estudadas as produções dos anos de 2010 e 2013, pois foram os anos em que foram construídos os conjuntos habitacionais de maior relevância para a pesquisa, além de ser possível produzirem um comparativo de evolução do uso de equipamentos voltados para a acessibilidade e mobilidade de pessoas com deficiência nos conjuntos e de observação das institucionalidades e pós-ocupação mais eficaz. Os conjuntos habitacionais estudados são Condomínio Residencial Aroeiras (2010, 80 U.H.) e Conjunto Habitacional Vida Nova I e II, escolhidos por possuírem maior concentração de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida inscritas no Programa Minha Casa Minha Vida, de acordo com os dados fornecidos pela secretaria de desenvolvimento urbano da prefeitura local.

Decorrente de suas conformações urbanas e sociais, foram estudadas algumas categorias analíticas, sendo analisados o desenvolvimento territorial, economia municipal e desenvolvimento social, que darão maior suporte para que a pesquisa, como:

1. Desenvolvimento Territorial: Região Administrativa, dimensão urbana e área consolidada, grau de urbanização, densidade demográfica;
2. População: Projeção da população, número de Pessoas com Deficiência, número de idosos, taxa de crescimento populacional, taxa de analfabetos;
3. Emprego, Rendimentos e Economia: Empregos formais e informais, áreas de empregos, rendimentos, número de PcD e PcMR empregadas, PIB, PIB per capita;
4. Condições de Vida: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), condições dos domicílios, renda per capita, índice de vulnerabilidade social;
5. Habitação e Infraestrutura: Domicílios particulares com espaço suficiente, domicílios particulares permanentes com infraestrutura interna adequada, abastecimento de água e energia, coleta de lixo e esgoto, serviços de transportes;

As próximas etapas foram dependentes dos resultados obtidos através das investigações iniciais. Foram classificadas as características essenciais envolvendo o tema da política inclusiva aplicada aos conjuntos habitacionais com base nas publicações dos autores já mencionados.

Cumprido essa etapa, a pesquisa passou para o âmbito de pesquisa Exploratória, com levantamento de dados do município, levantamento documental, visitas “in loco” dos conjuntos habitacionais e moradias selecionados, métodos de escolhas dos beneficiários e as regras que

os mesmos devem seguir para se enquadrarem no Programa, além do levantamento arquitetônico do elementos que compõe os projetos habitacionais, buscou-se identificar os reais problemas encontrados na circulação de pessoas com mobilidade reduzida dentro das áreas comuns, áreas de serviços, e espaços privados das unidades habitacionais, compreendendo de que forma estes espaços vêm sendo construídos e como essas questões vem sendo abordadas pelo poder público e pelo usuário, deficientes ou não, que se compõe pelos parentes das pessoas com deficiência, e pelos demais moradores dos conjuntos, a partir da visão dos gestores e de implementadores das leis e normas, uma vez que se seguida todas as orientações definidas em normas e leis, as habitações devem ser construídas com parâmetros que supram grande parte da necessidade dos beneficiários.

Decorrente dessas informações foi possível avaliar a acessibilidade, mobilidade e autonomia de PcD nos conjuntos habitacionais de interesse social nos conjuntos escolhidos, e identificar as variáveis analíticas a partir da Política Pública Habitacional e da Política Pública de Acessibilidade.

A análise bibliográfica apresentada ao lado da pesquisa de observação “in loco”, com o questionário respondido pelos moradores (tendo como base as pessoas com mobilidade reduzida moradoras dos conjuntos analisados, secretários de habitação de interesse social, integrantes dos grupos de síndicos dos condomínios, agentes sociais municipais, secretários da habitação, secretários de assistência social, secretário do desenvolvimento social) integrante da aquisição de referências que promovam a avaliação do pós- ocupação dos conjuntos, para compor a análise da qualidade habitacional destes.

Também foi apresentada entrevistas com os responsáveis pelo setor de desenvolvimento urbano do município, secretários, engenheiros, gestores públicos que são envolvidos no processo de produção dos conjuntos habitacionais, bem como os assistentes sociais e secretários de desenvolvimento social.

Dentre os questionários aplicados, apenas os que eram direcionados aos moradores foram respondidos. O questionário enviado aos secretários da prefeitura, não foi respondido por nenhum dos agentes habilitados sobre a questão social e de desenvolvimento. Embora tenha sido solicitada uma reunião presencial para que o questionário pudesse ser respondido, ainda em época de grande contaminação na pandemia, não foi possível a realização presencial, desta forma, encaminhei por e-mail as questões aos secretários de desenvolvimento urbano, ao secretário de desenvolvimento social e ao secretário de obras e serviços, onde não obtive nenhum retorno. Também foram realizadas tentativas por telefone, e foi informado que seria necessário o envio do e-mail novamente, seguindo ao final da pesquisa, sem nenhum retorno.

2.5 Etapas de desenvolvimento da pesquisa

São descritas as etapas para os cumprimentos dos objetivos gerais e específicos da pesquisa, a partir da metodologia empregada.

I. Embasamento teórico das políticas públicas habitacionais no Federais, Estaduais e Municipais e o mesmo para as políticas de inclusão de PcD dentro do Programa Minha Casa Minha Vida.

Para os objetivos específicos 2.2.1, realizar um aparato para se entender como o Programa Minha Casa Minha Vida é criado e como ele se estabelece de maneira geral no país, e estendendo o entendimento sobre como ele é trabalhado em Jaboticabal. Da mesma maneira a análise das políticas sociais de inclusão de PcD na habitação de interesse social.

II. Classificação da acessibilidade no atendimento de PcD e com Mobilidade Reduzida.

Serão analisados como são feitos os atendimentos primários junto aos órgãos competentes as inscrições para o benefício do PMCMV, como assistência social e setor de desenvolvimento territorial, atendimento na prefeitura em geral. Compreendendo como são feitos os atendimentos ao público no geral e como são tratadas as pessoas que necessitam de atendimento diferenciado, se existem profissionais preparados dentro dos órgãos e se há compreensão total do benefício por parte do beneficiário.

III. Análise crítica, Legal- Real- Ideal.

Para o objetivo específico 2.2.2, com todos os resultados obtidos até então, identificar quais são os reais problemas que necessitam de compreensão por parte dos profissionais envolvidos no processo de produção e do governo para que a acessibilidade seja efetiva, analisar quais são as leis mais cumpridas na produção das habitações e quais são as mais descumpridas e a partir do conteúdo investigado dar novas diretrizes para que a acessibilidade e mobilidade tragam autonomia para as PcD.

IV. Classificação da qualidade da acessibilidade no espaço projetado.

Feito os recortes temporal e local, buscará neste momento entender como se dá o planejamento para a inserção dos conjuntos habitacionais nas cidades, como a acessibilidade e mobilidade de pessoas com mobilidade reduzida são tratadas, desenvolvendo um comparativo entre as políticas públicas vigentes e de como essas estão sendo aplicadas nos conjuntos habitacionais de interesse social. Trabalhar com Check list de elaboração própria, incorporando os elementos constatados que promovem a acessibilidade e a mobilidade nesses conjuntos e em

seu entorno próximo, de acordo com os parâmetros da norma da ABNT 9050/15, além dos parâmetros estabelecidos pelo Decreto 7.449/11, Decreto Federal nº 5.296/04 e Lei Decreto 10.096, nas áreas externas de uso comum e nas áreas privadas das moradias para identificar os elementos promotores de acessibilidade e os que são barreiras.

A partir da elaboração do Check-list foram feitas as abordagens dos moradores, indicados pelo síndico, como beneficiários cotistas PcD e Idosos. A abordagem ocorreu em dois períodos, de manhã e à noite, pois muitos moradores não estavam em suas residências devido ao horário de trabalho, e muito idosos preferiram estar acompanhado de suas famílias para responder melhor as perguntas. Todas as pessoas que fizeram parte do levantamento, estavam de acordo em participar da pesquisa, e autorizaram as fotos realizadas in loco. Também foram explicadas todas as perguntas e acompanhados no momento de responder o questionário, para que as conclusões do trabalho obtivessem resultados verídicos.

Com todos os resultados obtidos até então, identificar quais são os reais problemas que necessitam de compreensão por parte dos profissionais envolvidos no processo de produção e do governo para que a acessibilidade seja efetiva, analisado quais são as leis mais cumpridas na produção das habitações e quais são as mais descumpridas e a partir do conteúdo investigado foi dado novas diretrizes para que a acessibilidade e mobilidade tragam autonomia para as PcD e de que modo eles podem se adaptar estabelecendo parâmetros que atendam às necessidades de locomoção, frente a limitações motoras.

V. Organização, Avaliação e Sistematização do Material.

Dados os pontos de compreensão da temática e com os resultados das pesquisas, sendo favoráveis ou desfavoráveis será traçada uma discussão com embasamento teórico advindo a bibliografia e da pesquisa de campo. Completadas todas as etapas precedentes, será feita uma sistematização das análises de modo a compreender e explicitar como a acessibilidade é tratada quanto a projeto e produção de conjuntos habitacionais em Jaboticabal-SP.

3. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

3.1 Definições sobre Política Pública

O termo Políticas Pública possui um conceito amplo e atualizado dentro das discussões as Ciências Políticas, e estão diretamente ligadas as questões políticas e governamentais que ajustavam a relação entre Estado e Sociedade, estados fortemente na segunda metade do século XX pelas academias norte-americanas e europeias, que buscavam explicar essa relação e o papel do Estado e seu potencial sobre a vida da sociedade. A política pública surge como meio de solucionar problemas que atingem a população, geralmente em grande massa, podendo ser de grupos ou situações específicas, ou de maneira geral, onde toda população seja atingida, e são formadas por governos, onde são sempre analisadas as situações em que a política pública formulada será empregada, geridas por autoridades e organizações vindos de uma ramificação articulada, com essa discussão a identificação de qual o grau de cobertura que a Política do PMCMV atinge, e sua aderência sobre as normas e leis que incluem a acessibilidade e mobilidade de PcD inclusos no programa.

O PMCMV é uma política pública e como tal influencia diretamente na vida dos cidadãos, propiciando que o direito social de acesso à moradia se torne uma realidade para uma parcela da população que é caracterizada por possuir baixa renda. No entanto, a população de baixa renda não é homogênea e sim diversificada e um dos atributos que será objeto de recorte desta população de baixa renda é a presença de algum tipo de deficiência ou de mobilidade reduzida.

Além das Ciências Políticas, Economia, Administração, Direito e Ciências Sociais, estão diretamente ligadas as Políticas Públicas, onde são renomeadas como políticas econômicas, políticas administrativas, políticas externas, políticas sociais, e outras políticas que se referenciam as ações do Estado. As políticas públicas sociais são as que mais impactam na vida da sociedade, e são ramificadas em setores públicos, como saúde, educação, transporte, segurança, saneamento básico, habitação, entre outras, fazendo-se assim necessárias para o estudo aqui exposta, uma vez que se discute o acesso a diversos setores essenciais para a vida digna, principalmente os que partem da habitação, como por exemplo segurança física e estrutural, infraestrutura, saneamento básico, acessibilidade e acesso.

Para avaliarmos os processos de Política Pública, Avaliações e Ciclos, precisamos antes compreender sobre sua definição funcional, para que posteriormente tratarmos sobre os atores, estruturas e ideias.

Seguimos para algumas definições que compõem a explicação sobre políticas públicas em seus primórdios, apresentando de maneira resumida as ideias dos primeiros escritores sobre o tema:

Laswell (1936) apresentou a expressão *policy analysis* (análise de política pública), nos anos de 1930, onde buscava o acordo do conhecimento acadêmico e científico com a produção real baseado na experiência dos governos, que por sua vez estabeleceria uma relação entre os cientistas sociais, grupos de interesse com o governo, onde, decisões e análises sobre o tema buscam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. A análise da Política Pública do PMCMV buscar identificar quais são os ganhos e entres enfrentados pelos governos e sociedade, uma vez que é possível uma consideração mais afim sobre a influência governamental e seus impactos sobre o programa e a dessa mesma forma para o cumprimento da acessibilidade.

Simon (1957) incorporou ao conceito de política pública a racionalidade limitada dos comandantes de decisões públicas (*policy makers*), sugerindo que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pela noção racional, uma vez que a racionalidade dos decisores públicos se torna sempre limitada dentro dos conhecimentos dos problemas sociais, tais como informação que não chegam de completas ou que se tornam imperfeitas, além de interferirem no tempo para a tomada de decisão, regidos também pelo auto interesse dos decisores e outras variáveis, mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser intensificada até um ponto admissível pela geração de estruturas, que são os conjuntos de regras e incentivos que enquadram o comportamento dos atores e adapte esse comportamento na direção dos resultados apontados, impedindo, até mesmo a busca de potencialização de interesses próprios. Dessa maneira enquadra-se a questão da acessibilidade na discussão da Política Pública habitacional, uma vez que são postos como elementos de composição, porém não efetivos como necessários, implementados de maneira racional, porém executados pela racionalidade, que neste caso eleva o econômico ao invés do ideal.

Lindblom (1959) interrogou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e sugeriu a inclusão de outras questões pertinentes à elaboração e análise de políticas públicas, como por exemplo as relações de poder e a inserção entre as diferentes etapas do processo decisório, onde não haveria necessariamente um fim ou um começo. Assim, questionou o porquê das políticas públicas necessitariam adicionar outros elementos à sua elaboração e à sua análise além das

discussões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. Ampliando a discussão da acessibilidade nos conjuntos habitacionais, para outros pontos pertinentes na implantação da política, como elementos de gerais que incluem escolha da área de inserção, que fariam parte do elemento máximo e até a instalação de elementos de apoio às PcD, como barras de apoio e piso tátil.

Easton (1965) cooperou para a discussão sobre a formulação do conceito de políticas públicas ao defini-la como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, as políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que interferem em seus resultados e efeitos. Seguindo este conceito entenderemos como se dá a formulação da Política Pública Habitacional do PMCMV, como ela é efetivamente executada e como se compõe o ambiente realmente construído.

Outras definições mais diretas foram definidas, como a de Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Dye (1984) resume a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Mead (1995) a determina como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, como a habitação e o acesso a ela, e principalmente aqui estudo, o acesso a habitação acessível às PcD. O que realmente é feito está em acordo ou em desacordo com as institucionalidades estabelecidas?

Segundo Howlett, Ramesh, Perl (2013), em uma definição mais recente sobre Política pública, relata sobre sua ramificação, sugerindo “a *policy-marking* trata fundamentalmente de atores cercados por restrições que tentam compatibilizar objetivos políticos (*policy goals*) com meios políticos (*policy means*), num processo que pode ser caracterizado como ‘resolução aplicada de problemas’. “Partindo de um processo que se desencadeia a partir da descoberta de um problema, aplicar sobre eles algumas alternativas de resolução, chamadas de *naming*, *blaming*, *framing* e *claiming*, que diz sobre nomear o problema, encontrar os que motivou o problema, moldar sobre as soluções encontradas e por fim, cobrar pela resolução, que são envolvidos em processos de manejos de objetivos políticos por meio de decisão e discursos, que usufruem de instrumentos políticos (*policy tools*), buscando alcançar os objetivos.

O desenvolvimento que forma a compatibilização de objetivos e meios possui duas linhas de análise, divididas entre técnica e política, onde a primeira busca pela relação ótima entre os objetivos e instrumentos, onde a escolha do instrumento influenciará no resultado final, e a segunda se torna política, pois as escolhas traçadas na primeira linha não será atingirá de forma unanime todos os atores envolvidos. Devido ao conhecimento limitado sobre os reais problemas enfrentados pelos meios sociais, econômicos, ideais, os atores traçam os caminhos

a serem seguidos pelas políticas de acordo com o que eles idealizam que seja “problemas” dentro da sociedade e gerem com as regras que sejam viáveis e aceitáveis no meio política.

Dessa maneira, a temática da acessibilidade se estabeleceu inicialmente como uma problema potencial, onde se encontra soluções arquitetônicas e priorização no atendimentos dessa massa populacional, com insumos legais para serem desenvolvidos na implantação dos conjuntos habitacionais, dessa forma, a fiscalização municipal dos órgãos competentes, geralmente setores de desenvolvimento urbano que são responsáveis pela aprovação dos projetos arquitetônicos e fiscalização devem também cobrar a efetiva execução dos parâmetros arquitetônicos que são descritos na NBR 9050/2015, estreitando-se assim a deficiência construtiva nas habitações destinadas as PcD.

Existem diversas definições empregadas sobre política pública que se encaixam na ótica de que se trata de um processo técnico político que busca pela compatibilização de objetivos e meios entre os atores sociais sujeitos a restrições. Segundo Howlett, Ramesh, Perl (2013), “essas todas definições postulam que as políticas são ações intencionais de governos que contêm tanto algum ou alguns objetivos articulados”, assim entende-se que exista interesse políticos maiores que o interesse em se atingir a massa da sociedade ou grupos específicos que buscam pela implantação de política sociais mais efetivas. Não é estabelecida qual é a melhor definição para ser usada sobre o que é política pública, todas a definições formam um conjunto que abrangem de maneira mais efetiva as áreas de estudo que dependem dessa ciência.

Algumas outras definições também foram colocadas em discussão no decorrer dos anos, que trabalhavam a política pública como um resolvidor de problemas. Algumas dessas definições eleva o potencial de discussão sobre ideias e interesses, concentrando a discussão no papel do governo, e minimizam os processos de racionalização e procedimentos que envolvem a política, deixando em segundo plano os conflitos e os limites de decisão que os governos possuem, excluindo ainda as possibilidades de ajuda entre o governo, instituições e grupos sociais.

Ainda assim, todas as definições acerca do tema tendem para os debates que envolvem os interesses, primazias, ideias, ideais que se unificam, que se tornam em governos, avaliando o todo como algo mais importante, do que a junção das partes, onde indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses pesam menos nas escolhas e definições das políticas a serem empregadas. Assim, podemos definir que política pública parte do princípio de “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação com variáveis independentes, e que quando se tornam necessárias, é preciso propor mudanças que conjuntem em variáveis dependentes, ou seja,

através de suas finalidades descritas nos programas e ações, e a partir disso produzir os resultados e mudanças que a sociedade necessita.

Essa pesquisa se pauta nesta contextualização, a ação do governo e as criações de leis que asseguram a acessibilidade e ainda os seus suportes técnicos para o assegurar das diretrizes que devem ser implantadas, como por exemplo a NBR 9050/2015 e a avaliação da produção habitacional de interesse social, consolidada em programas governamentais que asseguram o direito à moradia digna.

A política pública se desenvolve então com duas alusões. A primeira é que a área se torna território de vários outros modelos analíticos, disciplinas e teorias. Assim, apesar de ter suas próprias formações, teorias e métodos, a política pública abrange não apenas a ciência política, podendo ser objeto da psicologia, sociologia, economia, filosofia, e da econometria que se refere a uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que ganha grande influência de técnicas quantitativas e modelos econométricos.

A segunda é que o mesmo com a sua tendência de se encaixar em diversas áreas, não significa que ela seja fraca em teoria e metodologia, mas sim que ela agrupa diversas discussões importantes para a sociedade. Por fim, após delineadas e estabelecidas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando colocadas em ação, são implementadas, sendo em seguida submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Qual é o papel do Estado perante as demandas sociais por definições e implementação de políticas públicas?

A junção dos segmentos de regras que caracterizam na noção de Estado é formada pela aglutinação de sociedades que habitam um determinado território, buscando pela proteção da propriedade privada e regulação de competências gerais e coletivas, se subordina a regras e acordos comuns.

A sociedade não se opõe às teorias organicistas, que são focadas no valor que a sociedade, ou como ditam as teorias mecanicistas, que moldam a sociedade como uma soma de fragmentos, onde o homem é um ser social e o Estado passa a desenvolver funções diferentes e que são necessárias para a manutenção da vida em coletividade.

Rousseau (2003) afirmava que a liberdade natural do homem, seu bem-estar e sua segurança seriam preservados através do contrato social. A partir desse pensamento podemos levar em consideração que o Estado seria encarregado de gerir a sociedade civil.

A formação da ideia de um contrato social aparece para resguardar a propriedade privada, que segundo Rousseau, seria o primórdio da desigualdade entre os homens, onde ocorreriam desavenças uns contra outros. Desse modo, o contrato social faz com que haja parte ativa e passiva, assim estabelece um acordo verdadeiro, onde o anseio de cada indivíduo é colocado em segundo plano e sobressai a vontade de todos. Assim, a sociedade é posta em primeiro lugar, seguida pelo Estado. A formação do Estado se estabelece a partir do conjunto de regras que é caracterizado por um contrato social. Bonavides (2000), reforça essa ideia:

A burguesia triunfante abraça-se acariciadora a esse conceito que faz do Estado a ordem jurídica, o corpo normativo, a máquina do poder político, exterior à Sociedade, compreendida esta como esfera mais dilatada, de substrato materialmente econômico, onde os indivíduos dinamizam sua ação e expandem seu trabalho (BONAVIDES, 2000, p. 70).

Desse modo, o Estado se configura como um conjunto de normas que busca resguardar e atender a vontade de um grupo com o maior número de pessoas, para que possa abranger melhor as questões que precisam de solução. Passando assim a ser formado pela mistura entre o ordenamento jurídico e suas normas, o Estado ganha competência determinante concentrando a junção de interesses e poderes, que dentro da sociedade democrática se torna viável a autorregulação, e os freios e os contrapesos, conhecidos por *check and balances*. Nesta pesquisa, essas questões são discutidas primeiramente sobre a questão do plano de habitações de interesse social, que são atualmente ordenadas no Brasil pelo PMCMV, e expandido o campo de estudo, abrange a discussão sobre a acessibilidade dentro do Programa, discorridos a partir do interesse e necessidade social, descrito como direito humano essencial à habitação e o acesso a ela.

Esse entendimento sobre o papel do Estado perante a sociedade, salienta o Estado como um tutor paternalista, que possui grandes demandas vindos de reivindicações sociais para preencher setores institucionais, sociais e organizacionais. Desse modo, a partir da proteção da sociedade, o Estado gera métodos para mostrar o seu poder. A democracia e suas linearidades, como o direito ao voto, à proteção da propriedade, dentre outros, geram a relação do contrato social entre a instituição Estado e a sociedade, que por sua vez se molda em benefícios em prol da coletividade e bem-comum.

Assim também se faz nas questões do direito à moradia, seu acesso a ela não pode ser vedado, necessário que haja além do direito a moradia o direito a cidade, educação, saúde e lazer, que devem se inclusos nos planos de implantação dos conjuntos habitacionais, para isso são necessários estudos de áreas adequadas para a construção dos mesmos.

Para que o sistema público funcione de maneira a promover eficiência e eficácia⁹, é necessário envolver a análise da governança, que segundo Pereira (2012) significa a capacidade que os governos possuem em elaborar e implementar a política pública. Avaliar a implementação e a implantação da política pública trará subsídios necessários para uma formulação de planos de ação que suprirá as necessidades e entraves encontrados na política atual.

Assim, concluímos que o papel do Estado frente a sociedades complexas e extensas como a do Brasil, estão mais perto da ótica teórica dos que concordam com uma “autonomia relativa do Estado”, segundo Souza (2002), e que de acordo com Evans, Rueschmeyer e Skocpol, (1985), faz com que o mesmo possua uma área própria de atuação, mesmo que seja permeável a influências externas e internas. A autonomia relativa gerada neste contexto, cria competências (onde ambas são variáveis de acordo com o contexto em que se inserem) que geram condições para a implementação de objetivos de políticas públicas, podendo assim surgir ações variáveis para cada município ou região, gerando planos de ações moldáveis a cada situação.

O ciclo da política pública

As etapas que formulam o ciclo das políticas públicas são baseadas nas variações e interpretações de *policy markers* e possuem grande influência na tomada de decisões, que por vez, possuem interferências advindas dos interesses dos atores e vivências técnicas e pessoais dos mesmos. O ciclo é formado por cinco etapas:

Tabela 1- Cinco estágios do ciclo político e sua relação com a resolução aplicada de problemas.

	Resolução do problema	Estágios no ciclo político
1	Reconhecimento do problema	Montagem da agenda
2	Proposta de solução	Formulação da política
3.	Escolha da Solução	Tomada de decisão política
4.	Efetivação da solução	Implementação da política

⁹ Eficiência: Capacidade de realizar tarefas ou trabalhos de modo eficaz e com o mínimo de desperdício; produtividade. Tendência ou aptidão para ser efetivo; capacidade de realizar ou desenvolver alguma coisa demonstrando eficácia; efetividade. Particularidade demonstrada por pessoas que conseguem produzir um ótimo rendimento, quando realizam alguma coisa; característica do que é eficaz.

Efetividade: Característica, particularidade ou estado do que é efetivo (que é capaz de causar um efeito real); efetividade trabalhista. A consequência ou o efeito do que é real; a realidade ou a existência.

Fonte: Howlett, Ramesh, Perl (2013, p. 15)

Em destaque está o primeiro item da etapa do ciclo, a Montagem da Agenda, que se sobressai devido ao seu potencial decisório e de impacto na sociedade, uma vez que são escolhidos os temas para serem estudados e posteriormente implementados como política e outros temas não. Segundo Souza (2002), “alguns caminhos dentro dessa linha focalizam mais os participantes do processo decisório e outros o próprio processo. Cada participante e cada processo pode atuar como um incentivo ou como um ponto de veto”.

A definição da agenda pode acontecer a partir de três fatores:

- I. Quando existe um problema eminente;
- II. Quando há necessidade de inserir algum tema dentro do meio social;
- III. Quando existem dois grupos distintos buscando com um objetivo comum;

O primeiro ponto podemos destacar como exemplo a atual a pandemia do Covid-19, onde se faz necessário uma ação rápida do governo, ou então os atos de feminicídio. O segundo item, pode se destacar a própria temática da pesquisa, os direitos de pessoas com deficiência perante a sociedade e a cidade, onde aglutinado com o direito a moradia digna se tornam pontos fortes de discussão e necessitam de planos de ações que contemplem ambas temáticas de maneira única, assim elabora-se ações onde o governo influencia a sociedade sobre suas ideologias, ou maneiras de ver o mundo, buscando uma consciência coletiva, onde o processo se inverte, e é o governo o responsável pela persuasão para que a política seja implementada como forma de consenso. A terceira pontuação se dá pela divisão de dois grupos, os visíveis na sociedade, como políticos mídia, grupos militantes, partidos e por grupos invisíveis, que atuam diretamente na busca pela resposta do problema imposto, ou seja, os acadêmicos e a burocracia, onde a agenda é definida pelos visíveis e as alternativas para a tomada de decisão definida pelos invisíveis, como a questão da acessibilidade e o direito ao acesso a moradia, lutados por atores visíveis na sociedade, mesmo que em grupos pequenos ou não privilegiados, mas que contam com as posturas adotadas pelos grupos invisíveis na luta pela garantia de seus direitos.

A formulação por sua vez acontece a partir da discussão dos problemas definidos na agenda, e com a junção de soluções possíveis que atenderiam os problemas destacados, nessa fase se enquadram também os métodos, programas, ações e estratégias, se dirigindo para a construção de uma alternativa que alcança de maneira mais abrangente o objetivo estabelecido na agenda. Souza (2006) assegura que a formulação de políticas públicas se compõe no estágio

em que os governos democráticos executam seus propósitos, antecipadamente expostos no período eleitoral e que irão modificar o contexto atual no qual estão inseridos.

Segundo Silva, Mota, Dornelas, Lacerda (2017, p. 35), na fase do ciclo político, o processo de tomada de decisão pode se estruturar de três formas:

- a) a partir de problemas para formulação de soluções;
- b) por meio de ajustes dos problemas às soluções disponíveis, num processo simultâneo e comparativo entre os problemas existentes e as soluções propostas;
- c) mediante a disponibilidade de soluções que perseguem a detecção de problemas, já preferidos pelos tomadores de decisão e propensos a serem identificados pela opinião pública como questões específicas que necessitam ser transformadas em política pública (Silva, Allan Gustavo; Mota, Leonardo; Dornelas, Carina e Lacerda, Alecksandra 2017, p. 35

Desse modo, em discussão, ressaltamos a necessidade da política pública habitacional se fez necessária no Brasil desde muito cedo, com início nas habitações para os fundiários e aos poucos ganhando espaço para o suprimento do déficit habitacional, passando por diversos programas e empregos distintos até chegar no PMCMV, e a partir desse novo programa estamos em busca da efetivação dos critérios definidos por leis para habitações acessíveis para PcD, que também estão em discussões crescentes no país.

Seguindo o ciclo da política, a próxima etapa se refere a implementação, como a política está sendo efetuada e suas transformações no meio social. A implementação tem se constituído como subárea, que é de extrema importância pois se trata da etapa que intermedia entre a formulação da política a ser aplicada e a sua avaliação. Os estudos aplicados na implementação podem identificar problemas de elaboração que podem ser corrigidos sem maiores dificuldades, esses problemas podem surgir ao longo da implementação e estarem fora da área de pesquisa e objetivos empregados na sua elaboração, pois se trata de uma nova ação dentro de grupos sociais já consolidados ou em formação, que podem gerar questões que antes não foram previamente elaboradas. Em vista disto, destaca-se a implementação das políticas públicas habitacionais aqui estuda, e as políticas públicas de acessibilidade para PcD e PcMR, e como foram sendo traçados os critérios que auxiliaram na elaboração e posterior implementação dos parâmetros arquitetônicos nas moradias, áreas de convívio e áreas de passagem.

Quando a identificação dessas variáveis que não estavam no cronograma e a influência delas sobre a implementação da política pública é feito de modo certo, se torna mais fácil a elaboração de soluções para corrigir os problemas que podem surgir. Medidas como adotar pavimentos térreo para PcD e PcMR pode ser considerado como um meio simples de solucionar as questões de mobilidade dentro dos conjuntos habitacionais, uma vez que os mesmos não possuem elevador.

Mesmo com a existência de variáveis, a burocracia no processo da implementação da política é de extrema importância, conhecido como burocracia de linha (*street-level bureaucracy*), elaborado em 1980 por Liksky, onde trata o processo burocrático como treinamento e qualificação de servidores, que são os atendentes de serviços públicos, policiais, professores, médicos, e outros profissionais que trabalham prestando serviços públicos, adotando diariamente decisões que impactam a vida da população, que por vezes podem ir contra os objetivos estabelecidos pela política pública, se enquadra nesse sistema o papel dos profissionais arquitetos e gestores de obras responsáveis pela aprovação e fiscalização dos conjuntos habitacionais, uma vez que em lei asseguram os parâmetros de acessibilidade, e em loco não é possível concluir a execução dos itens inseridos em projetos e normas técnicas.

O desenvolvimento da burocracia de linha está diretamente ligado à ampliação dos direitos sociais e a prestação de serviços as pessoas mais necessitadas, que segue o modelo norte-americano, ou a prestação de serviço a todos, seguindo o padrão socialdemocrata europeu, sem no projeto a distribuição de renda. As questões vindas do processo burocrático têm se feito presente em discussões sobre o seu papel e limites, onde se avalia a teoria da escolha racional ao invés do conceito já empregado de agente x principal.

Segundo Souza (2002), essa nova teoria se dá pela busca em “estabelecer as ligações e formas de controle entre quem decide, isto é, o principal, ou seja, políticos eleitos, quem executa o que foi decidido, isto é, o agente, ou seja, a burocracia”. No caso dos conjuntos habitacionais, sua união com os parâmetros arquitetônicos empregados para que se alcance a autonomia de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, são definidos conforme a lei e normas, porém em sua execução parte dessas definições se enfraquecem ou se perdem completamente, assim, estamos em busca de respostas para se identificar as causas e os autores responsáveis por essa não implantação adequada.

A partir da teoria racional, a influência que o principal possui sobre o agente é complicado e custoso, para que seja facilitado, as soluções ficam a cargo do mercado, porém, as vezes não se torna possível, e essas soluções passam a serem regidas por instituições e/ou organizações, e instancias que tem delegação de poder, que neste caso seria os agentes, para que ajam de acordo com o que o poder, o principal, o delegou.

Assim, na política pública, a burocracia poderia definir políticas divergentes aos interesses de políticos que foram eleitos ou a política poderia ser implementada com mudanças das quais foi elaborada. Para que essas mudanças não aconteçam, é necessário que o agente cumpra o que lhe foi imposto pelo principal, onde se define quatro soluções, segundo Souza (2002):

7.1 O cuidadoso desenho do contrato firmado com o agente, com mecanismos de compensação que o motivem a atender os interesses do principal, estimulando-se também a competição entre os agentes.

7.2 Através de mecanismos de seleção que identifiquem talentos, habilidades e as melhores características para o cargo.

7.3 Monitoramento dos agentes, com a instituição de procedimentos que façam com os agentes sejam passíveis de controle por aqueles que recebem seus serviços. É a chamada fiscalização "alarme de incêndio". Exemplos desse tipo de fiscalização seriam a inscrição de números de telefones nos carros, linhas-diretas para denúncias e audiências públicas.

7.4 Controles institucionais, especialmente por instituições ou grupos de interesse que se opõem à política pública que está sendo implementada pelos agentes. (Souza, Celina. 2002, p.20)

A partir deste contexto, as análises sobre a implementação de políticas públicas devem ser voltadas para 4 grupos de análise e desenvolvimento, onde o primeiro foca no grau de conhecimento e capacidade das organizações e dos implementadores sobre a política que está sendo implementada, a segunda nos vários processos que compõe a implementação, englobando os possíveis problemas de execução, terceiro se volta ao papel dos atores e dos agentes na implementação, e por último o grau de descrição que a burocracia deve ter quando se implementa a política pública.

Concluindo-se assim os quatro passos para a implantação ideal da política pública de acessibilidade nos conjuntos habitacionais de interesse social, onde primeiro se busca o conhecimento do déficit habitacional e a elaboração do PMCMV, como busca de reformular os programas antecedentes e suprir as necessidades que os mesmos tinham, e unido a essa temática o suprimento do déficit habitacional de PcD e PcMR, gerando uma aliança na elaboração dos parâmetros como já discorrido acima. Em segundo plano a formulação completa da política de habitação de interesse social no Brasil e os possíveis entraves que possam acontecer na execução, e para isso a flexibilização projetual e burocrática em cada município. O terceiro ponto de estudos e execução se dá sobre o papel dos atores e papel dos agentes, que estão ligados diretamente a gestão de cada cidade ou região, e estamos em busca dessa análise, uma vez que os responsáveis pelas aprovações e fiscalização da construção dos conjuntos se tornam diretamente responsáveis pelo cumprimento da lei.

Finalizando a contextualização breve sobre a implementação das políticas públicas e suas ramificações dentro do processo, podemos assim, redirecionar rumos, sugerir reformulações nos objetivos ou redesenhar, reavaliando alguns custos inclusos até na avaliação.

Dentro desta pesquisa, foi analisado a última etapa do ciclo de políticas públicas, a avaliação dos resultados da política implementada do Programa Minha Casa Minha Vida e as Políticas de Acessibilidade para o Pessoas com Deficiência e Pessoas com Mobilidade Reduzida.

Entrando na última etapa do ciclo de políticas públicas, a avaliação se define como um indicativo sobre os resultados da política implementada, se estão contribuindo com aspectos desejáveis e já esperados na formulação, se existem mudanças significativas no sistema econômico, social que os objetivos almejavam. Avaliar significa compreender o que funciona, para quem funciona e em quais situações funciona. Avaliarmos como são executados os projetos habitacionais, como se inserem no meio urbano e como se consolidam na cidade, e a partir disso, como impactam na vida dos beneficiários, se contemplam todos os beneficiários e se são eficientes, e assim, concluir e propor mudanças ou potencializar planos já inseridos em sua formulação.

Algumas maneiras são utilizadas para conceituar a avaliação dentro do processo de políticas públicas, onde corriqueiramente, os conceitos são voltados para os desdobramentos do mesmo, que consiste nas legislações, programas, planos, projetos que vem da avaliação, ainda que, a formulação inicial da política pública precise ser o guia da avaliação dos seus desdobramentos.

É pertinente realizar análise do processo de desenvolvimentos das duas políticas públicas estudadas, habitação e acessibilidade, e como elas foram se moldando, realizando seus desdobros afim de estabelecer novas diretrizes no decorrer do tempo.

Seguindo a conceituação básica de avaliação, são levantadas algumas formas de como a avaliação aparece no processo das políticas públicas, que serão descritos em dois momentos, o primeiro sobre alguns tipos de avaliação e o segundo às questões metodológicas.

Em primeiro momento a avaliação pode ser uma abordagem sobre a avaliação de processos e/ou de resultados, onde em processos ela busca pela verificação da eficácia. A importância dessa forma de se analisar a avaliação está no fato de que é impossível antever todos os problemas e conflitos que são passíveis de acontecer durante a formulação da política pública. A avaliação do processo não tem como foco mensurar a abrangência ou o que motivou o impacto, essa avaliação se dá na avaliação de impactos.

A análise dos impactos se define de modo mais amplo e complexo. Trata sobre os efeitos da legislação plano, projeto e programa sobre o seu público alvo, estabelecendo ainda uma união de causalidade entre a política e as mudanças nas condições sociais e econômicas.

A avaliação também pode ser realizada sobre a ótica de uma instituição, denominada avaliação institucional, onde são avaliados os programas, projetos e políticas institucionais desenvolvidos para a implementação das políticas institucionais. Onde se é examinado o atendimento aos objetivos de cada uma das políticas e dos projetos empregados.

As linhas metodológicas utilizadas na avaliação de uma política pública dependem dos objetivos traçados na formulação e dos resultados que se deseja alcançar no processo avaliativo. As metodologias empregadas para que seja possível avaliar as políticas públicas, seus efeitos, entraves e eficácias, são feitos a partir de alguns métodos, como mostra o quadro a baixo:

O meio de avaliação adotado aqui se refere à análise de processos, produtos ou resultados de atividades ou ações desenvolvidas, ou seja, de programas ou políticas públicas. Esta modalidade carece de maior aprofundamento teórico e metodológico; assim, propõe-se a seguinte definição de avaliação:

A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destina-se a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação e execução) ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram estas conquistas, de tal forma que sirva de base ou para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou fracasso de seus resultados (AGUILLAR & ANDEREGG, 1994 *apud* BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2001, p. 20-21).

Mas o que avaliar em uma política pública?

A avaliação tem sido instrumento de gestão valioso para o conhecimento e a viabilização de programas e projetos, para o redirecionamento, quando se fizer necessário, de seus objetivos, até mesmo para a reformulação de rumos e propostas, fornecendo subsídios para tomadas de decisão. Cohen e Franco (1993) determinam, de forma precisa, a importância da avaliação em programas governamentais: *“A avaliação de projetos sociais tem um papel central neste processo de racionalização e é um elemento básico de planejamento. Não é possível que estes sejam eficazes se não forem avaliados os resultados de sua aplicação”*.

Pode ser realizada em diferentes momentos do ciclo de vida da política, sendo denominada *ex-ante*, quando o estudo tem caráter prospectivo quanto a sua viabilidade e impacto. Proporciona a geração de informações para decidir se a política deve ser implementada ou não. Portanto, é realizada na fase de elaboração da política.

A avaliação concomitante é feita simultaneamente à execução das ações e tem por objetivo fazer correções durante as etapas em curso. A avaliação *ex-post* é realizada após a implantação da política, ocorrendo alguns casos em que é feita muito tempo após o seu fim e tem como objetivo a apreciação da durabilidade do seu impacto sobre as condições que se desejava mudar. Com base nas informações da avaliação pode-se, ainda, tomar a decisão de

continuar ou não a implementar o tipo de projeto avaliado e, em caso positivo, utilizando os mesmos mecanismos ou definindo outros (COHEN; FRANCO, 1993; CONSEIL SCIENTIFIQUE DE L'ÉVALUATION, 1996; GUÉNEAU, 2001).

Assim, a avaliação deve abranger o processo de formulação e implementação das ações e dos resultados, tornando-se instrumento fundamental para o aperfeiçoamento ou reformulação das ações desenvolvidas. Do mesmo modo como apresenta Almeida (2009), a avaliação tem sido instrumento de gestão valioso para o conhecimento e a viabilização de programas e projetos, para o redirecionamento, quando se fizer necessário, de seus objetivos, até mesmo para a reformulação de rumos e propostas, fornecendo subsídios para tomadas de decisão.

A avaliação de políticas públicas não é simplesmente um instrumento de aperfeiçoamento ou redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo, mas especialmente, uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais. Também não podemos restringir a avaliação de políticas públicas apenas à aferição de suas metas quantitativas, mas devemos nos reportar à qualidade do resultado atingido. É dessa forma que os conceitos de eficiência, eficácia e impacto se revelam importantes, ao subsidiarem a tradução da avaliação do planejamento, do desenvolvimento e da execução da política pública como um todo (ALMEIDA, 2009, p. 49).

Em Jaboticabal, o Projeto de Lei Complementar nº 05/09, que dispõe sobre o Plano de Incentivo a Projetos Habitacionais de Interesse Social, tem como base o incentivo à aderência do Programa Minha Casa Minha Vida para as famílias de baixa renda.

A zona destinada a implantação dessas moradias fica declarada como ZEIS- Zona de Especial Interesse Social, previsto no Plano Diretor do município, e sua área declarada como ZR- Zona Residencial. A aprovação da área e do projeto urbano e arquitetônico que antecede a implantação das moradias, será realizada pelo Setor de Planejamento Urbano da Secretaria de Planejamento do Município, delimitando a área de implantação do programa de habitação de interesse social.

De acordo com a Lei Complementar nº 05/09, a Secretária de Planejamento de Jaboticabal e órgãos afins, “assegurar, quando da aprovação dos projetos urbanísticos, o cumprimento da legislação Municipal, Estadual e Federal, quanto às normas urbanísticas, ambientais e viárias, sem prejuízo de outras pertinentes à matéria”. (Câmara Municipal de Jaboticabal, 2009).

Jaboticabal firmou parceria com a Caixa Econômica Federal no dia 03 de junho de 2009, visando a parceria no PMCMV, prevendo o atendimento de 500 unidades habitacionais a serem instaladas nos terrenos de interesse social para famílias com até três salários mínimos.

Desta maneira, para que Projeto Lei Complementar nº 05/09 seja efetivo, foi necessário inserir à legislação municipal mecanismos que possibilitem a criação de alternativas construtivas para as habitações de interesse social, viabilizando o Programa Minha Casa Minha Vida, através do Governo Federal em parceria com os Estados e Municípios, empresas e movimentos social.

Para que o exposto fosse firmado, ocorreram assembleias na Câmara Municipal de Jaboticabal para votações dos vereadores, contando com a aceitação deste parlamento e acompanhados de uma pequena parcela da população que esteve presente nos dias de audiência.

O processo de avaliação de uma política pública demanda o envolvimento de dois tipos de participantes: os sujeitos internos e externos. Os sujeitos internos são: os formuladores da política (dirigentes nacionais, estaduais e municipais, no caso de uma política nacional); os executores das atividades (as instituições públicas ou privadas e outros setores de supervisão e execução) e; os beneficiários das atividades (a clientela visada ou os beneficiários diretos). Os sujeitos externos são: os avaliadores profissionais (contratados pelos implementadores ou pelos beneficiários) e a sociedade (enquanto beneficiária dos resultados de uma política pública).

Cunha (2006) cita outros motivos para a utilidade da avaliação de políticas (e programas governamentais), os quais estão relacionados à transformação da Administração Pública em uma administração mais moderna e eficiente – a administração pública gerencial. De acordo com a autora, as características dessa administração “é a orientação para o cidadão e para a obtenção de resultados, em contraponto à administração burocrática, que se concentra nos processos, sem considerar a ineficiência envolvida” (CUNHA, 2006, p. 3); e o crescente interesse dos governos nos estudos de avaliação está relacionado às questões de efetividade, eficiência, eficácia, *accountability* e desempenho dessa gestão pública.

Segundo Belloni, Magalhães e Souza (2001, p. 61-62) “a eficiência diz respeito ao grau de aproximação e à relação entre o previsto e o realizado, no sentido de combinar os insumos e implementos necessários à consecução dos resultados visados”. E abrange ainda metodologias, procedimentos e instrumentos de planejamento, projeção e tratamento. Para Cunha (2006, p. 8) a eficiência “é a relação entre custo e benefícios, onde se busca a minimização do custo total

para uma quantidade de produto¹⁰, ou a maximização do produto para um gasto total previamente fixado”.

A eficácia “é a relação entre alcance de metas e tempo ou, em outras palavras, é grau em que se alcançam os objetivos e metas do programa, em um determinado período de tempo, sem considerar os custos implicados” (CUNHA, 2006, p. 8). Ela corresponde ao resultado de um processo, ou seja, o resultado efetivamente alcançado, mas não pode restringir-se simplesmente à aferição de resultados parciais. Se expressa pelo grau de qualidade do resultado atingido e, depende da eficiência para ser atingida.

Almeida (2009) ainda coloca que a análise da eficácia se apoia sobre a focalização dos fatores suscetíveis de explicar a capacidade da política em agir sobre o sistema de exploração local. Portanto, a eficácia é o resultado da interação entre uma intervenção exógena a uma dinâmica social endógena. Nesse sentido, eficiência e eficácia são conceitos inter-relacionados e independentes, pois ao mesmo tempo em que existe certo grau de autonomia, um pressupõe o outro (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2001).

A efetividade social procura acompanhar os resultados tanto econômicos quanto sociais da política pública. Quando os critérios de avaliação focam os aspectos econômicos, as necessidades e interesses dos trabalhadores são considerados indiretamente; quando são enfatizadas as dimensões sociais, o foco da política pública centraliza-se predominantemente nos interesses e nas necessidades dos trabalhadores.

Nesta pesquisa trabalhamos com base na efetividade, pois analisamos os impactos do Programa Minha Casa Minha Vida no município de Jaboticabal e avaliamos como os projetos de implantação das moradias de interesse social foram trabalhados na cidade, observando se as normas foram seguidas e implantadas, e se o poder público trabalhou com as diretrizes corretamente. Também foram observados a transformação no desenvolvimento da questão de moradias voltadas para pessoas de baixa renda no município, e avaliando a capacidade de produção que contemplasse as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida dentro do PMCMV no município.

Um dos aspectos mais importante da avaliação da ação pública é exatamente a identificação dos seus efeitos. Em função do referencial escolhido, além de identificar os efeitos da política que se deseja avaliar, deve-se medir. O sucesso ou o fracasso da política pode ser

¹⁰ É o resultado concreto das atividades desenvolvidas pelo programa, podendo ser tanto bens quanto serviços (CUNHA, 2006).

avaliado considerando se os seus objetivos foram alcançados, ou seja, de acordo com os seus feitos diretos e, também, considerando os efeitos indiretos sobre a sociedade. Comumente, são utilizados indicadores¹¹ de resultados para a realização da avaliação (SILVA et al, 2007).

Nesta pesquisa foi observado os sucessos e fracassos a partir do check-list realizado nos conjuntos habitacionais, onde, pode ser observado o cumprimento ou não dos parâmetros estabelecidos por leis e normas, para a completa mobilidade e acessibilidade de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida moradoras dos conjuntos habitacionais pesquisados. Outro ponto importante para a definição do sucesso ou fracasso da implantação do desenho universal nos conjuntos produzidos pelo PMCMV em Jaboticabal, foram as observações de como os moradores vivenciam suas moradias e o espaço oferecido a eles, como a sua autonomia é ressaltada ou prejudicada, de acordo com as dificuldades ou facilidades encontradas diariamente nos conjuntos, que poderão ser observadas nos próximos capítulos, com gráficos e tabelas.

Metodologicamente, os indicadores podem ser agrupados segundo diferentes classificações, as quais expressam diferenças entre as fontes de origem dos dados e informações geradoras do indicador, as técnicas usadas na sua construção ou a finalidade de sua aplicação (JANNUZZI, 2001; MINAYO ORG., 2005; SILVA *et al*, 2007; VEIGA, 2005). Para avaliação dos resultados das efetividades é necessário construir um conjunto de indicadores que permite entender e avaliar o resultado concreto da política através de:

✓ **Indicadores qualitativos** (subjetivos), que dizem respeito a uma apreciação subjetiva, a um juízo de valor, que um indivíduo ou um grupo de pessoas faz da ação da Política.

Trabalhando os aspectos arquitetônicos, normas de acessibilidade como a NBR9050/2015 e NBR 16001/2004 e com as premissas do Desenho Universal¹² que é um facilitador no dia- a- dia que qualquer cidadão, serão avaliados os conjuntos habitacionais estudados nesta pesquisa, que advém de financiamentos gerados pelos governos possuem

¹¹ Um indicador pode ser definido como uma medida dotada de significado social substantivo. Essa medida, com valor quantitativo ou qualitativo, é usada para substituir ou operacionalizar um conceito social abstrato, em geral de interesse teórico (para a pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação, análise e avaliação de políticas) (JANNUZZI, 2001).

¹² Universal Design, Desenho Universal ou Desenho Livre de Barreiras foi usado pela primeira vez em 1985 pelo arquiteto americano Ronald Mace. Formado em 1966 pela Universidade Estadual da Carolina do Norte, Mace se viu envolvido com a criação de ambientes que buscassem contemplar uma maior gama de diferenças antropométricas, assim, o conceito de Desenho Universal preconiza a concepção de ambientes, equipamentos e serviços de forma a atender um maior número de pessoas.

parâmetros mínimos de acessibilidade, e se contemplam os beneficiários que possuam mobilidade reduzida severa.

O termo Desenho Universal vem decorrente do tema da Acessibilidade, e através dele é compreensível as demandas sociais como um todo, sem distinção ou restrição somente aos deficientes. Esses conceitos de acessibilidade e os níveis que eles alcançam são de extrema para os projetos arquitetônicos e urbanos.

3.2 Inclusão ou Exclusão socioespacial

A inclusão socioespacial é um principal agente na construção de uma sociedade igualitária. Quando o cidadão consegue desenvolver suas potencialidades humanas nas relações sociais, pode-se dizer que dignidade plena foi alcançada. A partir desse ponto de vista é que a inclusão vem ganhando força e destaque ao longo dos anos. Todavia, quando se trata de PcD a discussão se torna mais ampla, onde grande parte das pessoas que fazem parte desse grupo se acomodam em outra vertente, o da exclusão, assim, a inclusão só pode ser discutida porque há a exclusão. Segundo Bartalotti (2006, P.19), “a exclusão é definida como uma desvantagem é algo indesejável que fere a dignidade humana, principalmente quando se trata de PcD”.

A exclusão pode ocasionar a discriminação devido a diversas condicionantes, começando pela organização do espaço ao longo do tempo. Assim sendo, tem-se que “os diferentes períodos da história da sociedade condicionantes estruturais determinaram socialmente as posições de dependência, limitação, carência e de inferiorização dos sujeitos que não eram considerados semelhantes aos demais” (LOMBARDI; SAHR, 2013, p. 15).

No Brasil contemporâneo é notório a exclusão de inúmeros grupos sociais, dentre eles o das PcD, sua segregação ocorre de maneira clara ou “disfarçada”, dependente do serviço que o deficiente busca, algumas vezes os direitos básicos, que são assegurados pela Constituição, não são alcançados, como por exemplo o da habitação, educação, saúde e serviços, devido falta de poder desse grupo, denotando assim a exclusão e não a inclusão, como discorre no livro “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil” (Júnior; Martins, 2010). Sobre a ótica urbana, nota-se claramente, que a exclusão da PcD se faz muito mais presente do que a inclusão, de maneira econômica, social, educacional, social, política e cultural.

Santo afirma que,

A urbanização como processo excludente, contribuindo na reflexão sobre a redemocratização brasileira, sobretudo, para a importância do lugar, do território e, desse ângulo, a questão da cidadania, de modo que cada homem vale pelo lugar que

está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território (SANTOS, 1987, p. 81).

Outras questões também podem ser postas, como descreve Bonduki (1997),

Quem vive e observa as condições de vida no Brasil urbano defronta-se com uma infinidade de problemas de difícil solução: miséria, violência, degradação ambiental, precariedade habitacional, inexistência de saneamento, carência de transporte coletivo, trânsito infernal e inseguro. Alguns desses problemas são gerados por razões de ordem estrutural e são insolúveis enquanto perdurar uma política econômica excludente, implementada pelo governo federal, que gera altos índices de desemprego, desigualdade social alarmante e desestímulo ao investimento produtivo (BONDUKI, 1997, p. 9).

Dessa maneira, pode-se concluir que o conceito de inclusão e o de exclusão são dinâmicos, e variam com cada processo e com cada situação consequente. A exclusão se dá de diversas maneiras e entre diversos meios sociais, dos quais “os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das práticas componentes e dos direitos de integração social e de identidade [...] ele vai além da participação na vida do trabalho englobando outros campos” (VERÁS, 2006, p.34). Decorrente dessa narrativa, a inclusão socioespacial voltada para Pessoas com Deficiência vem sendo discutida visando reduzir e/ou eliminar a exclusão na sociedade moderna brasileira.

A Constituição Brasileira de 1988, que preza pelos direitos sociais universais à sociedade, pelos meios que se buscou atender as necessidades da população não foram completamente eficazes no assegurar dos direitos, principalmente para as PcD. As demandas populacionais deveram ser supridas pelo Estado, volta-se para algumas classes sociais, prestigiando os que possuem maior poder aquisitivo. As reivindicações dos grupos que necessitam de espaços acessíveis e com mobilidade, como as pessoas com mobilidade reduzida, precisam que o Estado seja efetivo para resolver as questões que afetam os direitos sociais, refletindo nas implantações de políticas públicas.

Para Teixeira (2002), as políticas públicas, são diretrizes que possuem princípios norteadores de ação do poder público, há nelas também regras e procedimentos para as relações entre poder pública sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.

Os novos arranjos institucionais criados para os processos de implementação e avaliação das políticas públicas ainda não foram bem utilizados no que tange as políticas de habitação social no país. Desse modo, se julga necessário que haja um adequado planejamento solidificado no Estado, e uma estrutura republicana da ordem política vigente, que tenha conexão direta e que seja independente quanto aos poderes e vigências dos direitos e cidadania.

Complementa-se ainda enaltecendo que a para se compreender a concepção sobre políticas públicas deve-se antes de qualquer coisa, ter capacidade coletiva de formulação de agendas públicas, uma vez que a formulação da agenda deva considerar os possíveis entraves e soluções para os mesmos, para que a sua avaliação possa ser feita de maneira coerente e coesa. Como nesta pesquisa, que busca compreender os entraves que a política pública de acessibilidade de PcD e Pessoas com Mobilidade Reduzida enfrente perante a política pública de Habitação de Interesse Social dentro do Programa Minha Casa Minha Vida.

No Brasil as políticas econômicas criaram uma nova classe, a inclusão precária e marginal, pois não se caracteriza como exclusão. As consequências da política capitalista são calamitosas nas políticas sociais, onde “o Estado só deve intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza e produzir serviços que os privados não podem ou não querem produzir, além daqueles que são, a rigor, de apropriação coletiva” (PIANA, 2009, p.34). Mediante esse cenário, os direitos sociais são tratados como mercadorias e o movimento econômico se limita no âmbito social da cidadania em prol da projeção do mercado.

Infelizmente a inclusão socioespacial de PcD e McMR no Brasil atualmente ainda é relativamente precária, pois a inclusão não consegue se efetivar plenamente, não saindo completamente da zona de marginalização e precariedade. Mesmo com a existência de ações que buscam melhorar esse quadro, como por exemplo, a implantação das leis e normas que regulam os espaços físicos, assegura educação, saúde, assistência social, habitação, ainda é necessária que haja comprometimento social e estatal. Alguma dessas ações como aqui tratado a habitação social se mostra com dificuldade por não inserirem de modo pleno as PcD e PcMR, onde mesmo com as diretrizes inseridas em seu escopo, os projetos deixam a desejar por se tratar de grupos excluídos dos mais visíveis.

Assim, podendo ser chamados de “não cidadãos”, pois não praticam a cidadania de maneira plena. Todavia, as PcD e PcMR são os grupos sociais estudados, mas este cenário de desigualdade espacial se estende por outros grupos, procedendo na inclusão e exclusão socioespacial. (LOMBARDI; SAHR, 2013, p. 77).

A Importância das Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade.

As normas técnicas brasileiras voltadas para projetos e construção de habitações de interesse social ainda não fazem menção ao Desenho Universal, sendo recomendado apenas o uso da NBR 9050/2015, que se restringe apenas para espaços de uso público e de uso comum, se apoiando as legislações municipais e estaduais para a complementação da norma, esperando

que haja uma legislação competente para as áreas internas e de uso privado, e de tal norma retiramos os critérios para verificar a existência, ou não, de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaço e Equipamentos Urbanos. Sendo que, a rota acessível incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevada ou não), rampas, escadas, passarelas e outros. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos de circulação (NBR 9050/2015, p 54).

O reconhecimento de que o Programa Minha Casa Minha Vida, faz o uso em grande parte de seus empreendimentos da NBR 9050/2015, e não faz o uso do Desenho Universal em grande parte das suas construções, evidencia que há um compromisso parcial por parte de seus formuladores em detrimento da implantação de políticas públicas habitacionais voltadas para a acessibilidade e mobilidade de pessoas com deficiência e principalmente de pessoas com mobilidade reduzida. Ou seja, o uso da NBR 9050/2015, se sobressai ao uso do Desenho Universal, causando uma desobrigação do poder público de gerar espaços totalmente acessíveis para qualquer grupo social, tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados, não oferecendo uma acessibilidade completa.

Além da incompleta acessibilidade, a NBR 9050, foca nos espaços públicos, e destina os espaços para serem normatizados pelas legislações municipais e estaduais que devem complementar a norma, a complementação existe em todo território do Estado de São Paulo, incluindo-se a cidade de Jaboatão, porém o não uso do desenho universal nessa normatização é passível de negligência com os beneficiários do Programa, principalmente as pessoas com mobilidade reduzida, pois os parâmetros estabelecidos geralmente são voltados para a contemplação das anotações da NBR 9050/2015.

Poucas são as moradias que foram projetadas com as premissas do desenho universal para atender as necessidades de pessoas com deficiência, ou dificuldade de locomoção, gerando assim, habitações exclusivas para atender uma determinada necessidade. Dessa maneira, a aplicação do Desenho Universal em moradias de interesse social vem como contraponto, valorizando a integração da pessoa com deficiência, evitando a segregação da população de baixa renda ao acesso de imóveis pertencentes ao PMCMV.

Com base na legislação federal, no Decreto Federal nº 5.296/04, no artigo 10º, que determina “a concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do Desenho Universal” (Brasil, 2004). Desse modo, o projeto desenvolvido com as premissas do Desenho Universal- que busca desmistificar o uso do “homem padrão” - em relação às habitações adaptadas- voltadas para pessoas com deficiência

a partir da necessidade de cada pessoa, com embasamento na NBR 9050- para o uso de pessoas com deficiência, está apenas na concepção projetual empregada.

Nos últimos anos, o movimento de inclusão de pessoas com deficiência começou a ganhar mais espaço nas discussões que interesse da população, sendo responsável por uma conscientização maior sobre os direitos humanos, que são refletidos na vida de todos. Tornando mais efetiva a participação de PcD nas políticas públicas, evidenciando uma maior preocupação com o tema, revelando a sua verdadeira importância.

As políticas públicas são resultadas de reivindicações populares, que de maneira democrática, com uma relação mais estreita entre a sociedade e o governo, implementam ações a partir da participação do Estado, para que tenham eficácia na sua aplicação. A garantia da universalização de políticas públicas e o respeito às diversidades humanas, são desenvolvidas pelas ações públicas em conjunto com as ações econômicas, buscando a ampliação da participação popular sobre as ações governamentais na escolha de quais políticas públicas serão adotadas para a garantia dos direitos.

Aos poucos a deficiência passa a ser vista como uma condicionante, e não mais como uma limitação. Dessa maneira, começam a serem voltadas as ações de correção para a dificuldade que a deficiência impõe, se os espaços, públicos ou privados, começam a ser analisados, avaliando as barreiras geradas por ele na busca de acessibilidade, mobilidade e autonomia de PcD, garantindo a igualdade, oportunidades e o direitos para exercerem a plena cidadania.

Coloca-se em questão qual o papel das políticas públicas, de que modo foram desenvolvidas para garantir os direitos de igualdade, obrigando os espaços públicos a não serem mais excludentes, garantindo a acessibilidade de maneira física, acesso ao transporte público, à educação, informação, comunicação, e equiparação de oportunidades, como descrevem como afirmador desse pensamento, Norberto Bobbio (1992), discorre sobre o assunto afirmando que, “a meta que devemos buscar é a efetivação dos direitos existentes, justamente com base nos seus fundamentos. Assim, o século XX foi à época de reconhecimento desses direitos, enquanto o século XXI torna-se do tempo de concretizá-los na realidade” (BOBBIO, 1992, p. 24).

E passa a ser completada pelo Estatuto, Lei n. 13.146/2015:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo,

tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Dessa maneira, as políticas públicas precisam se tornar efetivas e concretas, impulsionando a verdadeira materialização das reivindicações e leis, sendo precursora de uma sociedade livre e igualitária, com a inclusão e integração das pessoas com deficiência.

Para isso, o governo federal tem agido a partir dos planos e programas em função do resultado dessa participação, resultado dessas ações são vistos nas Conferências Nacionais sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência I e II. A Primeira Conferência, promovida pelo CONADE- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, em 14 de julho de 2005 tornou-se um marco social, pois foi onde o tema ganhou maior visibilidade, além de atingir uma política inclusiva e histórica, com participação da sociedade civil e do poder público, desenvolvendo um modelo participativo de gestão das políticas sociais destinadas as PcD. Foram aprovadas cerca de 270 ações que buscam promover a acessibilidade, mobilidade urbana, equiparação de oportunidades, a serem aplicadas a curto, médio e longo prazo pelo poder público, com os seguintes objetivos:

Sensibilizar os governos federal, estaduais e municipais para as questões referentes à pessoa com deficiência; avaliar a situação em que se encontram as políticas públicas para as pessoas portadoras de deficiência; propor as ações para impulsionar a inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do país; estabelecer as estratégias necessárias para garantir o cumprimento da legislação vigente. Estimular o fortalecimento do controle social em âmbito nacional, estadual e municipal; (CONADE, 2005),

Além de expandir as discussões com três eixos temáticos:

- 1- Das condições gerais da Implementação da Acessibilidade; é permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.
- 2- Da implementação da acessibilidade arquitetônica, urbanística e de transportes;
- 3- Da acessibilidade à informação, à comunicação e às ajudas técnicas. Foram também indicados os seguintes aspectos na abordagem dos eixos temáticos: a. A equidade e o direito de cidadania assim como as demais diretrizes constitucionais da universalidade, da integralidade, da participação social e da descentralização; b. A afirmação dos valores da solidariedade social e da responsabilidade de todos nesse processo; c. As estratégias de controle social para o alcance dos objetivos delineados na proposta; d. A importância estratégica dos recursos humanos e financeiros para o tema central.

A segunda Conferência ocorreu entre os dias 1º e 4 de dezembro de 2008, discutindo sobre educação, saúde, trabalho e acessibilidade, com enfoque principal na promoção da acessibilidade em nível nacional, para isso contou com a Agenda Social, de Inclusão de Pessoas

com Deficiência criada em 2007 ¹³, com finalidade de tentar produzir políticas públicas influenciadas pela participação social. Na Agenda também foram tratadas as questões que envolviam a habitação, estabelecendo parâmetros mínimos de acessibilidade nos imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal.

A Agenda Social, através do Decreto nº 6.215, lançando o Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência, que tem por objetivo a fomentação da plena inclusão de pessoas com deficiência no processo desenvolvimentista do país, com foco em extinguir a discriminação e garantir o acesso aos bens e serviços prestados as comunidades, com busca em assegurar os direitos e defesa da cidadania.

Já na III Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência, que ocorreu entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012, foram analisados os impactos causados das duas conferências anteriores na sociedade e levantadas questões sobre 4 eixos temáticos, sendo, Eixo I– Educação, esporte, trabalho e reabilitação profissional; Eixo II– Acessibilidade, comunicação, transporte e moradia; Eixo 3– Saúde, prevenção, reabilitação, órteses e próteses; Eixo IV– Segurança, acesso à justiça, padrão de vida e proteção social adequados.

E na IV Conferência, que ocorreu nos dias 24 a 27 de abril de 2016, discutindo sobre 3 eixos principais que abordavam questões sobre a transversalidade como radicalidade dos direitos humanos, onde a pessoa com deficiência deixa de ser tratada como deficiente, estabelecendo a superação de barreiras, físicas e sociais, a pessoa com deficiência deixe de ser vista como “objeto de atuação” e passe a ser tratada como “sujeitos de direitos”.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão, foi criado para que fosse feita a efetivação das discussões tratadas na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Com a legislação vigente, a acessibilidade passa a ser um instrumento que permite respeito a pessoa com deficiência, dando-lhes a garantia do acesso aos mesmos bens e serviços que estão disponíveis para qualquer cidadão.

Em Jaboticabal, apesar do grande número de pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, não existe um grupo organizado que lute pelo direito destas pessoas, mesmo que haja um número significativo de escolas voltadas exclusivamente para estes grupos, como APAE, CETAP e Olhos D’alma. Porém os grupos organizados se limitam às escolas, não tendo interferências e participações em decisões municipais.

¹³ A Agenda Social foi resultado de um programa contido de medidas de articulação institucional, com investimento direto e financiamento, sob a responsabilidade dos entes federativos, com a importante e indispensável participação da iniciativa privada e sociedade. Com a clara intenção de permitir a inclusão da pessoa com deficiência ao processo de desenvolvimento do país, na tentativa de eliminar todas as formas de discriminação, e assegurar o acesso aos bens e serviços da comunidade. (BRASIL, 2008)

3.3 Políticas Habitacionais no Brasil e o Programa Minha Casa Minha Vida

As primeiras preocupações do Estado perante a habitação começaram pela Europa, mais precisamente na França, Alemanha e Inglaterra, onde ocorreu uma intervenção higienista, chamada de neo-hipocratismos, segundo COSTA (2002). Decorrente do crescimento desordenado e acelerado das cidades, a sujeira e a falta de saneamento adequado fizeram com que inúmeras doenças surgissem contaminando a população, principalmente nos grandes centros urbanos onde a desordem das ruas e os adensamentos de pessoas moradoras de rua, unidos as habitações coletivas destinadas a trabalhadores de baixa renda, que não possuíam salubridade, sem ventilação de ar, iluminação e saneamento praticamente inexistente.

Costa (2002) traz a questão higienista como ação para a melhoria da qualidade de vida da população, trabalhando com a relação entre os fatores ambientais e o organismo do homem, enfatizando a relação do homem doente com a natureza e a sociedade, e a partir dessas discussões surgiram através de sugestões de médicos e higienistas algumas normas para a organização do espaço das cidades.

[...]localização mais adequada para os equipamentos urbanos; regras para a construção de habitações, hospitais, cemitérios, escolas, repartições públicas, praças, jardins, etc.; intervenção nos ambientes considerados doentios e mesmo migração temporária da população nas estações consideradas mais propensas às epidemias. (COSTA, 2002 p. 52).

Diante desse cenário, o Estado passa a colocar em práticas algumas medidas para despoluir as cidades, com atenção especial para as moradias de trabalhadores. Segundo Azevedo (2003) a política de intervenção higienista começou a ser colocada em prática a partir do século XX, quando há um desgaste das áreas urbanas com a grande concentração de trabalhadores desempregados ou com salários abaixo do necessário, com uma ampliação acentuada da malha urbana e aumentando a necessidade de habitações populares de baixo custo.

A partir desse momento o problema da habitação no Brasil passa a ser analisado como soluções minimizadoras, onde as vilas operárias foram apontadas como um problema da cidade, pois a partir delas surgiam os cortiços, favelas e outros ambientes com características semelhantes. Sua arquitetura era formada por várias residências unidas com espaços comuns sem limitações de acesso, o que gerava falta de privacidade e falta de higiene nesses espaços.

Figura 01- Cortiço no final do século XIX no Rio de Janeiro.



Fonte:<http://www.arquitetonico.ufsc.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 22 de abr. de 2021.

Figura 02- Pátio de um cortiço no final do século XIX no Rio de Janeiro.



Fonte:<http://www.arquitetonico.ufsc.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 22 de abr. de 2021.

Na segunda imagem é possível notar a falta de ventilação e iluminação adequada para a salubridade da moradia, além de evidenciar os espaços comum destinados às atividades domésticas que passaram a ser utilizados sem critérios pelas famílias.

Azevedo (2003), destaca que essas moradias são construídas como forma de reprodução do capital, onde os indivíduos que possuem renda maior constroem habitações sem qualidade para serem alugadas por pessoas pobres, sem que houvesse intervenção do Estado, onde o

mesmo trata as questões de moradia como problema de saúde pública, devido à grande infestação de doenças epidemiológicas geradas nesses ambientes ociosos.

Segundo Medeiros (2007), nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, começam a serem colocadas em prática as intervenções higienistas, com a Reforma Pereira Passos “Bota-abaixo”, que tinha como foco central a execução do saneamento urbano, afim de controlar as proliferações de doenças e organizar o tráfego e a comunicação entre as regiões que circundavam o Rio de Janeiro. Dentro da Reforma foram demolidas diversas casas, principalmente as que possuíam características de cortiços.

[...]audacioso plano urbanístico que modificou profundamente a paisagem do Rio de Janeiro. Deslocando do centro da capital da República milhares de famílias de trabalhadores, mandando expulsá-los das estalagens, cortiços e cabeças de porco, ordenando a demolição de cerca de 3.000 casebres, Pereira Passos usaria os mesmos métodos e alcançaria resultados quase tão importantes quantos os obtidos em Paris no século XIX. (MEDEIROS, 2007, p. 36).

A Reforma Pereira Passos não levou em conta nenhuma preocupação social e foi criticada por muitos como um ato excludente, que fez com que o surgimento das favelas aumentasse, Azevedo (2003), ainda afirma que a classe trabalhadora se vê obrigada a residir nos morros para ficar próximos a sua área de trabalho.

[...] a Reforma Pereira Passos significou uma grande intervenção urbana e social, instituindo a separação de atividades urbanas e de classes sociais, criando um centro e uma imagem de cidade modernizada por meio da destruição de largos trechos urbanos e pelo deslocamento da população que ali vivia, em nome da higiene e do embelezamento urbano. Não se trata de negar as necessidades de saúde pública ou de criação de ambientes urbanos aprazíveis. Mas, por outro lado, não se pode louvar essas intervenções justificando os danos colaterais provocados como se fossem questões de menor importância. (AZEVEDO, 2003 p.52).

Se torna evidente a necessidade de uma remodelação da cidade, de projetos arquitetônicos e urbanos que contemplates melhorias na qualidade de vida da população, afim de minimizar os problemas sanitários causados pela falta de planejamento e projeto, se faz necessário projetos contemplem a área urbana como espaços de fluidez e convívio, com iluminação e saneamento adequados.

A partir desse contexto de reurbanização da cidade, que trouxe consigo um embelezamento da cidade do Rio de Janeiro baseado nos modelos europeus, sem levar em conta os agentes envolvidos nesse contexto urbano que eram os mais pobres, essa reformulação gera novos problemas sociais e intensificação da segregação espacial.

Figura 03- Demolição de um cortiço, 1902 no Rio de Janeiro



Fonte:<http://www.arquitetonico.ufsc.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 23 de abr. de 2021.

Com influência do então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, o embelezamento se inicia pela Praça XV, em 1903, surgindo na paisagem elementos naturais como a arborização, inspiração das praças europeias. Também houve intervenções nas vias de tráfego, com alargamento de ruas para facilitar a passagem de veículos e melhoramento das calçadas para os pedestres acessarem de melhor maneira os novos prédios, que também traziam consigo uma modernização da fachada, como por exemplo o Teatro Municipal.

Figura 04- Praça XV, 1903 no Rio de Janeiro.



Fonte:<http://www.arquitetonico.ufsc.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

Figura 05- Teatro Municipal, 1906 no Rio de Janeiro.



Fonte: <http://www.arquitetonico.ufsc.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

Todas as reformas realizadas no Rio de Janeiro, trazem consigo as influências europeias vindas mais precisamente da França, onde Haussmann idealiza a cidade com um objetivo central de tornar o urbanismo como um facilitador das manobras militares, como explica Tourinho (2002). Expandindo toda área urbana, e fazendo-se necessário a demolição de parte das edificações existentes, desconsiderando toda e qualquer importância histórica do espaço construído até o momento da reforma.

O objetivo principal da mudança urbana, segundo Benevolo (1991), decorre da melhoria da mobilidade na cidade, fluidez nas vias e acesso mais rápido a toda cidade, não se esquecendo das questões de insalubridade.

A antiga cidade medieval, com traçado orgânico e ruas estreitas é cortada por grandes eixos e contornada por um anel viário. São criadas praças com monumentos que servem como cenário, são criados vários boulevards e um novo elemento urbano, o Carrefour (rotatórias). Essas intervenções regularizam o traçado não aproveitando o existente, transfigurando a cidade. (BENEVOLO, 1991, p. 34)

Decorrente das intervenções e demolição de habitações que eram destinadas aos pobres, os mesmos foram expulsos dos centros urbanos, as mudanças aconteciam também em São Paulo. Sem espaço próprio destinado, as pessoas de baixa renda começam a ocupar as zonas periféricas das cidades, o que potencializava a segregação espacial e a desigualdade.

Segundo Bonduki (2004), os ricos se mantinham nos centros urbanos, melhorados com o embelezamento e dispo de áreas salubres, em contrapartida, os pobres foram submetidos a morar distantes das áreas de melhor qualidade, longe de seus trabalhos, sem infraestrutura

básica e com péssimas condições de transporte, o que aumentava a dificuldade de acesso as áreas urbanas.

De acordo com Azevedo (1988), apenas com a Revolução de 1930, que as questões e legislação de políticas sociais surgem, pois abriu espaço para as manifestações urbanas e o fim do poder político oligarquista. Antes da Revolução, as questões sociais não tinham grande importância para os líderes governamentais. A partir deste novo cenário, o interesse em oferecer melhorias nas construções das moradias para as pessoas mais pobres não era o principal objetivo, e sim a preocupação de uma “ótica dominante”, que buscava distanciar ao máximo o perigo das favelas dos centros reformados, pois os mesmos não apresentavam mais as questões de insalubridade, prostituição, marginalidade, criminalidade, entre outros.

Após o termino da Revolução de 1930, ocorre uma mudança nos objetivos do governo frente as questões sociais, pois neste momento as políticas públicas passam a ter como foco a legitimidade do Estado. Surge neste momento as primeiras manifestações públicas na área de habitação popular, onde o governo mostra ter uma preocupação com a população de baixa renda e os problemas que estão relacionados a eles.

Apesar de expressar um discurso de cuidado social, o governo não realiza grandes ações que melhorem a qualidade de vida da população de baixa renda, sem grandes impactos nas moradias precárias. Havia uma preocupação genuína em discursos, onde sempre era reafirmado a preocupação do governo em enfrentar as questões habitacionais e gerar cenários de que os problemas de cada indivíduo seriam resolvidos quanto à habitação, como ressalva Azevedo (1988).

Para Medeiros (2007) as ocupações nas áreas periféricas tiveram influencias a partir dos Institutos de Aposentadoria e Pensões- IAP's, que por meio da ajuda do governo foi o primeiro órgão a se propor a construir habitações de interesse social em larga escala. Os IAP's eram formados por industriários, bancários e comerciários, criado para regulamentar as condições de reprodução da força de trabalho, com recursos significativos liberados para o financiamento de uma experiência estatal para a construção das moradias para pessoas de baixa renda.

Dessa maneira, fica claro que as questões de habitação popular tenham dois lados: o primeiro como um objetivo de seguridade social plena, e o segundo como instrumento de capitalização dos recursos captados, sem fins sociais, conforme declara BONDUKI (1998), e ainda esclarece sobre a Previdência do Estado criada durante esse período passou a arrecadar dinheiro como objetivo de atender os setores estratégicos do Estado.

Enquanto acontecia as reformas das Caixas de Aposentadoria e Pensão- CAP'S, o dinheiro da previdência era usado para beneficiar os associados dos IAP's para comprarem

imóveis, sendo que um dos decretos do Instituto era poder aplicar os valores para locação ou venda de casas.

Pereira (2014) explica que diante dessas ocorrências, fica claro que os associados aos IAP's tinham como objetivo principal a obtenção de renda, pois decorrente dos problemas de habitação que o país enfrentava no momento, o melhor investimento que poderia ser feito era na construção de habitações. Contudo, os IAP's não foram capazes de sustentar a resolução dos problemas habitacionais devido as priorizações políticas utópicas, que favoreciam apenas os trabalhadores que eram associados aos institutos e que possuíam carteira de trabalho assinada.

Em contrapartida, a população de baixa renda como, por exemplo, os trabalhadores rurais, operários e pessoas sem renda formal, eram excluídos dos Institutos por não terem condições financeiras de pagarem pelas altas taxas de juros dos financiamentos.

Neste período do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) ocorre um processo de crise na produção habitacional, em decorrência da falta de moradias dignas e acessíveis, ocorrendo o surgimento da favelização, um momento em que o Estado brasileiro busca por intervir no processo de produção do mercado de aluguel, abandonando a postura de deixar a questão da construção, comercialização, financiamento e locação habitacional às “livres forças do mercado”, Segundo Bonduki (1994). Como resposta a esta gritante crise, é apresentada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), este era o órgão responsável por toda a política de habitação na época.

Segundo Bonduki (1994, p.711), algumas das premissas do processo de mudanças do sistema da habitação de interesse social estabeleciam como medidas importantes,

“O decreto-lei do inquilinato, em 1942, que, congelando os aluguéis, passou a regulamentar as relações entre locadores e inquilinos, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência e da Fundação da Casa Popular, que deram início à produção estatal de moradias subsidiadas e, em parte, viabilizaram o financiamento da promoção imobiliária, e o Decreto-Lei n. ° 58, que regulamentou a venda de lotes urbanos a prestações”. (BONDUKI, Nabil. 1994, p.711).

Bonduki (2004) disserta sobre o surgimento da necessidade de criação de um órgão que atendesse ambos setores, os de produção de moradia para a classe de baixa renda, principalmente os trabalhadores. A Fundação da Casa Popular- FCP, criado em 1º de maio de 1946 com foco principal em garantir ao governo um maior respaldo popular por meio do discurso de acesso à casa própria, como uma dissolução da crise habitacional no pós-guerra, se mostra como um grande exemplo de falta de política, mesmo que tenha sido empregada uma nova proposta para a crise.

A Fundação da Casa Popular trazia consigo uma grande massa de financiamentos, pois além do financiamento da habitação, ela abrangia o financiamento de recursos para infraestrutura, formação de mão de obra, saneamento, indústria de materiais de construção, pesquisas no âmbito habitacional, porém, todos esses meios de financiamento necessitavam de uma estrutura de cunho maior, com articulações e definições mais bem feitas e ações coordenadas, onde segundo Bonduki (1994), a proposta foi “pulverizada e atomizada, longe, portanto, de construir efetivamente uma política”, concluindo ainda que sobre o resultado da proposta que se caracterizou como um conjunto de remendos e mudanças, “no entanto, não obscurece a importância da ação governamental neste período, pois ela representou uma ação concreta que deu início à ideia da habitação social no Brasil”. A FCP foi “considerada um símbolo da ineficiência governamental e do predomínio da fisiologia em detrimento da racionalidade e do interesse público” (BONDUKI, 2004, p. 125).

A FCP tinha como fundamentos uma reformulação na atuação do Estado sobre o setor: centralização da gestão, fontes permanentes de recursos e produção de moradias com o desenvolvimento urbano. Com uma análise sobre a eficiência da FCP como um órgão criado apenas para construir casas, em relação aos IAP's.

Em dezoito anos, a Fundação da Casa Popular (FCP), primeiro órgão criado no âmbito federal com a atribuição exclusiva de solucionar o problema habitacional, produziu 143 conjuntos com 18.132 unidades habitacionais. No mesmo período, os Institutos de Aposentadoria e Pensão, que não tinham como objetivo específico enfrentar a questão da moradia, viabilizaram a edificação de 123.995 unidades habitacionais, sem contar os milhares de apartamentos financiados para a classe média”. (BONDUKI, 2004, p.115).

Para Azevedo (1988), o órgão tinha inicialmente o controle de recursos próprios, equivalente a uma autossuficiência operacional, porém a FCP começa a depender de recursos financeiros do orçamento federal e da aprovação dos governantes que vieram após a sua criação. Essa relação entre estados da federação e o FCP resultou em um fracasso do órgão nacional responsável pela produção das moradias populares, a partir da extinção do fundo de recursos formado pela cobrança de impostos sobre a transmissão de imóvel, recolhidos pelos estados e transferidos para a Fundação, os mecanismos organizacionais do programa unidos a economia que o cercava resultou no enfraquecimento do programa.

Teoricamente, a FCP preconizava várias medidas operacional, objetivando o barateamento das casas populares e, por consequência, ampliando o acesso ao programa para uma parte considerável dos setores de baixa renda. Entre essas medidas, incluíram-se diversos subsídios indiretos, como construir somente em terrenos doados pelas prefeituras, garantir baixas taxas de juros e um longo prazo de financiamento para o comprador final do imóvel. Entretanto, a inexistência de mecanismos de receita constante - pela falta de controle sobre recursos estratégicos - e a perda de parte importante do capital investido - em função da ausência de indexação das prestações,

num contexto inflacionário - acarretaram um desempenho medíocre da instituição, no referente à produção quantitativa de casas populares. (AZEVEDO, 1988, p. 108).

Em decorrência da FCP ter sido o órgão pioneiro a tratar exclusivamente do problema habitacional em território nacional, Medeiros (2007) afirma que em uma análise mais ampla, a criação do órgão agregou o movimento histórico da constituição e aumento da esfera pública, nas áreas social e econômica, e de inserção da população urbana a esfera política, pois quando o grande escalão industrial assumiu o poder sem levar em conta os interesses da economia rural. Desse modo, foi reorganizada a autonomia do Estado para que houvesse a modernização do país e a produção de habitações para as classes baixas.

Decorrente dessas mudanças, a política passa a ser mais bem vista a partir dos resultados da FCP, com as afirmações que embasavam os discursos paternalistas e legitimação do poder. Para Azevedo (1988), o paternalismo apresentado nos discursos era autoritário, pois tinham como foco formar um homem urbano com todas as regras do meio urbano, com sociabilidade e a vizinhança, mas como principal objetivo de manter a ordem dos novos integrantes nas áreas urbanas. Havia também trocas de favores nessa nova política pública de habitação, o projeto de fundação da FCP tinha elementos significativos para a performance do Estado nas áreas através da centralização da administração, fontes de recursos permanentes e produção de moradia unida ao desenvolvimento urbano.

Entretanto, o decreto passa por formulações e aponta dois pontos principais, a centralização da política habitacional da FCP, garantindo recursos baratos e contínuos para viabilizar a atuação da FCP durante 30 anos. A partir do Golpe Militar, a FCP é extinta, pois não consegue resolver os problemas habitacionais do país. Bonduki (1998) aponta algumas situações que foram responsáveis pelo fim da FCP.

O projeto da Fundação da Casa Popular fracassou porque os grupos sociais que mais seriam beneficiados estavam desorganizados ou desinteressados em ser interlocutores do governo na formulação de uma política social, ao passo que os setores que se opunham ao projeto, por interesses corporativos, econômicos ou políticos, agiram com eficiência para desmantelá-lo. (BONDUKI, 1998, p.115).

Como conclusão, até o momento e as políticas discutidas, a habitação social no Brasil continuava enfrentando problemas sérios no seu desenvolvimento, nenhuma política conseguia alcançar os objetivos de moradia popular pois os gestores e líderes políticos não tinham uma preocupação social de fato, mas sim com as articulações políticas.

O Banco Nacional da Habitação- BNH foi implantado no Brasil como uma nova política habitacional em 1964, como fundamento empresarial, onde o financiamento da moradia passa a existir, porém mantendo a lógica paternalista do Estado.

Após o Golpe de 1964, as políticas públicas tinham características de autoritarismo, onde a junção do governo com a classe média trabalhadora encontrou para resolver os problemas sociais e de desigualdade de distribuição de renda, desemprego, déficit habitacional e concentração de investimentos em apenas alguns setores da economia. As ações pioneiras do governo nesse novo cenário foram as gerações de emprego, principalmente na construção civil como meio de solucionar os problemas econômicos.

Segundo Soares (1988), nessa época as políticas habitacionais tornam-se prioridade para o governo, criando assim o BNH, sob a Lei nº 380 de 2 de agosto de 1964, ao qual ficaram atribuídas algumas funções que relacionam a gestão e agentes executivos do Sistema Financeiro de Habitação- SFH.

Um mecanismo de captação de poupança de longo prazo para investimentos habitacionais, cuja ideia era que a aplicação de um mecanismo de correção monetária sobre os saldos devedores e as prestações dos financiamentos habitacionais viabilizaria tais investimentos (caracteristicamente de longo prazo), mesmo em uma economia cronicamente inflacionária. (SANTOS, 1999, p.12).

Bolaffi (1982), afirma que o BNH surge como um viés “revolucionário” notada a partir da obrigatoriedade na formulação de projetos capazes de conseguir apoio das massas mais pobres, como meio de diminuir as pressões psicológicas e a política de contenção de salário estabelecida. Dessa forma, o novo programa tinha como foco uma sensibilização à situação de desamparo da classe trabalhadora, declaradas em uma carta de Sandra Cavalcanti, primeira dirigente do BNH ao Presidente da República:

Aqui vai o trabalho sobre o qual estivemos conversando. Estava destinado à campanha Presidencial de Carlos (Carlos Lacerda, um dos principais líderes da União Democrática Nacional), mas nós achamos que a Revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter de nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas. (MEDEIROS, 2007 p. 43).

Nesse sentido o projeto da casa própria era muito implícito, para Medeiros (2007), os argumentos usados poderiam demonstrar um papel ideológico de grande importância, pois transformaria o trabalhador de contestador do governo à aliado. De tal modo, a criação do BNH, traz consigo além da nova ordem política, os inúmeros benefícios na área econômica, como por exemplo, o incentivo à poupança, melhoria e aumento da mão de obra qualificada,

desenvolvimento e fortalecimento da indústria de materiais de construção e crescimento do ramo civil no geral, dentre eles arquitetura, engenharia, setor imobiliário, escritório e outros.

A ideia política nesse momento era de associar a moradia à propriedade, conseguindo a partir desse pensamento garantir a estabilidade e o controle social. Vindo deste cenário, começam a surgir as comprovações de que o Estado se norteia a partir da propriedade e não da moradia.

Como se tratava de um momento de crise economia, a criação de um banco que instrísse e impulsionasse a construção civil, pois seria um dos ramos que mais gerariam empregos devido a mão de obra necessária. A partir desse momento é implantado o BNH- Banco Nacional da Habitação, que tinha como objetivo unir os interesses sociais e econômicos do país. Com embasamento, o BNH tinha propostas que eram além do objetivo de se unir a moradia à aquisição da casa própria, justificadas a partir de moldes econômicos também.

A começar pelo caráter do banco, diferente do órgão antecessor (FCP), que não possuía uma política de financiamento consistente, o BNH se colocou á frente como um incentivador da economia, tendo como principal meta de remunerar o capital investido (com planos de reajuste das prestações, sistemas de amortização dos planos habitacionais e atuando como um banco de segunda linha). Na venda da mercadoria moradia, constava a intenção de conciliar o econômico e o social. (MEDEIROS, 2007, p. 45).

A partir do estímulo crescente da industrialização na construção civil, fez com que a pré-fabricação de casas começa a atuar no Brasil, em busca de se resolver o problema da habitação de interesse social que ainda se mantinha com dificuldades no país. Para Serra; Ferreira; Pigozzo (2005).

No início da atuação do Banco Nacional de Habitação – BNH, a utilização do pré-fabricado no setor habitacional era desestimulada, pois pretendia empregar o maior número de pessoas. Porém, muitos empresários lutaram pela industrialização da construção e aos poucos o BNH foi adotando novas diretrizes para o setor habitacional e estimulou a introdução de elementos pré-fabricados de concreto (SERRA, FERREIRA, PIGOZZO, 2005, p.6)

Para Soares (1988), a política habitacional possuía um caráter econômico empresarial, pois todos os investimentos feitos deveriam gerar lucro, do qual se chocava com a política do BHN, que foi desenvolvimento para suprir as necessidades de interesses sociais, porém o mesmo usava em seus meios, mecanismos empresariais, que entrelaçava os setores públicos e privados. “Adotou-se a correção monetária nos contratos de financiamentos, com o objetivo de compensar a desvalorização do dinheiro pela inflação”. (SOARES, 1988 p. 126).

Com foco em melhorar as questões empresariais que envolviam o BHN, foi criado o SHF- Sistema Financeiro de Serviço, em 1966, e o SBPE- Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos.

Soares (1988), explica que diante disso, o BNH dividiu em três grupos as formas de financiamento destinados as moradias, com base na renda da população. O grupo 1 era o Mercado Popular, abrangia famílias de 1 a 3 salários mínimos, onde o atendimento era feito pelas COHAB- Companhias Habitacionais, o segundo grupo era o Mercado Econômico sem fins lucrativos, abrangendo famílias de 3 a 6 salários mínimos e também atendidos pela COHAB. As Companhias Habitacionais eram intermediadas entre o BNH e o mutuário, que seguiam as orientações do INCOOP- Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais. O terceiro e último grupo era chamado de Mercado Médio, voltado para o atendimento das classes mais altas, abrangendo também construções de prédios habitacionais de alto padrão, destinados a famílias com mais de 6 salários mínimos. Estes eram atendidos pelos agentes privados através das Sociedades de Crédito Imobiliários, Associações de Poupança e Empréstimos e Caixa Econômica. (SOARES, 1988, p.129).

Santos (1999), complementa sobre os moldes em que eram aprovados os empréstimos pelo BNH, onde eram exigidos projetos técnicos que estivessem dentro das normas e orientações desenvolvidas pelas agências bancárias e também a construção de habitações de interesse social para a população mais carente, observando sempre as exigências preestabelecidas pelos governos locais. Porém, o BNH não tinha como único objetivo o financiamento das habitações, havia também a preocupação com a distribuição geográfica onde seriam inseridas as habitações, observando sempre a desigualdade regional.

[...] a promoção da melhor distribuição geográfica dos investimentos atenuando os desníveis regionais e o ímpeto [...] migratório para as metrópoles, a eliminação [...] da promiscuidade das favelas e o aumento do investimento nas indústrias de construção civil, de materiais de construção e bens de consumo duráveis [...]. (SANTOS, 1999, p.13)

A partir de 1964, Humberto Castelo Branco (1964-1967), em meio a ditadura militar - que durou até os anos de 1985-, as políticas habitacionais, que evoluía saneamento básico além da habitação, passaram a ser centralizadas no BNH, que passa a ser o gestor do SFH- Sistema Financeiro de Habitação. Produzindo assim ações diretas do Estado sobre a habitação, produzindo o maior número de habitações sociais no Brasil, até então.

Conforme Chaffun (1997),

Em 1963, o Seminário de Habitação e Reforma Urbana promovida pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, um marco histórico para a evolução do pensamento sobre a

questão urbana brasileira, recomenda uma mudança radical na política urbana e habitacional do país. Aproveitando as propostas então formuladas, o Governo Castelo Branco, primeiro governo de revolução militar de 1964, criou o Banco Nacional de Habitação – BNH, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – Serfhau e o Sistema Financeiro de Habitação – SFH. A proposta visava oferecer à massa dos trabalhadores o acesso à casa própria, estabelecendo-se assim um forte compromisso social com a retomada do desenvolvimento, segundo a perspectiva ideológica da revolução (CHAFFUN, 1997, p. 26).

De acordo com Soares (1988), a partir de 1970 houve uma significativa queda da produção das COHAB's, onde nos anos de 1964 a 1969 a construção de residências girou em torno de 30.000 mil unidades por ano, e entre 1971 a 1974 não alcançou 16.000 mil unidades por ano, onde um dos principais elementos que possivelmente podem ter causado a queda foi a transformação do BNH em empresa pública, com isso, houve transferências de um grande número de créditos dos mutuários com renda menos valorizada. Além disso, as COHAB's passam a ter uma estrutura diferente da que foi estabelecida pelo BNH no começo. Neste período ocorre o aumento de formação de favelas e habitações em locais impróprios, unidos a queda no salário dos trabalhadores, o que fortaleceu a ideia de que o BNH não consegue reduzir o déficit habitacional.

Em 1973, é criado o PLANAP- Plano Nacional de Habitação Popular, que tinha como foco a redução dos problemas habitacionais das famílias que tinham entre 1 a 3 salários mínimos nas grandes cidades, isso diminuiria o aumento das construções de favelas. As modificações implantadas pelo PLANAP foram a ampliação de valores dos financiamentos, aumento das faixas de renda das famílias de 3 para 5 salários mínimos, redução das taxas de juros e empréstimos do BNH às COHAB's, além da redução da taxa de juros pelo BNH em relação aos serviços de infraestrutura e equipamentos coletivos nos conjuntos habitacionais, segundo Soares (1988).

Essas mudanças foram bem positivas para o setor da habitação, uma vez que diminuiu significativamente os índices de inadimplência e trouxe uma alta na recuperação dos investimentos das COHAB's, ainda segundo Soares (1988), entre os anos de 1980 a 1983, o SHF, que vinha como representante do BNH, tenta trazer novas melhorias para o PLANAP e torná-lo popular, com normas formas de financiamento e propostas de lotes urbanizados, porém o momento de crise que o país enfrentava trouxe consequências a desvalorização do sistema, resultando em sua crise.

De acordo com Azevedo (1988), o BNH passou por grandes mudanças durante todo o tempo de sua atuação, deixando de ser um banco financiador de habitações sociais para se tornar um banco de desenvolvimento urbano, pois incorporava em suas atividades o saneamento

básico, pesquisas, transporte, financiamento de materiais de construção, entre outros mais. Onde os custos básicos que antes eram de responsabilidade do governo passam a ser de responsabilidade do BNH, no qual incluía tarifas para a realização dessas operações, porém, ocorre um efeito direto entre os objetivos sociais e o modo empresarial que estava direcionando o banco.

A expansão das atividades do BNH não se deu, todavia, como mero resultado do cumprimento de dispositivo legal. A experiência dos primeiros anos tinha mostrado que não bastava apenas construir casas: era preciso dotá-las de infraestrutura adequada. Os conjuntos habitacionais eram alvo de críticas precisamente por lhes faltarem esses requisitos. (MEDEIROS, 2007, p. 48).

Andrade e Azevedo (1982) complementam esclarecendo que outros programas foram criados a partir de 1968, como o FINANSA- Programa de Financiamento de Saneamento, que mais tarde passa a ser conhecido como PLANASA- Programa Nacional de Saneamento, formalizado na década de 1970, e partir desse novo programa outros mais foram criados como forma de complementação para as áreas de planejamento urbano, como por exemplo, o projeto CURA- Comunidade Urbana para a Recuperação Acelerada, que tinha como principal foco a racionalização do solo urbano, melhorar a infraestrutura urbana e diminuir as desigualdades causadas pela especulação imobiliária. Porém amplia grandemente o setor em que atua, e passa a trabalhar também com transporte, educação, cultura, comunicação, e ainda financia planos de estudos para amparar a elaboração e projetos de legislação.

A partir de todo o contexto do BNH, pode-se concluir que a política habitacional de interesse social nunca foi o seu objetivo principal, mesmo que descrito nesse molde, mas sim um banco com interesses econômicos que sobressaía aos interesses de políticas de produção de moradia. Pode-se então notar as fragilidades do BNH, como por exemplo, a malha urbana após a sua implantação, desarticulada da realidade dos moradores, colocando os mais pobres em áreas menos privilegiadas, distantes dos centros urbanos e conseqüentemente sem infraestrutura adequada. Também é notório a preocupação do Banco com as exigências governamentais que diziam respeito a infraestrutura e saneamento básico, deixando em segundo plano o principal objetivo de sua criação, a redução do déficit habitacional.

O SFH em anexo com o BNH constituiu a primeira iniciativa efetiva de uma política habitacional de esfera nacional. Em meio à crise habitacional, e trabalhando para obter o apoio da base de sustentação do populismo afastado do poder, procurava-se estruturar a construção habitacional em moldes capitalistas. Esse novo modo de se tratar a política habitacional gerou novos precedentes na economia, gerando empregos e estruturando o setor da construção civil,

porém não se manteve efetivo nos próximos anos da política devido a alta da inflação, abertura democrática, reajustes das parcelas do financiamento e pelo restabelecimento do Sistema implantado por José Sarney (1985-1990), a partir das grandes mudanças, o BNH passaria a ser descentralizado e novos meios para o sistema de financiamento também seriam implantados. A complexidade das questões que envolviam a reforma habitacional fez com que o BNH fosse extinto, devido às “flutuações macroeconômicas dos anos 80” (BOTEGA, 2007, p.69).

O BNH se estruturava com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e tornou-se uma das mais importantes instituições financeiras do país e a maior instituição mundial com foco na dificuldade habitacional. Ainda, para a intervenção na questão habitacional existia um esqueleto institucional de que atendia todo o país, formada pelo BNH e uma organização de agentes promotores e financeiros que possuíam condições de viabilizar a implementação das ações necessárias na área habitacional (Bonduki, 2008).

Nos anos de 1985, começa uma nova etapa nas políticas habitacionais e urbanas do país, vindas da desarticulação do BNH, que trouxe alguns entraves para os problemas habitacionais já existentes, fazendo com que questões urbanas e de moradias passassem a serem respondidas por instituições que tratavam os problemas como assunto secundário. A Caixa Econômica como gestora dos financiamentos, possuía condições que dificultavam programas alternativos voltados para a população de baixa renda. Passando por constantes mudanças na formulação da política habitacional que buscavam um acesso mais facilitado, a Caixa se manteve como “carro-chefe da política habitacional vinculada ao Sistema Financeiro da Habitação” (CARDOSO, 2007, p.17).

A extinção do BNH provocou mudanças em todo setor da construção de habitações de interesse popular e em programas que alternativos, como por exemplo, o Programa Nacional de Mutirões, a baixa nas Companhias Estaduais. Porém, ainda é válido ressaltar que o BNH teve grande importância na produção de moradias em grande quantidade de maneira simultânea em várias cidades, ampliando igualmente o tecido urbano, intervindo no planejamento urbano por meio de infraestruturas e ajustes urbanos nas cidades que foram atendidas pelos seus programas.

O Programa de Ação Imediata para Habitação (PAIH)

De acordo com Motta (2012), devido aos problemas gerados a partir da crise econômica de 1985, foi necessária uma nova estruturação econômica no país, com foco em reformular a

política habitacional brasileira, ocasionando a extinção do BNH em novembro de 1986, onde a Caixa Econômica Federal passa a ser responsável por toda a burocracia que envolvia as questões da política habitacionais do país.

Anos mais tarde, em 1988, se torna obrigatório pela Constituição Federal a elaboração e uso do Plano Diretor para os municípios com mais de 20 mil habitantes, caracterizado como uma ferramenta básica da política de desenvolvimento e expansão urbana. As dificuldades urbanas enfrentadas pelo déficit habitacional passam a ser regrado pela Constituição.

No Governo Collor, a primeira mudança que ocorreu dentro do âmbito habitacional foi a reforma do ministério em 1990, com a proposta de uma Política Nacional de Habitação- PNH, com metas a serem cumpridas entre os anos de 1991 a 1995. Segundo Freitas (2002), as principais iniciativas do Programa de Ação Imediata para Habitação- PAIH para a produção de moradias eram:

Produção de 840 mil lotes urbanizados; 450 mil unidades com linha de crédito para aquisição de material de construção; recuperação de áreas encortiçadas (600 mil unidades) e urbanização de favelas (300 mil unidades); regularização fundiária e urbanização de loteamentos irregulares num total de 250 mil unidades; atuação em áreas de risco, com produção de 100 mil unidades; produção de 210 mil novos imóveis; atuação junto ao governo estadual para a implantação de 60 mil unidades; atuação junto às prefeituras para urbanização de bairros; atuação junto às prefeituras para urbanização de bairros. (FREITAS, 2002, p.22).

Ainda de acordo com Freitas (2002), o Ministério da Ação Social- MAS, foi elaborado para gerir as políticas habitacionais, e a Caixa Econômica Federal era executar, financiar e centralizar as contas do FGTS. Durante o governo Collor, o MAS possuía características de ação assistencialista que priorizavam o atendimento de acordo com a renda populacional. Trazendo mudanças nas propostas anteriormente realizadas, onde o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente que tratavam os problemas das moradias populares como um elemento regional e urbano resultante de processos de desenvolvimento econômico e social.

Freitas (2002), ressalta que o PAIH foi criado em 1990, com objetivo de construir 245 mil moradias em um período de 180 dias. Sua estrutura era formada por diversos programas habitacionais assistencialistas, para que essa meta pudesse ser cumprida, como por exemplo, Programa Moradias Populares que se destinada a produzir e comercializar moradias já concluídas no limite urbano consolidado ou onde existia infraestrutura de base e equipamentos urbanos, o Programa de Lotes Urbanizados e Cesta Básica, era voltado para famílias que não tinham nenhuma condição financeira de conquistar a moradia já pronta, com acabamentos, além

de outro programa de grande importância que tinha como objetivo principal a construção de novas moradias. No PAIH, o Poder Municipal se responsabilizava em selecionar as famílias que iriam aderir às construções.

Freitas (2002), relembra que as famílias mais beneficiadas nesse Programa eram as famílias imigrante, que mudavam de estado por conta do trabalho nas usinas de cana-de-açúcar, pois as mesmas viviam em áreas periféricas e sempre protestavam para melhores condições de habitação para poderem se instalarem com suas famílias.

O PAIH tinha como exigência a implantação de novas moradias onde houvesse infraestrutura urbana ao seu redor, porém o Programa tinha dificuldade de se organizar e gerir as implantações das moradias, ficando a cargo dos próprios moradores executar a infraestrutura local, guias, sarjetas, drenagem de água pluvial, pavimentação e iluminação não eram executados a fim e reduzir os custos.

Outra característica do Programa era a intervenção da construtora que tinha autonomia para escolher entre os três programas, ao qual geralmente era escolhido o programa que mais gerasse lucro, estabeleciam determinado valor de unidades habitacionais para que os custos fossem reduzidos, obtendo-se assim lucros cada vez maiores. Também eram desenvolvidas estratégias, como: os terrenos usados nas construções deveriam ser doados pelo Poder Público, pois havia interesse por financiamentos. A doação aconteceu com a participação de três esferas, prefeituras locais, governos federais e empreiteiras. A segunda estratégia diz respeito ao tamanho da construção, as casas tinham limite máximo de 35m² construídos, que ficaram conhecidas popularmente como “unidade tipo embrião”, construídas com materiais de baixa qualidade, o que resultava em baixo custo para as empreiteiras e assim, maior lucro. A terceira estratégia utilizada no Programa era a não construção de infraestrutura básica, onde o poder público local ficava responsável por entregar a infraestrutura para as áreas de implantação das moradias.

Segundo Freitas (2002), as construtoras não se preocupavam em entregar moradias com baixa qualidade construtiva, além da baixa produtividade, pois recebiam os valores da obra antes da construção, assim as mesmas optavam por elevar os seus lucros ao invés de melhorar a qualidade das obras. Ficava a cargo da Caixa Econômica Federal comercializar e administrar as unidades habitacionais entregues, que com o tempo obtiveram aumento financeiro alto, conseqüentemente levando a queda nas vendas das habitações.

Devido aos problemas, grande lucro das construtoras, atrelado à baixa qualidade construtiva das moradias, a política habitacional implantada pelo governo Collor se mostrou ineficiente para resolver as questões de déficit habitacional no Brasil. Na gestão governamental

de 1991, o MAS esgotou os recursos do FGTS para os anos de 1992 e 1993. A partir das questões expostas, fica claro que o interesse do PAIH não era atender emergencialmente as populações sem-casa, e sim fazer com houvesse a liberação de recursos federais para atingir os interesses das grandes empreiteiras.

O resultado do Programa foi um colapso no setor habitacional, com excesso de contratações, alta nos lucros gerados pelos sobrepreços nos orçamentos, leis negligenciadas, escassez de recursos vindos do FGTS, gerando mais de 300 mil unidades habitacionais paralisadas por falta de recursos para a sua finalização, sendo paralisado em 1992, com a suspensão das contratações do PAIH. O Programa além de não conseguir sanar nenhuma das dificuldades que já vinham ocorrendo no Brasil no setor de habitação para pessoas de baixa renda, ainda potencializaram as dificuldades para a conquista da moradia digna, gerando grande inadimplência nas cidades menores e famílias com dívidas e sem moradia.

Devido aos diversos problemas gerados no último Programa implantado e nos resquícios das iniciativas anteriores, entende-se que, se faz necessária uma política que tenha como base a organização de critérios de destruição financeira, principalmente quando vem de recursos do FGTS voltados para a habitação popular. Faz-se necessário ainda analisar o potencial econômico local, a produção do município, o aumento populacional anual e a participação dos governos estaduais para a implantação de uma política mais inclusiva e organizada.

A partir de todo histórico traçado até o atual momento sobre as questões que envolviam a política habitacional no país, é implantado o Programa Minha Casa Minha Vida, com a proposta de atender principalmente a população de baixa renda, realizando parcerias com as prefeituras municipais, principalmente as com área territorial menor e no interior dos estados.

3.4 Políticas de Moradia de Interesse Social: Ministério das Cidades e a Política Nacional de Habitação

Em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), adota uma nova medida para os problemas habitacionais enfrentados pelos municípios, com a volta dos financiamentos habitacionais e de saneamento com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS como base de recurso. A nova proposta buscava pela reformulação da construção das moradias populares, desconstruindo as características que regiam e norteavam a construção civil trazendo mais flexibilidade e descentralização dos grandes conjuntos habitacionais.

Em 1996, o plano Nacional de Habitação passa ser formulado, regendo novos programas habitacionais, como o Pró-Moradia, que tinha como foco na urbanização de áreas degradadas

das cidades. Em 2001, é criado o Programa de Arrendamento Residencial- PAR, que utilizava dos recursos do FGTS para a produção de unidades para arrendamento.

De acordo com Bonduki (2008), a partir de uma avaliação da necessidade de habitação de interesse social no país e as fontes de financiamento existentes, passa a ser estabelecido um prazo de quinze anos para que os problemas encontrados possam ser resolvidos, garantindo assim, o acesso à moradia digna para o cidadão brasileiro. Assim, o Projeto Moradia, estabelecido no final do ano de 1999, e começos dos anos 2000, propunha resolver essas questões, buscando evitar a reprise dos problemas enfrentados pelos programas antecessores.

A principal mudança que nortearia todo o programa seria deixar de entregar a moradia pronta, as habitações seriam produzidas conforme a necessidade e características de cada território. O Ministério das Cidades é criado para poder gerir este novo modo de se financiar a moradia, reunindo em suas obrigações a gestão de áreas de habitação, saneamento, transportes urbanos e política de ordenação territorial.

As questões voltadas para a habitação de interesse social no país são retomadas no Governo Lula, com a proposta de reforma, criando-se assim, o Ministério das Cidades no ano de 2003. O Ministério das Cidades tinha como responsabilidade desenvolver planos de trabalho e propostas compostos pelo Plano de Desenvolvimento Habitacional, com a normativa de dispor sobre o que são as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Para Silva (2013), a criação do Ministério das Cidades, pode ser vista como um marco histórico nas questões habitacionais, uma vez que esse novo órgão preenchia a lacuna institucional, tirando por completo o governo federal da discussão sobre a política urbana e o destino das cidades. O Ministério era estruturado com base na resolução dos problemas urbanos e a implantação de uma política pública formada por moradia, saneamento básico, mobilidade urbana e Secretaria da Regularização Fundiária. Sendo assim, o órgão se tornava responsável também por um bom trabalho envolvendo as questões da Política Urbana, coordenando, gerindo e formulando a Política Nacional da Habitação, sobretudo com a continuação da CEF como operador dos programas de produção de moradia do governo federal por meio do FGTS, entrelaçada ao Ministério da Fazenda.

A criação do Ministério das Cidades, traz consigo uma proposta de um espaço pública participativo que pudesse defender-se da cultura de privatização no âmbito público e também do avanço das imposições antissociais da globalização. Silva (2013), declara que esse novo comportamento pode ser entendido como uma mudança que poderá alcançar resultados em um novo e constante processo de modificação do modo de pensar e produzir política urbana no país, e assim, impulsionando as questões urbanas no centro das discussões e debates.

Para dar início a esse novo processo participativo e democrático é criada a Conferência Nacional das Cidades logo no primeiro ano de atuação do Ministério das Cidades, 2003 e posteriormente uma nova Conferência em 2005, e antes da realização de ambos eventos, houve uma discussão prévia dos municípios e estados em busca de elaboração de propostas e representantes de cada zona para a participação do evento. (SILVA, 2013, p.84).

Bonduki (2008), afirma que o objetivo principal desse novo processo era devido a criação do Plano Nacional de Habitação que se estruturou “de baixo para cima”, ou seja, foi elaborado a partir das necessidades dos municípios e estados, exigindo a participação de todos os estados e dos 3.457 municípios alcançados por meio das conferências nacionais.

Desse modo, a criação de uma inovadora Política Nacional é resultado do histórico dos movimentos sociais que tinham como meta a garantia do direito à moradia e o fortalecimento de uma política urbana que zelasse pela função social das áreas urbanas.

Silva (2013), ressalta que os princípios do Projeto Moradia, e cumprimento do PNH só é possível a partir da articulação de três pilares fundamentais, política financeira, política fundiária e estrutura institucional.

A articulação entre terra (política fundiária) e financiamento (política financeira) mostra-se indispensável para garantir o sucesso de uma ação que pretende minimizar a exclusão territorial. Sem essa articulação (estrutura institucional), a injeção de recursos financeiros num mercado patrimonialista pode inflar o preço da terra e dificultar o acesso à moradia em vez de ampliá-lo, o que ainda não está descartado que possa acontecer. (SILVA, 2013 p. 85).

Foi criado pelo Ministério das Cidades, o Sistema Nacional de Habitação- SNH, com objetivo de integrar os governos federal, estadual e municipal, aliados aos agentes financeiros públicos e privados, buscando diminuir o déficit habitacional no país e também delimitar as regras de usabilidade dos recursos para que o objetivo da aquisição da moradia própria fosse alcançado, sejam onerosos (FGTS), ou não onerosos para a União.

Segundo Silva (2013), para que fosse possível atingir as novas propostas lançadas, o SNH seria dividido em dois eixos, com foco em dividir as fontes de recursos e fazer a destinação correta conforme a demanda de acordos com o crédito habitacional, com base no perfil: subsistema de habitação de Interesse Social e o subsistema de Mercado, onde o primeiro se destina a recursos públicos exclusivamente para subsidiar a população de classe baixa, que tivesse como renda até 3 salários mínimos, e em contrapartida, o Subsistema de Mercado, destinado a estimular o volume de recursos para o mercado privado de crédito habitacional com base na ampliação da capacidade de recursos via mercado, que conseqüentemente impulsionaria o ramo imobiliário no país.

De acordo com BRASIL (2004), os recursos recolhidos por meio das cadernetas de poupança e estratégias de atração de investidores institucionais e de pessoas físicas eram destinados ao subsistema de habitação de Mercado, Royer (2009), completa que, com a intervenção da Lei nº 9.514/97, foi criado o Sistema de Financiamento Imobiliário- SFI, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), implantado no país com práticas neoliberais, por meio de cortes expressivos nas áreas sociais, o que favorecia a captação de fontes de financiamento no setor privado que fornecia condições para a dinâmica do mercado habitacional.

As reformas sociais, tal qual as políticas seriam vistas como decorrência natural da liberalização econômica. Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente autorregulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas. (ROYER, 2009, p. 11).

Ao mesmo tempo em que para o subsistema de Habitação de Interesse Social teria como base a fonte de recursos o FGTS e um recém-criado Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social- FNHIS, e outros que já tinham sido criados, como o Fundo de Arrendamento Residencial- FAR, Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT, e o Fundo de Desenvolvimento Social- FDS.

Maricato (2006), diz que a criação do Fundo foi tida como uma proposta inovadora, pois possuía um viés verdadeiramente popular, pois a mesma foi levada para o Congresso Nacional em 1992 com mais de um milhão de eleitores. Sendo assim, a efetividade dessa nova articulação institucional, atrelado aos estados e municípios, resultavam em uma ampliação do sistema para dar uma solução do problema do déficit habitacional no Brasil.

Programa Minha Casa Minha Vida: da criação e remodelações

Segundo BRASIL (2004), após o ano de 2003, com a institucionalização de uma nova política habitacional, com a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social- SNHIS, que tinha como objetivo principal o fortalecimento dos órgãos públicos municipais e estaduais para colocar em prática as políticas de produção de moradias. Devido a esse cenário, em 2006, houve um grande crescimento econômico que conseqüentemente diminuiu os índices da pobreza no Brasil, reflexo de programas de transferência de renda e da elevação do real do valor do salário mínimo.

Guimarães (2013) explica que a primeira questão sobre o programa habitacional voltado especificamente para a produção de moradias aparece neste contexto. Assim, o PMCMV é idealizado pela União Federal, com o principal objetivo de enfrentar os programas de déficit habitacional do país, colocando em prática o PAC, que por sua vez tinha o objetivo de acelerar o crescimento econômico do país.

Lançado em 28 de janeiro de 2007, a primeira parte desse programa englobou um conjunto de políticas econômicas projetadas para serem cumpridas dentro de um plano plurianual (4 anos), prevendo investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões de 2007 até 2010, abrangendo uma série de investimentos na área de infraestrutura, saneamento, habitação, transporte e outros, os quais foram divididos em cinco blocos distintos. (GUIMARÃES, 2013 p. 70).

Em 2003, com o Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), a política habitacional do Brasil passa por mais um arranjo institucional, com foco principal na inserção dos setores que vinham sendo excluídos do direito à cidade, pois os serviços básicos também se fazem necessários e fundamentais para a cidadania.

O Programa Minha Casa Minha Vida, criado em 25 de março 2009, por intermédio da Medida Provisória N°459, e contida na Lei 11.977 em 7 de julho de 2009, se estabeleceu como um programa que buscava solucionar os problemas enfrentados pela grande demanda por habitações de interesse social no país, substituindo o programa que se fazia efetivo até então, o BNH- Banco Nacional da Habitação, que possuía um caráter mais seletivo nas escolhas das famílias que conseguiriam o acesso a casa própria através de recursos governamentais. Contudo o intuito do governo de Lula (2003-2011), em seu segundo mandato (2008-2011), não era apresentar uma proposta de política habitacional, e sim diretrizes para suprir a necessidade por habitações, resultando assim em propostas do governo no setor da habitação.

O PMCMV se define a partir do seu Artigo 2º: “O PMCMV tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, seu objetivo inicial a construção de um milhão de unidades habitacionais por intermédio das famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos¹⁴, que residam em qualquer dos Municípios brasileiros.” Lei nº 11.977, 7 julho de 2009, o que totalizara em um investimento de R\$ 34 bilhões.¹⁵ Silva (2013) afirma que desse total, R\$ 25,5 bilhões seriam oriundos da União, R\$ 8,5 bilhões do FGTS e mais R\$ 1 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS).

¹⁴ No ano de 2009, o valor do salário mínimo era de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

¹⁵ O valor do dólar nesse mesmo período correspondia a R\$ 2,313 (dois reais trezentos e treze centavos) segundo o Banco Central do Brasil*.

Tabela 2- BRASIL-Recursos Públicos para o Programa MCMV 1 (em R\$ (bilhões), 2009).

PROGRAMA	UNIÃO	FGTS	TOTAL
Subsídios para moradia (renda até R\$ 1.395,00)	16		16
Subsídios em Financiamento do FGTS (renda até R\$ 2.790,00)	2,5	7,5	10
Fundo Garantidor em financiamentos FGTS	2		2
Subtotal	20,5	7,5	28
Financiamento- Infraestrutura	5		5
Financiamento- Cadeia Produtiva		1	1
Subtotal	5	1	6
TOTAL- MCMV	25,5	8,5	34

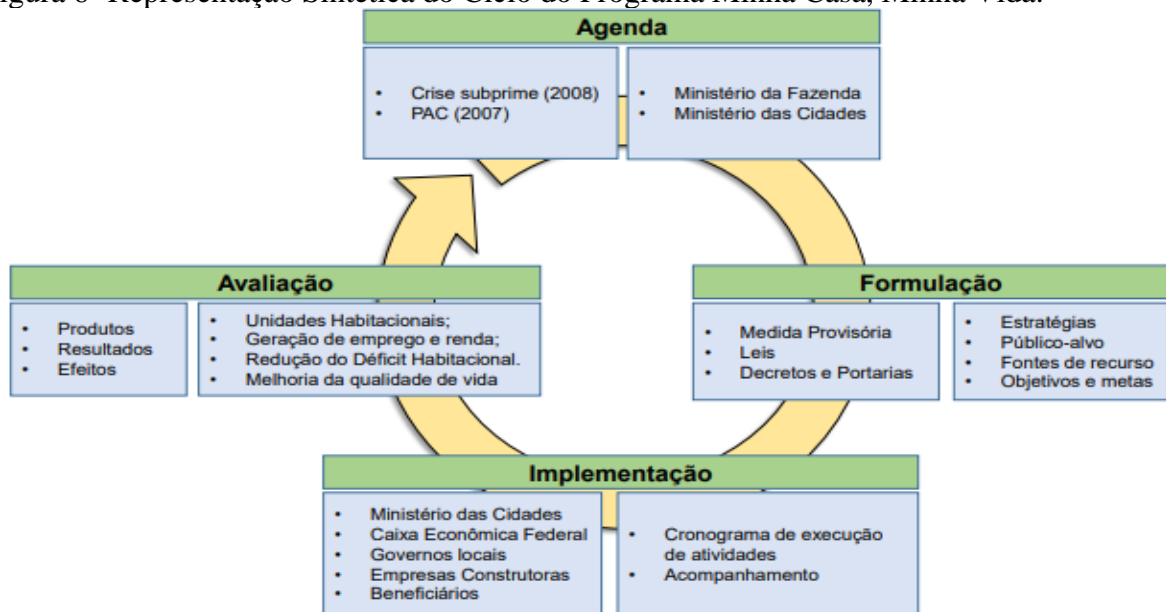
Fonte: BRASIL, 2009. Org.: PEREIRA, P. (2017).

De acordo com Millano (2013), o contexto econômico em que o PMCMV foi criado teve início com a crise economia mundial dos Estados Unidos, com grande repercussão no Brasil com reação acelerada do governo brasileiro, colocando em prática medidas para aumentar o crédito dos bancos públicos como meio de compensar a retração do setor privado. Com esse cenário, a criação do Programa tinha como intenção produzir condições de ampliação do mercado habitacional e promover melhoras na economia brasileira, decorrentes dos efeitos da indústria da construção civil.

Com relação ao consumo, os formuladores do programa fundamentaram-se em três eixos estratégicos: tornar menos rígido o processo de acesso ao FGTS, redução dos riscos por meio do Fundo Garantidor de Habitação que proporciona recursos para pagamento das prestações em casos de inadimplência, e como consequência a redução nas taxas de juros, melhor disponibilidade de subsídios diretos- integrais e parciais- de acordo com a faixa de renda. Essas medidas de intervenção foram de extrema importância para se assegurar a credibilidade às empresas que abriram capital na Bolsa de Valores.

Tem sido apresentado como uma das principais ações do governo Lula em reação á crise econômica internacional, ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, e também como uma política social em grande escala. O volume de subsídios que mobiliza 34 bilhões de reais (o equivalente a três anos de Bolsa Família) para atender a população de 0 a 10 salários mínimos de rendimento familiar, é de fato, inédito na história do país, nem mesmo o antigo BNH dirigiu tantos recursos à baixa renda em uma única operação. (SILVA, 2013, p. 94).

Figura 6- Representação Sintética do Ciclo do Programa Minha Casa, Minha Vida.



Fonte: Euclides, Moreira, Silveira, 2017.

Para que os objetivos propostos pelo PMCMV fossem efetivos, o Programa foi elaborado e instrumentalizado como suporte de amparo ao PNH- Plano Nacional de Habitação no país, porém, para que esse objetivo fosse alcançado o Programa deveria compreender dois outros programas assistenciais à habitação de interesse social- primeiro o PNHU- Plano Nacional de Habitação Urbana e o segundo PNHR- Plano Nacional de Habitação Rural.

Silva (2013) esclarece que o PNHU era indicado à população urbana que tinha como finalidade a aquisição da casa própria e que possuía renda mínima de até 10 salários mínimos, as famílias que atingiam até 6 salários mínimos tinham direito à subsídios, para que fosse utilizado como facilitador ao acesso à moradia própria e diminuição da inadimplência. Já as famílias que possuíam de 6 a 10 salários mínimos teriam acesso as condições de financiamento com juros menores, prazos mais abrangentes e uso do FGTS.

Quadro 2- BRASIL -Programa MCMV- Condições por Faixa de Renda, 2009.

Faixa de Renda	Condições
0 a 3 Salários Mínimos	Subsídios integrais com isenção do seguro, prestação de até 10% da renda (por 10 anos), prestação mínima de R\$ 50, reais por mês e registro do imóvel no nome da mulher.
3 a 6 Salários Mínimos	Aumento do subsídio parcial em financiamentos com redução dos custos do seguro e acesso ao Fundo Garantidor.
6 a 10 Salários Mínimos	Estímulo à compra com redução dos custos do seguro e acesso ao Fundo Garantidor.

Fonte: SILVA, J. P., 2013. Org.: PEREIRA, P. (2017).

De acordo com Millano (2013), as atividades do PMCMV executadas no país foram efetivas quanto à desmoralização dos direitos sociais aos interesses econômicos. Ao analisarmos como se articulava a malha urbana e a sua expansão desordenada, e para que a mesma se mantivesse em expansão foram necessários recursos destinados à execução da infraestrutura aos conjuntos localizados em áreas periféricas das cidades. Porém, a estrutura do Programa não deve se margear apenas pela grande participação do setor privado, mas também do setor imobiliário enlaçado aos interesses da construção civil. Por depender quase exclusivamente do setor privado, o Programa se afasta de suas propostas iniciais do SNHIS, que foi muito discutido e apoiado sobre o papel estratégico do setor público e no PlanHab-Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, lançado antes do PMCMV e com bases estruturais do SNHIS.

Para quem o espaço urbano é produzido e consumido produtivamente tornando-se um elemento fundamental na estratégia da valorização capitalista, acredita que os estudos acerca da renda fundiária urbana pagam aos proprietários, do lucro dos agentes imobiliários e dos juros obtidos pelo capital financeiro podem revelar respostas sobre o processo produção/consumo do espaço urbano. (MILLANO, 2013, p. 47).

De acordo com o Ministério do Planejamento (2015) o PMCMV conseguiu atingir as metas traçadas em suas primeiras fases, decorrente dos investimentos que foram utilizados como recurso, o Programa passa a ser um dos maiores do mundo, totalizando em 2009, R\$ 139,60 bilhões em financiamentos nos bancos credenciados, em sua maioria contratados pela Caixa Econômica Federal, onde R\$ 114,9 bilhões foi destinado para famílias de baixa renda.

Em 2016 o Programa já contava com 4.219.366 unidades habitacionais contratadas e cerca de 10,5 milhões de pessoas beneficiadas, a partir de um investimento de R\$ 295 bilhões de reais (BRASIL, 2016). Podendo ser analisado de duas maneiras diferentes, o PMCMV se divide em um caráter social, onde o governo trabalha para que a promoção da casa própria de pessoas de baixa renda seja efetiva, onde o governo é o agente financiador das construções e repassa para a população com baixo custo, e o caráter de “habitação social de mercado” (SHIMBO, 2010), onde também se destina habitações sociais para pessoas com rendas baixas, porém que ainda consigam arcar com o valor real da construção da moradia, o governo trabalha a partir de financiamentos de longos prazos e juros subsidiados.

No período de 2010 a 2013, o PMVMC era formado por três faixas¹⁶, e em cada uma delas com arranjos e modalidades distintas. A faixa 1 se estende para famílias de interesse social,

¹⁶ Após a mudança de presidência do Brasil em 2016, o programa passou por uma análise, onde surge a criação de uma faixa intermediária entre 1 e 2, que foi denominada como faixa 1,5, incorporada no Programa a partir de 2017, que atende famílias com renda entre R\$1.800,00 até R\$2.600,00 reais.

que compreende até três salários mínimos em seu rendimento mensal, onde suas modalidades são as seguintes:

- I. Fundo de Arrendamento Residencial (PMCMV/FAR), destinado para municípios que tenham em sua formação mais de 50 mil habitantes,
- II. MCMV-Entidades, se destina a famílias que atuam junto a cooperativas, associações, ou entidades que não possuam fins lucrativos,
- III. Oferta pública de Recursos (PMCMV/OPR), destinado a municípios onde a população chega ao máximo 50 mil habitantes e
- IV. PMCMV/ Rural, destinado a produção e/ou reforma de imóveis localizados em zonas rurais.

Já as demais faixas, 2 e 3, envolvem ações realizadas pelo mercado imobiliário junto a instituições financeiras responsáveis pela gestão do Programa. O FGTS é o principal meio de geração de recursos para as duas faixas, porém o financiamento depende do rendimento mensal da família, que deve ser entre três a dez salários mínimos.

O Programa tem como ponto norteador a diminuição das desigualdades sociais com foco nas deficiências da habitação de interesse social, o que impulsiona a quebra do Déficit Habitacional- DH, buscando suprir as dificuldades sociais acarretadas por um grande histórico de problemas de gestão das habitações no país.

Após a criação do programa é notório sua atuação em áreas que precisam de uma atenção especial sob a ótica habitacional de famílias carentes, podendo ser analisado que o Programa alcançou quase que completamente todos os municípios nacionais, atingindo 5.530 dos 5.570 municípios brasileiros, com Grau de Cobertura- GC¹⁷ de 96,1%. Dentre as regiões e estados, como Amapá, Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins, sua cobertura foi máxima, chegando aos 100% dos municípios registrados em alguma faixa do Programa.

Em outros estados a cobertura não alcançou a máxima, mas apresenta números expressivos, como no Acre 77,3%, Minas Gerais 89%. Já nas regiões sul e sudeste apresentam respectivamente 99,3% e 91%. Com esses dados é possível fazer uma análise de como a atuação do Programa trabalha com questões sociais, políticas e econômicas, como por exemplo os déficits habitacionais municipais e a vulnerabilidade social de pessoa que moram em situações

¹⁷ Grau de Cobertura: Indica a cobertura do PMCMV em relação a todo o território nacional. É a razão de municípios contemplados pelo Programa pelo total de municípios nacionais. Foi subdividido em geral e por faixas. (MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F. R.; EUCLYDES, F. M., 2017).

precárias que afetam o desenvolvimento social desses grupos, e afirma a sua relevância e abrangência no território brasileiro. Contudo, cada uma das três faixas do programa permite falar de um tipo diferente de cobertura e também de impacto, incluindo todas as construções, sem que se tenha algum tipo de recorte ou área de estudo em foco.

Como esta pesquisa se volta para as habitações de interesse social promovidas pelo faixa 1, calculamos o Grau de Cobertura para esta faixa, onde foi atingindo 81% dos municípios, totalizando 4.510 cidades, predominantes no Norte e Nordeste, com cerca de 95% de abrangência cada, já no Sudeste a contratação do Programa se apresentou em um nível mais baixo, de 56,4%, o CG das demais faixas e estados mostra uma clara distinção sobre as rendas em que cada estado ou região consegue condensar.

A partir dessa constatação caracterizam-se dois movimentos, o primeiro é a relação do aumento do nível de renda das famílias por cada faixa do Programa, onde o CG aparece em posição oposta à renda, quanto maior a renda, menor a contratação do faixa 1, quanto menor a renda, maior é a contratação da faixa menor, assim, o foco do Programa deveria ser em áreas onde a concentração de renda é menor e a atuação do Programa com habitações de interesse social deveria ser prioritária.

4. ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POPULACIONAL DE JABOTICABAL-SP

O município escolhido para a pesquisa se localiza no interior Paulista, e possui potencial analítico exploratório decorrente de suas produções habitacionais e o avanço na produção de moradias que se mostram mais cuidadosas com as questões sociais que envolvem os grupos de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, apresentando questões urbanas relevantes para esta pesquisa, a análise parte da região administrativa do município, sua projeção urbana e como a cidade se consolidou a partir do histórico de desenvolvimento urbano, contando com a área urbana consolidada de cada uma e como novos bairros e novas estruturas vindas do PMCMV se comportam nessas cidades.

Discorreremos sobre a densidade demográfica do município, bem como a projeção da população, focados no número de idosos e número de pessoas com deficiência, e como esses números se comportam no que se conclui como taxa de crescimento populacional, uma vez que, quanto maior o número de pessoas idosas ou com algum grau de dificuldade, podem implicar diretamente na demanda por habitações adaptadas de interesse social do PMCMV.

O PMCMV faixa 1, se destina para pessoas com baixa renda, para avaliarmos a sua abrangência precisamos compreender melhor como se estruturam os rendimentos e economia dos municípios, habitantes e beneficiários, observando a taxa de empregos formais e informais, áreas de geração de emprego em cada município, número de PcD e PcMR empregados, PIB e PIB per capita.

As condições de vida também são necessárias para compor a pesquisa, onde podemos analisar o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), as condições dos domicílios, incluindo as habitações pertencentes ao PMCMV, média da renda per capita por domicílio e o índice de vulnerabilidade social. Desse modo, avalia-se as habitações e infraestrutura urbana, infraestrutura das habitações e seus espaços construídos, além do saneamento básico, e serviços de mobilidade urbana, como ciclo-faixas e transporte público.

O município possui porte médio, Jaboticabal se localiza na região administrativa de Ribeirão Preto, com uma área territorial 706,60km² (SEADE, 2020), vizinho de Matão, Guariba, Dobrada, Córrego Rico, Barrinha, Sertãozinho, Taiuva, Taiacu, Monte Alto, ligadas pelas rodoviárias Brigadeiro Faria Lima e Washington Luiz. Possuía em 2010, 70.472 habitantes, atualmente, segundo SEADE (2020), o município conta com mais de 74.221 habitantes, sua densidade demográfica é de 105,04 hab./km², contando com uma taxa de crescimento de 0,36% a.a. segundo os dados comparativos de 2010 a 2020. Seu grau de

urbanização chega a 98,28%, e se compõe com dois distritos, Córrego Rico com aproximadamente 1.414 mil habitantes e Lusitânia com aproximadamente 530 habitantes.

O número populacional da cidade se mantém em crescimento constante, e tende a ter um aumento populacional nos próximos cinco anos, como mostra o quadro a seguir, produzida a partir dos dados do SEADE (2020).

Quadro 3- Projeção da população por faixa etária quinquenais do município de Jaboticabal-SP

Faixa Etária	População Total 2011	População Total 2015	População Total 2020	População Total 2025
00 a 04 anos	4.114	4.202	3.962	3.665
05 a 09 anos	4.588	4.083	4.196	3.957
10 a 14 anos	5.192	4.715	4.080	4.194
15 a 19 anos	5.666	5.304	4.708	4.075
20 a 24 anos	6.187	5.737	5.291	4.700
25 a 29 anos	6.288	6.278	5.722	5.280
30 a 34 anos	6.022	6.257	6.255	5.705
35 a 39 anos	5.347	5.921	6.225	6.226
40 a 44 anos	5.062	5.159	5.873	6.181
45 a 49 anos	4.849	4.959	5.095	5.808
50 a 54 anos	4.592	4.711	4.864	5.007
55 a 59 anos	3.885	4.403	4.568	4.732
60 a 64 anos	3.069	3.568	4.198	4.373
65 a 69 anos	2.362	2.725	3.317	3.928
70 a 74 anos	1.832	2.016	2.439	2.996
75 anos e mais	2.861	3.053	3.428	4.050
População Total/Ano	71.916	73.091	74.221	74.877

Fonte: Fundação Seade, modificado pela autora.

Porém esse aumento se restringe a menos nascimentos e também menor número de óbitos, pois o número de pessoas idosas se mantém em uma tendência de crescimento entre 10 a 12% a cada 5 anos, passando de um total de mais de 14% da população em faixa etária idosa para mais de 20% nos próximos anos, sendo uma das faixas etárias que mais teve evolução

durante todo o período tabelado, junto ao número de adultos, enquanto o número de nascidos, crianças, adolescentes e jovens vêm sofrendo quedas.

As taxas de envelhecimento populacional, segundo o IBGE (2020) para pessoas acima de 60 anos é bem próximo para ambos os municípios, sendo 109,35% em Jaboticabal. Com esse envelhecimento populacional crescente, amplia-se o número de pessoas com mobilidade reduzida nas cidades, podendo ser inclusos em variados segmentos que dificultam a mobilidade, como baixa visão, baixa audição, dificuldade de locomoção, uso de tecnologia assistiva, entre outros.

Os valores a seguir foram retirados do Censo 2010, pois ainda não houve uma nova pesquisa publicada pelo IBGE a respeito do crescimento ou decréscimo do número de pessoas com deficiência no país, porém com base nos dados ainda do ano de 2010, conseguiremos ter alguns parâmetros comparativos para as análises feitas na pesquisa, considerando ainda que os declarantes de deficiência não tenham sido acometidos por agravamentos ou reabilitações.

Cerca de 21,10% dos habitantes na cidade de Jaboticabal declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, e comparada com outras duas cidades, Matão-SP e Bebedouros-SP, por serem de mesmo porte e próximas, onde é possível traçar comparativos dentre as cidades. O número de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência nas cidades, segundo dados mais recentes fornecidos pelo IBGE (2010), em uma análise com dados populacionais do mesmo ano, demonstrou que Jaboticabal atingiu quase o dobro de pessoas que declararam ter ou não algum tipo de deficiência.

1. Segundo o último censo do IBGE realizado em 2010, cerca de 24% da população declarou possuir ao menos um tipo de deficiência. Comparando a cidade de Jaboticabal com uma população estimada de 76.193 mil habitantes, com Matão-SP com 81.878 mil habitantes e Bebedouro- SP com 77.695 mil habitantes, selecionadas pela proximidade geográfica e por apresentarem uma densidade populacional próximas à Jaboticabal, temos os seguintes resultados: Dentre todas as deficiências apontadas, Jaboticabal possui o maior percentual em todas as categorias;
2. Matão possui o maior número de deficientes com cegueira total, mas ainda com um número menor que Jaboticabal quanto à deficiência visual (incluindo cegueira total e parcial);

3. Jaboticabal aponta na estatística que um pouco mais de 21% da parcela dos habitantes possui alguma deficiência, sendo que mais de 15% dos mesmos possui deficiência visual;
4. A segunda deficiência mais encontrada na cidade de Jaboticabal foi a motora, com 6,84% da população, por ser algum tipo de deficiência motora, podemos considerar a inclusão de pessoas com baixa mobilidade, sendo inclusos nesse parâmetro os idosos, pessoas que necessitam do uso de muletas, andadores e outro;
5. A terceira deficiência mais encontrada na cidade de Jaboticabal, foi a auditiva, sempre seguida da deficiência da linguagem oral.

Quadro 4- Número de Pessoas com Deficiência

Territórios	Brasil	Jaboticabal	Matão	Bebedouro
Pelo menos uma deficiência investigada	45.606.048 22,49%	16.081 21,10%	14.633 17,87%	14.109 18,15%
Deficiência Auditiva	9.717.318 4,68%	3.625 4,75%	3.480 4,25	2.943 3,78%
Deficiência Auditiva Severa	2.143.173 1,03%	802 1,03%	775 0,94%	638 0,82%
Deficiência Mental/ Intelectual	2.611.599 1,26%	1.076 1,41%	853 1,04%	868 1,11%
Deficiência Motora	13.265.599 6,40%	5.215 6,84%	4.742 5,79%	4.121 5,30%
Deficiência Motora Severa	4.433.350 2,13	2.043 2,68%	1.699 2,07%	1.182 1,52%
Deficiência Visual	6.562.910 3,16%	12.032 15,79%	10.566 12,90%	10.438 13,43%
Deficiência Visual Severa	6.562.910 3,16%	1.751 2,29%	1.959 2,39%	10.438 1,72%

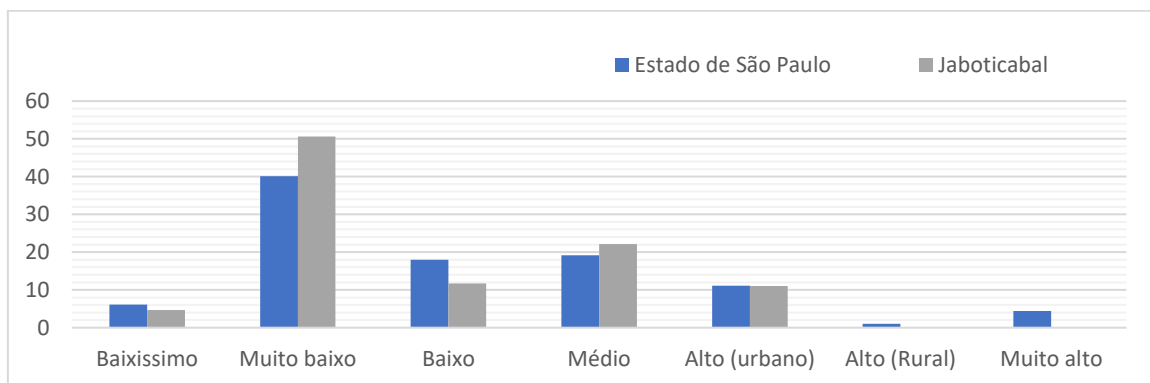
Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010. Adaptado pela autora.

Desse modo, é notório que Jaboticabal precisa de atenções especiais voltadas para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Seguindo com as análises populacionais, a avaliação da Vulnerabilidade Social da população do município foi analisada de acordo com os dados divulgados pelo SEADE (2018), onde Jaboticabal possui uma renda per capita entre os R\$ 2.657 reais, porém com mais domicílios que contam apenas com meio salário mínimo, totalizando 12,1%. As moradias são chefiadas por homens com idade média também de 48 anos, e de homens de menos de 30 anos representando 12,7%, e o número de famílias chefiadas por mulheres é de 13% com até 30 anos.

O IPVS- Índice Paulista de Vulnerabilidade Social é dividido em grupos, partindo dos mais afetados pela vulnerabilidade, até os pouco afetados. Na pesquisa são divididos em sete grupos totais, baixíssima vulnerabilidade, vulnerabilidade muito baixa, baixa vulnerabilidade, média vulnerabilidade (urbanos), alta vulnerabilidade (urbano), vulnerabilidade muito alta, alta vulnerabilidade (rural).

Figura7- Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Estado de São Paulo e Município de Jaboticabal – 2010.



Fonte: SEADE, 2020. Adaptado pela autora.

Nota: Todos os setores censitários do município de São Paulo foram considerados urbanos.

Para o mesmo grupo, em Jaboticabal totalizou-se o quantitativo para o grupo de baixíssima vulnerabilidade, foram contabilizadas 3.281 pessoas, somando 4,7% do total, com rendimentos de R\$ 4.893 e 3,3% não ultrapassavam meio salário mínimo per capita.

Nos setores em que se inserem os conjuntos habitacionais de Jaboticabal, e consequentemente o grupo de pessoas com deficiência (pessoas com deficiência motora, visual, intelectual e mental), e pessoas com mobilidade reduzida estudados (idosos, gestantes, anões, obesos, usuários de tecnologia assistiva), são apontados nos mapas como grupos de Vulnerabilidade muito baixa, e grupo de Vulnerabilidade baixa, os dados disponibilizados pelo

IBGE e Fundação SEADE mostram uma aproximação de valores para totais de rendimentos nominais per capita por família nestas duas sessões, como são mostrados a seguir.

Os números encontrados para o grupo de vulnerabilidade muito baixa são de 35.647 mil pessoas, com mais 50% do total. Os valores de rendimentos nominais médios dos domicílios são de R\$2.921 e 7,2% destes, a renda não ultrapassa meio salário mínimo per capita em Jaboticabal, os valores são de R\$3.140 e 7,4% não ultrapassam a renda de meio salário mínimo per capita. O terceiro grupo, nomeado como Vulnerabilidade baixa, apontou no município 8.245 pessoas, totalizando 11,7%, declarando que o rendimento nominal era de R\$2.162

Figura 8-Mapa de Vulnerabilidades em Jaboticabal-SP com demarcação dos conjuntos habitacionais estudados.



Fonte: Fundação Seade (2010).

Nota: Todos os setores censitários do município de São Paulo foram considerados urbanos.

Os demais grupos que fazem parte da classificação completa, que também fazem parte da área de estudos, mas possuem relevância para entendermos como a cidade se estrutura sobre a questão da Vulnerabilidade Social.

Dessa forma o grupo 4, nomeado de Vulnerabilidade Média- Setores Urbanos, somou mais de 15.547 pessoas, sendo 22,1% do total. Os rendimentos nominais médios familiares atingiam R\$ 1.721, e em 18,2% não ultrapassavam meio salário mínimo per capita para Jaboticabal.

Os números encontrados para o grupo de vulnerabilidade alta- setores urbanos, são de 12.174 pessoas, que totaliza 7.752 pessoas, com mais 11% do total. Os valores de rendimentos nominais médios dos domicílios são de R\$1.297 e 30,4% destes, para a renda do município os valores são de R\$1.412 e 25,6% não ultrapassam a renda de meio salário mínimo per capita.

Após contextualizar a evolução populacional, taxas de aumento populacional no decorrer das décadas, as estruturações de faixas etárias em cada município, número de PcD e PcMR, e análise de grupos de vulnerabilidade social em ambos territórios, partiremos para a análise de desenvolvimento territorial, buscando compreender como se dá a formação ou não de segregações socioespaciais, principalmente nas áreas de implantação das habitações do Programa Minha Vida, a partir do histórico territorial de cada município.

E o desenvolvimento do município de Jaboticabal se deu a partir do século XIX, com base na economia municipal advinda da cafeicultura, que se expandiu fortemente no oeste do Estado de São Paulo nesse período. Com a crise do café de 1929, a economia local se destacou com o plantio de algodão e de maneira expressiva e recente, a plantação de cana-de-açúcar, que hoje se tornou a principal economia do município.

Jaboticabal faz parte da região administrativa de Ribeirão Preto, com uma área territorial 706,60km² (SEADE, 2020), possuía em 2010, 70.472 habitantes, atualmente, segundo SEADE (2020), o município conta com mais de 74.22 habitantes, sua densidade demográfica é de 105,04 hab./km², contando com uma taxa de crescimento de 0,36%a.a. segundo os dados comparativos de 2010 a 2020. Seu grau de urbanização chega a 98,28%, e se compõe com dois distritos, Córrego Rico com aproximadamente 1.414 mil habitantes e Lusitânia com aproximadamente 530 habitantes.

Partindo para uma análise do desenvolvimento territorial do município de Jaboticabal conta com mais informações sobre os Programas de Habitação de Interesse Social, uma vez que a cidade produziu diversos bairros com auxílios dos Programas governamentais atuantes em cada gestão, dessa maneira contextualiza-se o desenvolvimento urbano e territorial a partir da segunda metade do século XX.

A urbanização da cidade se intensificou a partir dos anos de 1950, devido ao êxodo rural, onde a população urbana representava cerca de 48% habitando em área urbana, hoje a cidade conta com mais de 97% da população residente em zona urbana, onde 98,12% de sua área está urbanizada, com uma densidade demográfica de 104,72 hab/km², segundo dados do SEADE (Perfil, 2019).

Em 1939, Jaboticabal abrangia o território que atualmente estão as cidades de Taiuva e Taiacu. Em seu último levantamento, a cidade contava com 706,602 km², divididos entre a sede municipal, e os dois distritos, Lusitânia e Córrego Rico.

De acordo com o IBGE (2019), Jaboticabal pode ser considerada uma cidade de porte médio, que contempla de 20 a 500 mil habitantes. Apresenta 98,12 de área urbanizada, quase que em sua totalidade de domicílios com esgotamento sanitário adequado e mais de 95% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização, onde 38,3% desses domicílios possuem arborização adequada, com bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio.

De acordo com as informações oferecidas pelo Setor de Obras e Planejamento de Jaboticabal, o município não possui favelas, porém há existência de habitações precárias em alguns pontos das cidades e a produção de barracos formados por pessoas em situação de vulnerabilidade social. Segundo o EMURJA- Empresa Municipal de Urbanização de Jaboticabal- existe uma maior demanda de moradias com condições básicas de habitação e de casas próprias, não necessariamente de moradias, contando cerca de 1.600 famílias necessitadas.

Porém, segundo o Jornal Oficial, “o déficit habitacional em Jaboticabal é de aproximadamente 3.300 moradias, sendo que 50% das famílias recebem menos de três salários mínimos” (JOJ, 2016). O que causa uma dificuldade na aquisição por meio de recursos de financiamento federal, onde uma das alternativas encontradas são as construções por “mutirões”, como já construídos pela autarquia.

Jaboticabal desenvolveu seu território urbano com diversos Programas que financiavam a Habitação de Interesse Social, desde a década de 1980 o município vem se adequando e incorporando os Programas sociais em seu desenvolvimento, mas foi na década de 1990 que se intensificaram os financiamentos para construção de grandes conjuntos habitacionais, como os bairros Parque Primeiro de Maio, Conjunto Habitacional Ulysses Guimarães, Jardim Petrassi, Conjunto Habitacional Yukio Nakagi (localizado no distrito Lusitânia) e Residencial Jaboticabal, todos com Programa Autoconstrução Assistida, onde cada morador era responsável pela construção de sua residência.¹⁸

Na década de 1970 a 1980, Jaboticabal recebeu 1.391 unidades habitacionais, formando 3 grandes conjuntos, financiados pelos recursos do BNH, intermediados pela Companhia

¹⁸ Criado em 2000, na gestão da Prefeita Maria Carlota Niero Rocha 1997-2000 (PT-Partido dos Trabalhadores), buscando atender as famílias com renda familiar de 2 a 10 salários mínimos, que já possuíam terreno e necessitavam de auxílio para conseguir construir ou reformar a habitação. O recurso do programa era através da Caixa Econômica Federal.

Habitação Regional de Ribeirão Preto- COHAB-RP que eram destinadas a famílias que atendiam o “mercado popular” que se enquadravam na faixa de renda de 3 a 5 salários mínimos. De 1978 a 1979 foi construído o primeiro conjunto habitacional no município, conhecido como Hugo Lacorte Vitalli I (conhecido popularmente por COHAB I) com 442 unidades habitacionais. Em 1983-84 foi construído o segundo Conjunto Habitacional Margarida Berchieri (conhecido como COHAB II) com 662 unidades habitacionais, e em 1987 a 1988 foram construídas mais 287 unidades habitacionais, denominadas como Hugo Lacorte Vitalli II (conhecido como COHAB III).

A partir de 1989, com o município administrado pelo então Prefeito José Giácomo Baccarin, atuou sobre as questões das habitações populares com o então chamado Regime de Ajuda Mútua, que foi desenvolvido com recursos próprios da prefeitura, totalizando a construção de 507 residências.

Segundo ITALIANO (1997),

As principais dificuldades da administração de 1989-92 eram: inexistência de dotação orçamentária para investimentos em programas habitacionais: o município não dispunha de área para o desenvolvimento de projetos, e não era conhecida a demanda por habitação no município. ITALIANO (1997), *apud* YOSHIMURA (2003).

A partir de algumas questões sobre a falta de informação e ao mesmo tempo a necessidade de construção de habitações de interesse social, o município passou por um processo de racionalização das construções e financiamentos, afim de ponderar a questão habitacional, colocando alguns parâmetros para a viabilização das construções das unidades habitacionais, eram elas:

A intenção política de desenvolver programas habitacionais; II. A viabilização do terreno para a construção do conjunto; III. A elaboração e aprovação da legislação; IV. O cadastramento das famílias; V. A organização das famílias no processo de gestão do programa; VI. A viabilização dos recursos; VII. A comercialização das unidades e VIII. A gestão tecnológica do empreendimento. ITALIANO (1997), *apud* YOSHIMURA (2003).

As famílias selecionadas para a aquisição da casa própria passaram por pré-requisitos, como por exemplo, a menor renda per capita; ser residente do município a mais tempo; possuir maior número de dependentes na família, onde um dos critérios de desempate era a existência de pessoas com deficiência física ou mental no grupo familiar.

Já no período de 1993 a 1996, sob o comando do então Prefeito Adail Aléssio de Simoni do MDB, deu-se sequência ao projeto do Parque Primeiro de Maio, conhecido popularmente como Mutirão, devido ao seu Programa. Porém, sua gestão contou com a construção do

Conjunto Habitacional Ulysses Guimarães (COHAB IV) em parceria com o CDHU- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, o início do projeto do novo bairro começou em 1995 e foi concluído um ano depois, onde foram construídas 500 UH em sua primeira fase e mais 104 UH.

A gestão administrativa de 1997 a 2000 foi realizada pela Prefeita Maria Carlota Niero Rocha (PT-Partido dos Trabalhadores), que foi significativamente marcante para a habitação de interesse social do município, contando com diversos programas, como os mutirões, autoconstrução assistida e parceria com a iniciativa privada, com financiamentos advindos de recursos públicos, como a Caixa Econômica Federal e CDHU. Nessa gestão foram construídos dois conjuntos habitacionais de grande importância para a cidade, como o Jardim Petrassi e o Conjunto Habitacional Yukio Nakagi- no distrito de Lusitânia, onde as residências permanecem com as características originais, reforçando a falta de recursos das famílias beneficiadas-, ambos conjuntos foram realizados com o Regime de Ajuda Mútua, e um terceiro projeto em parceria com a iniciativa privada, denominado Residencial Jaboticabal, e outras construções que não formaram bairros, mas que ocuparam os vazios urbanos da cidade com o Programa Autoconstrução Assistida.

O Programa de Autoconstrução Assistida melhorou diversos aspectos urbanos no município, discutido em primeiro plano no Diagnóstico do Plano Diretor no ano de 2000, onde foram levantados mais de 5000mil terrenos vazios que contavam com infraestrutura urbana adequada. O Programa solucionou dois problemas que estavam sendo recorrente, o primeiro era a ociosidade da infraestrutura instalada e a segundo era a expansão da cidade para zonas periféricas que demandavam infraestrutura urbana.

Nos quatro anos seguintes (2001-2004) o município se manteve com a mesma gestão, porém não houve construções em massa como na gestão passada da Prefeita Maria Carlota Niero Rocha, apenas o Programa Autoconstrução Assistida se manteve em fomentação.

De 2005 a 2008, passando pela gestão do Prefeito José Tadeu de Faria (PPS- Partido Popular Socialista), sem significativas mudanças para a urbanização local e nem ações significativas para o setor de Habitação de Interesse Social.

Quadro 5- Nível de saneamento básico em Jaboticabal-SP.

Nível de Atendimento- Censo Demográfico (Em %) - 2010			
Categorias	Coleta de Lixo	Abastecimento de Água	Esgoto Sanitário
Município	99,86	99,09	99,38
TG	99,81	98,94	98,13

RA	99,81	98,94	98,13
Estado	99,66	97,91	89,75

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico. Resultados do Universo., Fundação Seade. Adaptado pela autora.

4.1 Plano Diretor de Jaboticabal.

Estabelecido com embasamento nas leis e normas descritas no Plano Diretor de Desenvolvimento de Jaboticabal (PDJ) e Leis Complementares da cidade, que são tomadas como diretrizes básicas para o desenvolvimento urbano e social da cidade, baseado no bem-estar social, segurança, equilíbrio ambiental e uso da propriedade urbana como principais pontos previstos em Lei Federal 10.257/2001, de 10 de Julho de 2001, denominada “Estatuto da Cidade”, foi elaborado o Plano Diretor de Jaboticabal em 2005 e posteriormente as leis complementadores em 2006. Todas as ações previstas pelo Plano Diretor de Jaboticabal são criadas a partir dos planos nacionais, regionais e estaduais para a ordenação do território e do desenvolvimento social e econômico tanto da cidade quanto dos habitantes.

O Plano Diretor é traçado buscando promover os seguintes pontos:

- I. Justiça social e redução das desigualdades sociais e regionais;
- II. Inclusão social, compreendida como a garantia de exercício efetivo dos direitos humanos fundamentais e de acesso aos bens, serviços e às políticas sociais por toda a população;
- III. Direito universal à cidade, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer;
- IV. Realização das funções sociais da cidade e o cumprimento da função social da propriedade;
- V. Transferência para a coletividade, de parte da valorização imobiliária inerente à urbanização;
- VI. Universalização da mobilidade e da acessibilidade;
- VII. Prioridade ao transporte coletivo público de passageiros;
- VIII. Preservação e recuperação do ambiente natural e construído;
- IX. Fortalecimento do setor público, através da recuperação e da valorização das funções de planejamento, de articulação e de controle;
- X. Participação da população nos processos de decisão, de planejamento, de gestão, de implementação e de controle do desenvolvimento urbano e rural. (Plano Diretor Desenvolvimento Jaboticabal, 2005)

Destacando os principais pontos do Plano de Diretor de Jaboticabal que envolvem a mobilidade e acessibilidade que devem ser oferecidos à população em geral e especialmente às pessoas portadoras de necessidades especiais, e apontar os principais meios de promovê-las mediante análise das políticas públicas instauradas na cidade, destaca-se

Na Seção da Saúde, a política da cidade tem como princípios, promover o bem-estar físico e mental dos habitantes do município por meio de feitos preventivos, de forma intersetoriais ligados à educação, esportes, meio ambiente e cultura. Para que seja efetiva a melhoria e manutenção da qualidade de vida dos moradores da cidade, devem ser garantidas pelos órgãos públicos responsáveis as ações envolvendo o saneamento básico e ambiental, de modo que seja sempre feito o controle da poluição, segurança no trânsito e conseqüentemente da mobilidade urbana. A cidade também deve promover ações para lazer, como espaços para descanso, cultura e práticas esportivas.

Como descrito no artigo 20 da Seção III do Plano Diretor de Desenvolvimento de Jaboticabal, temos as seguintes diretrizes mais relevantes a pesquisa:

“XIII - promover ações voltadas aos portadores de necessidades especiais, nos diferentes níveis de atuação da saúde, visando à melhoria da qualidade de vida dessa população; XIV - promover ações voltadas às pessoas idosas, estruturando e capacitando equipes de apoio multidisciplinar com foco na atividade física, terapia ocupacional, inclusão social, tratamento e assistência geriátrica, com atendimento domiciliar nos casos necessários; XVI - implementar serviços de referência, voltados ao combate da violência sexual e doméstica; XVII - promover a reabilitação e inserção social, das pessoas portadoras de deficiência física, visual, auditiva e mental.”

Na seção voltada a Educação, temos uma política com base na formação de pessoas ativas, críticas e participativas, a partir do conhecimento de seus direitos e deveres sociais e públicos, orientando na evolução como aprendiz e cidadão, sendo o município o principal agente da formação dos munícipes.

Também é assegurado o direito das vagas destinadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, independentemente de sua limitação, os mesmos têm livre acesso aos prédios escolares e ao ensino oferecido por eles. Os planos setoriais devem assegurar ainda o projeto de Educação Inclusiva na rede municipal. Todas as escolas devem ser projetadas ou adequadas às normas de acessibilidade.

No setor de Esporte e Lazer do município, é criado através do incentivo e promoção da qualidade de vida, trazendo melhoramento da saúde física e mental em todas as faixas etárias, seguindo os seguintes princípios descritos na Seção 5 do Esporte e Lazer do Plano Diretor de Jaboticabal:

I - Assegurar o acesso universal da população, às práticas de esporte, lazer e recreação, promovendo o bem-estar e a melhoria de qualidade de vida de todos os cidadãos; II - Fomentar a cultura urbana, voltada para a prática de atividades de esporte e lazer de uma forma permanente e frequente, estimulando a integração comunitário e o convívio informal e espontâneo; III - Promover o esporte, como forma de integração social e da saúde preventiva.

Como principais pontos que são de responsabilidade dos Planos Setoriais que envolvem a pesquisa têm os seguintes tópicos:

IV - Promover a interligação entre os parques e áreas de esporte e lazer do Município com pistas de caminhada e/ou cicloviárias, estimulando essas modalidades esportivas e facilitando o acesso a essas áreas; V - Assegurar a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais e de mobilidade reduzida aos equipamentos de esporte e lazer do Município, incentivando a prática esportiva desses segmentos da população; VII - Manter escolas de esportes, com monitores especializados, prioritariamente voltadas à inclusão de jovens e adolescentes, que não podem frequentar escolas particulares ou clubes; IX - Realizar atividades esportivas e de lazer, integradas com as áreas de Educação, Cultura e Assistência Social no Município, como instrumento de formação integral do indivíduo.

Sobre a Assistência e Promoção Social o plano diretor estabelece para essa seção o auxílio a população com necessidades básicas para se adequarem à sociedade, geralmente a população que necessita desse auxílio são minorias que estejam caracterizados como excluídos da sociedade ou que estejam vulneráveis está exclusão, como descrito no Art. 28. Da Seção VIII do Plano Diretor de Desenvolvimento de Jaboticabal.

I - O acesso à educação continuada para o trabalho, a geração de emprego e renda, e a organização do trabalho cooperativista; II - a garantia da segurança dos direitos sociais da criança e do adolescente, dos idosos e das pessoas portadoras de necessidades especiais; III - a manutenção do saneamento básico e da saúde preventiva; IV - a oferta gratuita das atividades de esporte, lazer e cultura, adequadas às diversas idades.

Para isso são estabelecidos alguns parâmetros para que seja eficiente a intervenção da Assistência e Promoção Social, como alguns citados a baixo:

I - O estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas; II - a prevenção de situações que levem à exclusão social, garantindo aos cidadãos condições de dignidade, por meio do atendimento às necessidades básicas; III - o acesso à rede de serviços sociais, assegurando a inclusão social; IV - a valorização da pessoa idosa e da pessoa portadora de necessidades especiais, estimulando sua independência funcional e social; V - o amparo à população infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade ou exclusão social, com ênfase na proteção e autonomia, reconhecendo-os como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento e sujeitos de direito; VI - o acesso à moradia digna, assegurando padrões mínimos de higiene, salubridade; VII - a oferta dos serviços essenciais, de abastecimento d'água, esgotamento sanitário, energia elétrica, iluminação pública, coleta e destinação do lixo doméstico; VIII - a pavimentação das vias de acesso, a oferta de transporte coletivo e a implantação dos equipamentos públicos, nas áreas de saúde, educação, esporte, cultura e lazer.

Da seção XII sobre o Transporte e a Mobilidade Urbana são responsáveis pela humanização e sistemas de circulação no perímetro da cidade, buscando sempre a valorização do pedestre, prevenindo conflitos nas vias públicas devidos ao grande fluxo de veículos e

diferentes tipos de transportes. Preservando sempre a integridade do pedestre e a educação no trânsito. Para isso são idealizados os seguintes fundamentos:

I - No planejamento das vias e do suporte de comunicação, na sinalização e na fiscalização, relativas à segurança dos pedestres, ciclistas e condutores de autos; II - Na busca da qualidade e economicidade do transporte público; III - Na criação de um sistema hierarquizado de vias e rotas que controlem diferentes formas, densidades e rapidez do fluxo de veículos e pedestres, tendo como elementos urbanísticos fundamentais a organização do sistema em multianuais viários; IV - Na valorização humanizadora das vias de pedestres, ciclistas e vias de parques urbanos integrados; V - Na criação de normas urbanísticas voltadas para a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais e forma de construção de calçadas.

Sendo ainda os principais objetivos a melhoria da acessibilidade e a homogeneização da mobilidade urbana principalmente para pessoas de baixa renda que dependem de transporte público. Promover o melhoramento do transporte público e das vias públicas, trazendo segurança, conforto e trazer melhoria no fluxo do trânsito, melhorar ainda a ligação do sistema viário com os bairros e distritos.

Aumentar o sistema de segurança para pedestres, ciclistas, e outros grupos mais específicos, como idosos, pessoas com deficiência física, mães com carrinhos de bebês, crianças, entre outros.

Assegurados ainda pelos Planos Setoriais de Mobilidade Urbana e Transporte:

I - Priorizar o transporte coletivo de forma a reduzir o trânsito de veículos leves, especialmente nas áreas de maior fluxo; II - Implantar rotas de transporte coletivo que atendam à necessidade de mobilidade da população, priorizando as vias de maior fluidez de tráfego; III - Condicionar a realização de atividades e a implantação e funcionamento de estabelecimentos à adequação da capacidade do sistema de transportes, da rede viária e das interferências na circulação de veículos e pedestres; V - Reduzir o tráfego de veículos de grande porte nas ruas centrais, direcionando-os para rotas alternativas com maior capacidade de fluxo e de resistência do pavimento; VI - Estabelecer programa de recuperação e conservação do sistema viário, de forma a incorporar tecnologias que contribuam para a melhoria da qualidade ambiental; VII - Regular os sistemas de transporte público alternativo, em especial, dos táxis, mototáxis e transporte escolar; VIII - Desenvolver rotas seguras de circulação dos ciclistas, estimulando esse meio de transporte; IX - Projetar sistemas de deslocamento acessíveis a todos os segmentos da população, eliminando obstáculos que impeçam o livre acesso aos portadores de deficiências físicas ou de outras necessidades especiais; X - Disciplinar a oferta de locais de estacionamento, em áreas públicas e privadas, de modo compatível com as propostas de uso e ocupação do solo, do sistema viário e das condições ambientais; XI - Incentivar a implantação de estacionamento rotativo em polos comerciais de grande demanda.

Decretos Municipais para a Promoção da Acessibilidade em Jaboticabal-SP

A Lei Ordinária nº 4450, de 11 de setembro de 2013, decretada pelo ex-prefeito de Jaboticabal, Raul José da Silva Gírio, dispõe sobre a Acessibilidade da Pessoa com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida ao Meio Urbano, e dá Outra Providência.

Em seu primeiro artigo a lei promulgada disserta sobre a reforma, construção ou ampliação de edifícios públicos ou coletivos, com mudanças de uso ou não, sejam ou se tornem acessíveis para pessoas portadoras de necessidades especiais. Edificações multifamiliares, como condomínios e conjuntos habitacionais devem ter suas áreas comuns acessíveis. As áreas comuns sem acessibilidade são facultativas apenas em habitações unifamiliares, e áreas técnicas como casa de máquinas, barriletes ou passagens técnicas não precisam ser acessíveis.

No segundo parágrafo aborda a Promoção da Acessibilidade, que é prevista em Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, todas complementadas pelas normas brasileiras de acessibilidade da ABNT NBR 9050/2015. Assim todos os estabelecimentos de serviços ou comerciais, deveriam estar enquadrados nas normas citadas acima, de maneira que o profissional responsável pela obra teria a responsabilidade de enquadrá-la nas normas e o proprietário a responsabilidade de construí-la de acordo com o projeto para receber o alvará de funcionamento.

Estabelecimentos mais antigos, que foram construídos sem os parâmetros necessários para a promoção da acessibilidade, teriam prazo para se adequarem as normas, e receberam notificações pelo Setor de Licenciamento e Fiscalização da Prefeitura, para apresentarem propostas no prazo de 15 dias, de modo que quando o responsável pelo estabelecimento não efetuasse a entrada do processo junto ao órgão responsável, o mesmo perderia o alvará de funcionamento até que o estabelecimento estivesse em condições de atender pessoas portadoras de necessidades especiais, sujeito a medidas judiciais necessárias, com multas de aproximadamente R\$ 2.500,00 reais.

Esta remodelação do espaço construído, passando para o adaptado, deveria ser considerado nos conjuntos habitacionais construídos fora dos parâmetros adequados para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, como no caso do Conjunto Aroeiras, que possui diversos pontos a serem remodelados para que haja acessibilidade e mobilidade assegurada em todos os grupos sociais.

4.2 Programa Minha Casa Minha Vida nos Objetos Empíricos.

A partir do ano de 2009, com o surgimento do Programa Minha Casa Minha Vida, objeto de estudo da pesquisa, identificamos que cada município possui características distintas de uso e de implantação do Programa em seu território.

A grande produção habitacional desenvolvida pelo Programa ressalta a questão habitacional no Brasil como um grande desafio, carecendo de uma análise integrada entre os agentes institucionais e empresariais, sobre a ótica produtiva, além dos impactos urbanos, fundiários, ambientais, sobre a qualidade da produção arquitetônica que vem sendo empregada nessa construção das habitações de interesse social e sobre tudo a localização periférica que esses grandes conjuntos habitacionais vem sendo consolidados, pois, além de afastados do centro urbano, são desprovidos muitas vezes de infraestrutura básica, de serviços públicos e privados, sem áreas comerciais, de lazer, saúde e educação que deveriam estar presentes desde a sua concepção, e que se fazem ausentes por anos e anos.

Em Jaboticabal, o PMCMV passa a atuar a partir do ano de 2009, com a mudança de gestão, o então Prefeito José Carlos Hori (PPS- Partido Popular Socialista), que com investimentos governamentais passou a desenvolver novos projetos de habitações de interesse social no município, principalmente com o auxílio do Programa Minha Casa Minha Vida e CDHU. Em suas duas primeiras gestões, o prefeito José Carlos Hori (2009- 2016) se caracterizou com uma grande produção de habitações de interesse social, com a produção de 1.206 apartamentos destinada a famílias em situação de vulnerabilidade social.

A produção das habitações e seleção das famílias beneficiadas pelo Programa começou logo no primeiro ano de atuação do PMCMV, formando dois grandes conjuntos de condomínios em dois bairros distintos, porém consolidados do município, ocupando grandes vazios urbanos que segregavam dois bairros.

Os beneficiários já habitavam nessas zonas urbanas, facilitando a interação e adaptação dos moradores com suas novas moradias. Todos esses empreendimentos tiveram início e termino muito próximos, todos no período de 2010e finalização em 2011/2012, beneficiando mais de 688 famílias.

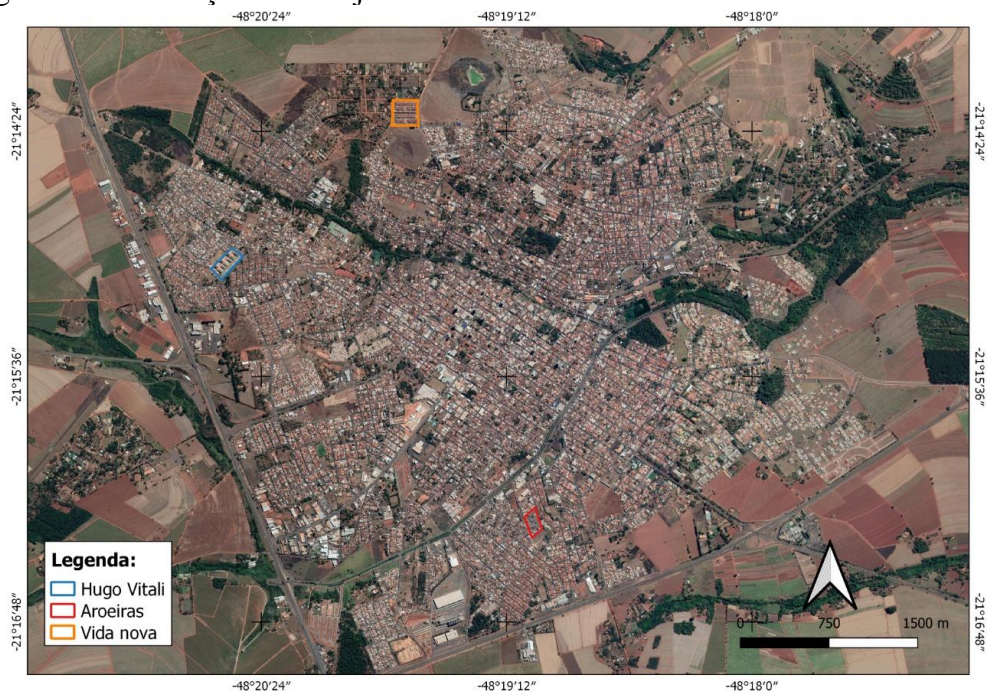
Quadro 6- Informações gerais sobre UH construídas no município de Jaboticabal-SP por Programas de Habitação de Interesse Social entre 2010 e 2013.

EMPREENDIMENTO	PROGRAMA	UH	ENTREGA UH	UH PcD (3%)
-----------------------	-----------------	-----------	-------------------	--------------------

Condomínio Residencial Aroeiras	PMCMV	80	2010	2,4
Condomínio Residencial Paineiras	PMCMV	80	2010	2,4
Condomínio Residencial Ipês	PMCMV	32	2010	0,96
Condomínio Residencial Aurora	PMCMV	416	2010	12,48
Condomínio Residencial Jequitibá	PMCMV	80	2010	2,4
Condomínio Residencial Vida Nova I	PMCMV	264	2013	7,92
Condomínio Residencial Vida Nova II	PMCMV	264	2013	7,92
TOTAL	-----	1.216	Até 2020	36,48

Fonte: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (2019)

Figura 9- Localização dos conjuntos habitacionais na malha urbana de Jaboticabal.

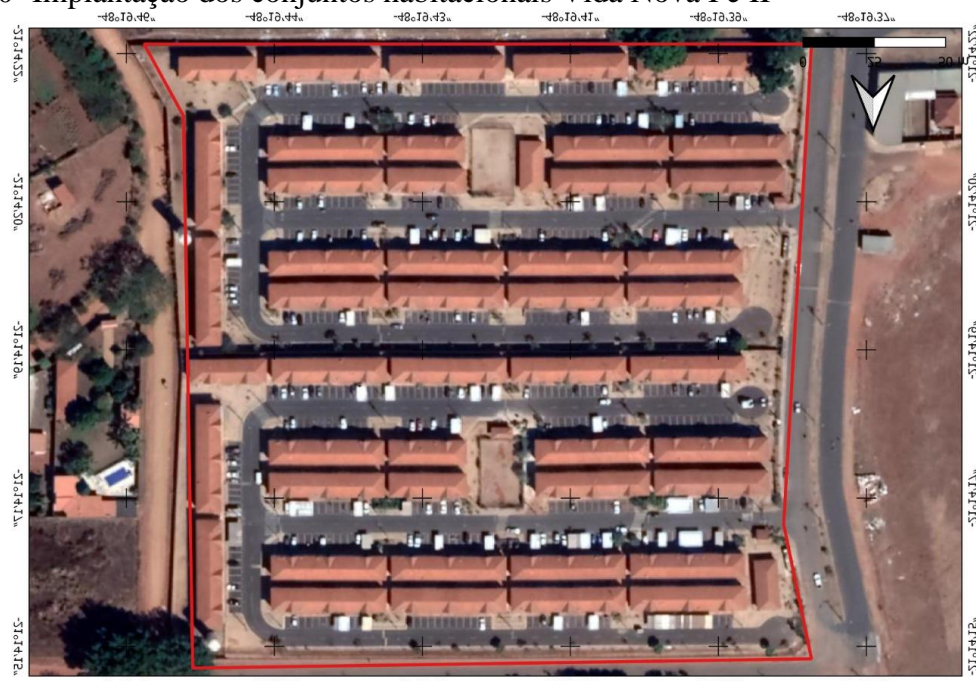


Fonte: Google Earth, adaptado pela autora.

Dentre todas as produções das habitações de interesse social desenvolvidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida em Jaboticabal, dois novos empreendimentos tiveram destaque, com início em 2013, em um bairro um pouco mais afastado do centro urbano, mas que também se integrava a outros bairros consolidados. Denominados como Condomínios Residencial Vida Nova I e II, contando com 528 apartamentos em prédios horizontais (2

pavimentos), sofreu um pouco mais com a infraestrutura básica no decorrer da adaptação dos beneficiários.

Figura 10- Implantação dos conjuntos habitacionais Vida Nova I e II



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora.

Figura 11- Implantação do conjunto habitacional Aroeiras.



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora.

Jaboticabal ainda conta com outros projetos de habitação de interesse social com beneficiados já cadastrados e aguardando o início do projeto, um deles é o condomínio financiado pelo CDHU, que contará com mais de 267 casas para famílias que tenham renda de até R\$1.600,00 reais, o projeto tramita na Secretaria Estadual de Habitação desde 2015, mas ainda não há previsões para o início das obras. Esse projeto é o primeiro desde 2009 a trabalhar a habitação social com residências, e não com apartamentos na cidade. Além deste, outro projeto que está em fase de análise é o Manacás I e II, que contemplará 400 famílias com apartamentos de padrão mais alto, destinado a pessoas que se enquadram no Faixa 2 do Programa, com renda de três a seis salários mínimos.

Os objetos de pesquisa de Jaboticabal são dois condomínios verticais, o primeiro intitulado pelo projeto aprovado na prefeitura como Gleba E, e que posteriormente nomeado de Condomínio Aroeira, pertencente a um conjunto de edifícios projetados e executados no mesmo ano na cidade, este condomínio foi escolhido por ser a unidade com maior número de PcMR, contando com 5 idosos residentes, e nas datas de pesquisa em campo, com 2 pessoas acamadas decorrentes de problemas de saúde posteriores a seleção dos beneficiários.

Este condomínio sofreu ao longo dos anos diversas mudanças de moradores, muitos beneficiários não estão mais habitando nos apartamentos, e o aluguel das moradias é frequente. O Conjunto fica localizado em um bairro de COHAB, com fornecimento de posto de saúde em frente, com praça, quadra poliesportiva, comércio local de diversas categorias, infraestrutura e saneamento urbano de qualidade.

E o segundo Condomínio Vida Nova I e II, que conta com 8 moradias destinadas a PcD cada, totalizando 16 moradias, sendo metade destinada a PcD e metade para pessoas idosas. Todos os apartamentos são ocupados pelos beneficiários, não houve mudança de morador em nenhuma das moradias. Localizado ao norte da cidade, próximo a bairros antigos que contam com comércio local, indústrias, centros de saúde, creches, escolas em seus limites de abrangência, com todos os apartamentos ocupados pelos beneficiários residindo no conjunto.

5. DIRETRIZES DE ACESSIBILIDADE NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

De acordo com a revisão bibliográfica apresentada durante toda a pesquisa, compreende-se a necessidade dos Programas de Habitação de Interesse Social e as ações e diretrizes arquitetônicas nos projetos para a inclusão das PcD e PcMR dentro dos panoramas habitacionais brasileiros.

Inserindo as avaliações de cunho arquitetônico e urbanístico, e observando os critérios estabelecidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei nº 13.146/2015 em todos os programas habitacionais públicos ou subsidiados, prevê além da priorização e destinação de 3% para PcD, três requisitos mínimos de acessibilidade, valendo-se para todos os projetos habitacionais em que houver aplicação de recursos públicos.

1. Todos os cômodos deverão contar com espaços livres de obstáculos em frente às portas, que devem ter no mínimo 1,20m de largura;
2. Nos banheiros deverá ser possível inscrever módulo de manobra sem deslocamento que permita rotação de 360°, com diâmetro de 1,50m; e
3. Todos os cômodos deverão possibilitar a inscrição de módulo de manobra de cadeira de roda, sem deslocamento que permita rotação de 180°, 1,20m x 1,50m, livre de obstáculos.

As legislações do município seguem os parâmetros estabelecidos pela NBR 9050/2015, que por sua vez utiliza parâmetros estabelecidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei nº 13.146/2015, desse modo, a legislação apresentada acima, deve ser efetivada de qualquer modo, independente da normativa empregada.

As necessidades de cada PcD e PcMR devem interferir nos projetos arquitetônicos, uma vez que cada necessidade depende de equipamentos específicos e algumas vezes a inclusão de tecnologias assistivas, que demandam inicialmente de espaços mais amplos para a locomoção dentro das residências, para que os moradores possam usar a moradia sem interferências ou barreiras.

Partindo da necessidade mais básica para esses moradores em especial, temos as medidas antropométricas de alcance, que gera a autonomia de pessoas que fazem utilização de cadeiras de rodas, andadores, bengalas (idosos e cegos), cadeiras de banho, entre outras tecnologias, além da passagem pelas portas é necessário o alcance de janelas, vitrôs, armários, pias, bancadas, vaso sanitário, maçanetas, tomadas e interruptores, dispositivos de segurança, tanques, registros, como foi descrito por NOBLE (1992).

A partir das diretrizes estabelecidas pela NBR 9050/2015, que engloba todos os tipos de deficiência, são descritas dimensões mínimas para ambientes como acessos, circulação interna, circulação de uso comum, rotas de fuga, sanitários, alturas de apoios, alturas de

equipamentos públicos, dimensionamento de rampas, aberturas de portas, raios de giro para cadeira de rodas, área de aberturas para muletas, entre outros.

Nesta pesquisa buscamos adotar medidas que atendessem todas os tipos de limitações descritas no Quadro 1 (pág. 28), atendendo ao máximo as diretrizes estabelecidas pela NBR 9050/2015, observando os parâmetros estabelecidos pelas norma, e analisando in loco como foram projetadas as construções, se atendem ou não a norma, comparando com os projetos habitacionais desenvolvidos por construtoras contratadas para o desenvolvimento projetual e execução de obras, contando ainda com a importância do poder municipal na aprovação de projetos que contemplassem a acessibilidade, uma vez que a mesma é descrita nas leis de aprovação de projetos e liberação de Habite-se.¹⁹

Seguindo os critérios avaliação adotados por Hunt (1991), Lloveras (1999) e Ribas (2001), são analisadas as necessidades físicas, informativas e sociais na implantação dos conjuntos habitacionais.

As necessidades físicas avaliadas são as que garantem a manutenção da saúde física e níveis distintos de conforto, buscando assegurar a mobilidade e autonomia dos moradores dentro do seu espaço habitacional. Eliminando barreiras construtivas ou elementos que possam diminuir a eficiência projetual dos espaços perante as PcD e PcMR, principalmente em ambientes onde o fluxo de circulação e uso são mais frequentes, como por exemplo, banheiro e cozinha.

As necessidades físicas ainda podem ser divididas entre acessos e circulação, espaços internos e espaços externos, segurança, necessidade de ajuda de terceiros, e promoção da autonomia.

Sobre as necessidades informativas são inclusas a percepção e a cognição do usuário, que está ligada a maneira de como a pessoa organiza e memoriza a informação do ambiente construído, e sobre a percepção de como ela compreende o espaço a partir dos sentidos, visão, audição, tato. A percepção e cognição quando unidas gera a familiarização e apropriação do espaço habitacional, onde a pessoa passa a pertencer ao lugar. Para isso divide-se a entrevista com os beneficiários e não beneficiários, mas que se enquadram na categoria PcD e PcMR, exploração em dois pontos: estímulos sensoriais de percepção e estímulos sensoriais de cognição. Sendo assim, as questões que envolvem o questionário, se embasaram na percepção

¹⁹ Habite-se: Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (2015) “habite-se é uma documentação que comprova que a obra ou a reforma do imóvel apartamento ou casa foram feitas conforme as exigências da prefeitura local da cidade atendendo as exigências do plano diretor. O significado desse documento, que é emitido tanto para prédios recém-construídos como para aqueles que passam por reformas, atestando que o edifício está pronto para receber seus ocupantes, é que é uma certidão que autoriza o imóvel a ser ocupado. É obrigatório por lei.”

do usuário a luz da facilidade ou dificuldade frente aos elementos construídos no conjunto habitacional.

E por último são estudadas as necessidades sociais dos indivíduos com os ambientes construídos e com o espaço urbano onde esses habitantes iram se integrar para gerar uma nova comunidade. Onde podemos dividir as necessidades sociais em três etapas, primeiro a de privacidade, segundo de ambiência e terceiro a interação social, onde são inclusas a socialização de pessoas idosas, que nesta pesquisa fazem parte do grupo de PcMR.

Para a elaboração do roteiro de pesquisa, aliado aos critérios de Hunt (1991), Lloveras (1999) e Ribas (2001), e diretrizes de parâmetros antropométricos da NBR 9050/2015, em apêndice no quadro 11, pode-se elaborar um grande questionário para a avaliação da qualidade dos ambientes construídos frente as necessidades de acessibilidade, mobilidade e autonomia de PcD e PcMR em Jaboticabal-SP.

6. LEGAL, REAL E IDEAL

Empreendimento minha casa minha vida segundo a cartilha caixa, comparativo com a legislação do programa, projetos arquitetônicos com dimensionamento ideal e obras realizadas nos municípios.

6.1 Especificações, normas e Leis- Legal

Para entendermos como a legalidade do Programa Minha Casa Minha Vida vem sendo construído dentro do município estudado, começaremos com levantamentos de Legislação do Programa, analisando as variáveis cabíveis para cada caso e como essa estruturação se comporta frente as questões de acessibilidade, e posteriormente prever ações que possam facilitar a efetivação das políticas públicas de acessibilidade dentro das políticas públicas de habitação de interesse social.

O Programa tem produções habitacionais na cidade de Jaboticabal, logo no primeiro ano de efetivação do Programa, em Jaboticabal o Programa se consolida com a produção de condomínios verticais, devido a legislação implantada pelo Programa

De acordo com a Cartilha disponibilizada pelo site da CAIXA, as habitações possuam ou deveriam possuir características similares em todos os municípios para que se possa chegar a custos de comercialização e incorporação pré-estabelecidos. Porém essas dimensões possuem algumas diferenças pela própria legislação de adesão do PMCMV pela CAIXA, como veremos a seguir.

Para casas térreas e edificações verticais, são disponibilizadas 2 tipologias, a primeira de casas térreas de 35m² e a segunda de apartamentos de 42m², com produções de no máximo 500 unidades por módulos ou por condomínios que devem ser segmentados em 250 unidades.

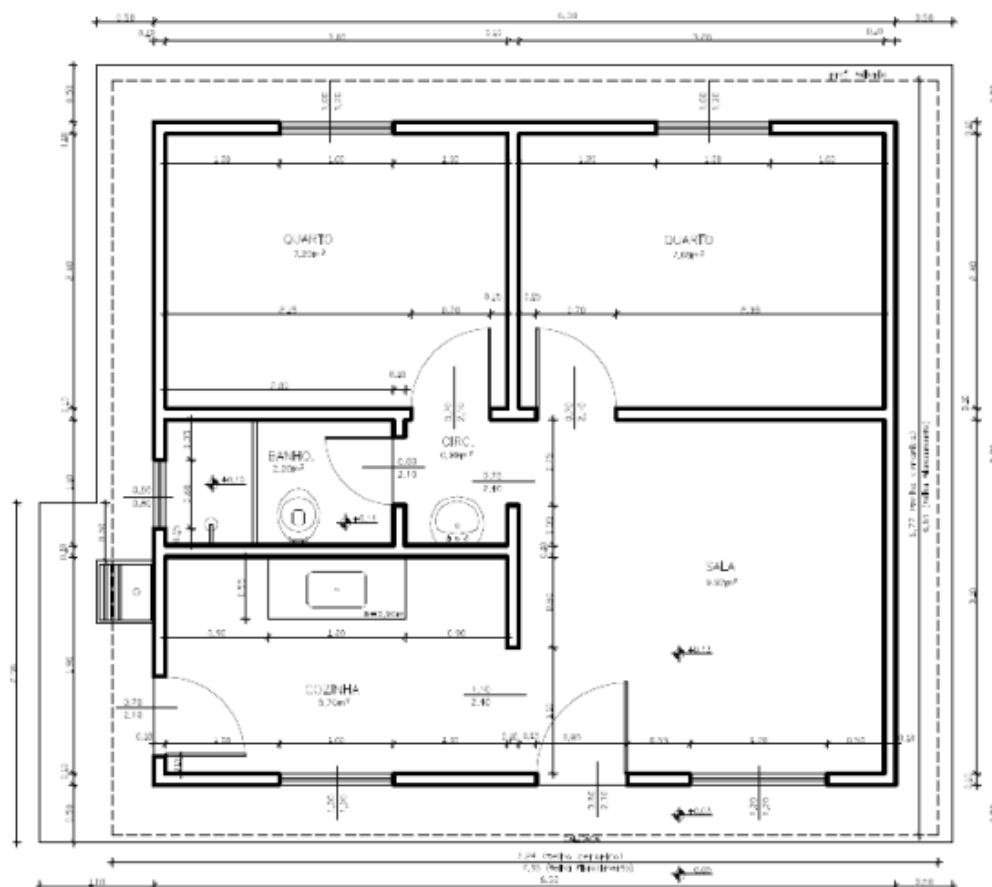
Para habitações térreas de 35m² são utilizados os seguintes programas de necessidades²⁰, instalações de infraestrutura e acabamentos;

- I. Compartimentos: sala, cozinha, banheiro, 2 dormitórios, área externa com tanque.
- II. Área da unidade: 35 m².
- III. Área interna: 32 m².
- IV. Piso: cerâmico na cozinha e banheiro, cimentado no restante.
- V. Revestimento de alvenarias: azulejo 1,50m nas paredes hidráulicas e box. Reboco interno e externo com pintura PVA no restante.

²⁰ Programa Arquitetônico: classificação do conjunto de necessidades funcionais correspondentes à utilização do espaço interno. Assim como, à sua divisão em ambientes, recintos ou compartimentos, requerida para um edifício que tenha determinado uso. É fundamental a sua definição antes de iniciar o projeto arquitetônico. É também denominado programa de necessidades.

- VI. Forro: laje de concreto ou forro de madeira ou pvc.
- VII. Cobertura: telha cerâmica.
- VIII. Esquadrias: janelas de ferro ou alumínio e portas de madeira.
- IX. Dimensões dos compartimentos: compatível com mobiliário mínimo.
- X. Pé-direito: 2,20m na cozinha e banheiro, 2,50m no restante.
- XI. Instalações hidráulicas: número de pontos definido, medição independente.
- XII. Instalações elétricas: número de pontos definido, especificação mínima de materiais.
- XIII. Aquecimento solar/térmico: instalação de kit completo.
- XIV. Passeio: 0,50m no perímetro da construção. (CAIXA, 2020)

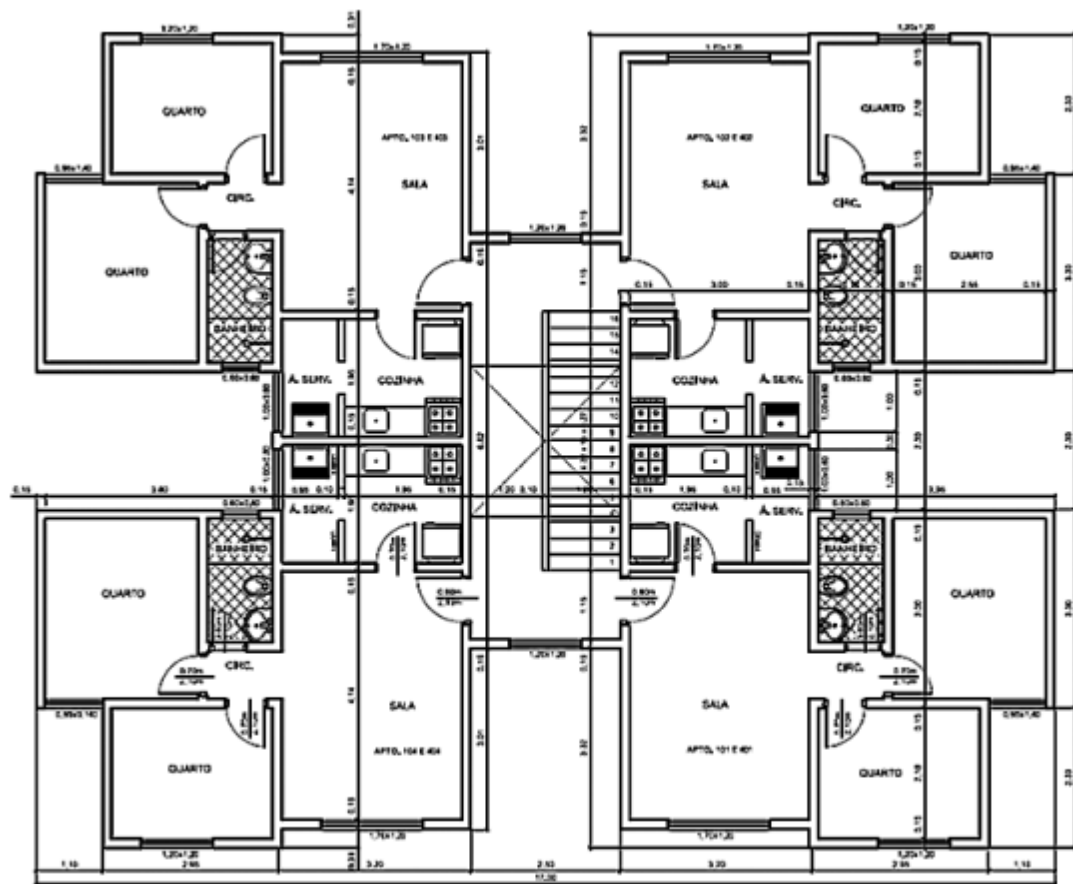
Figura 12- Tipologia 35m²- casa térrea



Fonte: Cartilha Caixa

Para as tipologias habitacionais verticais, são projetados e apresentados na Cartilha da Caixa uma planta de apartamento de 42m², contendo sala, cozinha, área de serviço, banheiro e 2 dormitórios, compondo um prédio de 4 pavimentos, que totaliza 16 apartamentos por bloco, ou com uma segunda opção de até 5 pavimentos que totaliza 20 apartamentos. A área de projeção das unidades é de 42m², e sua área útil interna de 37m².²¹

²¹ É a área interna total de um imóvel correspondente à área do piso, excluindo-se as áreas ocupadas pelas paredes. É a área que realmente é aproveitada no imóvel para móveis e utilização.

Figura 13- Tipologia apartamento- 40m²

Fonte: Cartilha Caixa

As especificações de construção de ambos os modelos de plantas possuem um teor muito genérico e sem grandes informações que pudessem auxiliar na avaliação da produção habitacional, sem dimensionamento de portas, janelas, ambientes, alturas de sistemas elétricos, hidráulicos, passagens, uso de equipamentos essenciais para PcD como barra de apoio e outros. Temos apenas o dimensionamento para “Passeio: 0,50m no perímetro da construção”, o que já se mostra inacessível para o grupo de estudos, onde segundo as normas técnicas da NBR 9050/2015 uma vez que a área ocupada por tecnologias assistivas para locomoção são de no mínimo 0,75m.

Para deslocamento de pessoas que fazem uso de cadeira de rodas existem alguns dimensionamentos que serão utilizados com frequência para avaliarmos os espaços projetados e a autonomia que os habitantes com dificuldade de locomoção podem ter ao fazer uso da moradia.

Dentro da NBR 9050/2015 esses dimensionamentos são descritos como Módulo de Referência- M.R., onde a projeção da cadeira ocupa espaço de 0,80m x 1,20m no piso, podendo ser uma cadeira motorizada ou manual.

De acordo com a NBR 9050/2015, as áreas de manobra para deslocamento com cadeira de rodas são redimensionadas de acordo com a manobra a ser feita pela pessoa que faz uso de cadeira de rodas, sendo: a) para rotação de $90^\circ = 1,20 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$; b) para rotação de $180^\circ = 1,50 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$; c) para rotação de $360^\circ =$ círculo com diâmetro de 1,50 m.

Na Cartilha assinada pela CAIXA e Governo Federal, não contam com especificações e diretrizes para a obtenção de moradias adaptadas e acessíveis, é utilizado um modelo padrão para habitações térreas e apartamentos, onde não é reconhecido o uso de dimensões que atendam aos parâmetros mínimos de locomoção simples de PcD e PcMR, não apresentando um modelo de planta baixa com banheiro adaptado, abertura de portas com no mínimo 0,80m de abertura total, cuidados com o entorno do imóvel e plantas com layout básico ²²para avaliação real do espaço.

Segundo o Diário Oficial da União em 2018, foram dispostos os seguintes critérios para aprovação de projetos arquitetônicos de habitações de interesse social. Onde a quantidade de unidades habitacionais produzidas teria uma variante de acordo com a quantidade populacional de cada município, diferente do que é apresentado pela Cartilha da CEF.

Segundo o Ministério das cidades, em sua Portaria nº 660, de 14 de novembro de 2018, em seu subitem 3.4 “Deve ser respeitado o número máximo de unidades habitacionais por empreendimento isolado, e por agrupamento de empreendimentos, de acordo com o porte populacional do município”, onde em tabela são divididos por quantidade populacional para cada quantidade de unidade de empreendimento isolado e quantidade de unidade de agrupamento.

Quadro 7- Quantidade de unidade habitacional por população municipal.

População	Quantidade de Unidades Empreendimento isolado	Quantidade de Unidades Agrupamento
-----------	---	------------------------------------

²² Layout: Este é um dos termos presentes no dicionário de decoração e arquitetura de interiores. O layout é representado em planta baixa e conta com a posição e desenho dos móveis e equipamentos que o cliente deseja ter e usar na sua casa.

até 20.000 habitantes	50	200
de 20.001 a 50.000 habitantes	100	400
de 50.001 a 100.000 habitantes	200	800
de 100.001 a 500.000 habitantes	300	1.200
acima de 500.000 habitantes	500	2.000

Fonte: Diário Oficial da União, 2018.

Ainda em suas normas, a Portaria nº660, em seu anexo II, define as especificações que devem ser adotadas para a elaboração e execução dos projetos das HIS integrantes do PMCMV, com base em normas técnicas que regulamentam os parâmetros mínimos para a efetivação do Programa, apresentados a seguir de maneira resumida, avaliando apenas as metragens e disposições da lei que são relevantes a pesquisa.

Ainda na legislação, o tratamento da acessibilidade e das adaptações das moradias começam a surgir com diretrizes mais claras e objetivas. No item 3.7 discorre sobre as unidades adaptadas:

3.7 Todas as unidades habitacionais destinadas a pessoas com deficiência, ou a famílias das quais façam parte pessoas com deficiência, deverão ser adaptadas de acordo com o tipo de deficiência, observando a especificação técnica mínima definida no Anexo II desta Portaria. (Portaria nº660, 2018)

Além da Adaptação do imóvel, o entorno das moradias também deve possuir equipamentos que permitam a mobilidade e acessibilidade de todos, contendo equipamentos públicos, setores de serviços, educação, saúde, lazer, com calçadas, rampas, ruas projetadas e executadas dentro os parâmetros da NBR 9050/2015 e leis locais que contemplem a autonomia urbana.

3.1.2. Mobilidade e Acessibilidade:

- a) O sistema viário do empreendimento deve ser projetado com hierarquização definida, de acordo com seu porte e tipologia;
- b) O sistema viário do empreendimento deve ser projetado de forma a permitir a circulação de diversos modais de transporte e garantir o livre acesso de serviços públicos, em especial ao transporte público coletivo;
- c) O sistema viário do empreendimento deve priorizar o uso por pedestres e garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, conforme os termos da NBR 9050;
- d) O projeto do empreendimento deve prever a iluminação pública, a arborização e o mobiliário urbano adequados para os espaços públicos de circulação. (Portaria nº660, 2018)

Há uma divergência nos arquivos legislativos disponibilizados pela CEF, onde a Cartilha é muito rasa em suas explicações sobre as instruções que os arquitetos devem seguir para a elaboração dos projetos habitacionais, uma vez que a mesma faz parte do processo financeiro da construção, sendo a financiadora dos empreendimentos, e dessa forma, busca trazer apenas itens essenciais e de “maior importância” para a aprovação do financiamento, porém a legislação do PMCMV, conta com a legislação municipal e diretrizes da NBR 9050/2015 e algumas diretrizes do Desenho Universal, a CEF está inclusa conta com mais detalhes sobre como o projeto arquitetônico e a execução devam ser realizados, como apresentado em no documento a seguir de nos trechos mais relevantes a pesquisa:

Quadro 8- Especificações mínimas projetuais para edificação do PMCMV- FAR



Programa Minha Casa Minha Vida - FAR/FDS
Especificações Mínimas

EDIFICAÇÕES (aprovada pela Portaria nº 269 de 22 de março de 2017)		
Projeto	Unidade habitacional com sala, 1 dormitório para casal, 1 dormitório para duas pessoas, cozinha, área de serviço e banheiro.	
DIMENSÕES DOS CÔMODOS (Estas especificações não estabelecem área mínima de cômodos, deixando aos projetistas a competência de formatar os ambientes da habitação segundo o mobiliário previsto, evitando conflitos com legislações estaduais ou municipais que versam sobre dimensões mínimas dos ambientes, sendo porém obrigatório o atendimento à NBR 15.575, no que couber.)		
Dimensões, Circulações e Mobiliários mínimos	Dormitório casal	Largura mínima de 2,40 m. Mobiliário: 1 cama (1,40 m x 1,90 m); 1 criado-mudo (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,60 m x 0,50 m). Circulação mínima (entre mobiliários e/ou paredes) de 0,50 m.
	Dormitório duas pessoas	Largura mínima de 2,40m. Mobiliário: 2 camas (0,80 m x 1,90 m); 1 criado-mudo (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,50 m x 0,50 m). Circulação mínima entre as camas de 0,80 m. Demais circulações mínimo de 0,50 m.
	Cozinha	Largura mínima de 1,80m. Mobiliário: pia (1,20 m x 0,50 m); fogão (0,55 m x 0,60 m); e geladeira (0,70 m x 0,70 m). Previsão de espaço para armário sob a pia e gabinete. Prever porta de serviço para casas.
	Sala de estar/refeições	Largura mínima de 2,40m. Mobiliário: Sofá(s) com 04 lugares e mesa de 04 lugares ou ambos com maior número de assentos. Estante/Armário TV (0,80m x 0,50m). Porta de acesso principal. Prever espaço de no mínimo 0,50m na frente do assento (sentar, levantar e circular). Demais circulações de no mínimo 0,50m.
	Banheiro	Largura mínima do banheiro: 1,50 m. Quantidade mínima: 1 lavatório sem coluna, 1 vaso sanitário com caixa de descarga acoplada, 1 box com ponto para chuveiro – (0,90 m x 0,95 m) com previsão para instalação de barras de apoio e de banco articulado, desnível máx. 20 mm; Assegurar a área para transferência ao vaso sanitário e ao box.
	Área de Serviço	Dimensões mínimas para área de serviço externa: 1,80 m x 2,40 m. Quantidade mínima: 1 tanque (0,52 m x 0,53 m) e 1 máquina (0,60 m x 0,65 m). Garantia de acesso frontal para tanque e máquina de lavar.
Em Todos os Cômodos	Espaço livre de obstáculos em frente às portas de no mínimo 1,20 m. Deve ser possível inscrever no banheiro o módulo de manobra sem deslocamento para rotação de 360° definido pela NBR 9050 (D = 1,50 m), livre de obstáculos e nos demais cômodos, o módulo de manobra sem deslocamento para rotação de 180° definido pela NBR 9050 (1,20 m x 1,50 m), livre de obstáculos.	
Ampliação - casas	A unidade habitacional deverá ser projetada de forma a possibilitar a sua futura ampliação sem prejuízo das condições de iluminação e ventilação natural dos cômodos existentes.	

CARACTERÍSTICAS GERAIS		
Área útil (área interna sem contar áreas de paredes)	Casas	A área mínima da casa deve ser a resultante das dimensões mínimas atendendo o mobiliário mínimo definido nestas especificações mínimas, considerando-se dois dormitórios, sala de estar/refeições, cozinha, banheiro e circulação, não podendo ser inferior à 36,00 m², se a área de serviço for externa, ou 39,00m², se a área de serviços for interna.
	Apartamentos	A área mínima do apartamento deve ser a resultante das dimensões mínimas atendendo o mobiliário mínimo definido nestas especificações mínimas, considerando-se dois dormitórios, sala de estar/refeições, cozinha, banheiro e circulação, não podendo ser inferior à 39,00 m².
Pé direito mínimo	2,50 m, admite-se 2,30 m nos banheiros. Adotar pé-direito superior quando o Código de Obras ou leis municipais assim estabelecerem.	

Cobertura	Casas	<p>Conforme NBR 15.575.</p> <p>Em telha sobre laje, com estrutura de madeira ou metálica.</p> <p>No caso de opção por beiral, este deverá ter no mínimo 0,60cm ou 0,10cm maior que a calçada, o que for maior, com solução que evite carreamento do solo pelas águas pluviais.</p> <p>Vedado o uso de estrutura metálica quando o empreendimento estiver localizado em regiões litorâneas ou em ambientes agressivos a esse material.</p> <p>No caso de área de serviço externa, a cobertura se estenderá por toda a área, seguindo as mesmas especificações da UH, facultado o uso de laje.</p> <p>Em caso de emprego de telhas cerâmicas esmaltadas, de concreto ou de fibrocimento (espessura mínima de 6mm), utilizar telhas de cor clara.</p>
	Apartamentos	<p>Conforme NBR 15.575.</p> <p>Em telha sobre laje, com estrutura de madeira ou metálica.</p> <p>No caso de opção por beiral, este deverá ter no mínimo 0,60cm ou 0,10cm maior que a calçada, o que for maior, com solução que evite carreamento do solo pelas águas pluviais.</p> <p>Vedado o uso de estrutura metálica quando o empreendimento estiver localizado em regiões litorâneas ou em ambientes agressivos a esse material.</p> <p>Em caso de emprego de telhas cerâmicas esmaltadas, de concreto ou de fibrocimento (espessura mínima de 6mm), utilizar telhas de cor clara.</p>

Há uma diferença clara em documentos do mesmo ano sobre as dimensões das habitações térreas, onde a Cartilha traz 35m² de área total e 32m² de área útil, sendo divergente com o documento apresentado pela própria CEF, que exige que a área construída seja de no mínimo 36m² com área de serviços localizada na parte externa da moradia, seguindo a legislação federal.

ACESSIBILIDADE E ADAPTAÇÃO	
Unidades adaptadas	<p>Todas as unidades serão adaptáveis.</p> <p>Unidades adaptadas ao uso por pessoas com deficiência conforme NBR 9050, de acordo com a demanda, com kits de adaptação especificados com alguns dos itens seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Puxador horizontal na porta do banheiro; • Barras de apoio junto à bacia sanitária e no boxe do chuveiro; • Banco articulado para banho; • Torneiras de banheiro, cozinha e tanque com acionamento por alavanca ou por sensor; • Bancada de cozinha instalada a 85 cm de altura e lavatório suspenso instalado a 80 cm do piso acabado, ambos com altura livre inferior de 73 cm (cadeirantes); • Lavatório e bancada de cozinha instalados a 70 cm do piso acabado (ou outra altura indicada pela pessoa com nanismo); • Plataforma elevatória de percurso fechado (se for o caso); • Chuveiro com barra deslizante para ajuste de altura; • Registros do chuveiro e do banheiro instalados a 80 cm do piso acabado (ou outra altura indicada pela pessoa com nanismo) • Acessórios de banheiro, interruptores, campainha e interfone (quando na parede), quadro de distribuição de energia instalados a 80 cm do piso acabado (ou outra altura indicada pela pessoa com nanismo); • Sinalização luminosa intermitente em todos os cômodos, instalada junto ao sistema de iluminação do ambiente e acionada em conjunto com a campainha e com o interfone; • Fita contrastante para sinalização de degraus ou escadas internas, • Contraste visual entre piso e paredes e entre paredes e portas, para tomadas, interruptores, quadros de distribuição de energia, campainha e interfone; • Adesivos em braille junto a interruptores indicando sua posição (ligado/desligado) e no quadro de distribuição indicando os circuitos relacionados a cada disjuntor; • Fixador de portas para mantê-las abertas quando necessário; <p>Kits de adaptação conforme especificado no site www.cidades.gov.br</p>

Sobre a acessibilidade, ainda tratada de forma homogênea e não com parâmetros que se adaptem ao Desenho Universal, temos as seguintes diretrizes e itens que devem ser instalados nas habitações. Em nenhum momento nos documentos são descritas as metragens mínimas total para residências adaptadas para PcD e PcMR, apenas apresenta-se as dimensões de posicionamentos de itens sanitários e aberturas de portas.

Apenas no A_Quadro 2: Especificações Mínimas Das Unidades Habitacionais (em apêndice), aparece nomenclaturas referentes à PcMR, ampliando os parâmetros de

acessibilidade para pessoas cegas e com nanismo, mas ainda deixa espaços e para que haja uma não autonomia para as demais deficiências.

Há uma clara disposição na lei, cartilha e parâmetros arquitetônicos que levam em conta o uso dos banheiros, sempre focados no uso de barras de apoio, altura de registros, altura de bancadas, porém não há nenhum apontamento sobre espaços para locomoção, áreas de giros, área de deslocamento para bacia sanitária, área de banho com banco e barra de apoio.

6.2. Do espaço real produzido em Jaboticabal- SP

Comparando o legal com o real produzido pelo Programa em ambos territórios, separados por tipologia, temos os seguintes resultados de pesquisa:

Condomínio Aroeiras em Jaboticabal, entregue em 2010 pelo prefeito José Carlos Hori (PPS), projetado com 2 apartamentos que em projeto são descritos como adaptados, porém ainda no projeto não são identificados poucos pontos que podem ser considerados como parâmetro arquitetônico que pudesse nomeá-los dessa maneira, não há diferenças em metragens, apenas itens de segurança no banheiro, como barras de apoio sem grandes especificações, banco de apoio também na área de banho, sem dimensão apropriada para a área de transferência²³, e área de giro completa apenas na sala de estar, nos demais cômodos são é possível uma avaliação pela planta de como seria possível a mobilidade de cadeira de rodas, camas com rodas, andadores e afins dentro do apartamento.

Além disso, por ser produzida um layout básico sem a utilização das áreas de giro de circulação de tecnologia assistiva, a mudança do layout pelos próprios moradores acaba sendo muito frequente, uma vez que os mesmos necessitam de mais espaço para a locomoção e adaptação dos seus móveis no espaço projetado. Como se trata de famílias de baixa renda, muitos trouxeram os seus móveis antigos e não houve a possibilidade de mudança para móveis menores ou que se enquadrassem melhor no espaço.

O acesso ao projeto arquitetônico aprovado pela Secretária de Planejamento Urbano de Jaboticabal deixa muito a desejar, sem grandes detalhes de produção das habitações adaptadas. O mesmo projeto teve três aprovações, sendo duas com ressalvas, a primeira em 2009, onde

²³ Área de transferência: espaço livre de obstáculos, correspondente no mínimo a um módulo de referência, a ser utilizado para transferência por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, observando as áreas de circulação e manobra. (NBR 9050/2015, p. 3)

não havia nenhuma habitação nomeada “Apartamento Adaptado para PcD”, a segunda no segundo semestre do mesmo ano, onde já havia um apontamento para esses dois apartamentos, sem nenhum item que promovesse a autonomia de PcD, e a última com o apartamento nomeado e alguns itens como descrito acima que foram usados para caracteriza-lo como adaptado.

Figura 14- Situação do Conjunto Habitacional Aroeiras em Jaboticabal.

Figura 15- Situação do Conjunto Habitacional Aroeiras em Jaboticabal vista superior

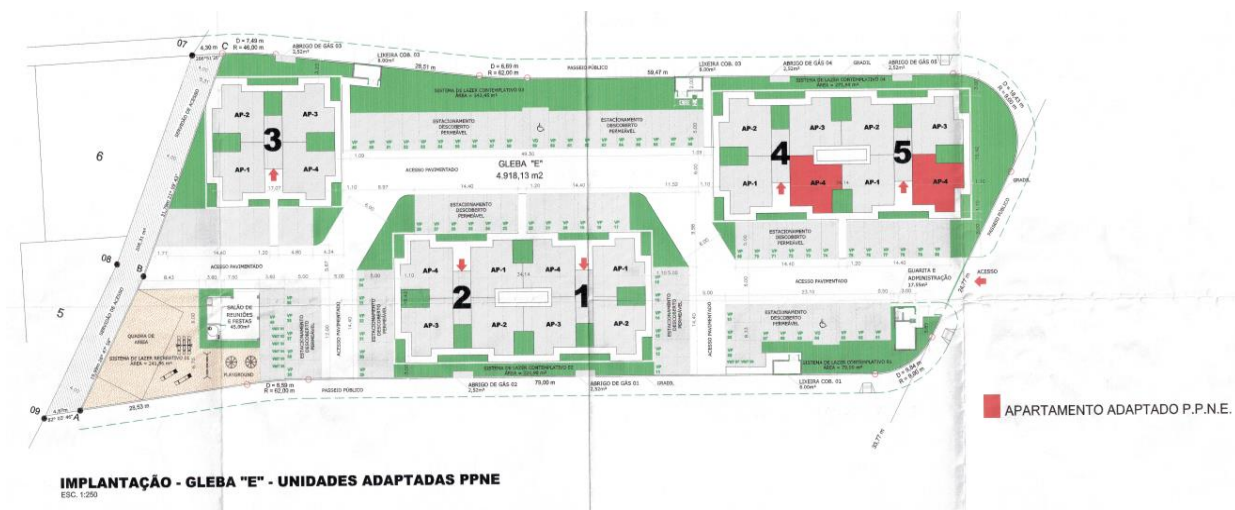


Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Urbano de Jaboticabal/ Google Earth adaptado pela autora.

Ambos apartamentos ficam localizados no pavimento térreo dos blocos 4 e 5, pela implantação já é possível notar que não há nenhuma diferença de dimensionamento desses apartamentos quando comparados aos demais, e nenhuma simbologia é apresentada no entorno

da edificação para apontar possíveis itens de acessibilidade, como por exemplo o piso tátil, que por lei municipal é obrigatório em áreas condominiais.

Figura 16- Implantação detalhada do Conjunto Habitacional Aroeiras em Jaboticabal-SP



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Jaboticabal

Os acessos das áreas comuns para as áreas privadas são apenas descritos como pavimentadas e não há identificação de mudança de nível de piso, rampas, dimensionamento de calçadas, dimensionamento de pavimentação no entorno da edificação, que neste caso seria utilizado como calçada e identificação de rotas acessíveis até o espaço destinado a recreação infantil e salão de reuniões.

São apresentadas apenas duas vagas destinadas para PcD, e as mesmas estão distantes das edificações que obtêm os apartamentos adaptados.

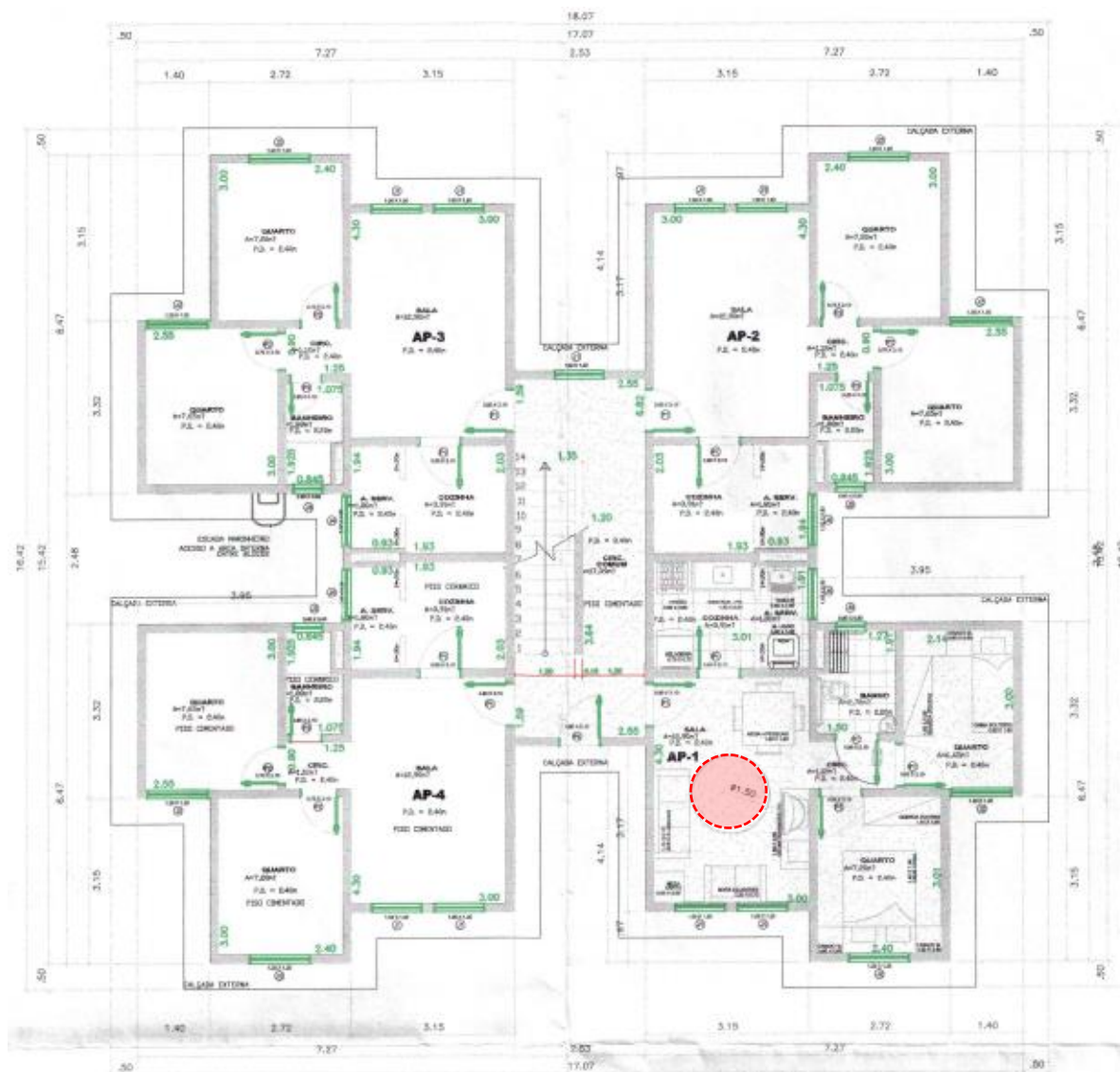
Para uma análise mais concreta da unidade habitacional adaptada, faremos uma aproximação do apartamento para identificar os principais erros que os arquitetos e engenheiros junto ao órgão municipal deveriam ter se atentado ao projetar a edificação.

Avaliaremos os itens de maior impacto, levando em conta o uso da cadeira de rodas que é um dos itens utilizados com maior frequência e que possui tamanho intermediário quando comparado a andadores, muletas, carrinhos de bebê, camas e macas.

Considerando que uma habitação adaptada e que forneça autonomia para uma PcD ou PcMR é necessário e o mínimo que a cadeira de rodas faça ao menos um giro completo nos ambientes de sala, cozinha, e dormitório e ao menos meio giro no banheiro. Posicionaremos

então a base de giro em todos os ambientes nos espaços que aparecerem mais livres e assim poderemos visualizar se a habitação fornece subsídio mínimo para a autonomia.

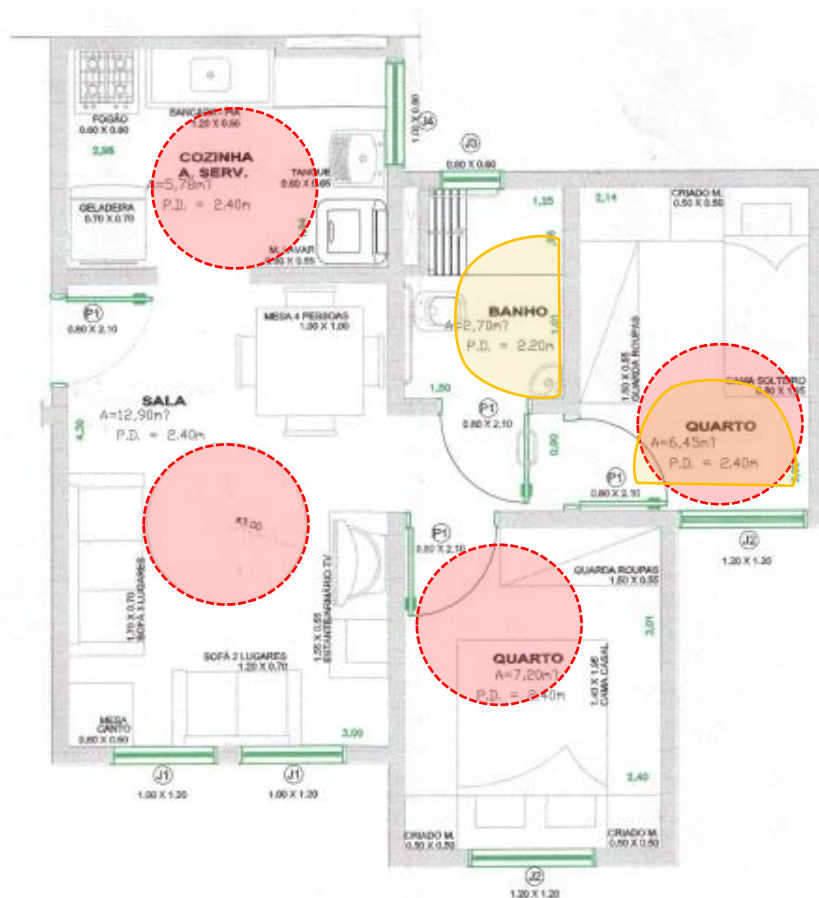
Figura 17-Planta baixa do bloco habitacional



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Jaboticabal

A partir desse posicionamento é possível identificar pontos positivos e negativos na planta projetada, na sala e cozinha há espaço para que seja realizado o giro completo da cadeira de rodas, porém na cozinha em planta tem a existência de um balcão entre o tanque e a pia, impossível de ser acessado com facilidade por pessoa portadora de cadeira de rodas, porém as demais comorbidades talvez consigam ter acesso.

Figura 18- Planta habitacional de apartamento adaptado.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Jaboticabal

O espaço entre o fogão e a geladeira possuem uso seletivo, uma vez que quando o morador estiver cozinhando não conseguirá fazer abertura do forno e da geladeira, este espaço possui um dimensionamento mínimo, que atende apenas o uso da cadeira de rodas dimensionado como área de passagem, não sendo possível meio ou giro completo. Nos dormitórios o giro completo da cadeira é impossível de ser realizado, no dormitório de solteiro há a possibilidade de meio giro da cadeira e espaço para circulação da mesma, do dormitório de casal não é possível nenhum tipo de giro e a circulação com a cadeira também não é possível. Para que fosse possível ao menos a circulação a cama necessitaria estar encostada em uma das paredes laterais.

A seguir, considerações sobre o levantamento fotográfico e análise in loco do conjunto habitacional, com as suas áreas de uso coletivo e do apartamento adaptado nº4, onde será possível a visualização das dificuldades da autonomia. As imagens de referência estão em apêndice.

O entorno do Conjunto possui ruas e calçadas em bom estado de conservação, com guias rebaixas, limpeza e poda de grama constantemente realizadas pela prefeitura junto a EMURJA- Empresa Municipal de Urbanização de Jaboticabal.

Nas áreas comuns do condomínio há uma organização do estacionamento, área de recreação, mas nenhum desses espaços contam com equipamentos descritos na NBR 9050/2015, como piso tátil, sinalizadores de visuais, iluminação adequada para pessoas com baixa visão, calçamento com dimensionamento mínimo de 1,20m, rampas, sinalização de vaga para PcD.

As vagas de estacionamento foram entregues sem acabamento, apenas com pedriscos ou grama, o que ao longo do tempo se tornou um problema para quem reside no local. O contrapiso da vaga deve ser custeado pelo próprio morador, que muitas vezes não tem condições financeiras para isso.

A cobertura da vaga também é de responsabilidade de cada morador, modificando a paisagem local, com algumas vagas cobertas e outras não, além de não haver um padrão para a instalação das mesmas, como mostra a imagem ao lado.

Os espaços destinados e demarcados como circulação apresentam dimensionamento mínimo de uma pessoa com cadeira de rodas, como se trata de um conjunto habitacional, com diversos moradores este dimensionamento deveria ser ao menos para duas pessoas, com largura mínima de 1,20m, pois o uso fica prejudicado quando por exemplo, uma pessoa idosa com um cuidador precisar utilizar a circulação.

Estes espaços também não contam com o uso adequado de rampa de acesso, quando há rampas elas não estão executadas da maneira correta, contendo desníveis de piso entre o seu começo e a rua, ou não há existência da mesma, como é possível observar nas duas primeiras imagens acima.

Áreas destinadas para a coleta geral de lixo é impossível o acesso para quem faz o uso de cadeira de rodas e pessoas que fazem uso de tecnologia assistiva de apoio, não há rampa de acesso à pavimentação que dá acesso a lixeira e apenas uma escada que faz a conexão da área de passagem a lixeira. Também são visíveis que os espaços não contam com manutenção adequada, contando com apenas um lado do guarda-corpo que também está divergente das normas da ABNT 9050/2015.

As áreas de circulação dentro da edificação contam com escada de alvenaria para a circulação vertical, com corrimão de ferro e bom estado de conservação para ambos os itens. Não é apontado em nenhum dos andares espaços para rota de fuga para PcD, faixa antiderrapante na escadaria, iluminação adequada para pessoas com baixa visão, letreiro de identificação dos andares e piso tátil de alerta na ponta da escada.

Todos os elementos citados acima não possuem um preço elevado para a instalação, porém é de muito valor para os moradores, principalmente para os que estão inclusos no grupo de estudos. Elementos simples de serem incluídos no projeto e na execução e que podem evitar acidentes como escorregamento na escada e melhorar a percepção do espaço.

Do espaço de morar

Em uma das visitas de campo foi possível fazer uma breve análise de um dos apartamentos denominado como adaptado, a família residente era beneficiária pela moradia adaptada pois um dos moradores era deficiente físico paraplégico, necessitava do uso da cadeira de rodas e de cama de uso exclusivo.

O grupo familiar formado por 4 pessoas, sendo um deficiente físico e duas pessoas com mobilidade reduzida devido a obesidade com agravante de baixa visão. Não foi possível entrevista com o beneficiário que faz uso de cadeira de rodas, pois o mesmo veio a óbito ano passado, porém o questionário de entrevista (apêndice 1 e 2) foram respondidos pela família.

Em comparação com o layout disponibilizado em planta baixa projetado pela construtora responsável a otimização do espaço fica cada vez mais difícil de ser atingida, devido a quantidade e dimensão de cada móvel utilizado pelas famílias, como veremos nas imagens a seguir, conseguindo observar as dificuldades e necessidade de um novo modelo de planta arquitetônica para as habitações de interesse social financiadas pelo PMCMV, principalmente para as PcD e de um plano com algum tipo de auxílio para a manutenção predial.

Logo no acesso a moradia foi detectada a falta de manutenção na soleira da porta principal, onde a falta do acabamento da soleira prejudicou diariamente a circulação com a cadeira de rodas que era usada pelo morador, pois a cadeira ficava presa no rebaixamento do piso. Foi relatado pelas moradoras que fazem uso de lentes corretivas de alto grau a frequência de tropeços que já ocorreu decorrente a este problema. O dimensionamento da porta é de 80cm, o que deixa a passagem da cadeira de rodas bem estreita, não seguindo a padronização exigida pela NBR 9050/2015 de ser ao menos 90cm.

O espaço projetado para sala e sala de jantar possuem espaços que acomodam dois sofás, estante para televisão, mesa de 4 lugares, permitindo área de giro completo dentro do ambiente. A iluminação local é um dos únicos problemas encontrados neste ambiente, a janela fica direcionada para o nascer do sol, no período da manhã a claridade da luz natural ilumina o ambiente sem que haja necessidade de luz artificial.

Porém na parte da tarde o ambiente deixa de receber luz natural e a iluminação artificial se faz necessária, por ser um período de muita luz externa o direcionamento correto das janelas viabilizaria que a iluminação interna se mantivesse com a luz natural, uma vez que a sala possui um período de uso maior a tarde e à noite.

A iluminação de maneira geral é de suma importância para projetos voltados ao desenho universal, pois pessoas com baixa visão necessitam de espaços bem iluminados para conseguirem enxergar de maneira mais clara e não ocasionarem acidentes que podem ser prejudiciais a sua saúde principalmente.

A cozinha projetada e entregue neste projeto possui algumas características que prejudicam a acomodação do mobiliário, como avaliado em planta baixa arquitetônica. Decorrente de sua projeção retangular, o posicionamento de alguns móveis fica comprometido, como por exemplo neste caso, onde a geladeira é posicionada de maneira angular, para não prejudicar o uso da mesma e do fogão, além de ampliar o acesso para pessoas com mobilidade reduzida que façam uso de tecnologia assistiva, entende-se assim, que no Conjunto Aroeiras não há no espaço interno do apartamento condições de autonomia para realizar várias atividades do cotidiano como cozinhar no caso das pessoas que usam cadeira de rodas.

A montagem de armários suspensos elimina o acesso de pessoa que faz uso de cadeira de rodas aos utensílios guardados. O não uso de armários de baixo da pia diminui a área útil para guardar utensílios, mas ao mesmo tempo amplia a mobilidade da cadeira de rodas, possibilitando a inserção da cadeira no espaço e gerando área de giro antes inexistente em projeto.

A lavanderia inserida no mesmo espaço da cozinha é uma boa solução projetual para economia de redes hidráulicas, porém este caso ela é uma condicionante negativa no espaço projetado, uma vez que mal projetada ela ocupa espaços que seriam de grande importância, como por exemplo o uso de armário-balcão. Não existem espaços projetados para a secagem de roupas, a instalação de varal dentro deste ambiente é o mais comum dentro de todo o conjunto

habitacional, e que neste caso é uma condicionante negativa de modo geral, não apenas para pessoas do grupo estudado.

Os dormitórios em planta baixa são projetados um sendo dormitório de solteiro, com uma cama de solteiro e um guarda-roupa, e o outro como dormitório de casal, com uma cama de casal e um guarda-roupa, totalizando espaço para 3 pessoas dormirem, o que muitas vezes não condiz com a realidade dos beneficiários, como é o caso deste apartamento, com família constituída por 4 pessoas sendo que 1 delas possui necessidade de espaços mais amplos para mobilidade.

Nesta moradia estes espaços foram adaptados, cada dormitório possui uma cama de casal e um guarda-roupa, em um dos quartos foi acrescido uma cômoda. O espaço remanescente de cada ambiente é mínimo para a passagem de uma pessoa em pé, sem espaços para movimentação de cadeira de rodas ou equipamentos que sejam necessários para casos de pessoas acamadas. Segundo relatos da família moradora, pessoa que faz uso de cadeira de rodas ela pegou no colo para ser posto na cama todos os dias, nos dias em que a família não conseguia fazer essa movimentação o mesmo se movimentava arrastando-se pelo chão para alcançar a cadeira.

Um dos ambientes mais bem detalhados pelas legislações e normas da ABNT 9050/2015 é o banheiro, com diversos detalhamentos sobre os equipamentos que devem estar inseridos no ambiente, com alturas específicas, aberturas de portas para área externa ao banheiro, dimensionamento mínimo de 1,70x 1,50 (área total de 2,55) sem área de banho, área de transferência da cadeira para banco de banho e vaso sanitário, além de outras especificações sobre pia e barras de apoio.

O banheiro entregue no projeto possui poucos itens como descritos na legislação e norma, e que mesmo assim possui aprovação pelo órgão responsável na prefeitura municipal de Jaboticabal. O dimensionamento deste ambiente é de 1,95x1,25 (totalizando 2,43m² já com área de banho), sem espaço projetado para área de transferência, área de giro e meio giro. Não existe na área de banho o banco de apoio e as barras de apoio. Neste caso em específico o banheiro aparece sem a pia e a barra de apoio vertical, pois a pessoa que faz uso de cadeira de rodas ao se apoiar nela acabou deslocando-os, afirmando à má execução da obra, podendo causar acidentes e agravando os problemas de mobilidade dos moradores.

Seguindo com a pesquisa no território de Jaboticabal, foi também analisado o Condomínio residencial Vida Nova II em Jaboticabal, entregue no ano de 2013, na gestão do

então prefeito Raul José da Silva Gírio (PSDB), abrangendo 8 famílias com PcD. Esse conjunto habitacional possui o maior número de beneficiários deficientes, e conta com diversos equipamentos de acessibilidade como prescreve a lei e segue os parâmetros estabelecidos pela NBR 9050/2015. São prédios horizontais com dois pavimentos, onde se destinam as habitações térreas as PcD e os superiores distribuídos para o restante dos contemplados.

Em projeto arquitetônico aprovado e disponibilizado pela secretaria de planejamento e desenvolvimento urbano de Jaboticabal, são apresentadas duas tipologias habitacionais no mesmo conjunto habitacional, onde uma se destina a pessoas não deficientes e outra destinado a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, como mostradas a seguir.

Figura 19- Implantação Condomínio Vida Nova II



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Jaboticabal, 2021.

Três anos após a entrega do primeiro condomínio estudado, foram entregues 496 novas unidades habitacionais no município, sendo 16 dessas unidades adaptadas. A partir do projeto de implantação já é possível notarmos uma grande diferença projetual entre as edificações.

Quadro 19- Áreas e quantidade de unidades destinadas

QUADRO DE ÁREAS		
ESPECIFICAÇÃO	ÁREA(m ²)	%
ÁREA DE PROJEÇÃO TOTAL	7.318,57	29,11%
ÁREA VERDE/ LAZER PERMEÁVEL	5.574,21	22,78%
ÁREA IMPERMEÁVEL (ACESSO, VAGAS E CALÇADAS)	11.581,48	47,32%
TOTAL DA ÁREA DO TERRENO	24.474,26	100,00%
UNIDADES HABITACIONAIS ADAPTADAS (3%) - PNE	8,00	
UNIDADES HABITACIONAIS PADRÃO	248,00	
UNIDADES HABITACIONAIS (3%) - DESTINADAS A IDOSOS	8,00	
TOTAL DE UNIDADES HABITACIONAIS	264,00	
FRAÇÃO IDEAL (m ² /UNIDADE)	92,71	/UNID.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Jaboticabal.

O conjunto se apresenta de maneira mais linear e horizontal, contando apenas com dois patamares, ampliando sua área de projeção para espaços de lazer, atividade física, paisagismo, salão de festas, linearidade na distribuição das moradias e melhor organização dos espaços de uso comum.

O projeto aprovado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano apresentou uma clara preocupação com as habitações adaptadas e com a execução deste projeto, sendo especificados todos os itens que promovem a acessibilidade e a mobilidade no local de uso comum e dentro das moradias. São projetadas as vagas de estacionamento e os dimensionamentos a serem executados nas unidades de uso de PcD, com detalhamentos específicos. Contando com o uso do piso tátil em todo espaço de circulação externa, guarda-corpo de auxílio, rampas com indicações de níveis, detalhamento do uso do piso tátil, uso de elementos visuais para melhor percepção do espaço, entre outros itens que veremos no decorrer da análise.

Os apartamentos destinados a Pessoas Idosas e Apartamento Universal como é descrito em projeto e destinado para PcD ficam localizados no pavimento térreo, e distribuídos bem próximos a entrada do Condomínio. De acordo com a implantação os apartamentos são demarcados por símbolos de Idosos e PcD para que seja possível a identificação e distribuição correta aos beneficiários, porém pela implantação não é possível notar se há diferença de dimensionamento desses apartamentos quando comparados aos demais. São utilizadas simbologias no entorno da edificação para apontar os itens de acessibilidade a serem executados, como por exemplo o piso tátil, alcance de desníveis, vagas de estacionamento que são obrigatórios por lei municipal.

Os acessos das áreas comuns para as áreas privadas são descritos como pavimentadas e há identificação de mudança de nível de piso, rampas, dimensionamento de calçadas,

dimensionamento de pavimentação no entorno da edificação, apresentando espaços adequados para circulação dos moradores durante todo o percurso do condomínio, incluindo quadra poliesportiva, espaço de recreação e salão de eventos. São oferecidas uma vaga para cada apartamento, dimensionadas de acordo com a moradia em que ela se destina, e ampliando as vagas destinadas as pessoas idosas.

Quadro 10- Vagas de estacionamento destinadas

QUADRO DE VAGAS	
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
VAGAS 2.50x5.00	242
VAGA P/PNE (3%) 3.70x5.50	8
VAGA P/IDOSO (5%) 2.50x5.00	14
TOTAL	264

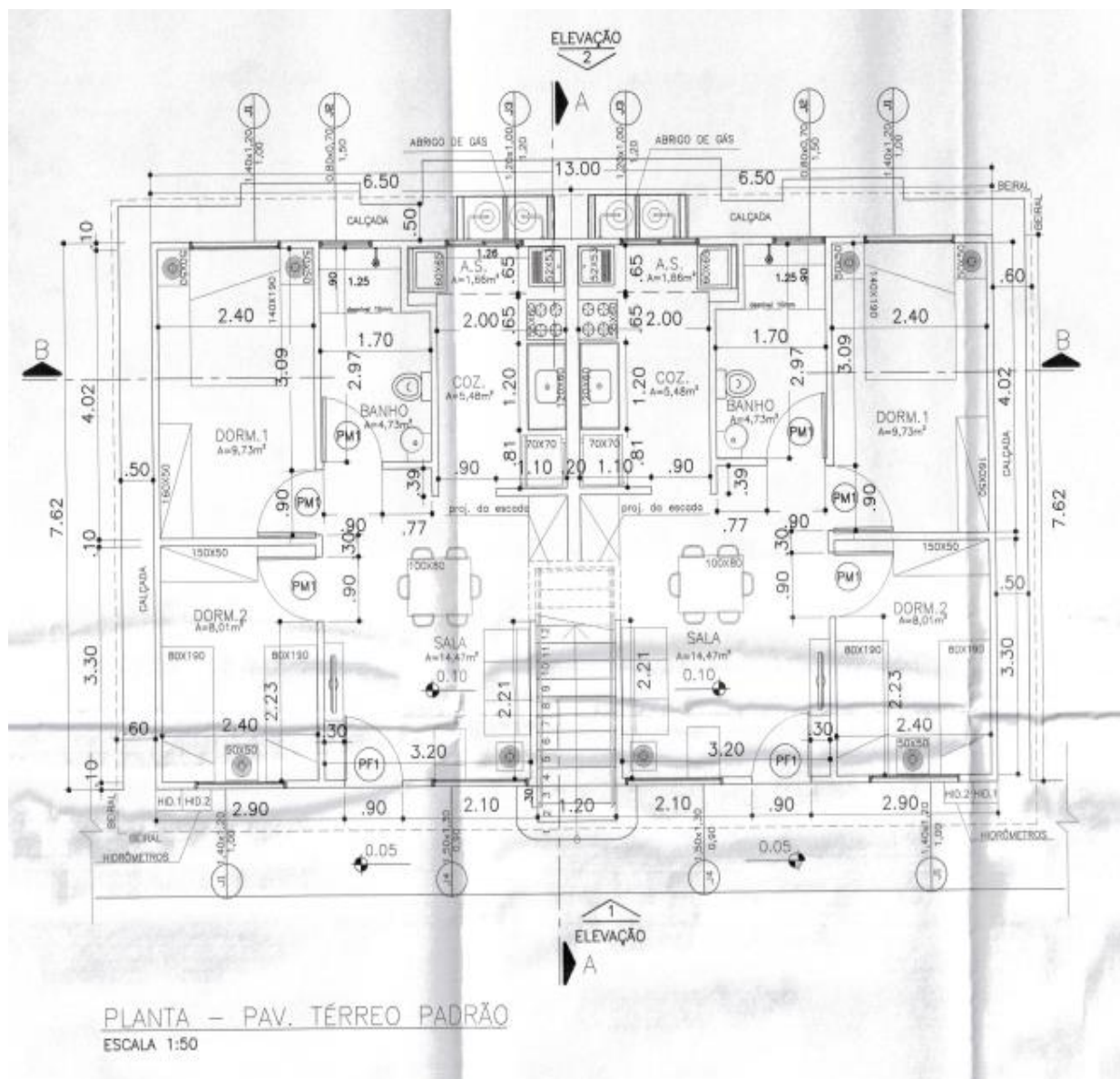
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Jaboticabal.

Para uma análise completa da unidade habitacional adaptada, faremos uma aproximação do apartamento como feito na análise do primeiro conjunto estudado, buscando identificar os principais elementos construtivos empregados na habitação e apontar as possíveis falhas projetuais e de aprovação que os arquitetos e engenheiros junto ao órgão municipal deveriam ter se atentado ao projetar a edificação.

Assim como a primeira avaliação, a cadeira de rodas será o nosso guia norteador, posicionando-a em cada ambiente com giro completo e quando não possível, meio giro. Entrará em análise também elementos que contribuam para a autonomia, como barras de apoio, aberturas de portas e acesso a itens de higiene geral da casa e higiene pessoal.

Neste conjunto habitacional são apresentadas duas tipologias habitacionais, a primeira com pavimento térreo padrão, onde é apresentado o projeto arquitetônico para as residências convencionais. Em comparação com o primeiro projeto apresentado, este possui espaços mais amplos, layout melhor trabalhando, valorizando e ampliando o espaço interno.

Figura 20-Planta pavimento tipo Conjunto Habitacional Vida Nova I

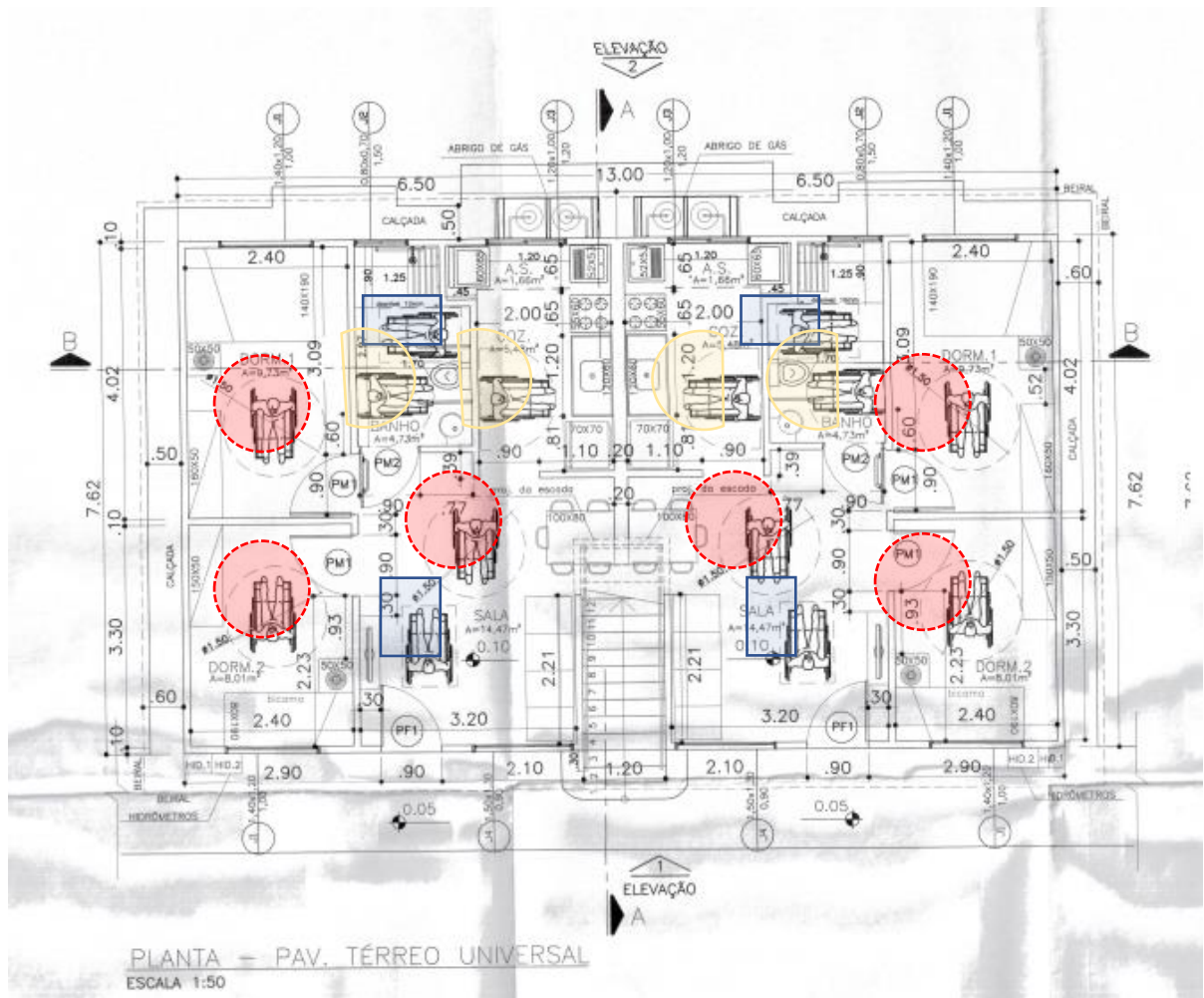


Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Jaboticabal,2021.

Existem algumas diferenças de elementos construtivos e de layout nas plantas projetadas, mesmo com os dimensionamentos construtivos sejam os mesmos para ambas, provando que um maior cuidado no desenvolvimento do layout pode fazer a diferença na espacialidade de cada ambiente.

Para análise com o módulo da cadeira de rodas e área de giro, a própria equipe de desenvolvimento de projeto já realizou o posicionamento das áreas de giros nos ambientes. Em todos os ambientes foram possíveis o acesso a todos os equipamentos e móveis dispostos a moradia.

Figura 21- Planta pavimento adaptado do Conjunto Habitacional Vida Nova I



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Jaboticabal, 2021.

Na sala de estar e sala de jantar há mudanças no layout, porém mantendo os mesmos móveis, a mesa de jantar e encostada em uma de suas extremidades gerando um ganho significativo no ambiente, possibilitando giro completo nestes ambientes. O dimensionamento da sala de estar é bem amplo e também possibilita o giro completo da cadeira de rodas, mesmo que isto não esteja apontado na planta baixa.

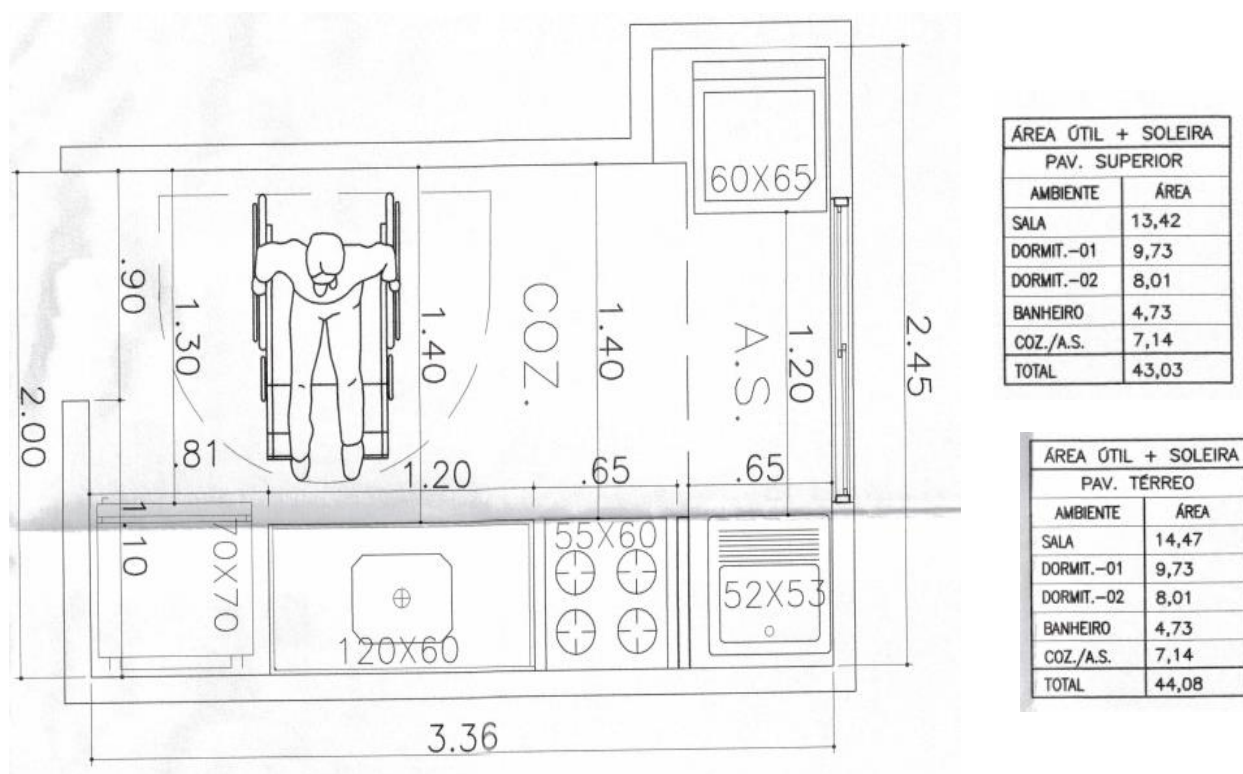
Nos dormitórios o giro completo da cadeira é possível de serem realizados, o dormitório de casal tem em seu layout a cama encostada em uma das paredes, ampliando o espaço de manobra da cadeira, e no dormitório de solteiro é possível o giro completo devido a utilização de uma única cama de solteiro, onde na planta padrão eram previstas duas, em casos de maior número de acomodações ainda se torna possível o meio giro e área de circulação.

A cozinha também apresenta metragens maiores, com melhor posicionamento do mobiliário, com layout linearidade que permite a abertura completa de forno e geladeira, deixando livre espaços que serão utilizados com maior facilidade no giro da cadeira. Apenas um ponto negativo foi observado na área de projeção da cozinha, a falta de espaço destinado a uso de armário baixo que não seja na estrutura da pia. A utilização de todos armários aéreos retira a autonomia de PcD.

A lavanderia também é inserida no mesmo ambiente, porém aproveita-se o recorte projetado para o deslocamento da área de banho para se embutir o tanque de roupas.

Com os detalhes ampliados será possível analisar melhor os dois ambientes projetados.

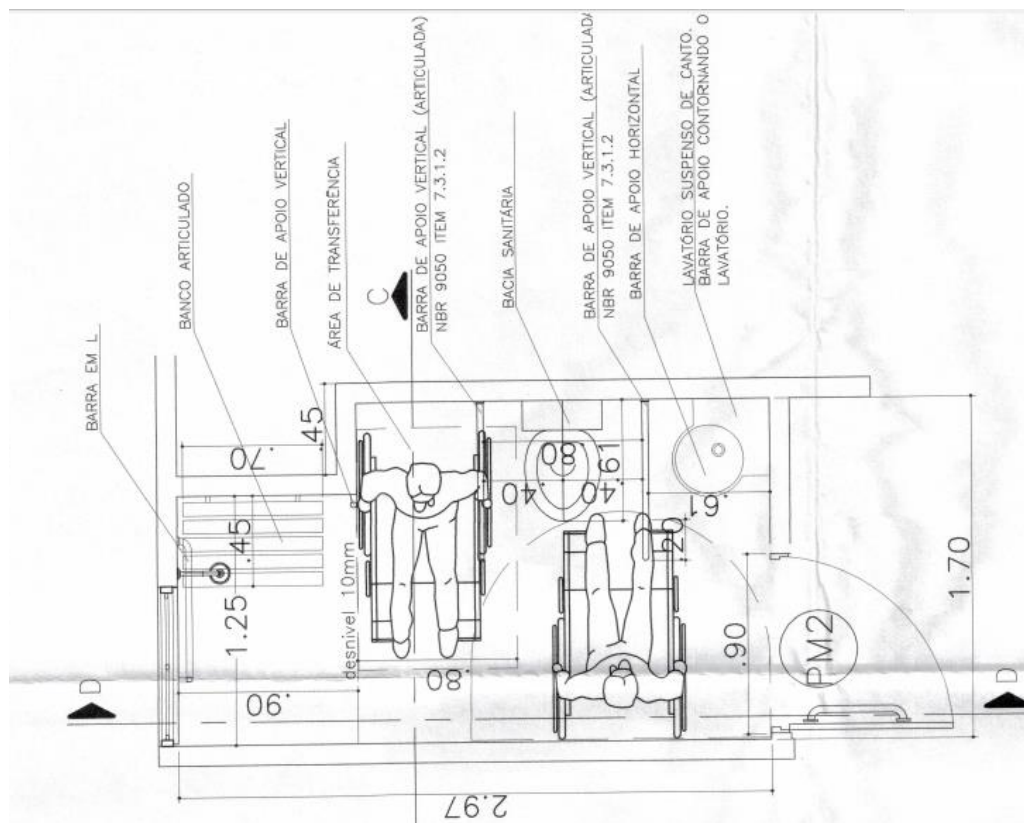
Figura 22- Ampliação da cozinha adaptada com meio giro



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Jaboticabal, 2021.

No banheiro também foi projetada a área de transferência, barras de apoio no vaso sanitário, lavatório, área de banho e inserção do banco de banho com deslocamento posicionado conforme a NBR 9050/2015, e todas as especificações a serem seguidas no decorrer a execução das obras.

Figura 23- Detalhamento do banheiro dos apartamentos adaptados.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Jaboticabal,2021.

Podemos adotar esse modelo de banheiro como Ideal a ser projeto nas habitações de interesse social, sendo elas casas terras ou apartamentos.

A seguir, algumas imagens do conjunto habitacional, com as suas áreas de uso coletivo, onde será possível a visualização das iniciativas arquitetônicas adotadas neste conjunto, e identificar possíveis entraves para a autonomia de PcD e PcMR. As imagens internas das habitações não foram possíveis até o momento devido a pandemia e a intensificação dos casos na cidade.

Por se tratar de uma área nova urbanizada na cidade, a pavimentação das ruas e construção das calçadas foram executadas como etapa final do projeto, o entorno dos Conjuntos Vida Nova I e II possuem calçadas em situações precárias, muitas vezes sem a pavimentação do solo adequada, pavimentação de ruas em bom estado até o limite do conjunto Vida Nova II, e a partir dele o solo não recebe nenhum tipo de pavimentação e a crescente de chácaras urbanas neste perímetro urbano intensificam o tráfego de automóveis. Existe ponto de ônibus entre os

dois conjuntos habitacionais, porém a falta de manutenção nas calçadas e a falta de projeto adequado a instalação deste serviço prejudicam o uso, principalmente para PcMR

O entorno próximo conta com comércios locais de mercearia, escolas e creche, posto de saúde, empresas, indústrias e grande quantidade de área verde.

Nas áreas comuns do condomínio há uma organização clara do estacionamento, com demarcações de vagas de idosos, deficientes e numeração da vaga de acordo com a moradia que ela corresponde. São utilizados elementos visuais para esta identificação e uso de piso tátil na circulação entre o estacionamento e a moradia, e canteiro verde.

As vagas de estacionamento foram entregues sem coberturas, se tornando responsabilidade de cada morador, e quando executadas elas seguem uma padronização de estrutura e cobertura, mantendo organização e homogeneidade na paisagem local.

O piso correto do piso tátil é um dos grandes pontos positivos neste empreendimento, se torna clara a preocupação com um maior grupo de pessoas que necessitam de ações de melhorias construtivas para usufruírem do espaço de morar e de convívio. O piso tátil não é o único elemento que promove a acessibilidade de pessoas com deficiência, assim como as rampas também não são as únicas a promoverem a mobilidade para pessoas com cadeira de rodas, mas é uma das interferências construtivas que mais auxiliam no deslocamento dentro de espaços de uso comum e coletivo, e também um dos pontos-chaves para que outras ações comecem a se fazer mais presentes nos conjuntos habitacionais.

A manutenção de todas as superfícies do solo quando realizada de maneira correta elimina grande parte dos problemas de locomoção de maneira geral, incluindo todas as deficiências e dificuldades de locomoção, que vão desde o carrinho de bebê até a movimentação de macas.

Este conjunto vemos uma clara preocupação com a manutenção e organização do espaço, o uso do piso tátil, guarda-corpo, rampas, sinalização visual, uso de uma planta categorizada como universal, que tem como objetivo atender adversas necessidades, e que podem ser consideradas como exemplo para os próximos projetos a serem implantados na cidade.

Neste conjunto não foi possível o acesso interno das moradias, pois a maioria dos moradores pertencentes ao grupo da pesquisa são pertencentes ao grupo de risco do Covid-19.

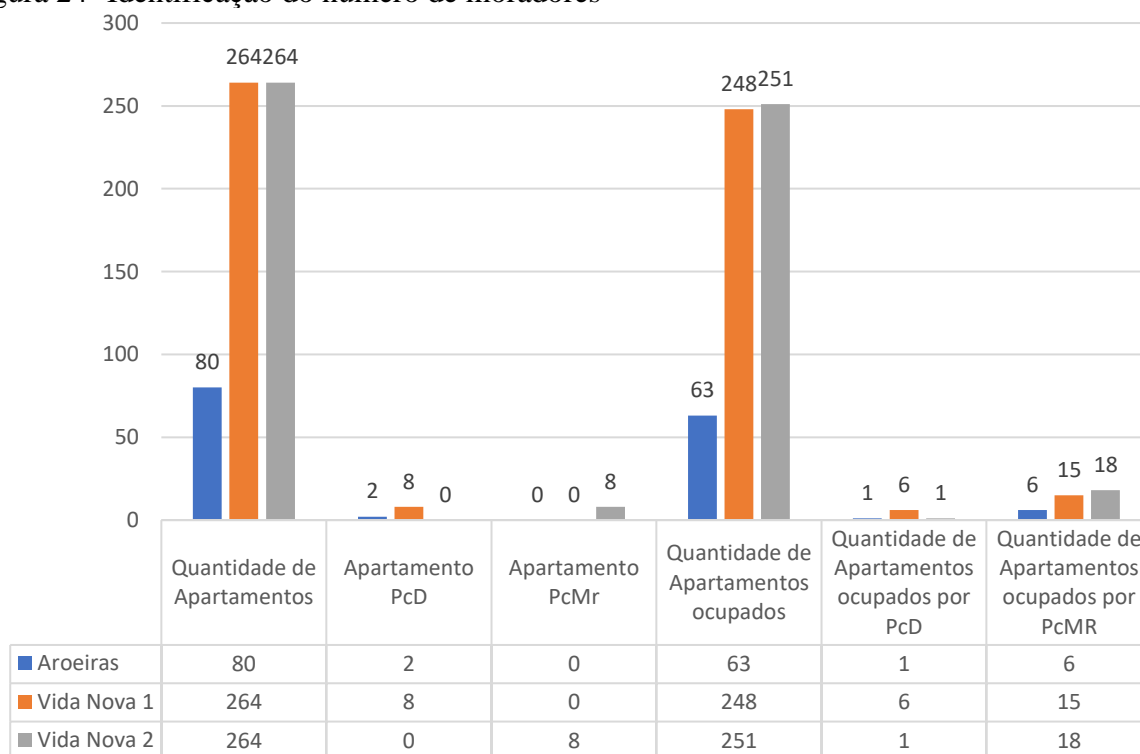
6.3 Comparativos dentre ambos conjuntos a partir da visita técnica, entrevista e questionário.

Para que fosse possível compreender as questões que implicam a vida das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nos conjuntos, foram aplicados os questionários e entrevista (em apêndice), buscando filtrar as necessidades e pontuar os principais problemas relatados pelos moradores, onde as análises de gráficos produzidos a partir dos roteiros serão complementadas com bases nas respostas obtidas pelos moradores.

Primeiramente serão analisados os questionários semiestruturados voltados para a percepção dos moradores, de como se dá o uso do local e a autonomia que a moradia fornece para o mesmo. Posteriormente será apresentado check-list técnico, baseado nas normas técnicas e elementos arquitetônicos que facilitem que promovam a acessibilidade e mobilidade de maneira mais segura.

A partir destes levantamentos obteve-se gráficos para a compreensão das sessões tratadas nas visitas, que serão mostradas a seguir, dando subsídios para a discussão de possíveis melhorias que possam ser implantadas nos próximos projetos de HIS voltados para PcD e PcMR, mas também para adequação do que existe.

Figura 24- Identificação do número de moradores



Fonte: Própria autoria, 2021.

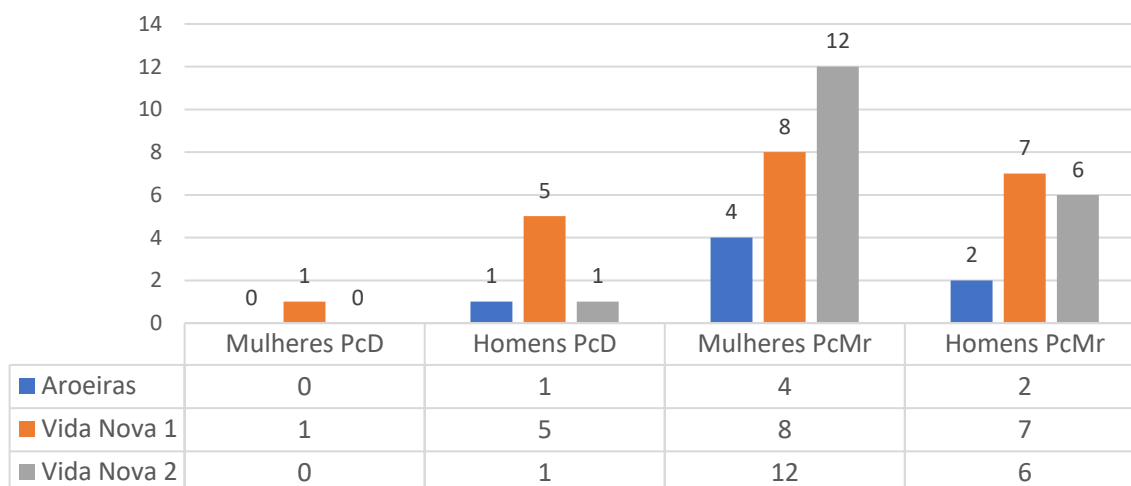
Neste primeiro gráfico de foram analisadas as quantidades de apartamentos produzidos,

a quantidade de apartamentos destinados aos grupos de estudo e a quantidade de apartamentos ocupados pelos grupos de estudo. Nota-se que há maior quantidade de apartamentos ocupados por pessoas com mobilidade reduzida em todos os conjuntos, esse número cresce devido a quantidade de moradores idosos, onde devido a taxa de destinação passam a ocupar apartamentos que não possuem equipamentos de acessibilidade, como por exemplo, barras de apoio no banheiro.

Outro número de grande importância é a quantidade de PcD e o número de apartamentos ocupados por elas, em todos os conjuntos há menor número de moradores com PcD e apartamentos “sobrando”, porém, estes apartamentos que deveriam estar desocupados estão em uso por outros moradores. Com base em relatos dos moradores, essa ocupação por pessoas não deficientes ocorre devido a casos de os beneficiários deficientes terem se mudado com a família e alugado o apartamento, e até mesmo em caso de morte do beneficiário, onde a família permanece na moradia.

Em algumas moradias foram relatados que o PcD não é beneficiário e por este motivo não ocupam os apartamentos que não são adaptados, e também não possuem nenhum tipo de benefício do governo para se manterem mensalmente. Assim também podemos notar que a cota destinada à PcD não é cumprida, uma vez que em um dos conjuntos habitacionais, essa cota é destinada à PcMR. Essas famílias que não são beneficiários, mas que se enquadram nos grupos PcD e PcMR também foram inscritos no processo dos apartamentos adaptados, porém, não foi possível atender a todas as famílias, devido a cota baixa destinada. Este problema poderia ser claramente resolvido com a ampliação da cota para PcD e abertura de uma cota exclusiva para PcMR.

Figura 25-Quantidade de mulheres e homens com algum tipo de limitação

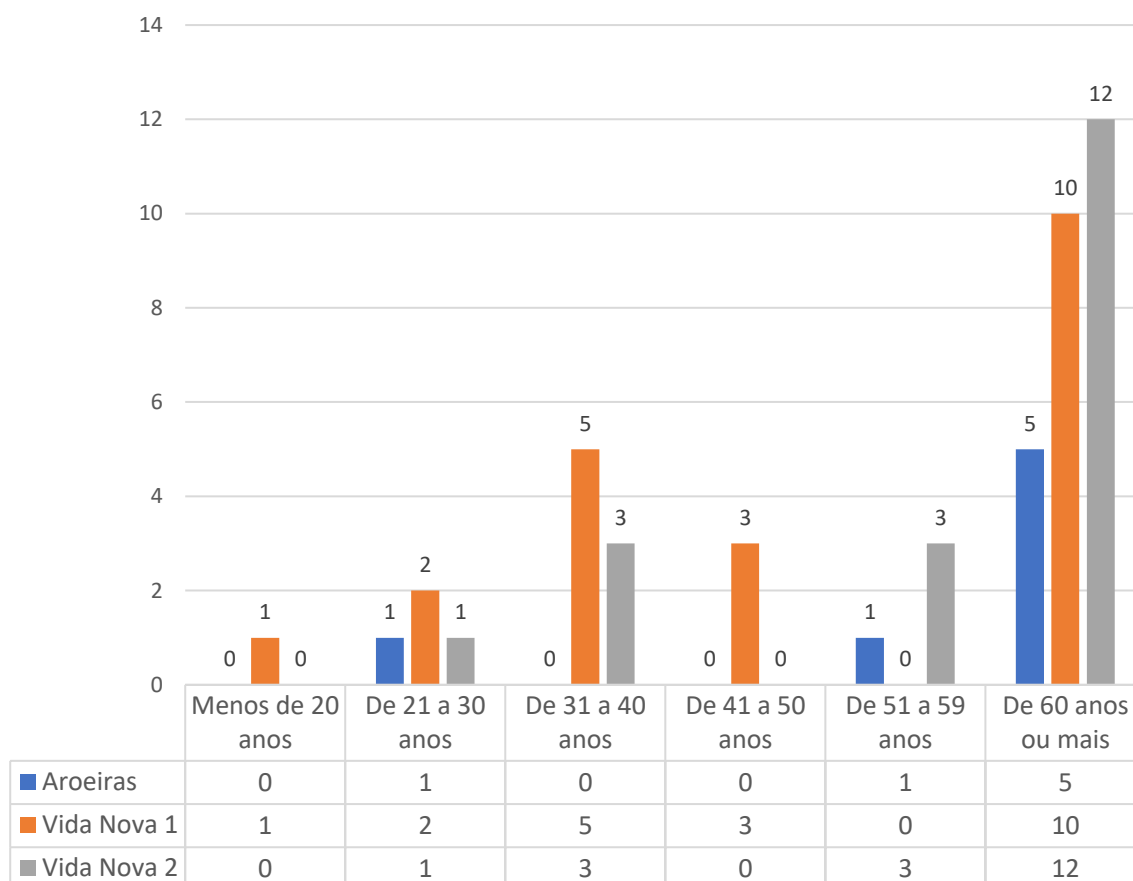


Fonte: Própria autoria, 2021.

Dentro do questionário também foi abordada a questão de gênero, porém não houve nenhum caso em que se tivesse morador transgênero residindo nos conjuntos. De acordo com o gráfico os números homens deficientes, principalmente deficientes físicos, se sobressaem em relação a mulheres com deficiência, porém esse número se inverte quando se trata de número de pessoas com mobilidade reduzida. A maioria das mulheres com mobilidade reduzida são idosas e/ou obesas, dentro destes números, mais de 60% são idosos que moram com os filhos ou netos proprietários de algum apartamento pelo sorteio geral.

No próximo gráfico foram analisadas a faixa etária dos moradores com deficiência e mobilidade reduzida. Nesta etapa não foi utilizada uma divisão entre as categorias, apenas divisão de blocos de idades, pois como a pesquisa se embasa no desenho universal o atendimento das necessidades devem atender à ambas categorias- PcD e PcMR.

Figura 26- Faixa etária dos moradores com deficiência e mobilidade reduzida.



Fonte: Própria autoria, 2021.

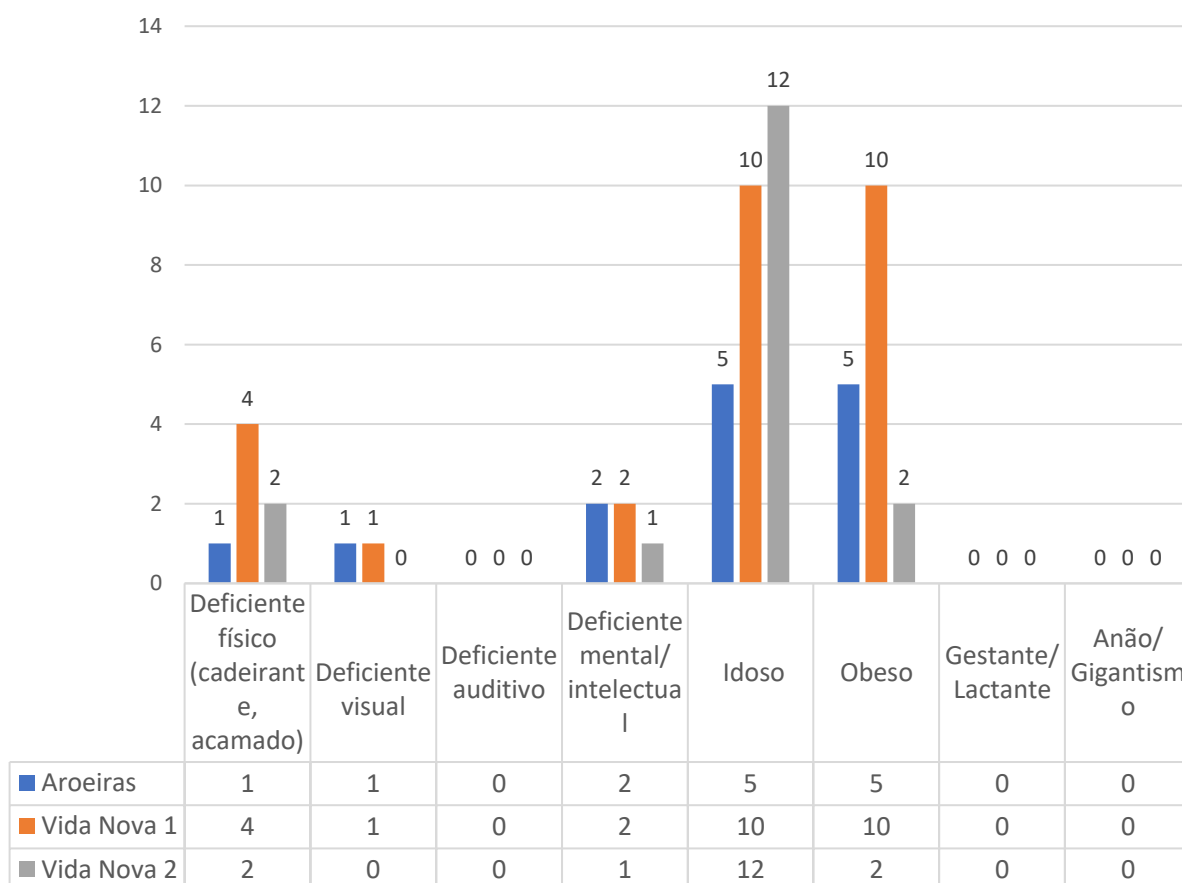
O número de pessoas idosas no grupo de pessoas que estamos avaliando é bem acentuado, a maioria de pessoas com mobilidade reduzida se dá devido a e problemas de

mobilidade decorrentes idade, como problemas no joelho, reumatismo, problemas relacionados a coluna, baixa visão, entre outros.

Para a classificação geral das necessidades dos moradores, também foi pesquisado por meio dos formulários quais tipos de deficiência os moradores portavam, como principal parte da pesquisa, pois, a partir destes dados podem ser discutidas de maneira mais eficiente as propostas para de intervenção para as novas produções.

Nesta etapa alguns moradores selecionaram mais de uma alternativa de deficiência, devido a isso o número de deficiências tentem a serem maiores que os o número de beneficiários.

Figura 27- Deficiências detectadas entre o grupo de moradores estudados.



Fonte: Própria autoria, 2021.

O número de pessoas idosas é superior a todas as deficiências e mobilidade reduzidas avaliadas, sendo que encontrados em maior número no conjunto habitacional Vida Nova 2, onde a destinação de habitações adaptadas são inteiramente exclusiva a eles, seguido de pessoas idosas no conjunto habitacional Vida Nova 1 e posteriormente por Aroeiras, onde quando

comparado ao número de habitações destinadas a PcD esse número se revela alto, pois apenas 2 apartamentos são adaptáveis e há 5 idosos residindo no condomínio, além do número de pessoas que relataram ter outras deficiências ou dificuldades.

A segunda limitação que aparece, sendo ela exclusiva na vida do morador ou como condicionante é a obesidade. O sobrepeso pode gerar diversos desconfortos para as pessoas, prejudicando as articulações e gerando problemas de mobilidade. Exercícios simples como abaixar e levantar podem se tornar dificultosos. O auxílio de barras de apoio nos banheiros se torna essencial para o auxílio do uso.

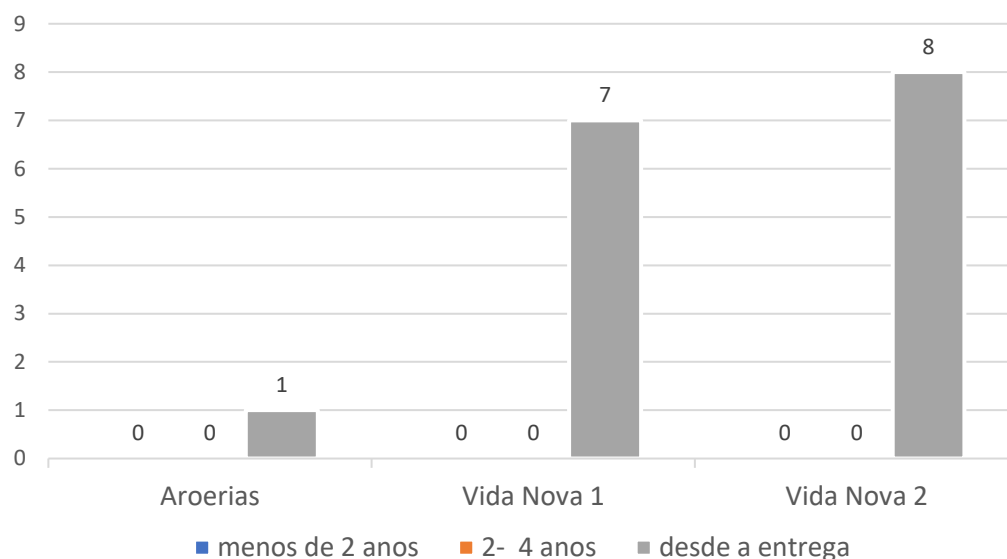
Em seguida a deficiência em maior número encontrada nos conjuntos é a deficiência motora, onde foram levantadas pessoas que fazem uso de cadeira de rodas, uso de andadores e acamados. O Maior número foi encontrado no conjunto habitacional Vida Nova 1, e em nenhuma das residências havia adaptação com barras de apoio no banheiro. A maior dificuldade relatada por grande parte dos PcD era no uso das rampas de acesso as residências, por serem muito inclinadas. No conjunto Aroeiras o morador acamado não é beneficiário da moradia adaptada, e devido as escadas não consegue sair do apartamento como relata a esposa, as consultas médicas são feitas em casa pelo Programa Saúde da Família.

E por fim o último grupo, pessoas com baixa visão ou cegas. Apenas um morador de cada conjunto relatou possuir baixíssima visão. No condomínio Aroeiras não há nenhum elemento que promova a mobilidade e acessibilidade de pessoas cegas, não há instalações de piso tátil em nenhuma área, como também não foi encontrado nenhum elemento sensorial para indicações de rotas, acessos, rotas de fuga. No condomínio Vida Nova 1 possui piso tátil em todas as áreas de uso comum, porém a iluminação noturna é falha, prejudicando a mobilidade de pessoas com baixa visão.

Outras questões foram levantadas aos usuários, como tempo de residência no conjunto, se é beneficiário do PMCMV ou se é inquilino de algum beneficiário, para essas questões foram produzidos gráficos separados com teor comparativo, o primeiro com base nas habitações de cota de PcD e a segundo com base nas famílias que possuem moradores PcMR e PcD não beneficiários do Programa.

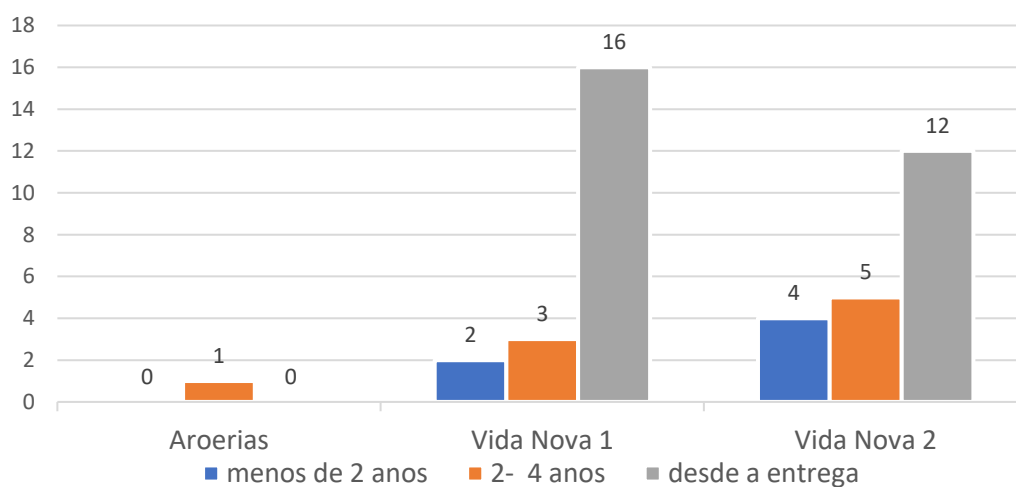
Observaremos que no primeiro gráfico todos os moradores beneficiários estão na residência desde a liberação da moradia, no conjunto Aroeiras existem 2 moradias destinadas a PcD, porém apenas uma delas é ocupada por beneficiário PcD, a outra residência está ocupada por uma família que tem em sua formação pessoa com mobilidade reduzida, porém não beneficiário da cota.

Figura 28-Tempo de moradia dos beneficiários da cota PcD.



Fonte: Própria autoria, 2021.

Figura 29-Tempo de moradia de moradores PcD não beneficiários.



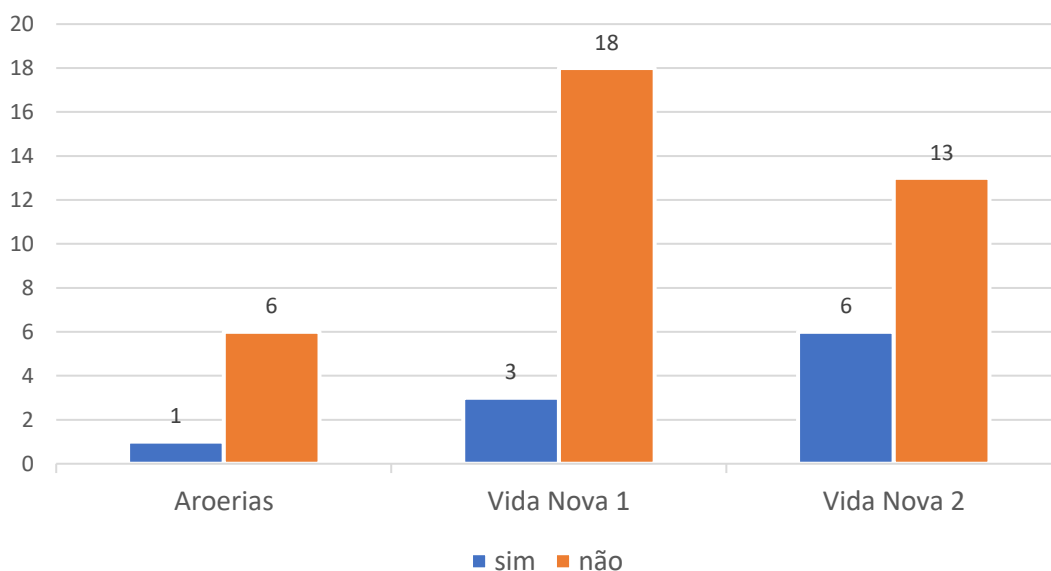
Fonte: Própria autoria, 2021.

Já no segundo gráfico observa-se que a quantidade de moradores não beneficiários e que possui algum tipo de necessidade especial é bem superior as cotas destinadas a PcD e Idosos. Dessa maneira é possível identificar que muitas pessoas com mobilidade reduzida estão em habitações não adaptadas e por vezes mais afastadas as entradas dos condomínios.

Seguindo a linha do desenho universal, também foram elaboradas questões que auxiliassem na identificação de condicionantes que pudessem comprometer a acessibilidade ou mobilidade dos moradores por curto tempo, como por exemplo, o uso de muletas devido a acidentes, operação, gestantes, lactantes, entre outros.

Este questionário foi aplicado para as pessoas que residem já em habitações com moradores que tenham algum tipo e nível de dificuldade de locomoção, o que pode ou não agravar o uso da residência, uma vez que é possível que haja mais de um morador que necessite do auxílio de tecnologia assistiva.

Figura 30-Limitação temporária que dificultasse a locomoção.



Fonte: Própria autoria, 2021.

Em análise, pode-se notar que o maior número de pessoas que em algum momento obtiveram alguma condicionante além da deficiência já existente, o conjunto Vida Nova 2, que possui o maior número de idosos sobressai frente aos demais conjuntos, onde com os relatos dos moradores fica justificado que essa limitação temporária se dá por questões de saúde, como por exemplo, operação da catarata, e acidentes domésticos, como quedas.

Nos demais conjuntos também foram relatadas limitações temporárias, como por exemplo, gestação, queda e acidente no trabalho.

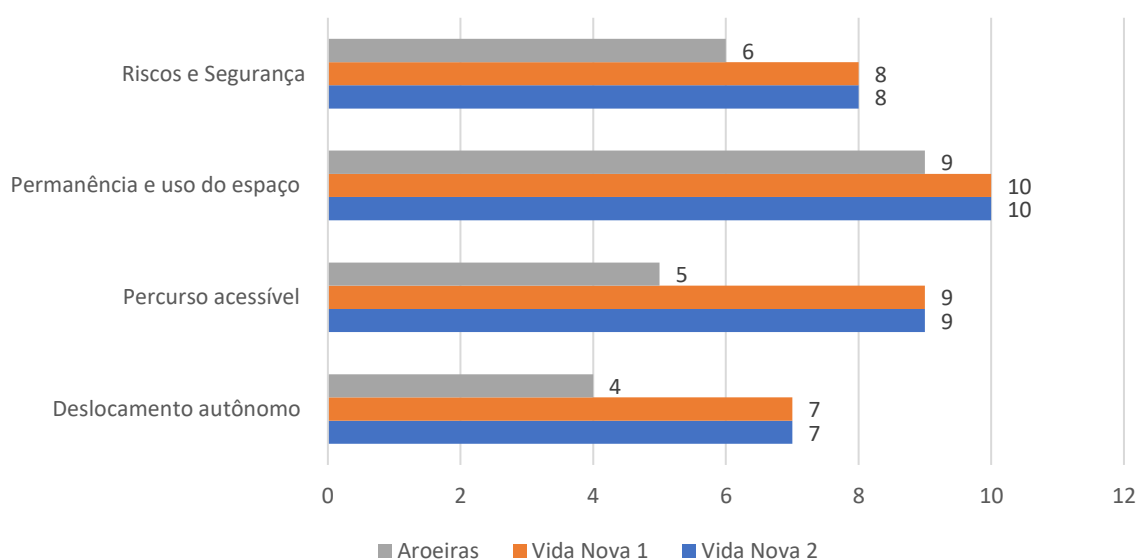
As questões expostas até o momento se referem a composição dos conjuntos quanto aos beneficiários, número de moradias e respostas aliadas a entrevista realizada in loco que permitiram uma avaliação quantitativa e qualitativa, no aspecto de compreensão dos números apresentados até o momento.

Nos próximos resultados, foram levantadas questões referentes a implantação do conjunto habitacional, áreas comuns, áreas de convívio, percepções de autonomia e mobilidade, segurança, necessidades não atendidas e acessos. Por se tratar de questões mais amplas e com

maior número de alternativas, será apresentado gráficos e tabelas com as porcentagens dos itens mais assinalados pelos moradores.

Sobre a percepção de aspectos que envolvem o percurso de acesso da entrada do conjunto à moradia, foi proposto que os beneficiários avaliassem com notas de 0 a 10 pontos (sendo zero como péssimo e 10 como ótimo), e para compilação dos dados foi utilizada a média dentre entre a pontuação de cada item, por moradores que responderam os questionários, desse modo foram obtidas as seguintes respostas:

Figura 31- Percepção dos aspectos gerais dos conjuntos.



Fonte: Própria autoria, 2021.

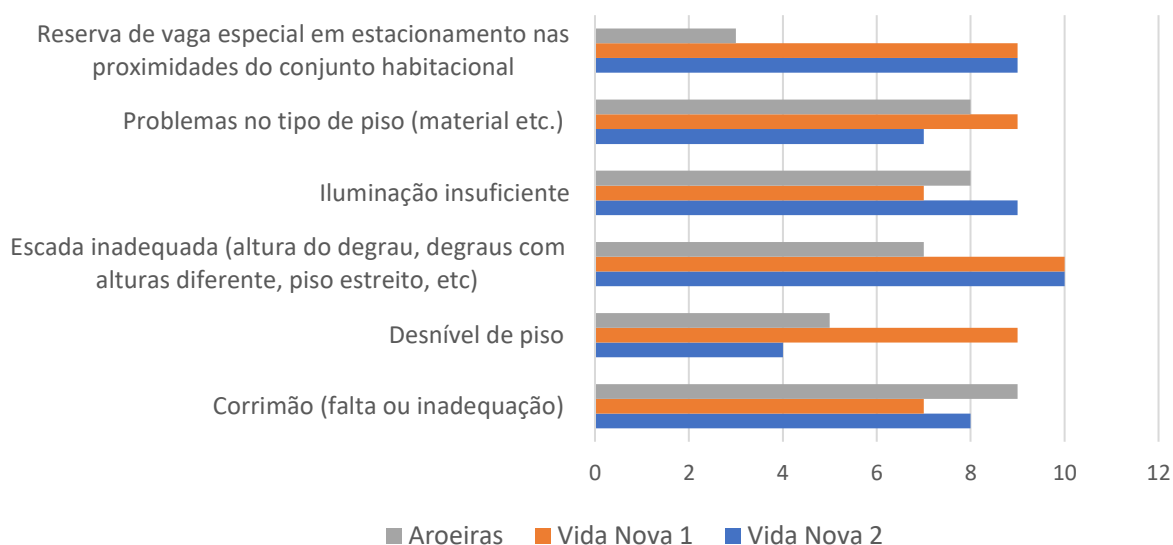
Todos os conjuntos receberam notas dentro da média para todos os aspectos. No conjunto habitacional aroeiras a menor nota foi dada para o aspecto de “Deslocamento Autônomo”, pois o mesmo não conta com áreas demarcadas à transição do pedestre, também é relatado que a falta de calçamento nas áreas de deslocamento prejudica o uso de tecnologias assistivas, e seguido da segunda nota menor foi sobre o “Percurso Acessível” complementando as dificuldades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Ainda em avaliação, esse aspecto obteve nota 7 nos conjuntos Vida Nova 1 e 2, onde o maior relato de dificuldade de locomoção e autonomia estão nas rampas de acesso às áreas de uso comum, pois possuem inclinação acentuada e os moradores que fazem uso da cadeira de rodas se sentem inseguros para fazerem sozinhos a transição nesses espaços.

A última nota média foi dada pelo Conjunto Aroeiras no aspecto de “Riscos e Segurança” dentro dos blocos habitacionais e nas áreas de convívio, onde são relatados medo

dos familiares em deixar o PcD ou PcMR sozinhos em casa, pois o adensado populacional já foi constantemente palco de violência, uso e venda de drogas ilícitas.

No acesso dos conjuntos também foram feitos alguns questionamentos que serão avaliados em conjunto após a apresentação de todos os dados, de modo que assim o resultado seja melhor compreendido.

Figura 32- Nas áreas externas (do portão do conjunto habitacional até as entradas da edificação).



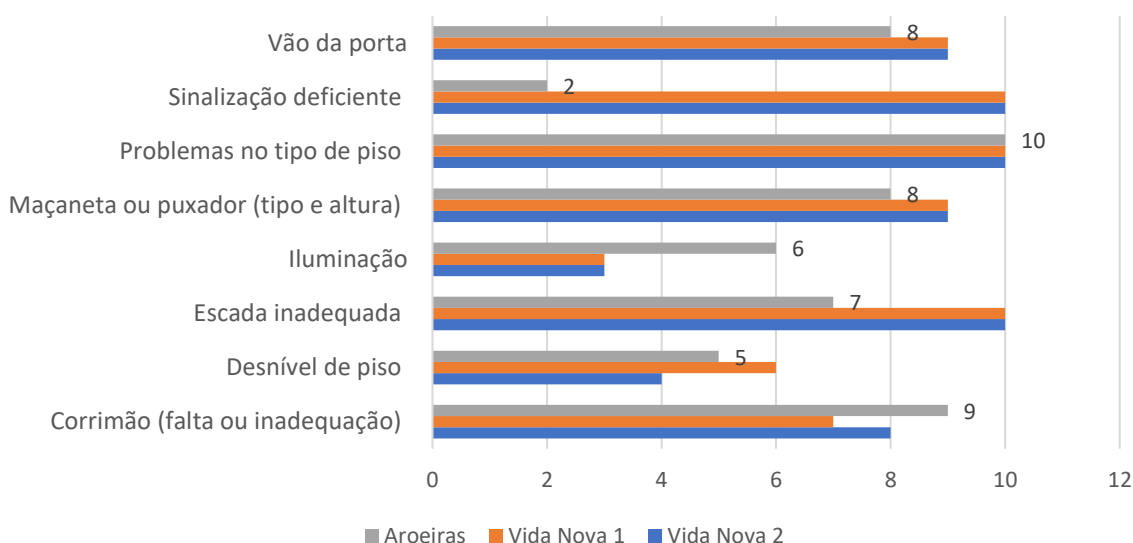
Fonte: Própria autoria, 2021.

Nas áreas externas é possível identificar a dificuldade de mobilidade nos conjuntos habitacionais Vida Nova I e II, devido a sua implantação com desníveis, já no conjunto Aroeiras é apontada alguma dificuldade, porém menor, pois a implantação no terreno não conta com tantos desníveis nas áreas externas.

A falta de corrimão nas áreas de transição do espaço externo é um entrave apontada pelos moradores do conjunto Aroeiras, uma vez que não há existência do item em nenhum espaço da área externa.

Quanto as reservas de vagas destinadas a pessoas com deficiência, os conjuntos habitacionais do Vida Nova I e II sentem falta de vagas mais próximas ao apartamento, mesmo com a grande oferta de vagas, devido à alguns moradores PcD/ PcMR morarem em apartamentos mais distantes. Já no conjunto Aroeiras, as destinações das vagas ficam logo em frente à entrada dos apartamentos destinados aos PcD/ PcMR.

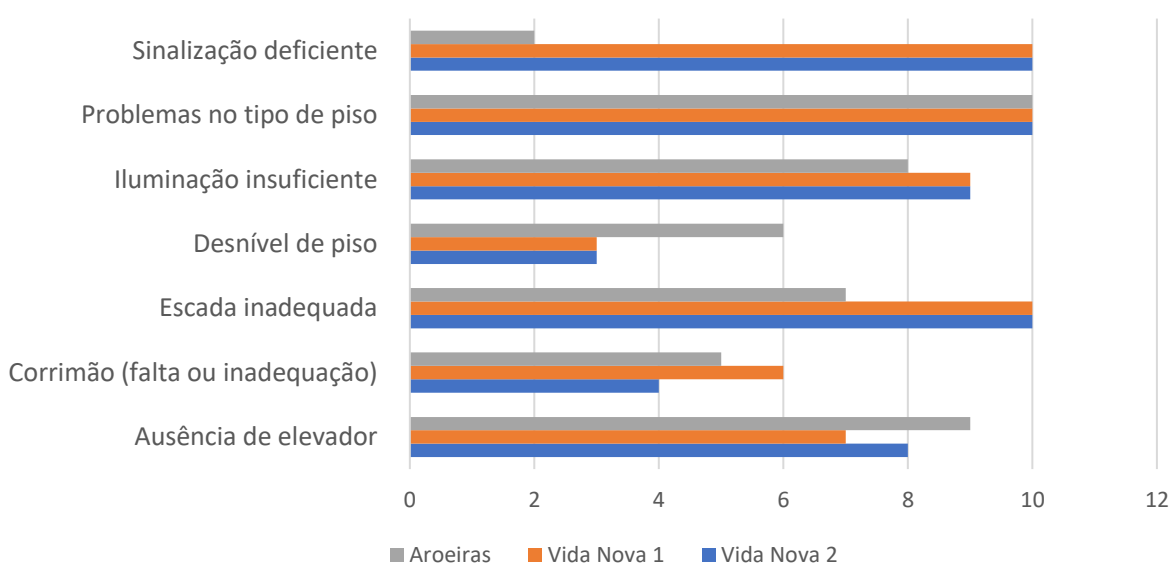
Figura 33- Acessos à edificação (entradas)



Fonte: Própria autoria, 2021.

Sobre o acesso às edificações, avaliando a entrada da área de estacionamento para a área de circulação, nos conjuntos Vida Nova I e II não foi relato nenhuma dificuldade quanto a sinalização para PcD, nenhum tipo de problemas no tipo de piso utilizado e nenhum problema detectado na escada, porém a escada é pouco usada por PcD e PcMR, podendo haver discordância com o quanto eficaz ela é para a mobilidade desse grupo. Já no conjunto Aroeiras, a sinalização para PcD possui a nota mais baixa de todos os itens avaliados, pois as sinalizações existentes estão sem manutenção e pouco visíveis. A iluminação é um problema em todos os conjuntos, sendo ineficiente em algumas áreas de acesso.

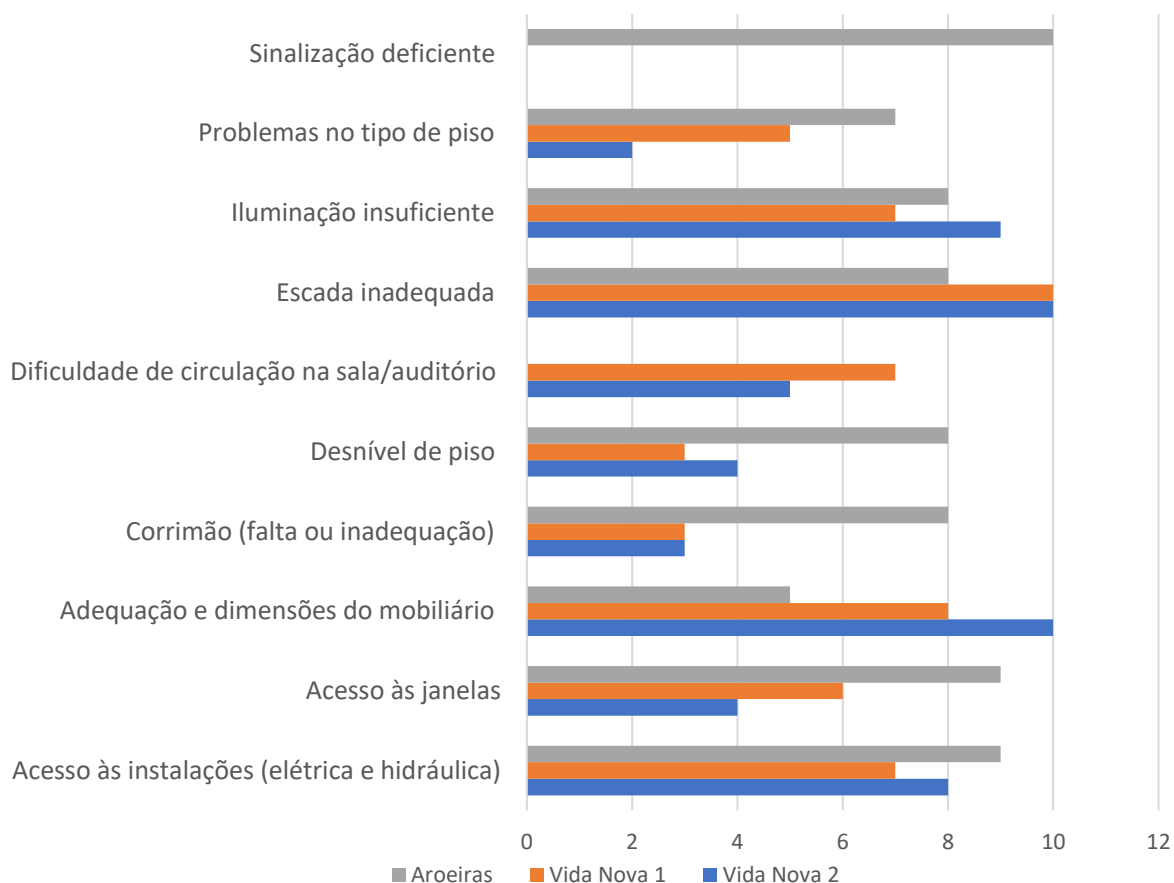
Figura 34- Interior da edificação (áreas comuns: hall, corredores e escadas)



Fonte: Própria autoria, 2021.

Foram pesquisados o interior da edificação, como hall de entrada, corredores de escadas. Nestes itens as notas mais baixas foram ainda sobre a sinalização no conjunto Aroeiras e Desnível de pisos nos conjuntos Vida Nova I e II. As melhores notas foram sobre a sinalização de deficiente, falta de problemas com os pisos, escadas inadequadas e iluminação em todos os conjuntos.

Figura 35- Interior da edificação

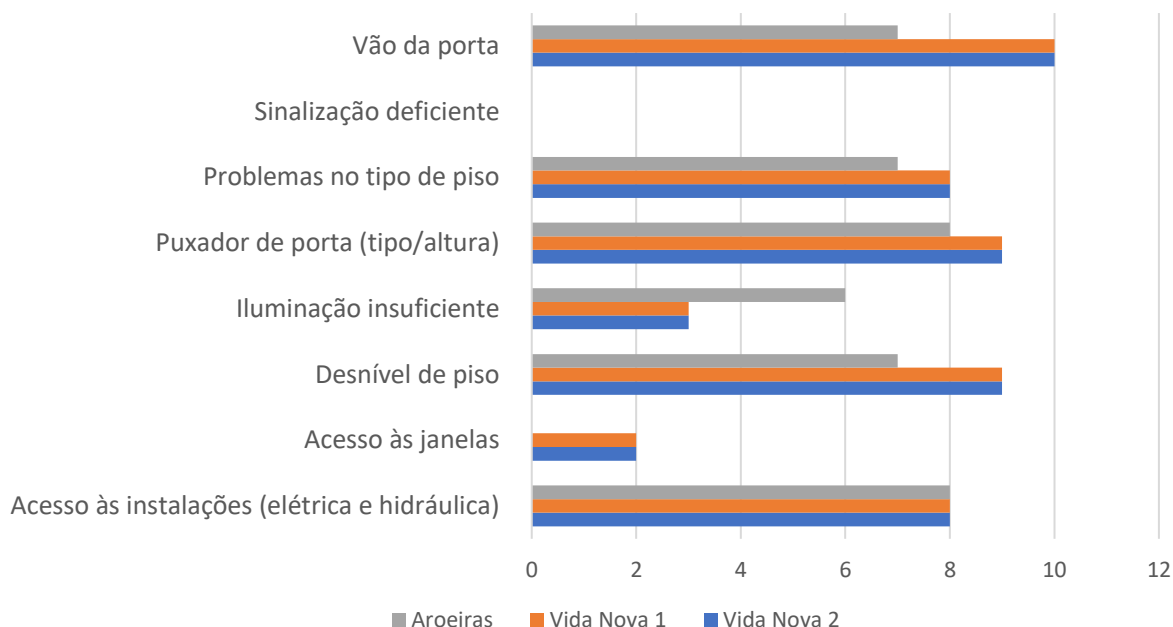


Fonte: Própria autoria, 2021.

Na avaliação do interior das edificações, incluindo também salão de festas, salão de reuniões, 30% das notas foram baixas, sendo que menores foram pelo conjunto Vida Nova I e II, nos quesitos corrimão, problemas no piso, acesso à janelas e desnível de pisos. É possível notar que a instalação que obtém notas mais altas são as que as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida fazem uso com menos frequência, como por exemplo a escada.

No próximo gráfico apresentado, foram avaliados os banheiros das áreas de uso comum nos espaços internos da edificação, geralmente projetados nas salas de reunião e salão de festas.

Figura 36- Interior da edificação (sanitários):



Fonte: Própria autoria, 2021.

Outra questão aplicada aos moradores PcD, PcMR e seus familiares, foi sobre a percepção dos problemas no espaço interior dos edifícios e no seu entorno que dificulte a acessibilidade com segurança para seus possíveis usuários.

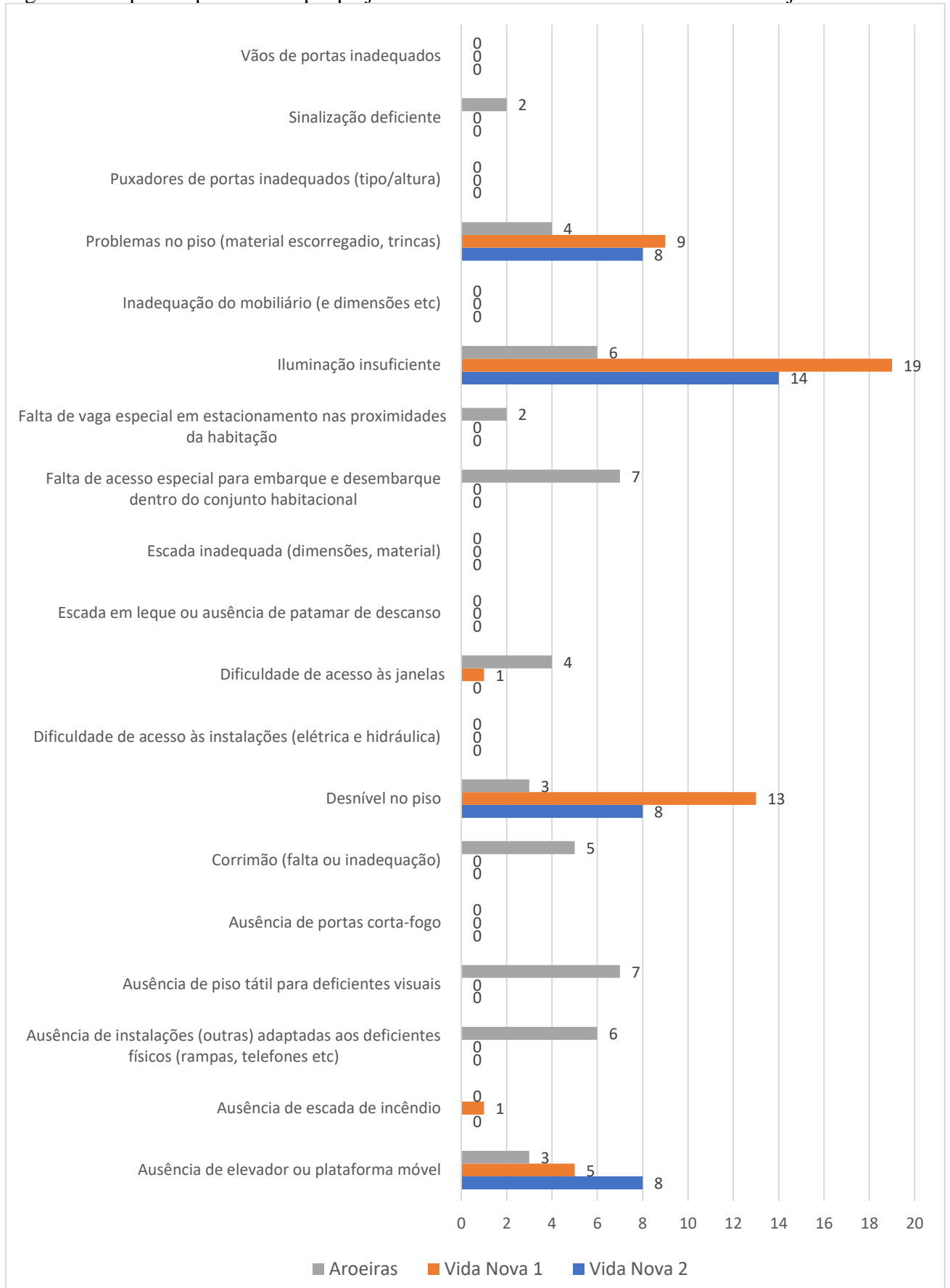
As alternativas envolvendo essa questão pesquisada, foi contabilizada a partir de somatória de quantidade de vezes que as alternativas foram assinaladas, como mostra o gráfico a seguir.

Dentre as alternativas eram foram destacadas a falta de plataforma elevatória ou elevador de emergência foi apontada como um item de importância para alguns moradores. Em todos os conjuntos houve casos de moradores que sofreram algum tipo de acidente e que por esse motivo não conseguiam se locomover nas escadas de acesso, um desses moradores é um senhor que está acamado no 3º andar de um dos blocos do conjunto aroeiras, por não conseguir o deslocamento por elevadores ou plataformas elevatórias o mesmo precisa de assistência médica em casa.

Algumas diferenças projetais são destacadas, como a implantação do piso tátil, pois no conjunto Aroeiras não existe a aplicação do item, já nos dois conjuntos do Vida Nova existe a aplicação por toda área comum.

O próximo item a ganhar destaque é o item já destacado nos questionamentos que envolvem autonomia e segurança, a iluminação insuficiente, averiguada em todos os conjuntos como uma condicionante que prejudica a locomoção em períodos noturnos.

Figura 37- Tipos de problemas que prejudicam a acessibilidade e mobilidade no conjunto:

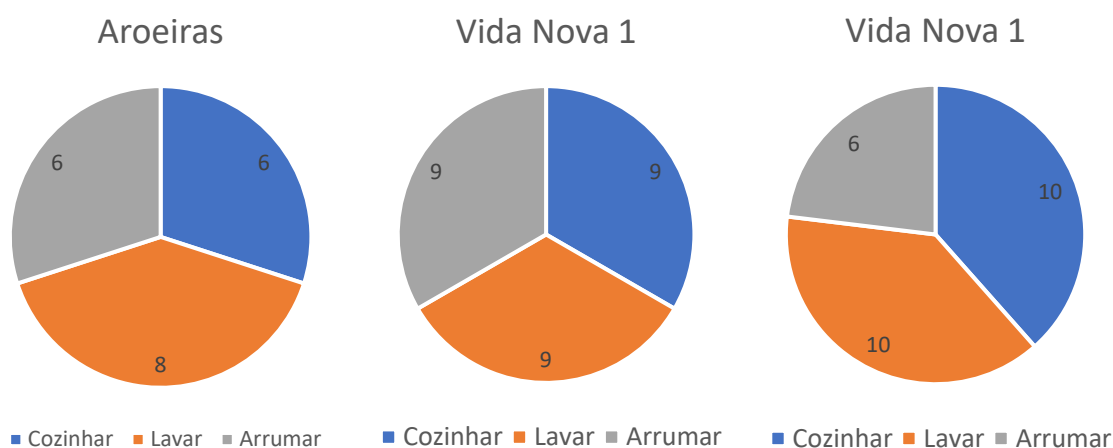


Fonte: Própria autoria, 2021.

Como também já destacado em outras sessões do questionário, o desnível de piso aparece novamente como uma problemática, principalmente nos conjuntos Vida Nova 1 e 2, pois o nível da rua é mais baixo que o nível das casas, e o vencimento desses níveis são feitos por escadas e rampas com dimensionamento ineficiente.

A próxima etapa de entrevista foi realizada com questionamentos de uso da moradia, para compreendermos quais são os pontos de maior importância para os moradores. Para compilação das respostas foi elaborado gráficos de porcentagem, com base na média geral das notas dadas em resposta para cada alternativa das questões.

Figura 38- Desempenho das atividades domésticas:



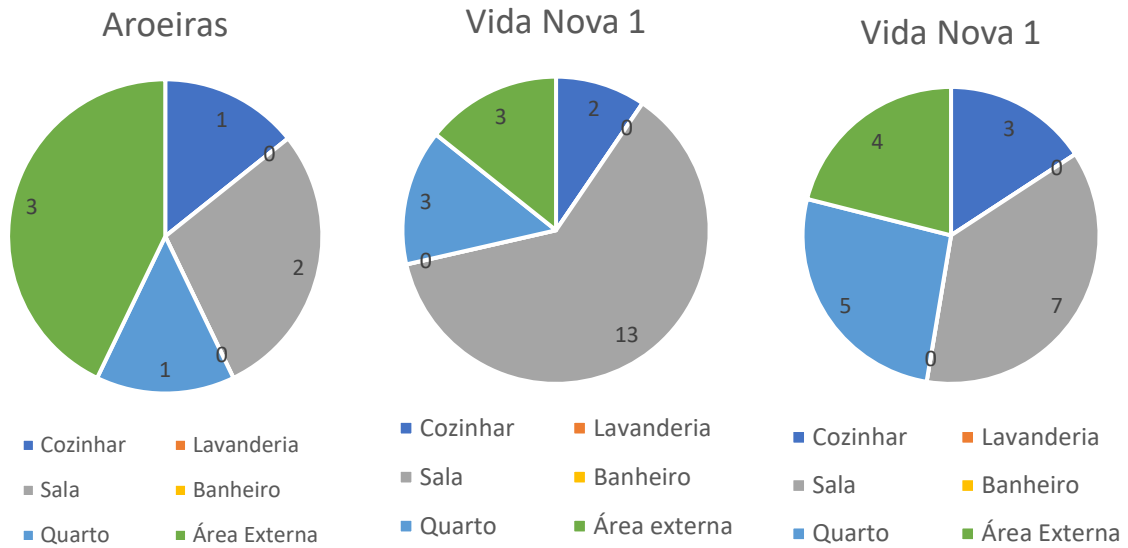
Fonte: Própria autoria, 2021.

A atividade mais prejudicada em todos os conjuntos foi o item “arrumar”, que envolve todas as atividades domésticas, como por exemplo, guardar as roupas, limpar, varrer, guarda itens, devido ao auxílio que muitas vezes o PcD ou PcMR necessite, principalmente para alcance das partes altas dos armários. O segundo ponto de menor desempenho foi o de “cozinhar” no conjunto Aroeiras, pois o mesmo não possui espaço adequado para o fogão. As demais respostas foram positivas, com bom desempenho em todos os conjuntos.

Para conhecimento sobre qual o local mais confortável e de maior agrado dos moradores, foi questionado qual era o ambiente preferido.

Em todos os conjuntos foram levantados os mesmos cômodos como preferidos, porém o se sobressai nesta análise é a porcentagem de moradores que tem como espaço preferido a área externa no conjunto Aroeiras, em conversa com os moradores o local externo da casa passa a ser o mais agradável por conta do calor excessivo e pouco espaço dentro da moradia.

Figura 39- Lugar preferido na casa:

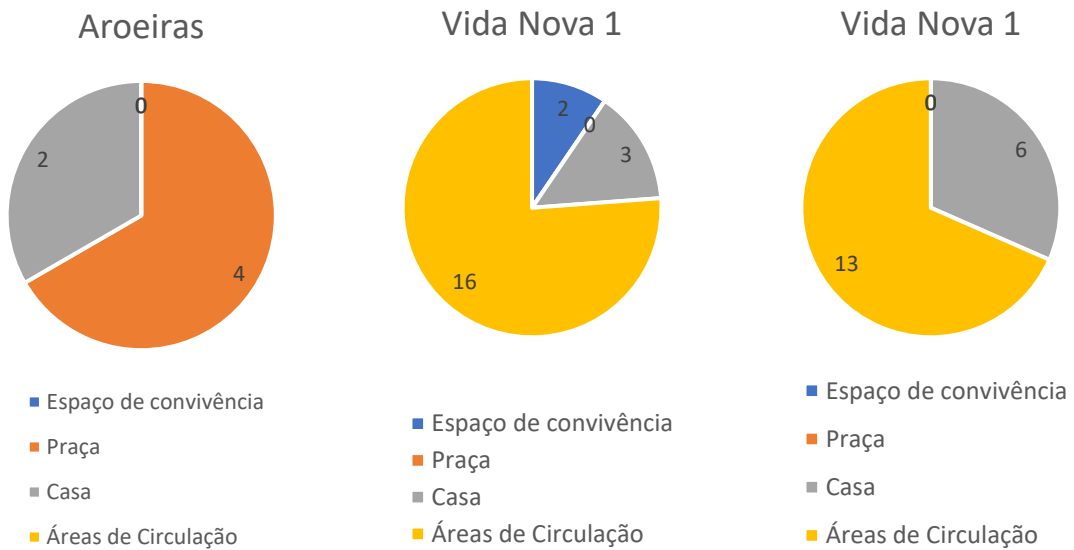


Fonte: Própria autoria, 2021.

Nos conjuntos Vida Nova 1 e 2, a preferência predominante é a sala, pois possui um bom dimensionamento e é o ponto de conexão entre os quartos, cozinha e área externa.

Em decorrência da preferência pela área externa ser apontada em todos os conjuntos, e por ser uma área de grande transição nos conjuntos, o questionário se estende para esse local, para compreender quais pontos de uso comum devem ser avaliados com maior cautela.

Figura 40- Lugar preferido no Habitacional



Fonte: Própria autoria, 2021.

No conjunto habitacional Aroeiras foi apontada a Praça como um local de escolha para convívio, em um número mais alto que a preferência pela casa, como já ressaltado no gráfico acima, devido as questões de conforto ambiental não favoráveis neste conjunto.

Nos conjuntos Vida Nova 1 e 2, foram apontados como escolha de áreas de convívio em maior número, as áreas de circulação, pois como já tratado em outros gráficos, as PcD possuem dificuldade de se locomoverem nas rampas de vencimento de desnível, e as pessoas mais idosas, no caso do conjunto Vida Nova 2 fazem a preferência desse espaço por não precisarem percorrer um longo caminho.

Outras duas questões foram feitas sobre o uso da habitação que levavam em conta a segurança física que a moradia proporcionava, assim, foi questionado se o morador já havia sofrido algum tipo de acidente dentro da habitação, no conjunto Aroeiras foi informado pela família de um PcD, que o mesmo havia se acidentado no banheiro quando foi fazer uso das barras de apoio para transferência da cadeira para a bacia. No conjunto Vida Nova 1 foi relatado a queda devido a piso escorregadio próximo a escada de acesso ao piso superior, ocasionando fratura não exposta no tornozelo, e devido a fratura a moradora precisou fazer uso de muletas. No conjunto Vida Nova 2, foi relatado choque elétrico, devido à falta de manutenção em azulejos da cozinha.

Para finalizar o bloco de entrevistas com os beneficiários e PcD/PcMR dos conjuntos, foi levantada a questão sobre reformas ou mudanças na moradia. No conjunto Aroeiras grande parte dos moradores relataram que se pudessem fazer alterações na habitação, ampliaram os cômodos, principalmente banheiro. Já nos conjuntos Vida Nova 1 e 2, não houve ocorrência de alterações na planta da moradia, porém as áreas de uso comum e circulação, foi algumas vezes mencionado que a falta de iluminação adequada principalmente no período noturno é algo que prejudica o uso dos espaços comuns. Também foram relatados novamente a reforma nas rampas de acesso, para que os PcD e PcMR pudessem ter mais autonomia.

Partindo para o levantamento técnico, realizado através de check-list baseado nas normas técnicas, foram avaliados espaços internos e externos, áreas de uso comum e coletivo, todos os ambientes da moradia, equipamentos que promovam a acessibilidade e mobilidade, onde foram apontados como SIM ou NÃO para itens existentes, e N.S.A. para itens que não se aplica no conjunto.

A partir do check-list levantado e preenchido, nota-se que o conjunto habitacional Aroeiras possui uma defasagem maior na produção de espaço adequado para PcD e PcMR, que vão desde a elaboração dos espaços comuns e circulação, até as áreas de uso da moradia. O principal item que mais chamou a atenção foi no banheiro, pois a maioria dos apontamentos

foram negativos ou o item não se aplicava ao espaço, como por exemplo a metragem do banheiro, que por norma NBR 9050/2015 deveria ter espaço mínimo de 1,50x1,75, com espaço ao lado da bacia sanitária para transferência e permitir ao menos um giro completo no ambiente. O banheiro das moradias possui 1,25x1,50m, abaixo do ideal, permitindo apenas meio giro. Em projeto consta a existência de banco de apoio para banho, porém em nenhuma moradia foi encontrado o item.

Nos conjuntos habitacionais Vida Nova 1 e 2, foram obtidas as mesmas respostas em praticamente todos os itens, a elaboração com base no desenho universal trouxe uma melhora muito considerável a qualidade do espaço produzido, quando comparado ao conjunto Aroeiras.

Mesmo que em projeto tenha a existência de barras de apoio nos sanitários, em nenhuma moradia foi identificado o item, e quando questionado aos moradores, os mesmos relataram que optaram por não colocar o equipamento no banheiro. Isso revela a falta de conhecimento da importância do item para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Ainda justificado a não escolha do item, os moradores responderam que nunca fizeram uso em casas anteriores e que por essa questão se adaptaram de outras maneiras para fazer uso do banheiro, como por exemplo o auxílio de uma outra pessoa da família.

O segundo item mais pontuado nos conjuntos Vida Nova 1 e 2 foi a falta de iluminação adequada, principalmente nas áreas de circulação e uso comum nos períodos noturnos.

Alguns problemas que ocorreram em todos os conjuntos foi a falta de auxílio para manutenção da moradia, pois em 60% das habitações visitadas foram apontados problemas de falta de manutenção, que em vezes foram causadores de acidentes dentro de casa.

Para que esses itens fossem contemplados de maneira mais íntegra e com maior conhecimento da importância pelos próprios moradores, é necessário fazermos um estudo sobre o Espaço Ideal, a partir das normas técnicas, legislação e avaliação de quais pontos são relevantes e quais não são relevantes para a produção de moradias de interesse social para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

6.4. Do espaço ideal para a acessibilidade

A partir de toda a legislação estudada, podemos definir uma proposta mínima de acessibilidade nos conjuntos habitacionais, com uma planta base para o desenvolvimento de moradias térreas e apartamentos, esses modelos que seguem as diretrizes mínimas de habitação devem ainda passar por filtros de desenvolvimento projetual para que não sejam “mais do mesmo”, e levem em conta questões como formação do grupo familiar, tipo de necessidade,

inserção do conforto arquitetônico, escolha dos materiais que viabilizam a obra, entre outros, assim a proposta arquitetônica certamente terá novas roupagens que iram variar de acordo com o território em que está se insere.

O projeto mostrado a seguir foi desenvolvido pela própria autora da dissertação, e será usado como exemplo para a elaboração de uma proposta de projeto ideal mínimo com base no projeto Aroeiras, devido aos problemas apontados no decorrer da pesquisa. A elaboração de um projeto com o mesmo programa, porém, adequado as necessidades nos mostrará o que ações simples para a reforma de habitação, podem resultar em espaços mais funcionais para PcD e PcMR.

Foram levados em conta para o projeto critérios do desenho universal, traduzindo em uma garantia da durabilidade e usabilidade funcional da habitação, e permitir adaptações qualitativas sejam realizadas futuramente sem necessidade de demolição ou reconstrução dos espaços.

O projeto de adequação da habitação contou com a ampliação de todos os cômodos para que fosse possível a circulação ampla da cadeira de rodas. A habitação em estudo e elaboração da proposta possuía área construída de 44,00m² e passou a ter 48,87m², uma ampliação de 11,10% do projeto original. Apenas a sala não sofreu alteração no dimensionamento, todos os demais ambientes sofreram acréscimo da área útil, contudo o banheiro foi o que obteve a maior ampliação, chegando a 34% de sua área original, passando a contar com todos os equipamentos necessários para promover a acessibilidade de forma ampla.

Também pode ser apresentada outras propostas de intervenção para efetivação da acessibilidade, que busque melhorar o atendimento de todos os requisitos básicos. Na primeira proposta foram dispostos os itens de maior impacto na habitação, como por exemplo a área de giro em todos os ambientes construídos, no banheiro o uso de equipamentos necessários para a adaptação.

Para propostas mais amplas, que contemplem o conjunto habitacional como um todo, sero necessário um estudo mais detalhado, para isso foi elaborado novas diretrizes: (a) substituição de janelas no estar e/ou dormitório por portas-janelas e criação de pisos externos nivelados com o piso interno para garantir a continuidade espacial; (b) instalação de ducha do tipo telefone no box do chuveiro e de interfone no banheiro para uso em emergências; (c) instalação de cobertura na área de serviço para proteger a pessoa que faz uso de cadeira de rodas das intempéries em seus deslocamentos; (d) criação de abrigo coberto para automóvel com piso nivelado com o interior da edificação e espaço para embarque e desembarque da pessoa que faz uso de cadeira de rodas além da largura do carro; (e) instalação de interruptor junto à cabeceira

da cama para acendimento de luzes externas e acionamento de alarmes sonoros; (f) instalação de pontos de iluminação em corredores e exterior da casa, assim como de sensores presenciais e alarmes sonoros no terreno; (g) previsão de painel com números telefônicos de emergência num local central na habitação; (h) substituição de pisos do acesso e do banheiro por pisos antiderrapantes; (i) previsão de espaço para hobbies, atividades manuais ou a prática de exercícios; e (j) proteção das portas e paredes (até a altura de 40 cm) contra impactos da cadeira de rodas.

Figura 41- Proposta mínima de acessibilidade para o estudo de caso.



Escala gráfica 1m.

Fonte: Própria autoria, 2021.

Para a apresentação destes itens, o projeto apresentado m pesquisa necessitaria ser executivo, e como se trata de uma proposta para entendimento da necessidade de um cuidado maior com a produção habitacional destinada para PcD e PcMR, serão apenas citados os itens que com custos reduzidos poderiam ser implantados em qualquer conjunto de habitação de interesse social.

7. CONCLUSÃO

Brasil possui um problema histórico de falta de moradias e questões que permeiam a habitação de interesse social, com foco em disseminar esses problemas, os governos federais, estaduais e municipais têm buscado promover políticas públicas voltadas a suprir o déficit habitacional de moradias para pessoas de baixa renda, porém as políticas aplicadas visam em sua maioria atender aos aspectos quantitativos da problemática.

Vale ressaltar que algumas ações do Governo do Estado de São Paulo, em parceria com o CDHU e Secretaria de Estado da Habitação, foram os pioneiros em inserir o conceito de acessibilidade e Desenho Universal em suas produções habitacionais, trazendo aspectos positivos para os conjuntos e melhor qualidade produtiva e de vida nas residências entregues.

Vale a pena frisar novamente que no Brasil, os parâmetros de acessibilidade de projetos arquitetônicos e urbanísticos passaram a serem obrigatório no ano de 2004, com base no Desenho Universal a partir do Decreto Federal 5.926, trazendo mudanças positivas para a construção civil de modo geral. A partir deste Decreto passou a ser obrigatório o assegurar a acessibilidade e mobilidade de pessoas com distintas estaturas, limitações, idades, de forma autônoma e segura nos espaços privados e públicos, de uso coletivo ou individual.

Essa legislação também trouxe impactos para as habitações de interesse social, estabelecendo que as áreas de uso comum e coletivo devem ser livres de barreiras, atendendo todas as especificações da ABNT NBR 9050. As moradias adaptadas para PcD devem ser térreas e acessíveis, ou ao menos passíveis de serem reestruturadas em futuras alterações para se tornarem adaptadas.

As transformações advindas do Decreto Federal 5.296/2004, no que diz respeito aos espaços produzidos na Habitação de Interesse Social são recentes, necessitando de pesquisas que busquem contribuir para que a implantação do Desenho Universal e da Acessibilidade tenham cada vez mais qualidade e se faça presente de modo íntegro nos espaços produzidos.

A presente pesquisa buscou avaliar as condições de acessibilidade de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida em dois conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Jaboticabal-SP. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva que se apoiou na revisão da literatura especializada sobre a história da política de habitação no Brasil, com ênfase na habitação de interesse social; a história do Programa Minha Casa Minha Vida e como tal política habitacional tem sido implementada no país; e também, a respeito da legislação sobre acessibilidade, com recorte para habitações de interesse social. Neste caminho, o estudo dos conjuntos habitacionais Aroeiras e Vida Nova I e

II procurou verificar o cumprimento das diretrizes de acessibilidade regularizadas pela NBR 9050/2004 e 2015; a inserção do Desenho Universal no desenvolvimento projetual; bem como as relações entre tais diretrizes e as legislações municipais locais, relativas a matéria. Além da revisão, a investigação procurou caracterizar o perfil social das populações com deficiência ou mobilidade reduzida residentes nos condomínios, e contemplar suas percepções sobre a existência ou não de acessibilidade a partir da aplicação e análise de um questionário semiestruturado. Os indicadores utilizados para caracterizar a acessibilidade fornecida por este tipo de empreendimento foram pautados na legislação pertinente e na literatura especializada. Como resultados da pesquisa destacaram-se que os apartamentos “adaptados”, ao se afastarem do desenho universal, não são suficientes para assegurar a acessibilidade plena para o público pesquisado, principalmente, quando se considera a realidade do Condomínio Aroeiras. Desse modo, garantir a inclusão socioespacial nas habitações para as PcD e para as pessoas com mobilidade reduzida é ainda um grande desafio de programas habitacionais populares como o PMCMV. Outro resultado foi a proposta de um modelo arquitetônico para embasar possíveis modificações espaciais nas habitações e nos condomínios do público investigado, buscando contribuir para aumentar a autonomia e, conseqüentemente, ampliar a cidadania das PcD e das pessoas com mobilidade reduzida sem a necessidade de demolição ou reconstrução dos espaços. Por fim, este estudo espera colaborar para o avanço na compreensão das políticas públicas voltadas a habitação de interesse social e produzir dados qualitativos sobre o PMCMV a partir dos seus beneficiários.

A partir dos materiais analisados em Jaboticabal com relação a revisão bibliográfica mostra que existe dificuldades da inserção das políticas públicas nos projetos habitacionais como no caso do Programa Minha Casa Minha Vida.

Dentre as legislações, normas e afins que são utilizados para o desenvolvimento dos projetos podemos notar que existe uma necessidade de grupos de pessoas com mobilidade reduzida e pessoas com deficiência serem beneficiados com habitações que tenham propostas individualizadas, porém não existem melhorias nem as habitações de planta tipo, levando uma lógica utópica da moradia ideal.

As habitações ocupadas em sua melhor performance ainda seguem um único padrão de desenvolvimento projetual, não levando em conta a necessidade de cada morador, cada deficiente e o tipo de deficiência. Para que haja melhores ações de desenvolvimento projetual e melhor desenvolvimento das políticas públicas que envolvam a habitação de interesse social e pessoas com deficiência, é necessário que haja a participação mais estimulada e forte, para

que elas possam direcionar a formulação das normas e legislação que competem a autonomia dessas pessoas.

Além dessa participação mais fortemente trabalhada é necessário que os grupos de desenvolvimento sejam formados por equipes transdisciplinares para melhor gestão e planejamento dos conjuntos habitacionais, ampliando a atuação na diminuição das barreiras arquitetônicas e urbanas.

Em Jaboticabal vemos uma diferença latente entre os conjuntos. A inserção dos conjuntos habitacionais ocupando os vazios urbanos do município trouxe em questão a valorização e o cuidado com os moradores beneficiários. A evolução nos projetos e na execução mostrou que existe uma preocupação com esses grupos vulneráveis, que resultaram em melhorias projetuais de espaços internos e externos, trazendo equipamentos de acessibilidade que facilitam o uso diário das moradias e dos espaços de convívio.

Não existem novas propostas até o momento, mas espera-se que a cada novo loteamento ou construção predial sejam feitas avaliações de necessidade dos beneficiários, pois muitos deixam suas habitações para voltarem ao aluguel pois não conseguem fazer o uso da moradia.

Como apresentado em revisão bibliográfica existe um grande trabalho técnico e legal sobre a garantia da acessibilidade de PcD ou com mobilidade reduzida nos programas habitacionais, porém o que se nota é que existe uma lacuna muito extensa que não permite a efetivação de parâmetros e modelagem previstas em lei, traduzindo em promessa a garantia da autonomia de PcD e PcMR.

O resultado desta promessa são ações não efetivadas e aprovadas pelos órgãos competentes, sem nenhuma intervenção para que o cumprimento de lei seja realizado. Existem diversas propostas de melhorias em projetos habitacionais que deveriam ser estudados e implantados, pois geram o uso real das habitações, melhorando a moradia, o entorno, a infraestrutura urbana e o desenvolvimento equiparado social.

No Programa Casa Verde e Amarela sancionado pelo atual presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), pelo DECRETO Nº 10.600, DE 14 DE JANEIRO DE 2021, regulamenta a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, que institui o Programa Casa Verde e Amarela, onde são descritas as prioridades de atendimento do novo Programa de Habitação de Interesse Social:

Art. 3º Serão priorizadas, para fins de atendimento com dotações orçamentárias da União e com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR ou do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, as famílias: I - que tenham a mulher como responsável pela unidade familiar; II - de que façam parte: a) pessoas com deficiência, conforme o disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; b) idosos, conforme o disposto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro

de 2003; e c) crianças e adolescentes, conforme o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; e III - em situação de risco e vulnerabilidade.

Conforme Lei nº 13.146 de 2003, no Capítulo V- Direito à Moradia, a Art. 31, A pessoa com deficiência tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, com seu cônjuge ou companheiro ou desacompanhada, ou em moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, ou, ainda, em residência inclusiva. Seguem os dispostos:

§ 1º O poder público adotará programas e ações estratégicas para apoiar a criação e a manutenção de moradia para a vida independente da pessoa com deficiência.
§ 2º A proteção integral na modalidade de residência inclusiva será prestada no âmbito do Suas à pessoa com deficiência em situação de dependência que não disponha de condições de autossustentabilidade, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Art. 32. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

I - Reserva de, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência;

III - em caso de edificação multifamiliar, garantia de acessibilidade nas áreas de uso comum e nas unidades habitacionais no piso térreo e de acessibilidade ou de adaptação razoável nos demais pisos;

IV - Disponibilização de equipamentos urbanos comunitários acessíveis;

V - Elaboração de especificações técnicas no projeto que permitam a instalação de elevadores.

Nesta pesquisa observamos que os beneficiários com mobilidade reduzida ou com alguma deficiência que foram contemplados com a moradia pelo Programa, e que são residentes dos conjuntos. Nos conjuntos habitacionais Vida Nova I e II a autonomia acontece de uma maneira mais evidente e facilitada, devido a infraestrutura do local, que seguiu as premissas do Desenho Universal. Já no conjunto habitacional Aroeiras, a mobilidade e a acessibilidade ficam comprometidas dentro da moradia e nos espaços de uso comum, pois foram usados apenas parâmetros mínimos estipulados pela NBR 9050/2015.

Além da diferença de tratamento do projeto arquitetônico dos empreendimentos, podemos notar que há uma falta de habitações destinadas a PcMR, pois essas unidades foram disponibilizadas de maneira errônea, pois, na legislação é assegurado 3% das moradias para pessoas com deficiência, e, no entanto, apenas no conjunto habitacional Vida Nova é que foi seguido essa regulamentação. Nos outros condomínios- Vida Nova II e Aroeiras, a cota para

PcD foi ocupada por idosos, que se enquadram na categoria de PcMR, e Aroeiras, onde a cota foi dividida entre PcD e PcMR, sendo assim, houve um não cumprimento da legislação.

Dessa forma, a distribuição das moradias não cumpriu com a legislação do Programa Minha Casa Minha Vida e também prejudicou os moradores que são integrantes do grupo PcD e PcMR na aquisição do imóvel como beneficiário.

O desenvolvimento dessa dissertação mostrou três pontos importantes quanto as questões de acessibilidade e a implantação do Desenho Universal nas produções de Habitação de Interesse Social, o primeiro é sobre a adoção das legislações e normas técnicas de acessibilidade, o segundo é diferença de qualidade projetual alcançada com a utilização dos princípios do Desenho Universal aplicados nos projetos e na execução das obras, e por último o tratamento das mesmas questões em anos distintos, a reformulação do tratamento das questões habitacionais.

Além das questões que conseguimos trabalhar nesta dissertação, temos outras ainda muito relevantes e importantes que poderão ser trabalhadas em novos projetos de Habitação de Interesse Social, como por exemplo, a instrução e conscientização das famílias que possuem PcD ou PcMR em seu grupo familiar, para que os parâmetros de acessibilidade e mobilidade sejam executados em todo conjunto habitacional, proporcionando melhor qualidade de vida e segurança.

REFERÊNCIAS

MANUAL DO DESENHO UNIVERSAL, 2010

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro. NBR 9050/2015. 3ª Edição.

ALMEIDA, L. M. M. C. **Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar**: análise comparativa entre municípios paulistas. Campinas (SP): UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2009. 220 f. Relatório Técnico-Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país.

AMORE, Caio Santo: **Minha Casa Minha Vida para Iniciantes**. In:(org) AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z; CRUZ, M. B. Minha casa...e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida. 1º Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015

ARANTES, P. F.; FIX, M. **‘Minha casa, minha vida’, o pacote habitacional de Lula: Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação** – Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. Correio da cidadania, São Paulo, 30 jul. 2009.

AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. A. G. de. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

AZEVEDO, Sérgio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação trajetória e extinção do BNH. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, 1988, p. 107-119.

AZEVEDO, A.N. **A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana**. Revista Rio de Janeiro, n.10, maio-ago.2003, p. 79.

BALESTRINI, Milton **O programa minha casa minha vida e o marco regulatório urbanístico do município: o caso de Araraquara** / Milton Balestrini. -- São Carlos: UFSCar, 2016. p.164

BARTALOTTI, C.C. (2006). **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade**. São Paulo, Brasil: Paulus.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia para avaliação de políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001. 96 p. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75).

BIANCHETTI, L. Y FREIRE, I.M. **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas, Brasil: Papirus. 1998.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4ª edição, São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, N. **Pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP: Edições SESC, 2014. v.1.

BONDUKI, Nabil Georges. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** Arq.urb Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 1, p. 70-104, 2008.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.977 de 07 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, 2009.

BRASIL, **Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000.** Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá Outras Providências. Brasília, 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em 10. março.2016.

_____**Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009,** que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências. Brasília, 7 de julho de 2009. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7499-16-junho-2011-610815-norma-pe.html>

_____**Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 06 de Julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 10. setembro.2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação.** Brasília, 2010.

BOBBIO, Norberto, 1909- **A era dos direitos** / Norberto Bobbio; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 7ª reimpressão.

BOLFE. **O desenvolvimento da habitação.... governo Lula.** Revista Eletrônica de Arquitetura, 2008. Disponível em: Acesso em: 15 setembro. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Minha Casa Minha Vida.** Disponível em: Acesso em: 29 ago. 2019.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas.** São Paulo: Editora Senac, 2007. 272p.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: um conceito para todos.** (Realização Mara Gabrielli). São Paulo, 2008.

CARVALHO, Leticia Leal. **A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida e sua relação com a provisão de infraestrutura social: os casos de Guarulhos e Itaquaquecetuba.** <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-09012019-130040/pt-br.php>

Censo Populacional. **Amostra de Pessoas com deficiência. IBGE, Censo Demográfico 2010**

CINTRÃO, L.M. G. **Os vazios urbanos na estruturação da cidade de Araraquara**. 2004. 155f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2004.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

COSTA, M.C.L. O Discurso Higienista Definindo a Cidade. Mercator, Fortaleza, v.12, n.29, p.51-67, set./ 2013EMILIANO, Elisamara de Oliveira. **O direito à moradia digna na atual Política Nacional de Habitação: atores, agentes e arenas. Avanços e Dilemas com a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida**. 249 f. il. 2016. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

GIOVANNI, D.G. (2009). **As estruturas elementares das políticas públicas**. Caderno de pesquisa, 82. Recuperado de <https://observatorio03.files.wordpress.com/2010/06/elementosdas-politicaspUBLICAS.pdf>.

Howlett, Ramesh, Perl (2013, p. 15)

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mobilidade urbana no Brasil**. In: _____. **Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas**. Brasília: Ipea. 2010a. p. 549-592.

_____. **Acessibilidade no transporte urbano de passageiros: um panorama da política pública federal**. In: Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas, v. 2. Brasília: Ipea. 2010b. p. 407-428.

_____. **Indicadores de mobilidade urbana da Pnad 2012**. Brasília: Ipea, 2013a. (Comunicado, n. 161)

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público Brasília**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr-jun. 2005.

JACOBI, Pedro Roberto. **Ciência Ambiental. Os desafios da interdisciplinaridade**. São Paulo: AnaBlume: FAPESP: Programa de Pós-Graduação da USP, 1999.

KLEIMAN, Mauro. **Transportes e mobilidade e seu contexto na América Latina**. Série Estudos e Debates (IPPUR-UFRJ), nº 61, p. 1-10. 2011.

LOMBARDI, Anna Paula. **Inclusão socioespacial de pessoas com deficiência: os espaços de morar do programa “Minha Casa Minha Vida” na cidade de Ponta Grossa-PR**. 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território: Sociedade e Natureza) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2014. <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/625/1/Anna%20Paula%20Lombardi.pdf>

MARICATO, Ermínia. **Contribuição para um plano de ação brasileiro.** In. BONDUKI, Nabil. **Habitat: As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.** São Paulo, Studio Nobel, 1997. P. 39

_____. **Habitação e cidade.** Revista Espaço de Debates, São Paulo: Atual, 1997.

OMS. (2012). **Relatório Mundial da Deficiência.** Recuperado de http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf.

PIANA, M.C. (2009). **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento.** São Paulo, Brasil: Cultura Acadêmica.

Rosa, Jéssica Maria Dall Agnol da. **Acessibilidade no espaço público do programa minha casa minha vida: análise do Residencial São José III, São José de Ribamar, Maranhão.** / Jéssica Maria Dall Agnol da Rosa. - São Luís, 2015.

RIZEK, C. S ; et al. **Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o PMCMV – Entidades: Incursões etnográficas.** In: AMORE, C. S.;

SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha casa...e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ROYER, L. de O. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas.** 2009. 194 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha casa...e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTOS, S. M. C.; SANTOS, L. M. P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002 – Abordagem metodológica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1029-1040, 2007.

_____. **A Urbanização Brasileira.** 5ª Edição. 2ª Reimpressão. São Paulo, Edusp, 2009.

_____. **O Espaço do cidadão.** São Paulo, Brasil: Nobel.

_____. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo, Brasil: Edusp.

SENRA, KELSON VIEIRA. **Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil: uma análise comparada dos Períodos Pós-Guerra (1945-1964), Pós-Golpe Militar (1964-1988), e Pós-Constituição Federal de 1988 (1988-2009),** 140 p. UNB- GEA, Mestre, Gestão Ambiental e Territorial, 2009.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. **“Métodos e escala de análise”.** In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.;

SILVA, Thaís Franzão Rodrigues da. **Habitação de interesse social: expectativas e percepções dos beneficiários do programa minha casa minha vida em um residencial de Ribeirão Preto/SP.**

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_a6e5a1bf04aa0ae40dc78ecfc943a9dd

SILVA NETO, J. M.; MELO, R. P.; PEREIRA, S. A. **Resultados notáveis na administração pública: avaliação de programas utilizando mapas estratégicos e o *Balanced Scorecard*.** In: 30º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2006, Salvador/BA. **Resumos...** Salvador/BA: EnANPAD, 2006. P. 23-27.

SILVA, A.G.; MOTA, L.; DORNELAS, C.; LACERDA, A. **A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro.** REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias. Porto Alegre, RS, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, CELINA. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas.** Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Salvador: AATR, 2002.

TOURINHO, A. O. **A influência das reformas urbanas parisienses no Rio de Janeiro dos anos 20. Le paris de Haussmann.** Paris: Les Édition du Mécène, 2002

VALE, Ana Rute do. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)** / Ana Rute do Vale. – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus de Rio Claro. Rio Claro, 2005.

VERÁS, M. (2006). **Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos.** In B. Sawaia. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social (pp. 27-50). Petrópolis, Brasil: Vozes.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Transporte Urbano, Espaço e Equidade: análise das políticas públicas.** 3ªed. São Paulo: Annablume, 2001.

APÊNDICE

A_Quadro 1- Lista de Verificação da acessibilidade da habitação

NECESSIDADE	APLICAÇÃO	DIRETRIZES
Física	Acessos e Circulação	O acesso à habitação é feito em nível ou por meio de rampa acessível? Existe largura suficiente (mínimo de 0,80 m) para a passagem de uma cadeira de rodas por obstáculos ou portas? As áreas de circulação estão livres de barreiras e obstáculos e apresentam superfície regular e firme sob qualquer condição climática? Existem desníveis no piso referentes às juntas de dilatação ou grelhas que possam reter as rodas da cadeira de rodas? Os capachos estão embutidos e não apresentam sobrelevação do piso superior a 1,5 cm? As bordas de forrações estão firmemente presas ao piso para evitar o seu enrugamento? Existem dimensões suficientes para garantir os deslocamentos em linha reta e as manobras de rotação da cadeira de rodas? O vão livre das portas é de pelo menos 0,80 m, e no caso de porta de duas folhas ao menos uma delas tem vão livre mínimo de 0,80 m? Etc.
	Mobiliário	O mobiliário permite o livre acesso e circulação, além de apresentar locais em que é possível fazer o giro completo da cadeira de rodas? A mobília é estável e pode, se necessário, ser facilmente deslocada para a passagem da cadeira de rodas? Os assentos de poltronas e sofás têm altura mínima de 0,46 m, para facilitar a transposição a partir da cadeira de rodas? Etc.
Informativas	Estimulação Sensorial – Percepção e Cognição	Existem esquemas especiais de iluminação, natural ou artificial, para maximizar a percepção, destacando áreas e facilitando a leitura dos elementos do espaço da habitação? Etc.
Sociais	Privacidade	Existe a diferenciação dos espaços íntimos, sociais, de serviço e aqueles para a realização de atividades profissionais ou lazer? Etc.
	Ambiência	Foram utilizadas cores primárias, tons vivos ou contrastes para fazer a distinção dos espaços internos da habitação para aumentar a apreensão e apropriação destes? Etc.

Fonte: Santos A. dos; Santos, L. K. S.; Ribas V. G. (2005).

A_Quadro 2- Especificações Mínimas Das Unidades Habitacionais

UNIDADES HABITACIONAIS
As especificações mínimas das unidades habitacionais a seguir especificadas não dispensam o atendimento à norma de Desempenho de Edificações Habitacionais

(ABNT NBR 15.575), as Normas Técnicas da ABNT de processos e produtos, bem como a legislação municipal e estadual incidente.	
PROGRAMA DE NECESSIDADES DE PROJETO	
Área útil mínima da UH (descontando as paredes)	A área da UH deve ser suficiente para atender o programa mínimo da UH e as exigências de mobiliário para cada cômodo, a seguir definidas, respeitadas as seguintes áreas úteis mínimas: a) Casas: 36,00 m ² , se área de serviço for externa, ou 38,00 m ² , se a área de serviços for interna. b) Apartamentos / Casas Sobrepostas: 39,00 m ² .
Programa mínimo da UH	Sala + 1 dormitório casal + 1 dormitório para duas pessoas + cozinha + área de serviço + banheiro. Estas especificações não estabelecem área mínima de cômodos, deixando aos projetistas a competência de formatar os ambientes da habitação segundo o mobiliário previsto.
Dormitório casal	Quantidade mínima de móveis: 1 cama (1,40 m x 1,90 m); 1 criado-mudo (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,60 m x 0,50 m). Circulação mínima entre mobiliário e/ou paredes de 0,50 m.
Dormitório duas pessoas	Quantidade mínima de móveis: 2 camas (0,90 m x 1,90 m); 1 criado-mudo (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,50 m x 0,50 m). Circulação mínima entre as camas de 0,80 m. Demais circulações, mínimo 0,50 m.
Cozinha	Largura mínima da cozinha: 1,80 m. Quantidade mínima: pia (1,20 m x 0,50 m); fogão (0,55 m x 0,60 m); e geladeira (0,70 m x 0,70 m). Previsão para armário sob a pia e gabinete.
Sala de estar/refeições	Largura mínima sala de estar/refeições: 2,40 m. Quantidade mínima de móveis: sofás com número de assentos igual ao número de leitos; mesa para 4 pessoas; e Estante/Armário TV.
Banheiro	Largura mínima do banheiro: 1,50 m. Quantidade mínima: 1 lavatório sem coluna, 1 vaso sanitário com caixa de descarga acoplada, 1 box com ponto para chuveiro - (0,90 m x 0,95 m) com previsão para instalação de barras de apoio e de banco articulado, desnível máx. 15 mm; assegurar a área para transferência ao vaso sanitário e ao box.
Área de Serviço	Quantidade mínima: 1 tanque (0,52 m x 0,53 m) e 1 máquina (0,60 m x 0,65 m). Prever espaço e garantia de acesso frontal para tanque e máquina de lavar.
Em Todos os Cômodos	Espaço livre de obstáculos em frente às portas de no mínimo 1,20 m. Nos banheiros, deve ser possível inscrever módulo de manobra sem deslocamento que permita rotação de 360° (D= 1,50 m). Nos demais cômodos, deve ser possível inscrever módulo de manobra sem deslocamento que permita rotação de 180° (1,20 m x 1,50 m), livre de obstáculos, conforme definido pela ABNT NBR 9050.
Pé-direito mínimo	Pé-direito mínimo de 2,50 m, admitindo-se 2,30 m no banheiro.

Ampliação - casas	A unidade habitacional deverá ser projetada de forma a possibilitar a sua futura ampliação sem prejuízo das condições de iluminação e ventilação natural dos cômodos pré-existentes.
Área de estacionamento	Vagas de estacionamento conforme definido na legislação municipal.
Proteção da alvenaria externa (para casas)	Calçada em Concreto com largura mínima de 0,50 m. Nas áreas de serviço externas, deverá ser prevista calçada com largura mínima de 1,20 m e comprimento mínimo de 2,00 m na região do tanque e máquina de lavar.
Esquadrias	<p>Portas e ferragens:</p> <p>Portas de acesso e internas em madeira. Em regiões litorâneas ou meio agressivo, admite-se no acesso à unidade porta de aço ou de alumínio, desde que não possuam vidros em altura inferior à 1,10 m em relação ao piso acabado.</p> <p>Batente em aço ou madeira desde que possibilite a inversão do sentido de abertura das portas. Vão livre entre batentes de 0,80 m x 2,10 m em todas as portas. Previsão de área de aproximação para abertura das portas de acesso (0,60 m interno e 0,30 m externo).</p> <p>Maçanetas de alavanca devem estar entre 0,90 m a 1,10 m do piso. Em tipologia de casa prever ao menos duas portas de acesso, sendo 01 (uma) na sala para acesso principal e outra para acesso de serviço na cozinha/área de serviço.</p> <p>Em portas de aço, pintura com esmalte sobre fundo preparador. Em portas de madeira, com esmalte ou verniz.</p>
	<p>Janelas:</p> <p>Soluções Previstas em todos os vãos externos deverão ser completas e com vidros, sem folhas fixas. É vedada a utilização de aço em regiões litorâneas.</p> <p>Em regiões litorâneas ou meio agressivo, admitem-se janelas em madeira, PVC ou alumínio.</p> <p>É obrigatório o uso de vergas e contravergas com transpasse mínimo de 0,30m, além de peitoril com pingadeira e transpasse de 2cm para cada lado do vão, ou solução equivalente que evite manchas de escorrimento de água abaixo do vão das janelas. É</p>
	<p>Vedado o uso de cobogós em substituição às janelas.</p> <p>Em todas as zonas bioclimáticas as esquadrias de dormitórios devem ser dotadas de mecanismo que permita o escurecimento do ambiente com garantia de ventilação natural. Este mecanismo deve possibilitar a abertura da janela para a entrada de luz natural quando desejado.</p> <p>Em unidades localizadas nas zonas bioclimáticas 7 e 8 as aberturas da sala deverão prever recurso de sombreamento (veneziana, varanda, brise, beiral, anteparo ou equivalente).</p> <p>Em janelas de aço, pintura com esmalte sobre fundo preparador. Em janelas de madeira, com esmalte ou verniz.</p>
Sistemas Prediais Elétricos e de Comunicação	

Pontos de tomadas elétricas	<p>Deverão atender à NBR NM 60.669/2004 e NBR 5410/2004 com no mínimo 4 na sala, 4 na cozinha, 2 na área de serviço, 2 em cada dormitório, 1 tomada no banheiro e mais 1 ponto elétrico para chuveiro.</p> <p>Tomadas baixas a 0,40 m do piso acabado, interruptores, interfonos, campainha e outros a 1,00 m do piso acabado.</p> <p>Prever ponto específico para máquina de lavar roupa.</p>
Pontos de iluminação nas áreas comuns	<p>Plafon simples com soquete para todos os pontos de luz. Instalar luminária completa e com lâmpadas fluorescentes com Selo Procel ou ENCE nível A no PBE para as áreas de uso comum. Instalação de sistema automático de acionamento das lâmpadas - minuteria ou sensor de presença - em ambientes de permanência temporária.</p>
Pontos de comunicação	<p>1 ponto de telefone, 1 de campainha (completa e instalada), 1 ponto de antena (tubulação seca) e 1 ponto de interfone (completo e instalado) quando em edificação com mais de dois pavimentos.</p>
ACESSIBILIDADE E ADAPTAÇÃO	
Unidades adaptadas	<p>Disponibilizar unidades adaptadas ao uso por pessoas com deficiência, de acordo com a demanda necessária e conforme a deficiência apresentada, com alguns dos seguintes itens:</p> <p>a) Puxador horizontal na porta do banheiro, conforme ABNT NBR 9050;</p> <p>b) Barras de apoio junto à bacia sanitária, conforme ABNT NBR 9050;</p> <p>c) Barras de apoio no boxe do chuveiro, conforme ABNT NBR 9050;</p> <p>d) Banco articulado para banho, conforme ABNT NBR 9050;</p>
	<p>e) Torneiras de banheiro, cozinha e tanque com acionamento por alavanca ou por sensor;</p> <p>f) Bancada de cozinha instalada a 85 cm com altura livre inferior de 73 cm;</p> <p>g) Plataforma elevatória de percurso fechado;</p> <p>h) Chuveiro com barra deslizante para ajuste de altura;</p> <p>i) Lavatório e bancada de cozinha instalados a 70 cm do piso acabado (ou outra altura indicada pela pessoa com nanismo);</p>
	<p>j) Registro do chuveiro instalado a 80 cm do piso acabado (ou outra altura indicada pela pessoa com nanismo);</p> <p>k) Registro do banheiro instalado a 80 cm do piso acabado (ou outra altura indicada pela pessoa com nanismo);</p> <p>l) Acessórios de banheiro instalados a 80 cm do piso acabado (ou outra altura indicada pela pessoa com nanismo);</p> <p>m) Quadro de distribuição de energia instalado a 80 cm do piso acabado (ou outra altura indicada pela pessoa com nanismo);</p> <p>n) Interruptores, campainha e interfone (quando na parede), instalados 80 cm do piso acabado (ou outra altura indicada pela pessoa com nanismo);</p>

	<p>o) Sinalização luminosa intermitente em todos os cômodos, instalada junto ao sistema de iluminação do ambiente e acionada em conjunto com a campainha e com o interfone;</p> <p>p) Interfone;</p> <p>q) Fita contrastante para sinalização de degraus ou escadas internas, conforme ABNT NBR 9050;</p> <p>r) Contraste visual entre piso e paredes e entre paredes e portas, conforme ABNT NBR 9050;</p> <p>s) Contraste visual para tomadas, interruptores, quadros de distribuição de energia, campainha e interfone;</p>
	<p>t) Adesivos em braile junto a interruptores indicando sua posição (ligado/desligado) e no quadro de distribuição indicando os circuitos relacionados a cada disjuntor; e</p> <p>u) Fixador de portas para mantê-las abertas quando necessário.</p>

Sobre os itens do anexo III do mesmo documento, que se referem as especificações urbanísticas dos empreendimentos, foi realizado um recorte apenas nas informações pertinentes à acessibilidade e mobilidade urbana, que aparecem de maneira muito rasa e sem grandes contribuições para a autonomia de PcD e PcM.

A_ Quadro 3: Especificações Urbanísticas Dos Empreendimentos

EMPREENDIMENTOS	
As especificações urbanísticas dos empreendimentos apresentam definições mínimas, sem prejuízo do atendimento da legislação municipal, devendo ser respeitada aquela que for mais rigorosa.	
CONNECTIVIDADE	
Porte do Condomínio	<p>Máximo de 300 UH, no caso de edificação ou conjunto de edificações multifamiliares.</p> <p>Não é permitida a constituição de condomínios horizontais, para tipologia unifamiliar, exceto no caso de comunidades tradicionais, por questões legais.</p>
Inserção urbana	<p>O acesso ao empreendimento não poderá ser feito diretamente por estradas ou vias expressas.</p> <p>A via de acesso ao empreendimento deverá:</p> <p>a) ser pavimentada, dotada de iluminação pública e permitir acesso a transporte público; e</p> <p>b) permitir a circulação confortável e segura de bicicletas por intermédio da criação de ciclovias, ciclofaixas ou, na</p>

	impossibilidade de previsão destes elementos, pela adoção de sinalização vertical ou horizontal adequada.
MOBILIDADE/ACESSIBILIDADE	
Dimensionamento do sistema viário para novos parcelamentos na forma de loteamento	<p>As dimensões mínimas das vias devem obedecer à legislação municipal de parcelamento e uso do solo. Em caso de inexistência de lei específica, deverão ser adotadas as seguintes dimensões mínimas de leito carroçável:</p> <p>Vias locais: 7,00 m Vias coletoras: 12,00 m Vias arteriais: 18,00 m com canteiro central de no mínimo 1,50 m.</p> <p>Calçadas: conforme NBR 9050/2004: Calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres devem incorporar faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m.</p> <p>Interferências na faixa livre: As faixas livres devem ser completamente desobstruídas e isentas de interferências, tais como vegetação, mobiliário urbano, equipamentos de infraestrutura urbana aflorados (postes, armários de equipamentos, e outros), orlas de árvores e jardineiras, bem como qualquer outro tipo de interferência ou obstáculo que reduza a largura da faixa livre. A interferência com rebaixamentos para acesso de veículos deverá ser tratada com previsão de rampas. Eventuais obstáculos aéreos, tais como marquises, faixas e placas de identificação, toldos, luminosos, vegetação e outros, devem se localizar a uma altura superior a 2,10 m.</p>
	Deverá ser prevista nos projetos a implantação de ciclovias ou ciclofaixas segundo diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, sempre que a topografia permitir e for possível conformar com o sistema viário local.
Hierarquia viária para novos parcelamentos na forma de loteamento	Áreas institucionais, comerciais ou de serviço, quando existentes, deverão ser localizadas preferencialmente em via coletora ou arterial.
Acessibilidade	Deverá ser garantida a rota acessível em todas áreas privadas de uso comum no empreendimento, nos termos da NBR 9050.
Mobilidade	<p>Oferta de transporte público:</p> <p>Em municípios com sistema de transporte público coletivo deverá existir ou ser previsto pelo menos um itinerário de transporte público coletivo.</p>

A_Quadro 4: Checklist de análise técnica de acessibilidade nos conjuntos habitacionais estudados.

CIRCULAÇÃO DO PASSEIO À ENTRADA DO EDIFÍCIO	Aroeiras			Vida Nova 1			Vida Nova 2		
	Sim	Não	N. S. A	Sim	Não	N. S. A	Sim	Não	N. S. A
Existe uma rota livre de obstáculos que permita o acesso do passeio público à entrada do edifício?	x			x			x		
A faixa livre de obstáculos possui piso antiderrapante e sem desníveis?		x			x			x	
Essa faixa livre de obstáculos possui largura mínima de 1,20 m?		x		x			x		
A distância entre cada entrada acessível (para pessoas e veículos) é de, no máximo, 50 m?	x			x			x		
Existe uma faixa livre de obstáculos que permita a interligação da entrada de pessoas às principais funções do habitacional?		x		x			x		
Existe uma faixa livre de obstáculos que permita a interligação da entrada de carros às principais funções do habitacional?	x			x			x		
Os pisos possuem superfície regular, firme, contínua, estável e antiderrapante sob quaisquer condições climáticas?		x			x			x	
Possuem percurso livre de obstáculos, com largura mínima de 1,20 m ?		x			x			x	
A inclinação transversal da superfície é de no máximo 2% para pisos internos e 3% para pisos externos?	x			x			x		
Todas as entradas e saídas estão em nível ou possuem rampas ou equipamentos eletromecânicos?		x			x			x	

PASSEIO PÚBLICO	Sim	Não	N. S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Si m	Nã o	N. S. A
Os passeios têm pisos antiderrapantes, regulares e estáveis em qualquer condição climática?		x			x			x	
Os passeios são livres de interferências que impeçam o deslocamento ou que constituam perigo aos pedestres (postes de sinalização, vegetação, desníveis, rebaixamentos, entre outros)?		x			x			x	
Na existência de interferências, há sinalização tátil de alerta nos passeios?		x		x			x		
Todos os desníveis existentes são inferiores a 0,015 m?		x			x			x	
A altura livre dos passeios é de, no mínimo, 2,10 m (verificar obstáculos verticais, tais como placas, beirais, ramos de árvores)?	x			x			x		
Na ausência de linha direcional identificável em locais muito amplos, existe piso tátil direcional?		x		x			x		
A inclinação longitudinal acompanha o greide da rua?	x				x			x	
A inclinação transversal é de no máximo 2%?		x		x			x		
Do passeio é possível identificar o edifício (nome) ao qual se faz necessário o acesso?	x				x			x	
Há suporte informativo tátil no passeio que permita a identificação do edifício por pessoas com restrição visual?		x			x			x	
Existe faixa de travessia, com rebaixamento nos passeios em ambos os lados da via, quando houver foco de pedestres?		x			x			x	

Os rebaixamentos das calçadas localizados em lados opostos da via estão alinhados entre si?			x			x			x
A inclinação do rebaixamento é constante e não é superior a 8,33% (1:12)?			x		x			x	
O piso entre o término do rebaixamento do passeio e o leito carroçável é nivelado?			x		x			x	
Há rampa de acesso ao passeio próximo às vagas de estacionamento para deficientes?		x		x			x		
Há sinalização visual e sonora nas entradas/saídas de garagens e estacionamentos?		x			x			x	
O passeio público está localizado em rota acessível, próximo à circulação principal?	x			x			x		
É garantido uma faixa livre no passeio, além do espaço ocupado pelo rebaixamento, de no mínimo 0,80 m e recomendável 1,20 m?		x		x			x		
PORTAS E ABERTURAS	Sim	Não	N. S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Si m	Nã o	N. S. A
Todos os vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm no mínimo 0,8 m?		x		x			x		
Possuem altura livre mínima de 2,10 m?	x			x			x		
As portas não exigem resistência/esforço para abrir?		x			x			x	
As maçanetas das portas estão entre 0,9 m e 1,10 m de altura em relação ao piso?	x			x			x		
As maçanetas das portas são do tipo alavanca?	x			x			x		
O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,05 m de altura?	x			x			x		

VEGETAÇÃO	Sim	Não	N. S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Si m	Nã o	N. S. A
Na existência de vegetação, os seus elementos (galhos, raízes, muretas, grades, troncos, espinhos, entre outros) encontram-se fora da faixa de circulação que conduz ao edifício público?	x				x			x	
A vegetação existente nos canteiros representa conforto e segurança para os pedestres (não possuem espinhos, substâncias tóxicas e não despendem muitas folhas e/ou frutas que tornem o piso escorregadio)?		x		x			x		
OUTRAS INTERFERÊNCIAS	Sim	Não	N. S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Si m	Nã o	N. S. A
O poste de luz próximo ao portão de entrada é suficiente para visualizar a fechadura do portão, no período da noite?		x			x			x	
Nos postes de sinalização é possível ler as suas informações sem dificuldades?		x			x			x	
Os postes de sinalização não dificultam o passeio dos pedestres?	x			x			x		
Os postes de sinalização têm cores contrastantes e que não prejudiquem sua compreensão?		x			x			x	
As caixas de força ou de telefonia não dificultam o passeio dos pedestres?			x			x			x
As caixas de força ou de telefonia não impedem a visualização dos espaços?			x			x			x

Fonte: Própria autoria, 2021

Neste primeiro bloco de avaliação da Circulação Do Passeio À Entrada Do Edifício foram encontradas similaridades nos conjuntos sobre as áreas de acesso do espaço público às

áreas de circulação dos condomínios. Pode ser observado que as questões que envolvem sinalização e espaços destinados a circulação de pedestres são precárias no Condomínio Aroeiras, sinalização de acessibilidade vertical é inexistente, e não existe faixas de passeio. Já nos conjuntos Vida Nova 1 e 2, grande parte das respostas foram as mesmas, pois possuem projeto desenvolvidos pela mesma empresa, seguindo os padrões do desenho universal, porém o problema detectado em maior número é o da iluminação das áreas de circulação.

A_ Quadro 5: Checklist de análise técnica de acessibilidade nos conjuntos habitacionais estudados- estacionamento.

ESTACIONAMENTO	AROEIRAS			VIDA NOVA 1			VIDA NOVA 2		
	Sim	Não	N.S.A	Sim	Não	N.S.A	Sim	Não	N.S.A.
As vagas existentes comportam a todos os moradores?	x			x			x		
As vagas destinadas às pessoas com deficiência são indicadas com o símbolo internacional de acessibilidade a partir de sinalização vertical e no piso?		x		x			x		
As vagas para estacionamento de veículos que conduzam, ou que sejam conduzidos por pessoas com deficiência, contam com um espaço adicional de circulação com largura mínima de 1,20 m?	x			x			x		
As vagas possuem dimensões mínimas de 3,50 m X 5,50 m?		x			x			x	
As vagas de estacionamento externo reservadas para pessoas com deficiência estão próximas ao acesso do edifício?			x			x			x
As vagas estão vinculadas a uma rota acessível que permite deslocamento com segurança até a entrada do estabelecimento (casas)?			x	x			x		
Existe rebaixamento total do passeio junto à vaga, coincidindo com a projeção da abertura da porta do veículo?	x			x			x		

As vagas estão localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos e não interferindo na inclinação transversal?		X		X			X		
No período da noite, a iluminação é suficiente para estacionar o carro sem problemas, sem causar ofuscamento ou com pouca iluminação?		X			X			X	

Fonte: Própria autoria, 2021

A_ Quadro 6: Checklist de análise técnica de acessibilidade nos conjuntos habitacionais estudados- habitação.

ÁREA HABITACIONAL	AROEIRAS			VIDA NOVA 1			VIDA NOVA 2		
	Sim	Não	N.S.A	Sim	Não	N.S.A	Sim	Não	N.S.A
No período diurno, é necessário o uso de iluminação artificial?	X				X			X	
No período diurno, os equipamentos e utensílios causam ofuscamento?			X		X			X	
No período da tarde, é necessário o uso de iluminação artificial?		X			X			X	
O piso tem revestimento antiderrapante, regular, estável e nivelado?	X			X			X		
Os interruptores possuem no mínimo 0,60 m e no máximo 1,00 m de altura?	X			X			X		
As campainhas e acionadores manuais (alarme) na sala possuem altura de no mínimo 0,60 m e no máximo 1,00 m?			X			X			X
As tomadas têm altura de no mínimo 0,40 m e no máximo 1,00 m?	X			X			X		
Os interfones e telefones possuem no mínimo 0,80 m e no máximo 1,20 m de altura?			X			X			X

O quadro de luz possui no mínimo 0,80 m e no máximo 1,20 m de altura?	x			x			x		
O comando de janela (abrir) possui no mínimo 0,60 m e no máximo 1,20 m de altura?		x						x	
PORTA, ABERTURA E JANELA	Si m	Nã o	N.S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Sim	Nã o	N. S. A
Todos os vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm no mínimo 0,80 m de altura?		x		x			x		
Possuem altura livre mínima de 2,10 m?	x			x			x		
As portas não exigem resistência/esforço para abrir?	x			x			x		
A maçaneta da porta do sanitário está entre 0,80 m e 1,00 m de altura em relação ao piso?	x			x			x		
As maçanetas das portas são do tipo alavanca?	x			x			x		
O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,05 m de altura?	x			x			x		
A janela é aberta com um único movimento e com apenas uma mão?		x						x	
A janela tem uma altura entorno de 1,45 m em pé e 0,95 m sentado?	x			x			x		
QUARTO	Si m	Nã o	N.S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Sim	Nã o	N. S. A
No período diurno, é necessário o uso de iluminação artificial?	x			x			x		
No período da tarde, é necessário o uso de iluminação artificial?	x			x			x		
O piso tem revestimento antiderrapante, regular, estável e nivelado?	x			x			x		
Tem interruptor próximo a cama?		x						x	
Tem telefone próximo a cama?		x						x	

Tem alarme de emergência próximo a cama?		x			x			x	
Os interruptores possuem no mínimo 0,60 m e no máximo 1,00 m de altura?	x			x			x		
As campainhas e acionadores manuais (alarme) possuem no mínimo 0,60 m e no máximo 1,00 m de altura?			x			x			x
As tomadas possuem no mínimo 0,40 m e no máximo 1,00 m?	x			x			x		
Os interfones e telefones possuem no mínimo 0,80 m e no máximo 1,20 m?			x			x			x
O comando de janela (abrir) possui no mínimo 0,60 m e no máximo 1,20 m?	x			x			x		
PORTA, ABERTURA E JANELA	Si m	Nã o	N.S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Sim	Nã o	N. S. A
Todos os vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm no mínimo 0,80 m?	x			x			x		
Possuem altura livre mínima de 2,10 m?	x			x			x		
As portas não exigem resistência/esforço para abrir?	x			x			x		
A maçaneta da porta do sanitário está entre 0,80 m e 1,00 m de altura em relação ao piso?	x			x			x		
As maçanetas das portas são do tipo alavanca?	x			x			x		
O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,05 m de altura?			x			x			x
A janela é aberta com um único movimento e com apenas uma mão?		x			x			x	
A janela tem altura entorno de 1,45 m em pé e 0,95 m sentado?	x			x			x		

COZINHA	Si m	Nã o	N.S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Sim	Nã o	N. S. A
No período diurno, os equipamentos e utensílios causam ofuscamento?	x				x			x	
No período diurno, é necessário o uso de iluminação artificial?	x			x			x		
No período da tarde, é necessário o uso de iluminação artificial?	x				x			x	
O piso tem revestimento antiderrapante, regular, estável e nivelado?	x			x			x		
A distância livre mínima para aproximação na pia é de 0,80 m?			x	x			x		
A pia possui altura de, no máximo, 0,85 m do piso acabado?	x			x			x		
A altura livre inferior é de no máximo 0,73 m?		x		x			x		
A projeção da porta interfere na área de circulação?			x			x			x
Favorece a utilização de objetos do dia a dia na posição sentada?		x			x			x	
Os interruptores possuem no mínimo 0,60 m e no máximo 1,00 m?	x			x			x		
As campainhas e acionadores manuais (alarme) possuem no mínimo 0,60 m e no máximo 1,00 m?			x			x			x
As tomadas 0,40 m e no máximo 1,00 m?	x			x			x		
Os interfones e telefones possuem no mínimo 0,80 m e no máximo 1,20 m?			x			x			x
O quadro de luz possui no mínimo 0,80 m e no máximo 1,20 m?	x			x			x		
O registro de pressão (controle da água) possui no mínimo 0,80 m e no máximo 1,20 m?		x			x			x	

O comando de janela (abrir) possui no mínimo 0,60 m e no máximo 1,20 m?	x			x			x		
PORTA, ABERTURA E JANELA	Si m	Nã o	N.S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Sim	Nã o	N. S. A
Todos os vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm no mínimo 0,80 m?	x			x			x		
Possuem altura livre mínima de 2,10 m?	x			x			x		
As portas não exigem resistência/esforço para abrir?			x			x			x
A maçaneta da porta está entre 0,80 m e 1,00 m de altura em relação ao piso?			x			x			x
As maçanetas das portas são do tipo alavanca?			x			x			x
O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,05 m de altura?	x			x			x		
A janela é aberta com um único movimento e com apenas uma mão?		x			x			x	
A janela tem uma altura entorno de 1,45 m em pé e 0,95 m sentado?	x			x			x		
BANHEIRO	Si m	Nã o	N.S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Sim	Nã o	N. S. A
No período diurno, os equipamentos e utensílios causam ofuscamento?	x			x			x		
No período diurno, é necessário o uso de iluminação artificial?	x			x			x		
No período da tarde, é necessário o uso de iluminação artificial?		x			x			x	
Os interruptores possuem no mínimo 0,60 m e no máximo 1,00 m?	x			x			x		
As campainhas e acionadores manuais (alarme próximo ao vaso sanitário) possuem no mínimo 0,60 m e no máximo 1,00 m?			x			x			x

As tomadas 0,40 m e no máximo 1,00 m? O comando de aquecedor (chuveiro) possui no mínimo 0,80 m e no máximo 1,20 m?			x			x			x
O registro de pressão (controle da água) possui no mínimo 0,80 m e no máximo 1,20 m?		x			x			x	
O comando de janela (abrir) possui no mínimo 0,60 m e no máximo 1,20 m?		x			x			x	
A maçaneta da porta possui no mínimo 0,80 m e no máximo 1,00 m?	x			x			x		
BACIA SANITÁRIA	Si m	Nã o	N.S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Sim	Nã o	N. S. A
Há sinalização de emergência ao lado da bacia, com altura de 0,40 m, para acionamento em caso de queda?		x			x			x	
Há área livre de 0,80 m		x		x			x		
1,20 m lateral ao vaso sanitário para transferência da pessoa da cadeira de rodas para o vaso?		x		x			x		
O assento da bacia sanitária está a uma altura de, no máximo, 0,46 m em relação ao piso?	x			x			x		
No caso de bacia sanitária com caixa acoplada, há barra de apoio na parede do fundo, a uma distância mínima entre a face inferior da barra e a tampa da caixa acoplada de 0,15 m?			x			x			x
Há barras de apoio nas laterais e no fundo da bacia sanitária?	x			x			x		
As barras de apoio da bacia sanitária têm comprimento mínimo de 0,80 m?	x					x			x
O piso do banheiro tem revestimento antiderrapante, regular, estável e nivelado?	x			x			x		

Possui área de transferência lateral, diagonal e perpendicular?		x		x			x		
A papeleira embutida está localizada a uma altura de 0,50 m a 0,60 m do piso acabado?			x			x			x
A papeleira embutida possui distância máxima de 0,15 m da borda frontal da bacia?			x			x			x
A papeleira sobreposta está localizada a uma altura de 1,00 m a 1,20 m do piso acabado?			x			x			x
A papeleira sobreposta possui distância máxima de 0,15 m da borda frontal da bacia?			x			x			x
LAVATÓRIO	Si m	Nã o	N.S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Sim	Nã o	N. S. A
A distribuição de aparelhos e peças no banheiro permite a utilização por um usuário em cadeira de rodas (0,80 m para circulação e área de manobra no eixo de 180° de 1,50 m X 1,20 m)?		x		x			x		
O lavatório suspenso (sem coluna), é fixado à uma altura entre 0,78 m a 0,80 m em relação ao piso com proteção para o sifão e para tubulação?			x			x			x
Há uma altura livre sob o lavatório de 0,73 m?	x			x			x		
As torneiras do lavatório são do tipo alavanca, com sensor eletrônico ou dispositivo equivalente?			x			x			x
Os acessórios do sanitário (toalheiro, descarga, cesto de lixo, espelho, saboneteira, entre outros) estão localizados dentro da faixa de alcance confortável, a uma altura de 0,80 m a 1,20 m do piso?	x			x			x		
Possui área de aproximação frontal para usuários em cadeira de rodas?		x		x			x		

O espelho do sanitário possui borda inferior na altura de no máximo 0,90 m em relação ao piso acabado?			x			x			x
Quando inclinados a 10°, a bora inferior está na altura de no máximo 1,10 m em relação ao piso acabado?			x			x			x
CHUVEIRO	Si m	Nã o	N.S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Sim	Nã o	N. S. A
O piso do boxe do chuveiro tem revestimento antiderrapante, regular, estável e nivelado?	x			x			x		
Há sinalização de emergência do boxe de chuveiro a uma altura de 0,40 m, para acionamento em caso de queda?		x			x			x	
O boxe do chuveiro possui área de transferência externa ao boxe, permitindo a aproximação paralela da pessoa em cadeira de rodas?		x		x			x		
Possui barras de apoio na vertical, horizontal ou em “L” com dimensões e alturas adequadas?		x			x			x	
O banco possui dimensões mínimas de 0,70 m X 0,45 m?			x			x			x
O banco possui cantos arredondados?			x			x			x
O banco possui superfície antiderrapante e impermeável?			x			x			x
Possui torneiras do tipo monocomando acionadas por alavanca? Possui ducha manual localizada a 1 m de altura do piso?		x			x			x	
A saboneteira e o porta-toalhas estão localizados entre 0,80 m e 1,20 m do piso acabado?	x			x			x		
O desnível máximo entre o boxe do chuveiro e o restante do sanitário é de no máximo 0,015 m chanfrado com inclinação de 1:2 (50%)?		x		x			x		

PORTA, ABERTURA E JANELA	Si m	Nã o	N.S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Sim	Nã o	N. S. A
A maçaneta da porta do sanitário está entre 0,90 m e 1,10 m de altura em relação ao piso?	x			x			x		
A maçaneta ou trinco da porta do sanitário é do tipo alavanca?		x			x			x	
A porta possui 0,80 m de vão livre?		x		x			x		
Todos os vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm no mínimo 0,80 m?		x		x			x		
Possuem altura livre mínima de 2,10 m?	x			x			x		
As portas não exigem resistência/esforço para abrir?	x			x			x		
O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,05 m de altura?	x			x			x		
A janela é aberta com um único movimento e com apenas uma mão?		x			x			x	
A janela tem uma altura entorno de 1,45 m em pé e 0,95 m sentado		x			x			x	
LAVANDERIA	Si m	Nã o	N.S. A	Si m	Nã o	N. S. A	Sim	Nã o	N. S. A
No período diurno, os equipamentos e utensílios causam ofuscamento?	x			x			x		
No período diurno, é necessário o uso de iluminação artificial?	x			x			x		
No período da tarde, é necessário o uso de iluminação artificial?	x			x			x		
O piso tem revestimento antiderrapante, regular, estável e nivelado?	x			x			x		
Prever um local para atividade diária na posição sentada?		x			x			x	
Os interruptores possuem no mínimo 0,60 m e no máximo 1,00 m?	x			x			x		
As campainhas e acionadores manuais (alarme) possuem no mínimo 0,60 m e no máximo 1,00 m?			x			x			x

As tomadas 0,40 m e no máximo 1,00 m?	x			x			x		
Os interfones e telefones possuem no mínimo 0,80 m e no máximo 1,20 m?			x			x			x
O quadro de luz possui no mínimo 0,80 m e no máximo 1,20 m?			x			x			x
O comando de janela (abrir) possui no mínimo 0,60 m e no máximo 1,20 m?		x			x			x	
A maçaneta da porta possui no mínimo 0,80 m e no máximo 1,00 m?			x			x			x

Fonte: Própria autoria, 2021

A_Roteiros das entrevistas semiestruturadas à equipe gestora de obras e serviços públicos de Jaboticabal-SP

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Políticas Públicas e Desenvolvimento

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E COM MOBILIDADE REDUZIDA NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM JABOTICABAL-SP

Entrevista semiestruturada

Roteiro de entrevista com secretário de obras públicas de Jaboticabal.

As perguntas realizadas nesta entrevista são para fins exclusivamente acadêmico, sem qualquer outro interesse envolvido nos questionamentos a seguir. Seria importante que fosse feita a leitura do Resumo do trabalho para melhor compreensão das questões (disponível no final do roteiro).

Nome do entrevistado: _____

Cargo: _____

1. Explique como os projetos de habitação de interesse social chegam à prefeitura e como é feita a aprovação do mesmo.
2. A pesquisa foi realizada em três conjuntos habitacionais de Jaboticabal, Aroeiras (COHAB 2), e Vida Nova I e II (Jardim Bom Jesus), no primeiro conjunto não há praticamente nenhum atendimento às exigências de acessibilidade, já nos conjuntos Vida Nova I e II há um melhor tratamento dessas questões. Por qual motivo houve essa diferença de tratamento das questões, sendo que já existiam leis e normas vigentes que exigissem o cumprimento da NBR 9050.
3. A responsabilidade técnica sobre os itens não cumpridos em projeto e obra continuam sendo apenas da equipe de desenvolvimento de projetos, uma vez que o projeto foi aprovado na secretaria de planejamentos sem o cumprimento da NBR 9050, como prevê a legislação municipal?
4. Como é feita a fiscalização da execução da obra?
5. O projeto do conjunto habitacional Aroeiras foi elaborado apenas com exigências mais básicas de acessibilidade, e o Conjunto Vida Nova I e II foi elaborado com base no desenho universal. O uso das diretrizes do desenho universal foi exigido pela prefeitura?
6. Existe algum auxílio para a manutenção das áreas comuns nos conjuntos habitacionais? Ex: manutenção da demarcação de vagas de PcD, iluminação, manutenção de piso.
7. Existe algum auxílio para a manutenção do apartamento? Existem apartamentos onde o revestimento das paredes está estufado, banheiro que a pessoa que faz uso de cadeira de rodas apoiou na barra e a mesma caiu junto com a pia (fotos de autoria própria anexadas na pesquisa).
8. Nos conjuntos habitacionais Vida Nova I e II, em grande parte dos apartamentos destinados à PcD não tem barras de apoio nos banheiros. O não cumprimento desse item não impediu a entrega da obra, quem se torna responsável por isso?
9. Para novos conjuntos habitacionais de interesse social, a prefeitura pretende adotar o desenho universal e abranger um número maior de deficiências ou mobilidade reduzida?

O principal questionamento a ser respondido é sobre a postura do setor de planejamento e setor de obras e fiscalização quanto aos conjuntos habitacionais de interesse social inclusos no Programa Minha Casa Minha Vida, e a responsabilidade dos engenheiros e secretários que fazem a aprovação das etapas das obras.

Caso tenham algo a mais para acrescentarem que seja pertinente as questões de acessibilidade e mobilidade nos conjuntos habitacionais de interesse social em Jaboticabal-SP, fiquem à vontade para contribuir com a pesquisa.

A_Roteiros das entrevistas semiestruturadas à aos moradores beneficiários dos apartamentos adaptados

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE
Políticas Públicas e Desenvolvimento

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E COM MOBILIDADE REDUZIDA NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM JABOTICABAL-SP

Entrevista semiestruturada

1. Roteiro De Entrevista De Uso

Nome _____

Número da casa: _____

SUA OPINIÃO

1. Desempenha atividades domésticas:

- Cozinhar
- Lavar
- Arrumar [varre, limpa, passa pano...]

2. Qual o seu lugar preferido na casa?

- Cozinha Banheiro
- Lavanderia Quintal
- Sala Quarto

3. Qual o seu lugar preferido no Habitacional?

- Espaço de convivência
- Praça
- Casa

4. Já sofreu algum acidente nessa casa?

- Sim Não

Qual parte: _____

Qual o motivo: _____

Que tipo de acidente: Queimadura Queda Choque elétrico Outros:

5. Já sofreu algum acidente nesse Habitacional? () Sim () Não

Onde: _____

Qual o motivo: () Falta de atenção () Obstáculo () Barra alta/baixa demais

Onde se sente mais confortável:

() Cozinha () Lavanderia () Sala () Banheiro () Quarto () Habitacional . () Não se sente confortável 9 Você já reformou/mudou sua casa? Se sim, por quê?

6. Você faria alguma reforma/mudança na casa? () Sim () Não Porque?

2. Roteiro De Entrevista De Acessibilidade

Nome: _____ n° de pessoas que moram juntos: ____

Conjunto Habitacional _____ n° casa: _____

1. Gênero:

() Feminino () Masculino () Outros.

2. Faixa etária:

() Menos de 20 anos

() De 21 a 30 anos

() De 31 a 40 anos

() De 41 a 50 anos

() De 51 a 59 anos

() De 60 ou mais

3. Categoria à qual você pertence:

() Deficiente físico (pessoa que faz uso de cadeira de rodas, acamado)

() Deficiente visual

() Deficiente auditivo

() Deficiente mental/ intelectual

() Deficiente múltiplo

() Idoso

() Obeso

() Gestante/ Lactante

() Anão/ Gigantismo

() Nenhuma

4. Você já passou por alguma limitação temporária, que dificultasse a sua locomoção?

5. Há quanto tempo você é residente na habitação do Programa?

6. Você é beneficiário do PMCMV ou é inquilino de algum beneficiário?

7. Você se enquadra, temporariamente, em alguma das categorias abaixo? (Você pode assinalar mais de uma alternativa):

() Gestante

() Obeso

() Usuário de muletas

() Usuário de bengala

() Usuário de cadeira de rodas

() Diminuição de visão

() Diminuição de audição

8. Assinale a alternativa que melhor corresponde a sua percepção para cada aspecto indicado

Aspecto	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
Deslocamento autônomo					
Percurso acessível					
Permanência e uso do espaço					
Riscos e Segurança					

abaixo:

9. De uma nota de 0 a 10- onde 0 é péssimo e para as dificuldades que você já sentiu durante é ótimo- seu acesso ou permanência nos prédios (você pode assinalar mais de uma alternativa):

a. Nas áreas externas (do portão do conjunto habitacional até as entradas da edificação)

- Corrimão (falta ou inadequação)
- Desnível de piso
- Escada inadequada (altura do degrau, degraus com alturas diferente, piso estreito, etc)
- Iluminação insuficiente
- Problemas no tipo de piso (material etc.)
- Reserva de vaga especial em estacionamento nas proximidades do conjunto habitacional ou próximo aos equipamentos institucionais do bairro (posto de saúde, escola, igreja, etc.)

b. Nos acessos à edificação (entradas):

- Corrimão (falta ou inadequação)
- Desnível de piso
- Escada inadequada
- Iluminação insuficiente
- Maçaneta ou puxador (tipo e altura)
- Problemas no tipo de piso
- Sinalização deficiente
- Vão da porta

c. No interior da edificação (áreas comuns: hall, corredores e escadas):

- Ausência de elevador
- Corrimão (falta ou inadequação)
- Desnível de piso
- Escada inadequada
- Iluminação insuficiente
- Problemas no tipo de piso
- Sinalização deficiente

d. No interior da edificação:

- Acesso às instalações (elétrica e hidráulica)
- Acesso às janelas
- Adequação e dimensões do mobiliário
- Corrimão (falta ou inadequação)

-)Desnível de piso
-)Dificuldade de circulação na sala/auditório
-)Escada inadequada
-)Iluminação insuficiente
-)Problemas no tipo de piso
-)Sinalização deficiente

e. No interior da edificação (sanitários):

-)Acesso às instalações (elétrica e hidráulica)
-)Acesso às janelas
-)Desnível de piso
-)Iluminação insuficiente
-)Problemas no tipo de piso
-)Puxador de porta (tipo/altura)
-)Sinalização deficiente
-)Vão da porta

10. Você observa algum problema no espaço interior dos edifícios e no seu entorno que dificulte a acessibilidade com segurança para seus possíveis usuários?

11. Em caso afirmativo, assinale o tipo de problema (pode marcar mais de uma alternativa):

-)Ausência de elevador ou plataforma móvel
-)Ausência de escada de incêndio
-)Ausência de instalações (outras) adaptadas aos deficientes físicos (rampas, telefones etc)
-)Ausência de piso tátil para deficientes visuais
-)Ausência de portas corta-fogo
-)Corrimão (falta ou inadequação)
-)Desnível no piso
-)Dificuldade de acesso às instalações (elétrica e hidráulica)
-)Dificuldade de acesso às janelas
-)Escada em leque ou ausência de patamar de descanso
-)Escada inadequada (dimensões, material)
-) Falta de acesso especial para embarque e desembarque dentro do conjunto habitacional
-)Falta de vaga especial em estacionamento nas proximidades da habitação
-)Iluminação insuficiente
-)Inadequação do mobiliário (e dimensões etc)
-)Problemas no piso (material escorregadio, trincas)
-)Puxadores de portas inadequados (tipo/altura)
-)Sinalização deficiente
-)Vãos de portas inadequados
-)Outros? Especifique:

A_Fotos da pesquisa de campo.

1. Áreas externas e entorno condomínio Vida Nova

A_Fotografia 1: Entorno do Condomínio Vida Nova I e II

A_Fotografia 2: Avenida de acesso ao Condomínio Vida Nova I e II



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 3: Vazio Urbano ao lado do Condomínio Vida Nova I e II

A_Fotografia 4: Vazio Urbano e iluminação do Condomínio Vida Nova I e II



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 5: Vista Interna das áreas de uso comum Condomínio Vida Nova I e II

A_Fotografia 6: Estacionamento e calçadas do Condomínio Vida Nova I e II



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 7: Estacionamento do Condomínio Vida Nova I e II

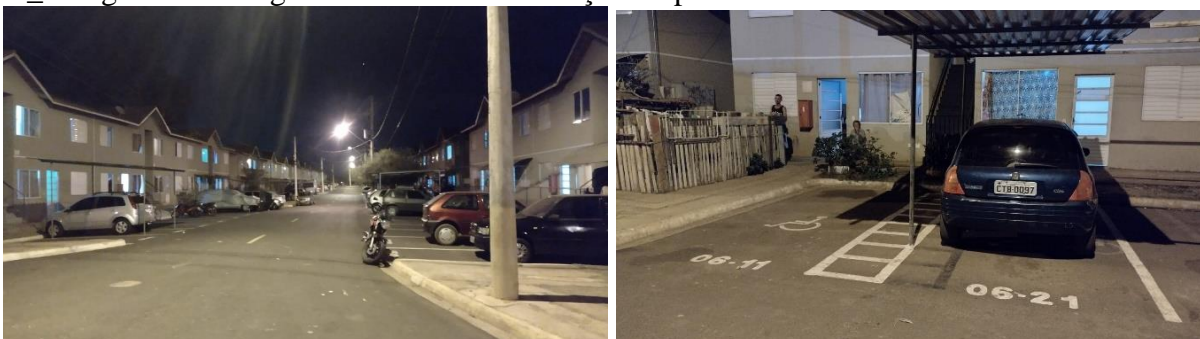
A_Fotografia 8: Estacionamento no período noturno Condomínio Vida Nova I e II



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 9: Estacionamento no período noturno Condomínio Vida Nova I e II

A_Fotografia 10: Vaga de PcD com demarcação no piso



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 11: Áreas de uso comum no período noturno Condomínio Vida Nova I e II

A_Fotografia 12: Utilização de áreas comuns no Condomínio Vida Nova I e II



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 13: Espaços de descanso no Condomínio Vida Nova I e II

A_Fotografia 14: Campo de futebol no Condomínio Vida Nova I e II



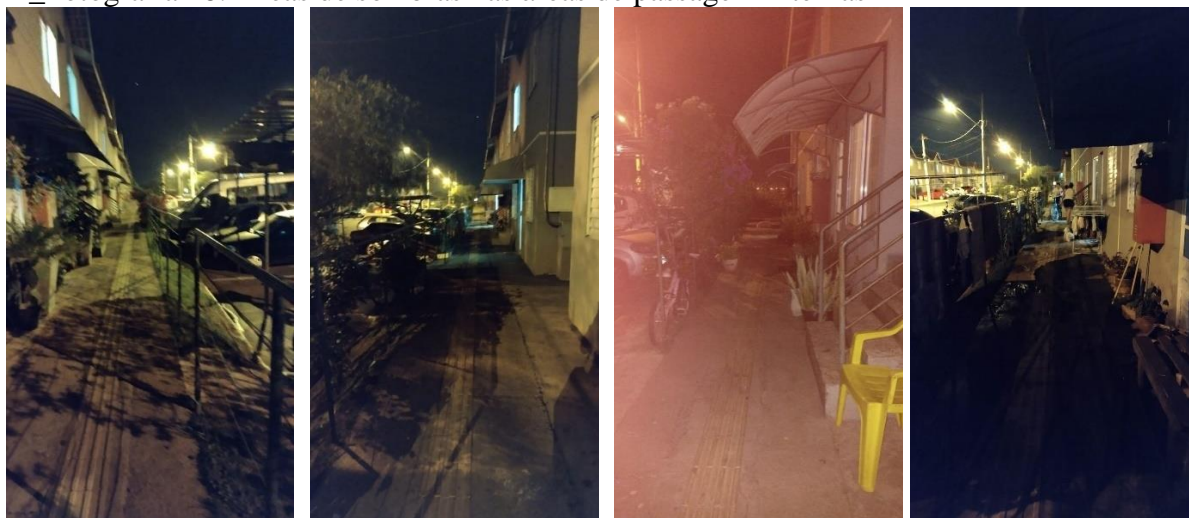
Fonte: Própria autoria, 2020

A_Fotografia 15: Calçadas internas no período noturno.

A_Fotografia 16: Calçada interna com pouca iluminação

A_Fotografia 17: Iluminação baixa nas áreas de passagem internas

A_Fotografia 18: Áreas de sombras nas áreas de passagem internas



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 19: Calçadas com piso tátil.

A_Fotografia 20: Calçada com rampa e piso tátil

A_Fotografia 21: Piso tátil de segmento na calçada interna.

A_Fotografia 22: Rebaixamento da guia para acesso da vaga PcD.



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 23: Rebaixamento de guia.

A_Fotografia 24: Piso tátil de segmento e alerta.

A_Fotografia 25: Piso tátil e rampa de acesso sem guarda-corpo

A_Fotografia 26: Rampa com piso tátil

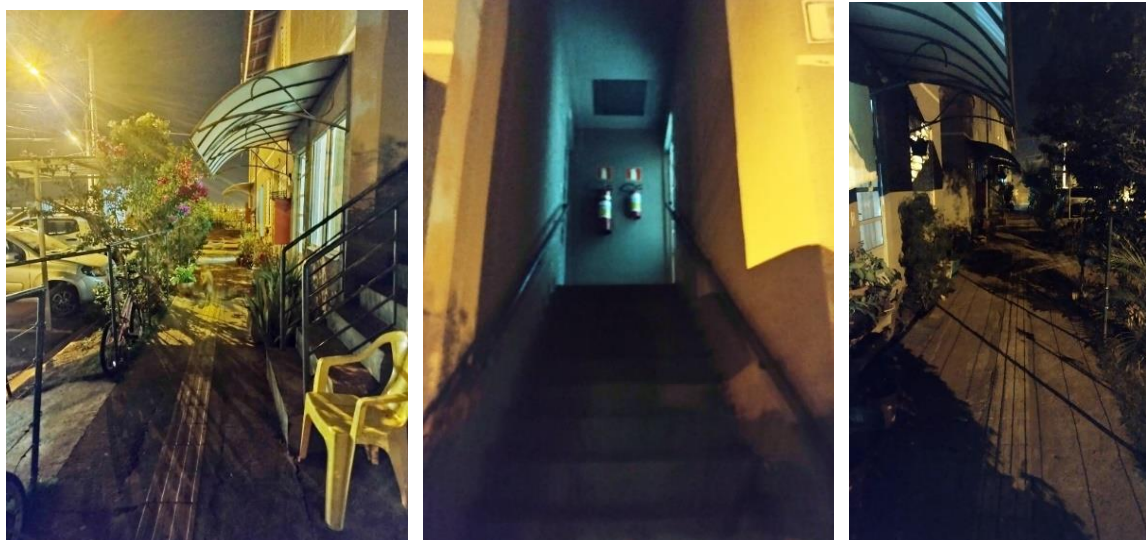


Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 27: Acesso a escada sem iluminação e indicação

A_Fotografia 28: Escada sem iluminação

A_Fotografia 29: Falta de iluminação e muitas sombras.



Fonte: Própria autoria, 2020.

2. Áreas internas dos apartamentos do condomínio Vida Nova

A_Fotografia 30: Revestimento da parede estufado.

A_Fotografia 31: Espaço interno da Cozinha

A_Fotografia 32: Revestimento solto na parede

A_Fotografia 33: Uso da Cozinha por PcD



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 34: Espaço interno da Lavanderia

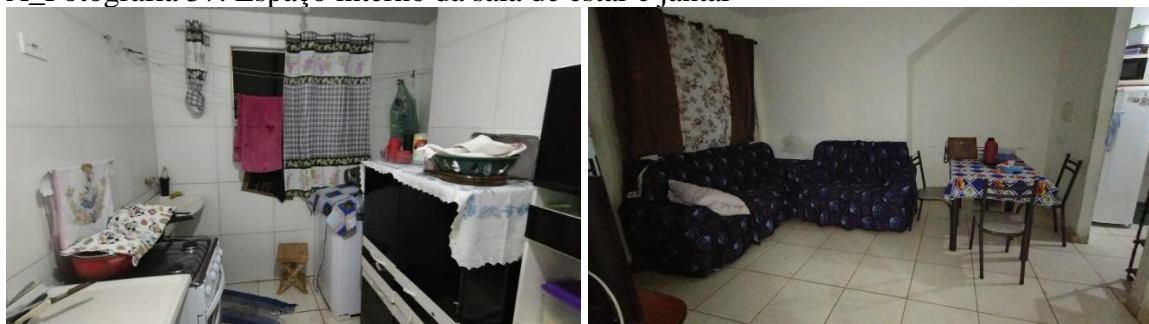
A_Fotografia 35: Móveis suspensos para liberar espaço para a cadeira de rodas



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 36: Espaço interno da Lavanderia e Cozinha

A_Fotografia 37: Espaço interno da sala de estar e jantar



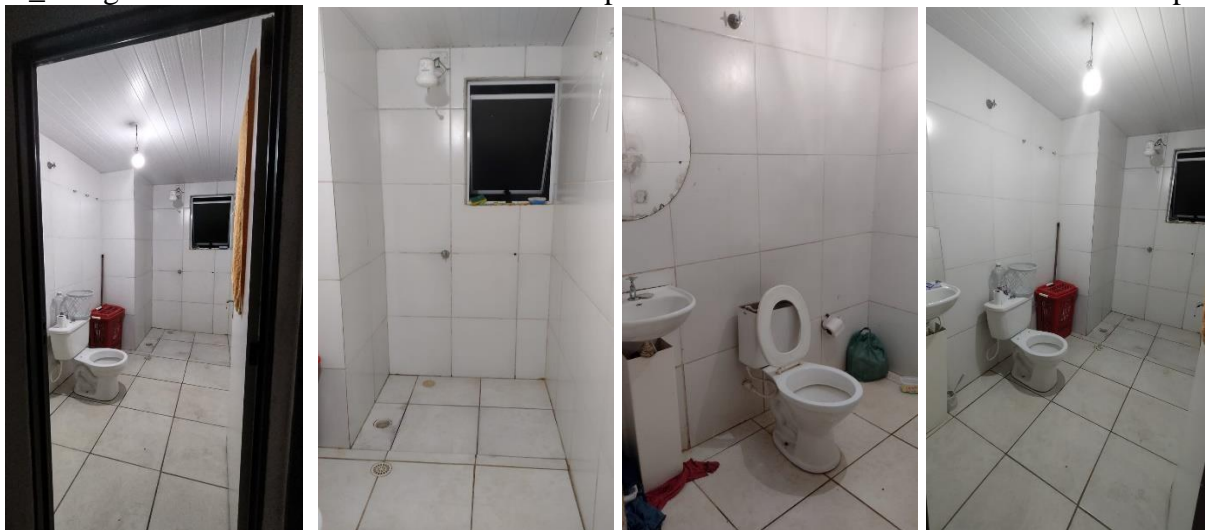
Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 38: Espaço interno do banheiro

A_Fotografia 39: Área do box sem nenhuma barra de apoio

A_Fotografia 40: Vaso sanitário e lavatório sem barra de apoio

A_Fotografia 41: Vaso sanitário sem barra de apoio e área de transferência com cesto de roupas



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 42: Banheiro sem itens de segurança

A_Fotografia 43: Vaso sem tampa da caixa acoplada



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 44: Móvel atrapalhando o acesso a cama

A_Fotografia 45: Espaços mínimos de circulação interna no quarto



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 46: Porta de 90cm de abertura, com abertura para dentro do banheiro

A_Fotografia 47: Passagem de cadeira de rodas entre sala e cozinha

A_Fotografia 48: Layout mal posicionado do quarto, dificultando passagem da cadeira de rodas



Fonte: Própria autoria, 2020.

3. Áreas externas e entorno condomínio Aroeiras

A_Fotografia 49: Vista do Conjunto Habitacional Aroeiras

A_Fotografia 50: Área de estacionamento Conjunto Habitacional Aroeiras



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 51: Estacionamento sem pavimentação.

A_Fotografia 52: Vagas com diferenças de pavimentação e cobertura.



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 53: Passagem de descarte de lixo sem rampa de acesso.

A_Fotografia 54: Acesso ao descarte de lixo sem rampa e sem guarda-corpo



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 55: Passagem de descarte de lixo sem rampa de acesso.

A_Fotografia 56: Entrada da edificação sem manutenção.

A_Fotografia 57: Espaços de uso comum sem calçada ou rampas.



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 58: Entrada do edifício sem interferência

A_Fotografia 59: Escadas com corrimão

A_Fotografia 60: Corredor interno com iluminação natural



Fonte: Própria autoria, 2020.

4. Áreas internas dos apartamentos do condomínio Aroeiras.

A_Fotografia 61: Soleira do apartamento sem pedra

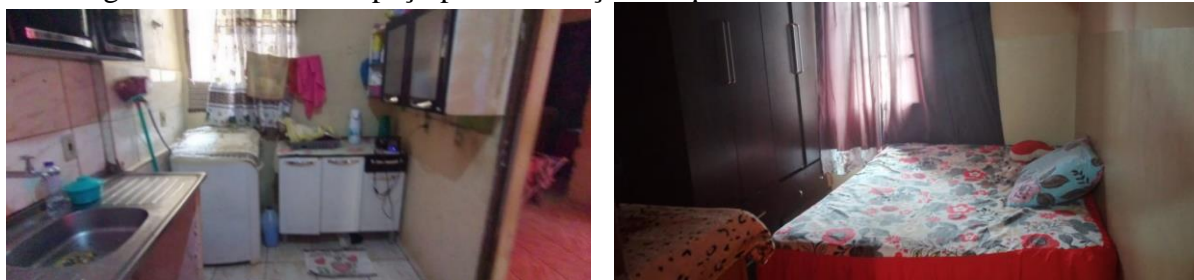
A_Fotografia 62: Iluminação da sala prejudicada



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 63: Espaço interno da lavanderia

A_Fotografia 64: Falta de espaço para circulação no quarto.



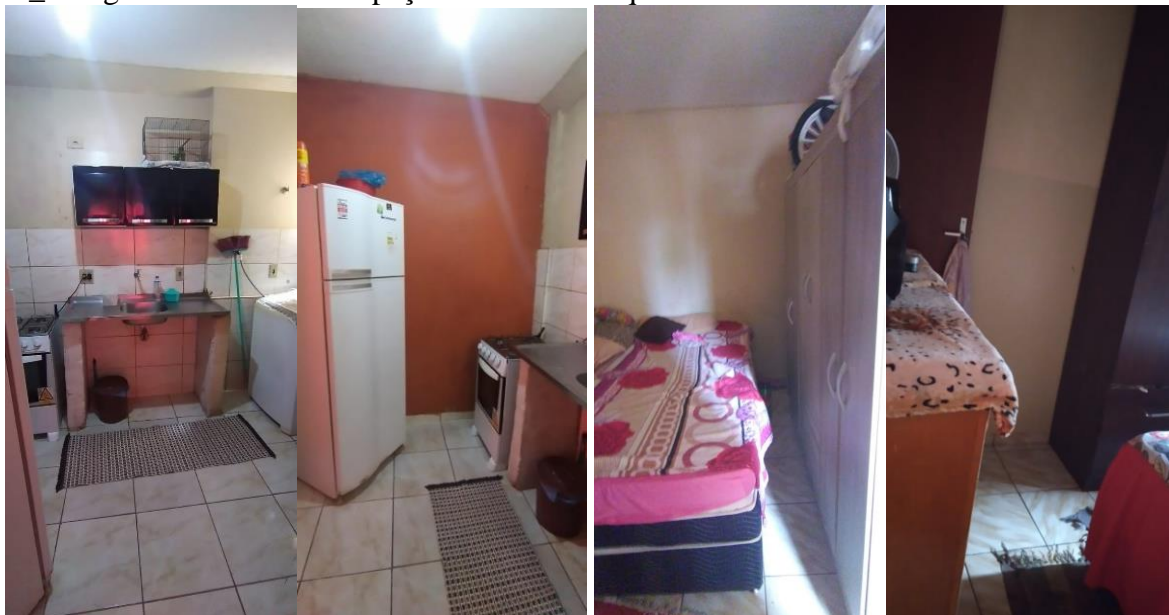
Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 65: Espaço interno da cozinha

A_Fotografia 66: Espaço entre fogão e geladeira prejudicados

A_Fotografia 67: Falta de espaço para circulação entre cama e guarda-roupa

A_Fotografia 68: Falta de espaço na entrada do quarto



Fonte: Própria autoria, 2020.

A_Fotografia 69: Banheiro sem lavatório

A_Fotografia 70: Barra de apoio instalada em local errado

A_Fotografia 71: Box sem barra de apoio

A_Fotografia 72: Banheiro sem área de transferência da cadeira para área do box



Fonte: Própria autoria, 2020.